

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CAMPUS SANT'ANA DO LIVRAMENTO
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**



Apto para defesa!

MAURA MINOZZO

**BOMBAS DE PRIMAVERA: A GUERRA DO IÊMEN SOB A PERSPECTIVA DOS
ESTUDOS PARA A PAZ (1839-2022)**

**Sant'Ana do Livramento
2026**

MAURA MINOZZO

BOMBAS DE PRIMAVERA: A GUERRA DO IÊMEN SOB A PERSPECTIVA DOS
ESTUDOS PARA A PAZ (1839-2022)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para obtenção do título
de Bacharel em Relações Internacionais pela
Universidade Federal do Pampa-UNIPAMPA.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Balardim

SANT'ANA DO LIVRAMENTO
2026

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

M666b Minozzo, Maura

BOMBAS DE PRIMAVERA: A GUERRA DO IÊMEN SOB A PERSPECTIVA
DOS ESTUDOS PARA A PAZ (1839-2022) / Maura Minozzo.

212 p.

Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação)-- Universidade
Federal do Pampa, RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 2026.

"Orientação: Rafael Balardim".

1. Guerra Civil. 2. Iêmen. 3. Paz e violência. I. Título.

MAURA MINOZZO

**BOMBAS DE PRIMAVERA: A GUERRA DO IÊMEN SOB A PERSPECTIVA DOS
ESTUDOS PARA A PAZ (1839-2022)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para obtenção do título
de Bacharel em Relações Internacionais pela
Universidade Federal do Pampa-UNIPAMPA.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: ___/___/___

Banca examinadora:

Prof. Dr. Rafael Balardim
Orientador
(Unipampa)

Prof. Dr. Rafael Schmidt
(Unipampa)

Mestrando Rogério Pacheco Bras
(Escola do Legislativo Municipal)

AGRADECIMENTOS

Gostaria de tomar as linhas iniciais de meus agradecimentos para ressaltar a importância das instituições universitárias públicas, sua luta constante por uma educação de qualidade e pelo não sucateamento do sistema educacional brasileiro. Por isso, destaco aqui a Universidade Federal do Pampa, com enfoque especial para o curso de Relações Internacionais, e sua garra em sempre buscar perspectivas melhores para os discentes, docentes e servidores. Este conjunto de pessoas, que foi de extrema importância para meu desenvolvimento pessoal, intelectual e profissional, para sempre estará entalhado nas linhas tortas da minha história.

À minha mãe, que abraçou para si tanto a função de mãe quanto a de pai, exemplo de mulher, de mulher forte e empoderada disposta a deslocar o centro gravitacional da Terra se isso significasse a realização dos sonhos daquela a quem você deu à luz; que tanto abdicou para me conduzir ao local em que me encontro hoje. Jamais esquecerei dos seus sacrifícios, não somente no âmbito financeiro, mas no âmbito humano, da sua vida pessoal e de todas as coisas que você poderia ter tido e sido. Todos os seus esforços foram fundamentais e suas lições sobre nunca ter medo da vida e jamais desistir dos meus sonhos são meus alicerces durante a longa jornada que almejo. Do fundo do meu coração espero poder ser o seu céu na noite de Natal. Aos meus avós, Amélia Munaretto Minozzo e Luís Minozzo Neto, por terem feito parte da minha vida neste planeta e por estarem comigo, mesmo que em outro plano astral. E ao meu pai, por tentar.

À meu orientador Prof. Dr. Rafael Balardim, que foste salvação em um momento imprescindível e decisivo. Agradeço por ter aceito o embarque neste projeto, incentivando-me a acreditar novamente nesta pesquisa. Agradecer pelo que o senhor fez não é suficiente, mas deixo aqui a minha mais sincera gratidão. Igualmente, deixo aqui meus agradecimentos à Anna Carletti e ao Fábio Régio Bento que sempre emanaram um carinho tal qual o de uma família para comigo. Também agradeço ao professor Renatho Costa pelos anos de parceria, em todos os âmbitos, por me incentivar a pesquisar Oriente Médio, por incentivar minhas ideias malucas e, principalmente, por me incentivar a seguir meus sonhos mais malucos ainda. Agradeço pelo apoio e pelo conhecimento a mim transmitido. Ainda agradeço ao GAE-OMAM por ter me proporcionado desenvolvimento acadêmico, intelectual e, acima de tudo, esta pesquisa. Por fim, agradeço ao corpo docente do curso de Relações Internacionais, em especial a professora Nathaly Schütz, a professora Kamilla Rizzi e ao professor Rafael Schmidt, pelo gosto em estudar o Sistema Internacional e suas diretrizes.

Esta parte de meus agradecimentos é reservada a alguém que infelizmente não terei a honra de conhecer nesta vida, o senhor Sérgio Vieira de Mello, que nos deixou cedo demais. Entendo que pareça estranho e talvez engraçado para alguns, mas minhas crenças no Espiritismo me levam a acreditar que de alguma forma meus agradecimentos chegarão ao seu destinatário. O senhor é uma grande inspiração para mim e acredito que compartilhamos um laço muito forte, o desejo de ajudar aqueles que precisam, de ser aquele que irá escutá-los e considerará seus relatos importantes, de mostrar que há alguém que se importa, de lutar pelos direitos e pela dignidade do ser humano. Há um antigo ditado iemenita que diz “إذا كنت تريد حقاً، فعليك أن تنظر في أعينهم معرفة ما يشعر به الناس ، ففعلبك أن تنظر في أعينهم (se você realmente quer saber como as pessoas estão se sentindo, deve olhar nos olhos delas)” e isso, o senhor não somente fez, mas também sentiu. Espero algum dia poder ser um terço da pessoa que o senhor foi.

Ana Paula, você me deu a maior prova de amizade que alguém poderia demonstrar a outro ser humano. Logo você a quem costumavam falar que não era minha amiga. Apesar de tudo, continuamos aqui, com nossas semelhanças, diferenças e adversidades. Mas não é superando as diferenças e as adversidades que podemos ver o melhor no outro? Gosto de pensar que completamos essa missão. Apesar de minhas discordâncias para com algumas escolhas que tu tomaste, eu espero que saibas, agora e antes, que sempre vou estar aqui. Afinal, tu não és somente minha amiga, és minha PARCEIRA (pausa para a piada interna). E por isso, contigo deixo não somente a parte que estava tentando ser melhor, mas a parte que tentou ser a amiga que tu mereces.

Vitor, existem palavras nessa civilização para descrever aqueles que são feitos da matéria do próprio sol como você é? Acredito que não. Então o que posso falar é que você é um dos grandes amores da minha vida e eu não digo isso no sentido romântico, mas no sentido humano. Lembra quando eu disse que preferia arrancar meu coração do peito a te ver mudar, porque coisas bonitas devem permanecer exatamente do jeito que elas são? Nunca deixe ninguém mudar a tua essência porque ela não somente é sagrada, mas é celestial. Espero que no futuro possa me deparar com um cartaz de um filme ou documentário produzido por ti enquanto estiver passando pelo cinema. Assim, finalmente vou poder pensar “caralho Vitor, tu conseguiu!”. Quem sabe com as voltas da vida possamos nos encontrar quando você estiver documentando alguma das missões de paz que eu estiver participando.

Didi Diego, nessas indas e vindas nos tornamos amigos, brigamos, reatamos nossa amizade, brigamos de novo e agora aqui estamos. Tu foste meu parceiro durante o ano de 2024 e por isso eu sou muito feliz e grata. Mas também pelas nossas saídas, conversas, risadas e tantas outras coisas. Só tenho a te agradecer pela tua receptividade comigo, por teus

conselhos e tua torcida. Eternamente vou torcer por ti e vou ficar muito feliz quando te ver conquistando essa América Latin afora. Tens um futuro brilhante e isso não é algo que eu precise reafirmar, pois tu já sabes. Acredito firmemente que todos os teus sonhos, objetivos e projeção vão se tornar realidade pelo simples fato de saber que tu tens capacidade para torná-los realidade. Por isso, meu amigo, voa que o Rio Grande do Sul, senão o Brasil, é pequeno demais pra ti.

Allan, logo nós com personalidades tão diferentes fomos nos tornar amigos. A cada dia desde que voltei, e tu não está aqui em Livramento, sinto tua falta. Confesso que chorei quando me contaste que iria pedir transferência. Mas foi uma decisão tua, era o que tu querias, e espero que saibas que teve todo o meu apoio e torcida. Vou te levar em meu coração para todo o sempre. Você sempre disse que eu seria capaz de realizar todos os meus sonhos, sempre disse que queria me ver como Secretária-Geral das Nações Unidas, como te confessei em tantas ocasiões ser o meu sonho, e por isso, aqui nestes agradecimentos, te faço a promessa de que tua crença não será em vão. Não vou te decepcionar, meu amigo. Se não nos encontrarmos para vermos a próxima Copa do Mundo juntos presencialmente, saiba que vou te ligar para comentar todos os jogos do Brasil.

Laura, o que escrever-te (?). Simplesmente não há palavras inventadas neste planeta para descrever o que tu significas para mim e o impacto que tiveste e tens na minha vida. Em um mundo de incertezas, não há graça maior do que ter certeza de algo, e contigo simplesmente há certeza. Certeza de que simplesmente somos para ser, nesta vida e em todas as outras vidas, quando nossos espíritos se encontrarem em outros planetas, galáxias e sistemas solares diferentes, certeza de que o universo vai nos dar quantas chances quisermos, pois somos tão essenciais uma para a outra quanto a força forte é para manter um núcleo unido, um vínculo indissolúvel, que sustenta a existência das estrelas, dos átomos e de tudo que há na imensa vastidão do espaço. Tua divindade me assombra e me fascina ao mesmo tempo, pois provém do mesmo tecido que Cloto, a tecelã do destino, costura com os fios da vida, entrelaçando o divino e o eterno em cada aspecto da essência do teu ser. Amo-te e venero-te, agora e para todo o sempre. Nunca esqueça que somos feitas de partículas que existem desde o momento do início do universo e que essas mesmas partículas viajaram 14 bilhões de quilômetros através do tempo e do espaço para nos criar para que pudéssemos nos completar. Honestamente, “ela (tu) é mais eu do que eu própria. Não sei do que nossas almas são feitas, mas sei que a minha alma e a dela são iguais” - breve adaptação de um trecho da obra de Brontë.

Há tantas pessoas para mencionar e tão poucas páginas, portanto, a essas, digo-lhes que a amizade que vocês me demonstraram, me cederam e os momentos que compartilharam comigo, jamais os esquecerei. Cada um de vocês possuem seus próprios palácios em minha memória e assim será pelo resto dos meus dias materiais e para todo o sempre de minha vida espiritual. Sou grata por cada lição que vocês me ensinaram, sou grata por terem feito parte dos ciclos de minha vida, e, para aqueles que já se encerraram, também sou grata. Espero que no final, possamos nos lembrar uns dos outros com afeto e que possamos guardar conosco os bons momentos que tivemos juntos.

Por fim, encerro esta seção com a convicção de que me tornei uma pessoa melhor, apesar de ter muito a evoluir para aquilo que almejo ser. Desta forma, agradeço a mim mesma por continuar sobrevivendo em meio ao caos deste mundo, e desejo que com o passar dos anos, possa, finalmente, aprender a viver.

“Nunca se esqueçam que os verdadeiros desafios e as verdadeiras recompensas [...] se encontram lá fora, no campo, onde as pessoas estão sofrendo, onde as pessoas precisam de vocês.”

Sérgio Vieira de Mello

RESUMO

O objetivo desta pesquisa condiz com a identificação das dinâmicas estatais responsáveis pela presença da violência direta no Iêmen em conformidade com o desenvolvimento da guerra civil, principiada no ano de 2015. O Estado Moderno iemenita configura-se como uma entidade enraizada de vícios e déficits, em que o passado colonial legou a esse, uma conjuntura de normalização da violência, destacando-se, com isso, a cotidianidade desse elemento na estrutura sócio-nacional e nas particularidades fatoriais da cultura. Desta forma, a divisão perpassa a arena da territorialidade, tangenciando grupos e comunidades domésticas na formação de lógicas concernentes com a disputa pelo poder, com a marginalização e com a exclusão. Nessa conjuntura, a presente pesquisa orienta-se pelo aporte teórico de Johan Galtung, respeitando seus pareceres sobre as fenomenologias da paz e da violência. Por sua vez, a hipótese elencada centra-se na defesa de que a perpetuação e o emprego de mecanismos dinâmicos de violência estrutural e cultural pela administração central sucedeu na danificação das instituições, resultando em sua quebra. Assim, evidencia-se que o Iêmen contemporâneo é um amalgamado de fragilidades institucionais, no qual há a padronização do ciclo de instabilidade, visto a repetição de padrões violentos. Por fim, conclui-se que a crise iemenita necessita ser compreendida por meio de uma abordagem que considere a persistência de estruturas históricas de dominação e a necessidade de caminhos para uma paz positiva, em que promova-se a transformação e superação dessas.

Palavras-Chave: Guerra civil; Iêmen; Paz e violência.

ABSTRACT

The objective of this research pertains to the identification of the state dynamics responsible for the presence of direct violence in Yemen, in accordance with the development of the civil war that began in 2015. The modern Yemeni state is configured as an entity rooted in flaws and deficits, where the colonial past bequeathed to it a context of normalized violence, thereby emphasizing the everyday nature of this element within the socio-national structure and in the factorial particularities of the culture. Consequently, the division transcends the arena of territoriality, touching upon domestic groups and communities in the formation of logics concerning the dispute for power, marginalization, and exclusion. In this context, the present research is guided by the theoretical framework of Johan Galtung, respecting his perspectives on the phenomenologies of peace and violence. In turn, the chosen hypothesis centers on the argument that the perpetuation and employment of dynamic mechanisms of structural and cultural violence by the central administration succeeded in damaging the institutions, ultimately resulting in their collapse. Thus, it is evident that contemporary Yemen is an amalgam of institutional fragilities, in which there is a standardization of the cycle of instability, given the repetition of violent patterns. Finally, it is concluded that the Yemeni crisis needs to be understood through an approach that considers the persistence of historical structures of domination and the need for pathways toward a positive peace, in which the transformation and overcoming of these structures are promoted.

Key-words: Civil war; Yemen; Peace and violence.

LISTA DE ABREVIATURAS

ADLs	Associações de Desenvolvimento Local
AQAP	Al Qaeda para a Península Arábica
BM	Banco Mundial
CCG	Conselho de Cooperação do Golfo
CDN	Conferência do Diálogo Nacional
CGP	Congresso Geral do Povo
CLP	Conselho de Liderança Presidencial
CSA	Conselho Sindical de Áden
CTS	Conselho de Transição do Sul
CUP	Comitê da União e Progresso
EAU	Emirados Árabes Unidos
EI	Estado Islâmico
FAR	Força Aérea Real
FLISO	Frente de Libertação do Iêmen do Sul Ocupado
FLN	Frente de Libertação Nacional
FMI	Fundo Monetário Internacional
ONU	Organização das Nações Unidas
OPUFN	Organização Política Unificada da Frente Nacional
PSI	Partido Socialista Iemenita
RAI	República Árabe do Iêmen
RPDI	República Popular Democrática do Iêmen

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 – Temáticas abrangentes no cerne dos Estudos para a Paz na década de 1980.....
- Figura 2 – Triângulo da violência.....
- Figura 3 – Divisão do Oriente Médio sob os auspícios do acordo Sykes-Picot (1916).....
- Figura 4 – Mapa da cidade de Áden.....
- Figura 5 – Mapa da divisão administrativa dos domínios britânicos no Iêmen no século XX.....
- Figura 6 – Mapa das divisões administrativas otomanas no Iêmen.....
- Figura 7 – Mapa dos locais bombardeados com armas químicas em 1967.....
- Figura 8 – Mapa dos países palco da Primavera Árabe.....
- Figura 9 – Mapa das mudanças ocorridas 5 anos após a Primavera árabe.....
- Figura 10 – Apanhado do desempenho eleitoral do CGP nos três primeiros pleitos da República.....
- Figura 11 – Desempenho de Saleh nas eleições presidenciais de 1999.....
- Figura 12 – Grupos participantes da Conferência Nacional do Diálogo.....
- Figura 13 – Mapa das divisões territoriais propostas sob a ótica do sistema federalista.....
- Figura 14 – Mapa da localização estratégica de Hodeidah.....
- Figura 15 – Mapa das divisões territoriais sob o caráter faccional e seus aliados.....
- Figura 16 – Mapa dos territórios sob controle da Al Qaeda em 2015.....
- Figura 17 – Mapa das divisões territoriais sob os auspícios da guerra em 2020.....

LISTA DE QUADROS

- Quadro 1 – Ações empregadas pelos agentes da paz liberal conforme setor de prioridade.....
- Quadro 2 – Tipologia da Violência.....
- Quadro 3 – Mecanismos de propagação da violência estrutural.....
- Quadro 4 – Recursos necessários para a institucionalização da paz.....
- Quadro 5 – Correlações entre paz e violência.....
- Quadro 6 – Panorama acerca das mudanças administrativas impostas a Áden e aos sultanatos do interior sul iemenita.....
- Quadro 7 – Síntese do Plano Trienal (1971-1973).....
- Quadro 8 – I e II Planos Quinquenais: principais diretrizes e resultados.....

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	
2. OS ESTUDOS PARA A PAZ: DO SEU NASCIMENTO ÀS AMARRAS DA NOVA ORDEM INTERNACIONAL.....	
2.1. O nascimento de uma disciplina transformadora sob a roupagem dos “Estudos dos Conflitos”.....	
2.2. Transformação e consolidação: Os Estudos para a Paz e a visão galtunguiana.....	
2.3. Os Estudos para a Paz no pós-Guerra Fria.....	
2.4. O declínio dos Estudos para a Paz na ordem pós-11 de setembro.....	
3. AS TEORIAS GALTUNGUANAS.....	
3.1. A teoria da violência.....	
3.1.1 Tipologias da Violência e triangulação.....	
3.2.1 Tipologias da Paz: paz positiva e paz negativa.....	
4. IÊMEN EM CHAMAS: A CONSTRUÇÃO DE UM CENÁRIO DE GUERRA.....	
4.1 Uma nação recortada no século da colonização.....	
4.1.1 Quando o deserto encontra o mar: a presença britânica no sul iemenita.....	
4.1.2 O calor da conquista: o retorno otomano à Terra da Rainha de Sabá.....	
4.2. A formação do Estado Moderno iemenita: duas entidades, uma população.....	
4.2.1 Iêmen do Norte: sob as lentes das dinâmicas de guerra e poder.....	
4.2.2. Iêmen do Sul: construção e estabilização de uma República socialista.....	
4.3. Laços de amizade e reconciliação: da unificação à constituição de uma estrutura estilhada.....	
5. OS ARES DA MUDANÇA: OS IMPACTOS DA PRIMAVERA ÁRABE NO IÊMEN.....	
5.1. O capítulo da primavera: o desabrochar das flores iemenitas através dos impactos da Primavera Árabe no Iêmen.....	
5.2 O capítulo das bombas: a morte das flores iemenitas e o instaurar de uma guerra.....	
6. ANÁLISE DO CASO IEMENITA A PARTIR DAS TEORIAS DE JOHAN GALTUNG.....	
6.1 A influência das violências sócio-estatais na manutenção de cenário de caos.....	
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	
ANEXO A – INDICADORES MACROECONÔMICOS.....	
ANEXO B – ÍNDICES DA REPÚBLICA DO IÊMEN.....	
ANEXO C – OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO.....	

1. INTRODUÇÃO

“Arabia Felix”, do latim, pode ser traduzido, em seu domínio literal, para “Arábia Feliz”. A expressão é uma terminologia utilizada pelos romanos antigos como referência ao território que hoje corresponde à República do Iêmen. O porquê dessa atribuição se dá em virtude de suas terras férteis e verdejantes (Retsö, 2000), promotoras de grande prosperidade. Adicionalmente, Matoi e Pricope (2019) apontam que a região era detentora de grandes riquezas, devido a centralidade de sua localização em uma área que destoava-se pelas rotas comerciais de incenso e demais especiarias. Desta maneira, o Iêmen cresceu envolto em misticismo nas mentes das antigas civilizações ocidentais, despertando a ganância dos grandes líderes de outrora que embarcaram em expedições com o propósito de conquistá-lo. Exemplo disso é a campanha militar enviada pelo Imperador Augustus em 26 a.C. (Abdullah, 2024).

Todavia, aquilo que já foi símbolo de esplendor civilizacional encontra-se, em seu presente horizonte histórico, classificado como um Estado falido, visto a concordância do desencadeamento dos eventos domésticos com a afirmativa de Rotberg (2004) de que os Estados falham ao serem consumidos pela violência a tal ponto que o exercício de suas funções basilares, como a entrega de bens políticos positivos, por exemplo, torna-se uma ação impossível em razão da incapacitação do ente em questão. Adicionalmente, a inépcia concernente com a projeção de poder e autoridade nas limitações fronteiriças nacionais, de maneira a promover vácuos de governamentalidade (Rotberg, 2002) verificam-se igualmente por sua veracidade em relação ao caso iemenita.

Os motivos para a presença desse tipo de conjuntura no Iêmen são diversos, com raízes no passado da região, e se entrelaçam em uma intrincada teia, na qual a interconexão das ações e políticas promovidas por atores externos, regionais e domésticos exercem forte impacto em sua construção. A exposição desses fatores é parte inerente desta pesquisa, afinal guerras não são eventos isolados, mas processos complexos com profundas raízes sociais, políticas e econômicas.

A configuração da conflituosidade civil expôs as consequências geradas durante o período da Primavera Árabe, com as agitações políticas, sob o formato de protestos, ascendendo ao conhecimento de grupos políticos opositoristas. Seus derivativos orientaram para a predominância de um vácuo securitário, no qual grupos terroristas e milícias lograram vantagens (Elayah; Verkoren, 2019). Entretanto, para o que condiz com os principais frentes

de batalha, a tríade composta pelo governo central, pelos Houthis e pela Coalizão Saudita apresenta-se como principal condutor desse imbróglio.

Contando com o apoio das potências ocidentais, como Estados Unidos, Reino Unido e França, a Coalizão apresentou-se como principal defensora do governo encabeçado por Abd Rabbuh Mansur Al-Hadi, substituto da liderança precedentemente exercida por Ali Abdullah Saleh anteriormente à unificação nacional. Nesse contexto, promovendo suas ações sob a égide da proteção ao atual governo, essa iniciou, durante o ano de 2015, uma campanha de bombardeamento ao Iêmen, segundo a qual, em agosto do mesmo período, deslocou-se os alvos, então instalações militares e governamentais, para a conjuntura civil-econômica, em que inclui a infraestrutura de transporte e água, de produção e distribuição alimentar, estradas, escolas, monumentos culturais, clínicas e hospitais, casas, campos e rebanhos (Mundy, 2018). Segundo o entendimento da Human Rights Watch (2018), a Coalizão possui a legitimidade para a concretização de tal expansão do escopo de guerra porque a mesma acaba sendo protegida por suas alianças firmadas com o mundo ocidental, de maneira a isentá-la de suas responsabilidades legais para com a garantia dos direitos humanos.

Adicionalmente, para além dos fins políticos e militares, a conflituosidade doméstica iemenita convergiu para a promoção de uma guerra econômica que resultou no bloqueio dos portos marítimos e no fechamento dos aeroportos. As ações promovidas por Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos, nessa seara, condizem com a garantia de conquista de objetivos nacionais próprios, em contrariedade com a discursiva de apoio à restauração da paz e da estabilidade carentes aos iemenitas. Para o Reino Saudita, as riquezas petrolíferas do território vizinho, contabilizadas, conforme o Ministério do Petróleo e Minerais da República do Iêmen (s.d.), em torno de 9.10 bilhões de barris de petróleo e 2.18 trilhões de pés cúbicos para gás natural, apresentam-se como uma das principais áreas de importância estratégica. Nesse contexto, Mundy (2018) e o Middle East Monitor (2018) destacam a presença saudita no terreno iemenita como parte de um projeto de prevenção, de maneira a impedir que o país e seus nacionais usufruam desses recursos e das riquezas deles advindas, prezando pelo predomínio de sua centralidade no mundo petrolífero, constatações que fortalecem-se por meio da observância de projetos como o do desenvolvimento de novas tubulações petrolíferas, a passarem pelo Iêmen, com direção ao Oceano Índico.

Por seu turno, os objetivos dos Emirados apresentam-se como “mais singelos” em comparação com os do Reino Saudita, visto o panorama de eventos, no qual suas ações estão concentradas em garantir o controle dos portos marítimos iemenitas, uma vez que, o sucesso nessa empreitada, possibilitará às monarquias emirates gerência sobre áreas tangentes ao

comércio, ao turismo e às riquezas pesqueiras (Mundy, 2018). No Iêmen, o setor pesqueiro, apesar de abranger uma camada populacional vivente em situações de extrema pobreza, é um dos principais fomentadores do esqueleto econômico doméstico, exercendo papel basilar no que respeita a geração de divisas estrangeiras, então necessárias para o estabelecimento da economia, a nível nacional (Becker, s.d.). Nessa linha, os interesses emiratos estão associados à produção de receitas proporcionadas pelo setor em questão.

A crise interna desestruturou a economia nacional e os projetos desenvolvimentistas, registrando-se forte declínio nas atividades econômicas, com destaque para o setor agrícola, além das elevações exponenciais nas taxas de desemprego, o que fez com que a sombra da fome extrema pairasse sobre os iemenitas (Agbhari; Nugroho; Kartono, 2024). Somando-se esse contexto aos extensivos danos infraestruturais, o quociente derivativo traduziu-se em sua dependência de auxílio externo, lê-se principalmente recursos humanitários. Todavia, as organizações também acabam sendo afetadas por esse cenário que, como apresentado por Jenkins (2020), enfrentam dificuldades diárias para a prestação da assistência em razão da violência e das dificuldades inerentes aos embates físicos e à guerra.

Assim, a análise do caso objeto dessa pesquisa exige um enquadramento teórico que possibilite a compreensão das dinâmicas correntes no país e no seio do núcleo governamental considerando-se as articulações entre estrutura, atores e formas de violência. Isto advém da própria natureza conflitual imperante no Iêmen, a qual opera em camadas invisíveis, ou seja, estruturais, em um processo evolucionário de transpasse dos limites do confronto bélico. Para isso, mobilizou-se as teorias da paz e da violência elaboradas por Johan Galtung a partir do final da década de 1960. Em sua abordagem, o teórico procura tratar ambos os fenômenos sob um prisma multivetorial, circundando, portanto, a violência direta, para a qual entende-se os confrontos armados; a violência estrutural, sob a seara das desigualdades historicamente produzidas e das políticas perpetuadas a longo prazo; e, por fim, a violência cultural, abarcante de discursos e simbologias naturalizantes da injustiça social e do próprio elemento violento. Com isso, torna-se possível evidenciar a guerra como um processo cumulativo e contínuo, na qual seus condicionantes foram gradualmente construídos, em oposição a uma leitura reducionista que transforme-a em um episódio pontual.

Também faz-se necessário destacar o pioneirismo dos conceitos de violência estrutural e paz positiva, quando comparado com o mainstream teórico das Relações Internacionais, preenchido por ideias realistas e estritamente militaristas. Primeiramente, torna-se possível demonstrar elementos outrora ignorados na abordagem sobre conflitos, como o sofrimento populacional e a insegurança alimentar. Ao invés de serem tratados como efeitos colaterais,

sob a lente da violência estrutural, tornam-se componentes do processo conflitual. Por sua vez, no que respeita a paz positiva, sua definição compreende o fator da paz como uma construção de longo prazo, na qual há, sobretudo, a promoção da justiça social para com os indivíduos. Essa concepção retira o tradicionalismo de seu entendimento que oportunizava que situações de miséria e falta de saneamento básico, por exemplo, fossem aceitas como um estado de paz. Portanto, a ausência do confronto e do belicismo não são condições suficientes para que se possa declarar tal. Em prol de evitar o prolongamento e a ressurgência do conflito, principalmente em um escopo de alargamento da assimetria entre os atores, faz-se necessário a reconstrução das estruturas sociais, políticas e econômicas.

Considerando a importância do entendimento sobre a guerra iemenita exterior às necessidades de poder e aos preconceitos religiosos, a presente pesquisa tem como objetivo principal identificar as dinâmicas estatais responsáveis pela violência direta empregada no período posterior à Primavera Árabe. Tendo isso em vista, pretende-se realizar uma revisão dos processos de formação e consolidação estatal iemenita; da influência das dinâmicas tribais na seara do poder político; da influência da Primavera Árabe na queda do regime de Saleh e do papel das consequências legadas do governo anterior para a formação do regime pós-2011. A teoria será aplicada de maneira a averiguar suas convergências e divergências com a conjuntura histórica do país. Essa segunda exposição permeia a especificidade dos objetivos.

O problema de pesquisa buscará evidenciar de que forma as dinâmicas de construção e funcionamento do Estado são responsáveis pela manutenção da violência bélica. Nesse sentido, a hipótese sugere que a perpetuação e o emprego de mecanismos de violência estrutural e cultural pela administração central sucedeu na danificação das instituições de tal maneira que conduziu a sua quebra, com as consequências dessa advindas, afetando diretamente a população e alimentando o ódio contra a instituição de poder, o que gerou a expressão máxima da presença do elemento violento no país, ou seja, a guerra.

A relevância de se considerar o estudo do conflito iemenita decorre de múltiplos fatores. A situação do país constitui um dos mais graves e prolongados conflitos contemporâneos, com a crise humanitária abrangendo dimensões sistemáticas, de maneira a incluir fome em larga escala, colapso institucional e deslocamento massivo de civis. A análise do caso torna-se necessária em razão da convergência das dinâmicas domésticas, regionais e internacionais, o que evidencia como os conflitos internos podem ser amplificados, instrumentalizados e prolongados pela atuação de atores externos, particularmente, vizinhos regionais. Bonnefoy (2021) e Bonnefoy (2020) argumenta que essa seara também impacta os estudos sobre o país, com a abordagem transnacional, em sua completa consideração do

contexto vigente na Península Arábica, marginalizando o Iêmen ao tratá-lo como um pária e uma antítese em um espaçamento bem ordenado, no qual, impera-se, os valores cosmopolitas, modernistas e neoliberais.

Além disso, o país representa um exemplo significativo de como a modelagem de processos históricos, como o colonialismo, continuam a influenciar nas condições presentes, destacando o caráter cumulativo. Haja visto que quaisquer análises do conflito que desconsidere a sobreposição de interesses regionais e o posicionamentos das potências ocidentais com a relevância dos recursos naturais e das rotas comerciais que circundam e atravessam o país fornece resultados incompletos, compreende-se o Iêmen como um palco científico de experimentação, em que as estruturas globais condicionam a formação, o agravamento e a persistência das zonas violentas.

Analicamente, esse é um caso de estudo expressivo, pois evidencia o fracasso de soluções restritivas ao campo diplomático-militar, visto que cessar-fogos, transições políticas e intervenções internacionais não produziram resultados substanciais concernentes à mudanças nas condições de vida da população. Esse fator o torna exemplar para a promoção de discussão sobre os limites das intervenções, bem como, para a reflexão tangente a modelos de reconstrução estatal, segurança humana e justiça social em contextos de instabilidade prolongada e exacerbada.

Por fim, a escolha do Iêmen como objeto de estudo e análise também acaba por justificar-se pela escassez de estudos aprofundados em língua portuguesa. Bonnefoy (2021), no tocante à generalidade das pesquisas, já aponta deficiências nas produções, destacando que sua operacionalização decorre em contextos limitantes e permeados por dilemas específicos. Essa afirmação também se prova verídica para o contexto brasileiro, em que o acumulado acadêmico ainda permeia a generalidade da guerra e de seus porquês, sendo essa entendida como uma consequência ou do governo de Saleh, ou do próprio processo advindo da Primavera Árabe. Portanto, constata-se a necessidade de propagar-se estudos orientados por lentes exteriores à esferas propagandísticas promovidas pela mídia, instrumento de reforço às narrativas sobre a “intrusão” iraniana ou sobre o aventurismo saudita (Bonnefoy, 2021). Igualmente, essa pesquisa contribui para preencher lacunas no debate nacional, em concomitância com a proporcionalidade de subsídios para um saber crítico sobre violências contemporâneas e disputas geopolíticas no Oriente Médio.

Por tratar-se de uma pesquisa fundamentada no resgate a fatores históricos para a construção de um entendimento integral sobre um evento presente, optou-se por utilizar uma abordagem metodológica qualitativa de investigação, para a qual há a consideração da

interpretação desenvolvida pelo pesquisador em conformidade com o caso abordado. Desta maneira, observa-se que os aspectos da realidade não podem ser quantificados, necessitando, para isso, centralidade de compreensão e explicação dinâmica das relações sociais (Gerhardt; Silveira, 2009).

Sua condução versará o método hipotético-dedutivo, visto que o mesmo busca criar hipóteses através de um problema inicial, de maneira a realizar um processo de testagem da predição do conteúdo abordado na hipótese (Mazucato, 2018). Nevado (2008) visa o método como um instrumental que oferece explicações causais dedutivas, de maneira que a avaliação dessas decorre de previsões contenedoras de relações lógicas entre as proposições. Por sua vez, Marconi & Lakatos (2003) destacam o papel da observação, realizado ativamente, e baseando-se em um conhecimento prévio ou expectativas prévias sobre a temática em teste. Por meio desse, será elucidado as dinâmicas domésticas estruturais e culturais do país. Complementarmente, considerando-se o resgate da história nacional iemenita, também optou-se pela aplicação analítica histórico-descritiva, a ser suplementada pelas teorias de Galtung.

No que refere-se aos procedimentos de execução da pesquisa, realizar-se-á revisão bibliográfica, por meio da consulta a livros, artigos científicos e demais produções científico-acadêmicas; e a análise documental, para a qual consta fontes primárias, em que destaca-se documentos oficiais proporcionados por entes governamentais, pela Organização das Nações Unidas e por seus órgãos derivativos, pelo Banco Mundial e por organizações caracterizadas pelo trato com a temática dos direitos humanos, e fontes secundárias, especialmente fontes jornalísticas e análises de opinião.

Finalmente, para a estruturação da pesquisa será realizada sua divisão em 7 capítulos, dos quais, inicialmente, constam esta introdução. Ao segundo capítulo foi destinado a exposição dos movimentos de desenvolvimento dos Estudos para a Paz como arena científica, evidenciando seus contextos e principais linhagens de estudo e promoção de ideais. A conjuntura do quarto e quinto capítulo corresponde ao panorama da história do Iêmen, abrangendo, para isso, dos períodos de ocupação à temporalidade do ano de 2022. Por meio desses, procurou-se, também, expor a atuação de atores e a construção das relações sociais iemenitas. Posteriormente há o capítulo analítico, em que será empregue os pressupostos de Galtung em relação direta às principais eventualidades históricas e, para findar essa monografia, apresenta-se nas conclusões os pareceres e entendimentos retirados do processo de escrita dessa.

2. OS ESTUDOS PARA A PAZ: DO SEU NASCIMENTO ÀS AMARRAS DA NOVA ORDEM INTERNACIONAL

Os conceitos de guerra e paz são fundamentos constituintes da ancestralidade antropológica, sendo inerentes ao desenvolvimento da vida dos seres humanos no planeta Terra. Sua coexistência com o elemento da violência suscitou indagações com respeito a sua antítese – um ambiente em que haja o império da paz – e como esse poderia florescer de modo a tornar-se ímpar nas relações sociais. No entanto, anteriormente à guinada acadêmica transcorrente ao longo do século XX, quaisquer propostas teóricas sobre a temática provaram-se autônomas, com carência de força normativa conjunta para fazer valer-se em razão de sua desarticulação. Com o fortalecimento das Ciências Sociais durante o período supramencionado, promovido pelo nascimento de novas disciplinas em seu cerne, essas discussões conceituais foram alocadas sob a orientação de áreas como as Relações Internacionais e os Estudos Estratégicos, tornando essa conectividade responsável pela síntese de uma abordagem de cunho tradicionalista – dançando na linha divisória entre as correntes de pensamento liberal e realista, com destaque para a última – no que diz respeito às expressões visionárias e compreensivas dos fenômenos em questão.

[...] tradicionalmente, a investigação sobre a paz, realizada sobretudo no quadro das relações internacionais como disciplina científica, foi mais uma investigação sobre a guerra, o conflito e sobre a forma e meios de evitá-lo, do que uma investigação sobre a paz enquanto tal, como estado caracterizador das relações sociais [...] (Del Arenal, 1986, p. 24, tradução nossa).¹

No entanto, em uma conjuntura de mudanças, o papel exercido pela efervescência do Sistema Internacional dos primórdios da Guerra Fria, em aliança com a inevitável necessidade das potências por aumento de poder e influência, se constituíram como ponto fulcral para o surgimento de questionamentos tangentes ao arcadismo e ao simplismo das proposições analíticas concernentes aos processos de paz e violência. Isso demonstrou que a periodização em questão caracterizava-se como propícia para implementação das bases transformativas responsáveis pela derrubada dos antigos ordenamentos já estabelecidos, sendo este o caso do status ocupado pela ciência na sociedade, a qual tornou-se a última ponte de esperança para a perpetuação da vida em um estado de qualidade superior.

¹ **Texto original:** “[...] tradicionalmente la investigación sobre la paz, realizada sobre todo en el marco de las relaciones internacionales, como disciplina científica, haya sido más una investigación sobre la guerra, el conflicto y sobre la forma y medios de evitarlo, que una investigación sobre la paz en cuanto tal, como estado caracterizador de las relaciones sociales [...]” (Del Arenal, 1986, p. 24).

Contudo, faz-se importante ressaltar que essas reconfigurações somente foram possíveis em razão da pungência da decepção de uma geração de pesquisadores para com o desenvolvimento da corrida armamentista, expressa, sobretudo, através da advocacia exercida pelo movimento Pugwash². Detentor de um enfoque centrado em questões como o aumento da capacidade nuclear dos países, esse encontrou pilar de suporte nas mobilizações pacifistas promovidas pela geração mais jovem em sua cruzada pela salvação da humanidade, para a qual, visionava-se o exercício de um controle internacional mais robusto dos armamentos mundiais (Schmid, 1968).

O alvorecer da década de 1950 formalizou parcialmente os processos em curso ao alçar essas proposições a uma nova luz científico-investigativa, então sob importantes nomes representativos do lado oeste do Oceano Atlântico, especificamente aqueles associados à instituições alocadas no território pertencente aos Estados Unidos da América. Com isso, presenciou-se o nascimento de uma nova disciplina que, cerca de 3 décadas mais tarde, ficaria conhecida como Estudos para a Paz. Apesar de apresentar uma silhueta contextual de desconforto e questionamento para com o status quo, o nascente ramo provou-se deficiente em radicalidade e inovação, visto seus momentos iniciais terem sido utilizados para a focalização em problemáticas concernentes ao controle dos conflitos e das guerras, com soluções centralizadas no emprego de propostas pacíficas que conduzissem metodicamente à mera redução, cessação e pacificação do território-alvo. Portanto, o campo tardou a atingir seu potencial para o pioneirismo e para a disrupção, características responsáveis por abalar as mentes de estudiosos conservadores que se encontravam presos às ideias de normalização dos conflitos e do domínio do Centro sobre a Periferia. Seu resultante reflete os processos de reconfiguração e os desafios metodológicos aos quais esse enfrentou em ordem de promover sua evolução.

Desta forma, os Estudos para a Paz, ao situarem a guerra como um fenômeno suscetível de investigação, guiaram-se em suas análises por um forte rigor positivista em que o espaço correspondente às suas metas científicas foi preenchido pela ambição de ser reconhecido como ciência aplicada na seara das pesquisas de codificação do conhecimento explicativo sobre a ausência, presença e magnitude das temáticas abordadas nessa pesquisa (Pureza, 2009).

² O Movimento Pugwash, encabeçado por cientistas, intelectuais e formuladores de políticas, buscou inspiração no Manifesto Russell-Einstein para a criação de um espaço de debate e advocação por um mundo livre de armas de destruição em massa, conclamando os principais líderes mundiais a pensarem criativamente em maneiras de redução e eliminação destes armamentos e pela preferência à resolução pacífica de todos os conflitos (PUGWASH). Disponível em: <https://pugwash.org/about-pugwash/>.

Apesar dessa construção, uma abordagem de tal natureza não se configura como arrojada, visto que as mesmas preocupações então expostas até este parágrafo também são partes da órbita das Relações Internacionais, como supra-indiciado. Desta forma, o que diferencia os Estudos para a Paz das demais disciplinas? Conforme Duran (2022), a grande revolução promovida pelo campo está na abordagem do elemento da paz, o que inclui a sua maneira de ser conceituado e teorizado. Logo, esta pequena palavra de três letras encontra-se explícita, para além das produções científicas, nos ideais defendidos pelos pesquisadores para a paz (*peace researchers*), o que ressalta o compromisso adotado por esses estudiosos para com a normatividade de sua promoção (Duran, 2022).

Adicionalmente, há transparência e evidência crítica no que respeita à visão tradicional de áreas como as Relações Internacionais e os Estudos Estratégicos referente a eventos geradores e perpetuadores da violência, dado que a leitura geral é de que esses são o fruto de um sistema anárquico composto por atores que interagem por meio de dinâmicas de fricção e competição constantes. Nesse cenário, o que resta para a paz é ser considerada como um fim alcançado por meio de vitórias militares. Contudo, para os Estudos para a Paz, a concordata é a de que essas interpretações estão a serviço do comodismo da elite *policy maker* internacional que busca pela manutenção de suas próprias prioridades e desejos.

[...] os estudos da paz têm procurado demonstrar que a paz não é apenas um ideal utópico, ou um estado contingente eventualmente alcançado entre guerras inevitáveis, mas é um objeto de pesquisa acadêmica a ser estudado em seus próprios méritos e a ser colocado em prática através de políticas concretas. Nesse sentido, os estudos da paz têm acumulado um vasto manancial de conhecimentos — conceitos, teorias, métodos e análises empíricas — que, em seu conjunto, fornecem indicações relevantes para a compreensão das causas dos conflitos violentos e das condições para a paz (De Oliveira, 2017).

Para que esse objetivo possa ser passível de concretização, os Estudos adotaram uma abordagem interdisciplinar e multidimensional envolvendo esferas do saber como a economia, psicologia, antropologia, sociologia e quaisquer outros domínios capazes de fornecer resultados concretos na busca pela compreensão de quais métodos são necessários para a substituição da estrutura violenta vigente. Portanto, não há espaço para estranheza no que tange a expansão de suas temáticas de trabalho ao longo dos anos. Por consequência disso, o campo inclui “[...] aspectos tão diversos quanto as causas da guerra” (De Oliveira, 2017), sendo uma arena composta por uma agenda que persegue um caminho de soluções práticas e viáveis para problemáticas urgentes e com grande capacidade para a destruição da humanidade, ultrapassando a tangente da ameaça nuclear em sua visão à questões conexas com a miséria, a opressão, o subdesenvolvimento e a degradação (Del Arenal, 1986).

Portanto, sumariamente, alguns dos temas de pesquisa abrangidos no campo dos Estudos para a Paz configuram-se como: desarmamento e controle armamentício; soluções para o problema das armas nucleares; técnicas de resolução de conflitos; operações de paz; métodos de desobediência civil pacífica; educação para a paz; condições para a implementação da paz positiva; migração e deslocamento; reconciliação e reconstrução pós-bélica; formas de violência e desenvolvimento (De Oliveira, 2017).

Para Celestino del Arenal (1986), o campo é uma empresa intelectual devota ao estudo da paz e a sua implementação na sociedade, com seus pesquisadores sendo corajosos o suficiente para desbravar todas as complicações que acompanham esse processo. Sob essas considerações, destaca-se que ao longo de sua evolução, apesar das dificuldades para seu estabelecimento, a área procurou por meios tangíveis para a aproximação de um estado de paz completo através da promoção de uma cooperação funcional. Para isso, destrinchou-se a figura do ser humano como elementário primordial para tal, assim como, as condições necessárias para a implementação desse viés (Galtung, 2014).

Ao navegar por essa jornada, com seus equilíbrios e desequilíbrios, os Estudos para a Paz passaram a reconhecer a importância social do conflito, adotando uma percepção de que não seria esse o “olho da tempestade”. Logo, o mal a ser eliminado, tanto em nível interno quanto externo, reside no elemento violento que acompanha o fenômeno supramencionado, devido ao seu potencial para a destruição e eventual aniquilação do que caracteriza-se como construtivo para um sistema.

Isto posto, este capítulo pretende investigar a evolução da linhagem histórica do ordenamento disciplinar medular para essa pesquisa, abordando as visões do principal teórico do campo, Johan Galtung, e responsável pelas inovações conceituais na arena da compreensão das causas dos mecanismos de conflito e implementação dos processos de paz. Visando sua concretização, a análise inicia-se com o nascimento dos Estudos, perpassando pelas décadas da “revolução”, em que as noções de paz e violência – e, conseqüentemente, o saber no que se refere à fenomenologia dos conflitos –, sofreram redefinições conceituais e de cognição. A extensão analítica proposta abrange a compreensão de sua condição em uma contemporaneidade na qual o ideal liberal ocidental visa a manutenção de sua predominância. Por fim, destaca-se que o capítulo almeja demonstrar o compromisso normativo-revolucionário-ideacional da arena em questão para com a não-violência como um de seus atributos mais distintos. O contexto em que a presente ação decorrerá reconhece o papel exercido pelos estudos críticos e de viés construtivista, visto sua aceitação nas disciplinas de

Relações Internacionais, Segurança e Estudos Estratégicos, o que acabou por ocasionar questionamentos a respeito da validade da longevidade dos Estudos para a Paz.

2.1. O nascimento de uma disciplina transformadora sob a roupagem dos “Estudos dos Conflitos”

O estágio embrionário da Guerra Fria caracterizou-se pela insuficiência explicativa da corrente teórica correspondente ao Realismo, no que diz respeito às convulsões que tomavam forma na periferia global, então reestruturadas sob novas configurações, como a transnacionalidade e a internacionalização da conflituosidade outrora limitada à um espaçamento territorial. Em decorrência disso, “pairava no ar” um ardor clamante por formulações inéditas no que respeita a abordagem da guerra sob uma perspectiva sistemática. As ideias em emergência encontraram, sob a alçada de pesquisadores estadunidenses, meios de materialização acadêmica, sendo “Nascidas da distância crítica face à agenda estreita e intelectualmente pobre das Relações Internacionais – que a moldou como um discurso explicativo (e, portanto, legitimador) das guerras [...]” (Pureza, 2009). Mediante isso, nesse primeiro momento de vida, os Estudos para a Paz assumiram características normativas “simplistas” quando comparadas ao boom da década de 1970, cuja razão decorre da escolha de seus propagadores em adotar uma agenda de investigação minimalista, concentrada em temáticas de cunho tradicional.

Esta primeira matriz veio a ser denominada de “Estudos dos Conflitos” – ou “Ciência da Paz”, como Pureza e alguns outros autores a nomeiam –. Suas bases foram fundamentadas em explorações acadêmicas desenvolvidas a partir dos anos 1940, o que conduz ao surgimento de nomes como o de Quincy Wright e sua obra “A Study of War”, em que se estabeleceu métodos de classificação e quantificação das guerras em razão de suas causas; e o de Lewis Richardson, com o “Statistics of Deadly Quarrells”, livro no qual o autor procura ordenar a tipologia dos conflitos, utilizando-se, para isso, índices de mortalidade, sua duração, frequência e repetição. Ao embarcar nesse estudo, o objetivo de Richardson era compreender o sistema de funcionamento desse fenômeno, alinhando, para isso, suas dinâmicas, com vistas à obtenção de modelos de solução (Del Arenal, 1986; Pureza, 2009). Portanto, como corpus para a realização desses trabalhos, constatou-se a adoção de uma combinação *à la Theodore Lenz*, de centragem empírica e visão positivista, com o princípio da neutralidade, tornando, desta forma, esses estudiosos responsáveis por atribuírem voz à responsabilidade social dos

cientistas ao integrar esse elemento à reflexão acadêmica (Pureza, 2009), ao longo de seu processo de consolidação.

Ainda em um aspecto técnico, ressalta-se que, em prol da superação do postulado romana *si vis pacem, para bellum*³, os pesquisadores da década de 1950 desafiaram a lógica dominante ao implementarem em seus estudos o discurso de que a paz transcendia a máxima da objetificação ao final de um conflito. Desta forma, utilizaram a polemologia como instrumento auxiliar, resultando em uma abordagem multidimensional do fenômeno. Em consonância com o princípio da resolução, nortearam-se pelo emprego de técnicas de refinamento destinadas à criação de soluções capazes de reduzir o conflito ao nível da viabilidade de controle e de gerência. Essa fórmula ganhou vida por meio do uso de ferramentas metodológicas oriundas da revolução behaviorista, matéria basilar para a formulação de modelos e hipóteses.

Em meio a esse processo, a primeira expressão de consolidação da corrente manifestou-se com a criação do *Journal of Conflict Resolution* (1957) e do *Center for Research on Conflict Resolution* (1959), na Universidade de Michigan, idealizados, então, por Harold Lasswell, Kenneth Boulding e Anatole Rapoport. Concomitantemente, este é um período de representação transitória de uma agenda aberta ao debate teórico nos meandros do *Journal of Conflict Resolution* para um “[...] órgão tecnicamente orientado, de valores obscuros e teoricamente vazio” (Reid; Yanarella, 1976, p. 36, tradução nossa)⁴, em que o pluralismo das ideias fora ofuscado em razão da primazia das tendências dominantes das ciências sociais e do Estado tecnocrata estadunidense (Reid; Yanarella, 1976).

Embora a existência desses núcleos de pesquisa tenha possibilitado certa expansão do escopo temático, como se observa nas investigações voltadas às noções de psicologia da conflituosidade, o conservadorismo de rigor da disciplina permaneceu. Assim, as observações constatadas das produções acadêmicas fundamentadas nessa matriz evidenciam um viés voltado à preservação das estruturas do Sistema Internacional, ignorando uma série de problemas endêmicos, especialmente os que afligiam o Sul Global.

Em contrapartida, do outro lado do Atlântico, a superação dessa orientação ganhava forma na Europa Nórdica, onde um grupo de pesquisadores, liderados por Johan Galtung,

3 Provérbio em latim, em que sua tradução para o português dá-se da seguinte forma: “se queres a paz, prepara-te para a guerra”.

4 **Texto original:** “[...] technically-oriented, value-obscured and theoretically vacus organ” (Reid; Yanarella, 1976, p. 36).

estava a elaborar um projeto que romperia com os paradigmas convencionais até então empregues.

2.2. Transformação e consolidação: Os Estudos para a Paz e a visão galtunguiana

A consolidação dos Estudos para a Paz como uma escola de pensamento crítico ocorreu sob a figura do mais proeminente pesquisador da área, Johan Galtung, em um período ao qual fatores externos do Sistema Internacional, somados com turbulências advindas de questionamentos sobre o saber científico, exerciam fortes pressões no campo das investigações acadêmicas. Internacionalmente, a Guerra do Vietnã e a invasão da Tchecoslováquia pela União Soviética estavam em curso, enquanto o setor acadêmico sofria com as revoltas estudantis que tomaram lugar em Berkeley em 1964 e pelo restante da Europa a partir de 1968, além do processo de questionamento e revitalização da natureza do saber científico originado da revolução behaviorista (Wiberg, 2005; Gleditsch; Nordkvelle; Strand, 2014). Paralelamente, enquanto Galtung empregava importantes esforços para legitimar o campo como uma arena válida de investigação e de produção de conhecimento científico legítimo, a tríade 1970-1980-1990, a que Wiberg (2005) classificou como as três grandes crises dos Estudos para a Paz, acarretou em importantes mudanças para sua estruturação final.

Dessa forma, neste subtópico abordar-se-á o desenvolvimento desse sob sua atual nomenclatura – Estudos para a Paz –, evidenciando as crises das décadas de 1970 e 1980 e os resultados provenientes das mesmas. Somando-se a isto, as contribuições de Galtung e a sua idealização do que deveria ser a Pesquisa para a Paz virá a ser explicitada, a fim de ressaltar sua fundamentalidade para a disciplina e justificando o consenso que posiciona o autor como seu principal expoente.

A definição das fronteiras desta nova área de pesquisa teve seus primeiros passos dados na metade da década de 1960, a partir de rupturas teóricas com as produções da escola estadunidense, tidas como insuficientes e demasiado rasas para a explicação das enfermidades internacionais. Desenvolvido a partir do núcleo norueguês, o campo surgiu com ideias de compreender o advento da guerra, da conflituosidade e da paz por meio de uma guisa mais profunda e por um caminho contrário ao de seu progenitor problemático, o Estudo dos Conflitos.

Galtung aponta essencialmente três problemas a esta escola que se vai consolidando ao longo das décadas do outro lado do Atlântico: o primeiro é o facto da investigação incidir fundamentalmente sobre o conflito – em vez da paz; o segundo é o facto desta análise privilegiar o estudo do conflito de larga-escala – em vez do estudo da violência em todas as suas formas; e o terceiro é a relação desta área

disciplinar com a ordem internacional, legitimadora das relações de poder – em vez de questionadora da violência sistêmica e desafiadora das hierarquias internacionais (Cravo, 2023, p. 460).

À vista disso, ocorre o emprego do termo paz, livre de quaisquer medos e receios, alocando-o na completude de seu conjunto componente, desde atividades às instituições representativas, e tornando-o seu núcleo de investigação (De Oliveira, 2017). Para a promoção dessas concepções, Galtung criou o *International Peace Research of Oslo* (1959) e o *Journal of Peace Research* (1964), espaços que se tornaram fundamentais para uma gama de pesquisadores que não se viam representados em ambientes de debate anteriormente consolidados.

Valendo-se de uma ótica inicial de apoio em métodos já empregados pela primeira matriz, as primeiras publicações de Galtung eram preenchidas pela influência positivista. Foi durante o período desta abordagem que o mesmo lançou no editorial do número fundador do *Journal of Peace Research* uma divisão conceitual da paz, classificada em duas tipologias: a paz negativa, conceito tradicional abordado até então nos estudos sobre o tema, traduz-se na ausência da violência e da guerra; e a paz positiva, que diz respeito à condição de integração humana (Galtung, 1964). Tais ideias são um claro esforço de retirada do estatocentrismo da investigação, reiterado pela conceituação da paz positiva, centrada em uma visão antropocêntrica. Como afirmou Galtung (2010, p. 21, tradução nossa): “[...] a medida básica da paz é o que acontece com seres humanos, a extensão em que suas necessidades básicas e direitos básicos sejam atendidas”⁵.

No entanto, a corrente positivista não obteve êxito em consolidar-se na nova disciplina, sendo substituída por um viés que pleiteava uma metodologia flexível, com primazia da consistência teórica como preocupação central da pesquisa (Galtung, 1964) e da coexistência entre apreciação ideológica e avaliação empírica, a fim de diminuir a rigidez existente na distinção entre fato e valor (De Oliveira, 2017). Cravo (2023) elenca a ascensão de uma visão pós-positivista, que tinha como premissa a recusa dos valores positivistas nas ciências, a viragem crítica ocorrida no campo das ciências sociais e a reconceptualização galtunguiana dos conceitos básicos aos Estudos para a Paz como os principais elementos promotores da revolução que culminou na retirada desse da presente esfera de estudo.

Esta constelação de novas ideias e pensamentos impactou o desenho da pesquisa para a paz de tal forma que a conduziu à sua primeira crise. A problemática de uma agenda legítima foi pungente e gerou intensos debates entre a velha guarda, composta por defensores

⁵ **Texto original:** “[...] the basic measure of peace is what happens to human beings, the extent to which their basic needs and basic rights are met” (Galtung, 2010, p. 21).

ferrenhos de uma agenda tradicionalista, e pesquisadores que advogavam pela expansão do escopo de abordagem temática para questões intrínsecas à estrutura internacional e demais problemas sociais (Wiberg, 2005). Apesar de intensas discordâncias, soluções copulativas foram preteridas, resultando em uma importante sinergia entre ambas as agendas (Wiberg, 2005).

A busca por uma realidade internacional alternativa, promovida por meio de transformações no sistema, aliada à ambição de Galtung em consolidar os Estudos para a Paz como uma ciência normativa comprometida com a promoção da paz, resultou na perda de espaço da especulação filosófica, à medida que o campo se tornava valorativo e orientado para políticas. Em virtude disso, a década de 1970 marcou a virada dos Estudos para a Paz como ciência independente, ao combinar um voluntarismo ideológico e normativo com um empirismo metodológico (Krippendorf, 1973; Neufeld, 1993; Pureza, 2009). O conceito de violência estrutural floresceria pouco tempo depois, tornando-se complementar ao de paz positiva, que, por sua vez, teve sua definição reorientada em função daquele.

Com isso, o objetivo do pesquisador da paz passou a ser a identificação de métodos não-violentos, uma vez que a não-violência exercia presença assídua na arena em questão, para a transformação do ambiente internacional à níveis sociais, políticos, econômicos e culturais. Em conjunção, prezou-se pelo reforço da cooperação, não somente entre as nações mas, igualmente, entre os seres humanos (Pureza; Cravo, 2005). A conclusão é que os Estudos para a Paz tornaram-se uma disciplina ‘socialmente produtiva’, visto estarem fortemente comprometidos com um futuro mais sustentável por meio do favorecimento da “[...] transformação da violência em política, possibilitando o desenvolvimento de uma sociedade internacional mais pacífica” (Xavier, 2023, p. 48).

Ambos os conceitos suscitaram uma série de críticas por parte de pesquisadores que os consideravam vagos e utópicos. Boulding (1977), ao realizar uma análise da pesquisa galtunguiana, enquadra o autor na corrente que denomina estruturalista. Em sua perspectiva, essa abordagem trabalha com padrões e formas estáticas, o que impossibilita o dinamismo investigativo e impede a produção de um verdadeiro conhecimento científico. Assim, para o autor, os conceitos de paz positiva e violência estrutural são meramente metáforas, em vez de modelos explicativos dos problemas sistêmicos (Boulding, 1977).

Outro exemplo de *peace researcher* crítico ao que fora fundamentado por Galtung é Herman Schmid. Em seu artigo “Peace Research and Politics”, Schmid (1968) define a paz positiva como um conceito guarda-chuva, preenchido por valores pessoais e desprovido de significado real, dada a ausência de consenso geral sobre quais valores seriam essenciais para

seu estabelecimento. O autor complementa sua fundamentação com o argumento de que o pensamento para a paz, conforme estabelecido por Galtung, pode se tornar uma mera ferramenta de orientação política e um caso de utopismo científico, devido a incapacidade da ciência em eliminar conflitos e disputas.

A centralidade que ambas as terminologias passaram a ocupar na obra de Galtung foi uma resposta a críticas como as supracitadas. Em ordem de contrapô-las, o autor atingiu o apogeu destes conceitos em seu artigo “A Structural Theory of Imperialism”, publicado no ano de 1971, ao expandir a análise das desigualdades produzidas pela violência estrutural para o setor internacional, especificamente no que concerne às relações entre Centro e Periferia e o centro do Centro e a periferia da Periferia (Galtung, 1971). Nota-se, com isso, que o projeto idealizado por Galtung “[...] tomou um interesse agressivo em quase tudo sobre a condição humana e seu aperfeiçoamento” (Thee, 1983, p. 203, tradução nossa).⁶

À medida que Galtung expandia o escopo setorial de suas análises, o eco de suas teorias e reflexões reverberou em estudiosos que compartilhavam de suas preocupações e buscavam, por sua vez, desvelar as origens dessa violência em eventos históricos e dinâmicas sistêmicas. Este é o caso de Ekkehart Krippendorf que, em seu artigo “Peace Research and the Industrial Revolution” (1973), apresenta uma nova perspectiva, na qual a Revolução Industrial deixa de ser um marco histórico para tornar-se a chave que desvenda a intrínseca estrutura opressiva que traduz forma ao Sistema Internacional, configurando-se como alicerce do sistema capitalista e da dominância de classes, posta em voga com a ascensão da burguesia. Nesse cenário, nota-se a conexão com a teoria imperialista proposta por Galtung, particularmente no que tangencia a compreensão de Krippendorf (1973) acerca das raízes da violência estrutural, as quais são rastreadas até as próprias origens da Revolução Industrial e à sua posterior projeção em um contexto internacionalizado.

Nas origens dessa unidade mundial, que era o produto do cálculo econômico e que se tornou o veículo do crescimento econômico e da Revolução Industrial, estava a violência aberta e manifesta que se sublimou em violência estrutural latente somente depois de ter cumprido seu papel de ajuda. No entanto, ela ainda pode ser chamada novamente e empregada para preservar as estruturas de dependência (Krippendorf, 1973, p. 190, tradução nossa).⁷

⁶ **Texto original:** “[...] it has taken an aggressive interest in almost everything concerning the human condition and its betterment” (Thee, 1983, p. 203).

⁷ **Texto original:** “At the origins of this world unity, which was the product of economic calculation and which became the vehicle of economic growth and the Industrial Revolution, stood overt and manifest violence that sublimated itself to latent structural violence only after having fulfilled its helping role. Yet it can still be called up again and employed to preserve the structures of dependence” (Krippendorf, 1973, p. 190).

Por sua vez, Galtung discute o fenômeno do imperialismo não como sendo único e restrito em sua tipologia, voltado para o setor econômico como advogam os teóricos marxistas, mas subdividido em 5 espécimes, os quais: político, econômico, militar, comunicacional e cultural. Em seu aporte teórico, o autor propõe que as relações de dominâncias não são restringidas ao nível global, ocorrendo apenas entre países, mas estendem-se às coletividades sociais, promovendo, desta forma, um relacionamento hierárquico estrutural tanto intra quanto inter-nacional.⁸ Este arranjo atua no impulso de um ordenamento desigual autopromotor por meio dos efeitos de *spin-off* e *spill-over*, auxiliando na manutenção dos países subdesenvolvidos em sua condição periférica (Milan, 2021).

A teoria imperialista galtunguiana apresenta o fenômeno como um sistema elaborado, composto por engrenagens que atuam como artifícios de funcionamento, princípios e fases. Por meio de mecanismos de interações verticais e de uma estrutura de interação feudal, a Periferia torna-se refém do Centro, que passa a ser seu parceiro econômico primordial. Enquanto a este é permitido a interação com outras nações centrais, o mesmo não se aplica para os Estados dominados, em que os graus de interação entre si são praticamente inexistentes. Historicamente, esse fenômeno localiza-se na alocação de três fases: a) a do colonialismo, em que há a ocupação do centro periférico por vias físicas-presenciais; b) a do neocolonialismo, em que a interação corrente de dominância ocorre por intermédio das organizações internacionais; e, c) o último estágio, o do neo-neo-colonialismo, pautado pelos meios internacionais de comunicação extremamente rápidos, onde a presença física do ser humano torna-se desnecessária (Galtung, 1971; Milan, 2021). A conclusão final do autor é a de que “O imperialismo é uma questão de grau e, se for perfeito, é um instrumento perfeito de violência estrutural. Quando é menos que perfeito, algo deve ser substituído pelo que se perde na violência estrutural: a violência direta ou, pelo menos, a ameaça de violência direta” (Galtung, 1971, p. 102, tradução nossa).⁹

Retomando ao pensamento base desse capítulo, com a maturação dos conceitos básicos abordados pelos Estudos para a Paz, a matriz acabou por se tornar uma ciência triangular, na qual o empirismo foi relegado a uma centragem histórica, ou seja, a ocupação do passado; o criticismo trataria as problemáticas presentes e o construtivismo se voltaria para o futuro. Uma abordagem multinível, que contemplasse os setores individual, comunitário,

⁸ No que concerne ao caso relacional da dominância entre nações, esta ocorrerá por meio da irradiação de poder do centro do país central para o centro da nação periférica (Galtung, 1971).

⁹ **Texto original:** “Imperialism is a question of degree, and if it is perfect it is a perfect instrument of structural violence. When it is less than perfect something must be substituted for what is lost in structural violence: direct violence, or at least the threat of direct violence” (Galtung, 1971, p. 102).

estatal e internacional, no que diz respeito aos conflitos e processos de paz, foi fundamental para que Galtung fosse capaz de romper “essencialmente com três concepções relativamente ao conceito da paz: a primeira da paz enquanto utopia ingênua, a segunda da paz enquanto tradição de pensamento não científico e a terceira da paz enquanto pacificação dos conflitos de larga escala” (Cravo, 2023, p. 458).

Com o findar da agitada década de 1970, a segunda crise dos Estudos para a Paz começou a tomar forma. Os conceitos propostos por Galtung alargaram o escopo de estudo do campo, o que fez com que as instabilidades do ano de 1980 se traduzissem em uma crise de identidade. As consequências mais graves provenientes da vastidão temática foram a incapacidade de realização de pesquisas que transcendessem o genérico e a extinção dos institutos que procuravam a manutenção de uma matriz vasta. No início dessa nova era, as prioridades dos Estudos para a Paz passaram a se configurar conforme expressas na Figura 1.

Figura 1 – Temáticas abrangentes no cerne dos Estudos para a Paz na década de 1980

Focus	Value/concern/goal	Norm	Level	Area of study
I. Manifest physical violence.	National & international security, war prevention/elimination, absence of large-scale armed conflict;	Sanctity of human life, survival;	National/international;	Arrangements/disarmament, arms control, militarism studies, conflict resolution, conversion studies, non-offensive defense strategies;
II. Structural, socio-economic violence.	deprivation/satisfaction of basic human needs (food, health, clothing, shelter, education), eradication of poverty/exploitation, establishment of a just economic and political international order, democratization of international relations;	equity, economic welfare, betterment of the human condition;	social, class structure, international;	underdevelopment/mal-development/development, imperialism/dependency studies, non-violent action;
III. Repressive political violence	human dignity and autonomy, tolerance and self-realization, repression/freedoms/democracy, satisfaction of basic non-material and spiritual human needs;	human rights: – civil and political, – economic, social and cultural, – right to peace, development, self-determination (solidarity rights);	individual and collective;	suppression/implementation of human rights, value compatibilities, socio-cultural diversities;
IV. Peace education.	human awareness/consciousness, moral/ethical attitudes.	human rationality and behavior.	individual/collective/national/international.	disarmament education, peace research and social science insights, peace curricula, pedagogical approaches, strategies for change.

Fonte: Thee, 1983

A vastidão temática do campo, como demonstrado pela Figura 1, ressoou na análise de Hylke Tromp (1981) a respeito da dificuldade dos Estudos para a Paz em estabelecer limites investigativos, transformando-se, desta forma, ao abrirem seus horizontes para uma ampla gama de questões sociais, em um verdadeiro “buraco negro”. O desprovemento de foco, ilustrado por um excessivo alargamento de seu aparato teórico, gerou dificuldades quanto à

construção de uma metodologia coesa, deixando o campo vulnerável a críticas de superficialidade e falta de direcionamento.

Por outro lado, aspectos positivos também emergiram como provenientes dessa expansão. O número de pesquisadores interessados na investigação sobre a paz cresceu exponencialmente, o que resultou na criação de novos núcleos de pesquisa e na diversificação das abordagens metodológicas. Esse crescimento propiciou certa riqueza de perspectivas e enfoques, ao mesmo tempo em que evidenciou a necessidade do campo em estabelecer uma identidade concisa e claramente definida.

Com o fim da Guerra Fria, novas transformações e tendências atuaram de modo a redirecionar o foco da pesquisa. A agenda, então mais racional e pragmática, concentrou-se em compreender e gerenciar as mudanças na arena da conflituosidade no cenário pós-bipolar, com ênfase na construção de uma paz projetada e exportada a partir dos valores liberais empregados pelo Ocidente. Um dos principais pilares dessa nova conjuntura foi a implementação de governos democráticos em países que encontravam-se em um cenário de desestruturação como resultado de longos períodos de violência doméstica. Essa perspectiva, embora direcionada para uma abordagem objetificante da estabilização em curto prazo, também suscitou, e continua a fazê-lo, debates sobre a compatibilidade da paz liberal com as realidades locais, de suas limitações enquanto modelo a ser exportado e as implicações dela decorrentes para as sociedades em transição.

2.3. Os Estudos para a Paz no pós-Guerra Fria

O encerramento das tensões que caracterizavam a estrutura internacional bipolar significou, para além da primazia do viés liberal defendido pelo Ocidente e suas lideranças, a vigência da terceira e última crise dos Estudos para a Paz. Afetado diretamente pelo reordenamento do Sistema Internacional, o campo experienciou uma nova deficiência identitária, com a presença de acalorados debates internos e disputas epistemológicas com outras disciplinas, à medida em que registrava-se a perda de clareza sobre qual deveria ser a ordem substancial da nova agenda.

Ademais, a supremacia do pensamento liberal no cenário global impactou profundamente os Estudos para a Paz, conferindo-lhe ampla aceitação internacional. Sob a égide de teorias como a da paz democrática, o campo encontrou novos espaços de inserção e uma ressonância que lhe permitiu reafirmar sua relevância, ainda que em meio às contradições e desafios impostos por um mundo em reconstrução sob os preceitos da corrente supramencionada.

Por meio do Secretário Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Boutros Ghali, a perspectiva galtunguiana passou a compor o cerne das operações de manutenção da paz, renovando o caráter das missões. A adoção dos conceitos de *peacemaking* e *peacebuilding* deu-se em um período em que a organização encontrava-se mergulhada em um contexto de reformas institucionais, motivadas pela necessidade de explorar problemáticas anteriormente eclipsadas pela disputa entre Estados Unidos e União Soviética no Conselho de Segurança. Essa nova abordagem foi formalizada no documento “Uma Agenda para a Paz”, lançado em 1992, no qual Ghali conclamou uma maior participação da sociedade internacional nos processos de pacificação, reconhecendo as limitações da ONU em realizar um trabalho de tamanha magnitude (United Nations, 1992).

Esse marco trouxe à luz as chamadas “novas pazes”, responsáveis por prevenir a ocorrência da escalada da violência de forma exacerbada e sua perpetuação cíclica. Essas iniciativas foram organizadas em quatro tipologias principais, conforme o exposto por Thakur e Schnabel, (2001) e pela United Nations (1992): *Preventive Diplomacy*, centrada na redução de qualquer perigo potencial de violência no sistema, aumentando, assim, a viabilidade de acordos de paz por meio de ações preventivas. Essas ações podem ocorrer tanto na fase prévia à eclosão do conflito, visando impedir a transformação de disputas em confronto ou o escalonamento de dissonâncias existentes, quanto na contenção da difusão de crises em ocorrência; *Peacemaking*, voltada à manutenção de acordos por meios pacíficos e às demais formas de negociação, em consonância com o disposto no Capítulo VI da Carta das Nações Unidas; *Peacekeeping*, que estabelece a possibilidade de presença da ONU no local do conflito; e *Post Conflict Reconstruction/ Post Conflict Peace Building*, que promove a cooperação em âmbitos variados para a reconstrução e formulação do novo Estado, assegurando condições para uma paz calcada mediante atividades cooperativas entre países e organismos multilaterais.

Adicionalmente, em seus estudos, Thakur e Schnabel (2001) identificaram uma quinta categoria no renovado sistema das Nações Unidas: o *Peace Enforcement* que visa garantir o cumprimento de um cessar-fogo ordenado previamente pelo Conselho de Segurança.

Um aspecto igualmente relevante consiste em observar que a conjunção entre a terceira crise dos Estudos para a Paz e o surgimento de novas perspectivas proporcionaram a retomada da predominância de temáticas abordadas nos anos iniciais do campo. Esse movimento resultou na formulação de uma agenda que reposicionou os países periféricos no centro das análises, agora interpretados a partir de novas tendências e padrões. Os anos 1990 marcam, assim, o início de uma linha evolutiva que passou a tratar o Sul Global como um

espaço caótico de instabilidade crônica, permeado por golpes de Estado e pela violência em suas múltiplas dimensões. Essa perspectiva conduziu à contração da periferia em uma bolha que, predominantemente, a caracteriza como uma vítima que necessita de salvação e orientação para sua condução rumo ao caminho da liberdade democrática.

Inúmeras são as teorizações que se debruçam em compreender as dinâmicas da conflituosidade e, conseqüentemente, das condições para a implementação da paz, presente no pós-Guerra Fria, dentro as quais merecem destaques nomes como o de Kaldor (1999) com sua teoria das “novas guerras” e o de Zartman (1995) com seu conceito de “Estados falhados”. Esses autores adotam uma sabedoria condizente com a interpretação de que as guerras e os conflitos em voga, neste ambiente desesperado pela vigência de uma ordem alternativa, quebram os paradigmas das guerras westphalianas e bipolares, transformando-se em eventos de longa duração que contam com a participação de novas categorias de atores (De Oliveira, 2017). Como consequência, o tratamento torna-se de extrema dificuldade, perpassando por uma série de empecilhos e fracassos, enquanto as causas deslocam-se do âmbito externo para o interno.

Essa compreensão proporcionou à paz liberal um ambiente ao qual pudesse atuar como instrumento de resgate. É importante a ressalva de que essa teoria contava com uma forte base de apoio proveniente do Norte Global e das instituições internacionais ao optarem pela cega crença em seus valores promotores de paz (Mac Ginty, 2010). A partir deste período, as terapêuticas são exportadas por meio das operações de manutenção da paz de organizações como as Nações Unidas, instituições financeiras como o Banco Mundial e por meio das potências ocidentais, sob a liderança dos Estados Unidos. O aumento de missões facilitou que a periferia global se tornasse um gigantesco campo de experimentação do modelo ocidental liberal de pacificação e construção estatal, enraizando-se em todos os setores – político, econômico, social e institucional –, em busca de um maior controle da conflituosidade presente.

A ortodoxia familiar de construção da paz liberal depende da transplantação e da exportação de condicionalidade e dependência, com vistas a consolidar um contrato social entre populações, seus governos e o Estado, em que repouse uma paz liberal legítima e consensual. Esta mistura de regulação institucional e liberdades liberais faz da paz liberal uma “paz-como governança”, por meio da qual a paz é vista tanto por acadêmicos quanto por formuladores de políticas como emergindo do estabelecimento das instituições necessárias para a governança permanente, liberal, da sociedade, da economia e da política (Richmond, 2010, p. 297).

Por meio de mecanismos característicos da paz liberal, estratégias que visam disciplinar a sociedade, a política e a economia do país receptor da operação de paz passaram

a ser empregadas, justificadas sob a retórica de valores elencados como primado da pacificação, tais quais “[...] a primazia do indivíduo, a crença na reforma dos indivíduos e instituições, o pluralismo e a tolerância, o estado de direito e a proteção à propriedade” (Mac Ginty, 2010, p. 393, tradução nossa).¹⁰ Em somatória, também destaca-se a igualdade de oportunidades, busca pela liberdade, a racionalidade individual e coletiva, assim como, a importância da lei (Joshi; Young Lee; Mac Ginty, 2014). O Quadro 1 resume as principais ações empregadas pelos agentes pacificadores de acordo com os setores primordiais dos projetos de engenharia social da paz liberal.

Quadro 1 – Ações empregadas pelos agentes da paz liberal conforme setor de prioridade

Setor prioritário	Ações empregadas
Promoção da democracia	<ul style="list-style-type: none"> ● A democracia constitucional é uma conquista que torna a paz sustentável possível; ● Procura pela garantia da legitimidade estatal através do incentivo da participação popular; ● Promoção de mecanismos não violentos para a resolução de tensões; ● Transição para a democracia como objetivo chave das operações de paz; ● Eleições como mecanismo de transformação estatal, objetivando um ambiente pacífico e multipartidário; ● Principais passos para a melhora da democracia: programas educacionais, intervenções governamentais e na sociedade civil e nutrição da capacidade local de liderança; ● Inclusão de pessoas marginalizadas, minorias e ex-atores detentores de armas nos processos políticos; ● Democratização realizada a partir de um paradigma de controle.
Estado de Direito	<ul style="list-style-type: none"> ● Estabelecimento da ordem social e da justiça, bem como, sua manutenção por meio de regulamentos sociais; ● Implementação de um sistema de justiça e leis funcionais; ● Caso não haja a necessidade de um novo sistema judicial, há a reforma estrutural do antigo e de suas instituições; ● Reconstrução de quadros constitucionais de governança
Direitos Humanos	<ul style="list-style-type: none"> ● Proteção aos civis; ● Garantia dos direitos das minorias e das necessidades das populações mais vulneráveis; ● Promoção da equidade de gênero e dos direitos das crianças e dos adolescentes; ● Programas implementados: repatriação de refugiados e deslocados internos, garantia de segurança alimentar e respostas efetivas a problemáticas de saúde

¹⁰ **Texto original:** “[...] the primacy of the individual, the belief in the reformability of individuals and institutions, pluralism and toleration, the rule of law, and the protection of property”(Mac Ginty, 2010, p. 393).

Reforma do setor de segurança	<ul style="list-style-type: none"> ● Busca pela facilitação transicional em um cenário pós-conflitos dos atores estatais e não-estatais; ● Conexão com desenvolvimento político e econômico; ● Centrado na entidade do Estado; ● Implementação de reformas radicais; ● Quando necessário, há a reintegração de ex-combatentes aos setores de segurança, como polícia e forças armadas; ● Principais ações realizadas em territórios de conflito: ação anti-minas, retirada de forças militares estrangeiras, constituição (caso seja necessário) e retraining das forças de segurança nacionais e introdução de sistemas de supervisão das forças securitárias.
Reforma de governança	<ul style="list-style-type: none"> ● Reconstrução dos sistemas de governança e das capacidades centrais do Estado; ● Implementação de sistemas de prestação justa de serviços; ● Gestão dos recursos naturais nacionais; ● Procura pela redução da corrupção; ● Implementação de mecanismos para o impedimento do comércio ilícito; ● Os projetos de boa governança destacam três características como cruciais: transparências, responsabilidade e inclusão; ● Centralização dos sistemas de formulação de políticas, inclusive de políticas públicas; ● Descentralização dos sistemas de entrega de serviços; ● Implementação de programas econômicos focados em uma economia de mercado, restabelecimento das instituições financeiras públicas, apoio ao setor privado e promoção do investimento estrangeiro; ● Fortalecimento da sociedade civil por meio da capacidade de construção e do desenvolvimento rural; ● Garantia de acesso livre da informação através da mídia independente; ● Reabilitação da infraestrutura nacional; ● Redesenvolvimento da coesão social e da solidariedade comunitária.

Fonte: elaborado pela autora a partir das informações contidas em Joshi; Young Lee; Mac Ginty, 2014.

Não há como negar que os procedimentos que atuam no emprego da paz visando o imediatismo e o curto prazo são extremamente falhos, e as críticas a respeito da paz liberal convergem quanto à questão. A principal contradição em relação a esse modelo reside no que diz respeito ao emprego de meios não liberais, pautados em políticas de cunho realista do uso da força, coerção, condicionalidade e dependência no seu emprego, reforçando a conservação das elites globais no poder ao invés do foco na emancipação da população local. Com isso, a atuação deste setor é restringida, levando ao distanciamento de sua cultura, dinâmicas sociais e problemas da vida diária que se manifestam de forma tão agressiva, tal qual a violência empregada no próprio conflito, e que acabam por ficarem sem solução. “Sendo assim, a paz liberal reproduz uma paz virtual latente nas ‘instituições frias’, nas quais há ausência de

empatia, de cuidado e de capacidade de emancipação – uma forma ortodoxa institucional de paz-como-governança” (Richmond, 2010, p. 304).

No que tange à questão administrativa, a replicação dos processos ocidentais se dá de forma atroz por meio de uma cadeia de transmissão que ocorre de cima para baixo, na qual para além dos modelos político, econômico e social, perpassa pela ordem das ideias, da linguagem e dos próprios meios pacificadores (Mac Ginty, 2010). Logo, ao exacerbar a promoção dos valores ocidentais, o apagamento da identidade local torna-se inevitável, reforçando costumes colonialistas e criando um sistema de classes (Richmond, 2010) em um projeto que, teoricamente, visa a libertação. A ênfase em questões contemporâneas como os direitos humanos e a segurança humana são igualmente implementadas sob essa ótica, resultando em sua inadaptabilidade.

As críticas ao modelo também refletem a preocupação com a padronização das operações de manutenção da paz que o mesmo promove. Mac Ginty (2008), um dos críticos mais ferrenhos do projeto, compreende que através deste o Ocidente utiliza de seu poder detentor sob a estrutura internacional de forma a limitar uma construção alternativa de paz, cooptando as soluções locais e indígenas e impedindo a existência da organicidade. Assim, para além da restrição participativa da população local, suas demandas frequentemente são rotuladas como controversas ao projeto de construção e pacificação liberal, sendo ignoradas (Mac Ginty; Richmond, 2013).

Portanto, não obstante o arcabouço de governança liberal avançar significativamente a noção de paz, ele ainda abarca grandes exclusões, pautadas nos funcionamentos de sua economia, de seus pressupostos culturais e identitários e na capacidade dos hegêmonas de enfraquecer alguns de seus processos. Em particular, a tendência à incorporação de um sistema econômico neoliberal tem minado muitos dos benefícios que a paz liberal ofereceu em sua versão mais antiga, pós-guerra, centrada no bem-estar (welfarist) (especialmente na Europa). Além disso, onde a paz liberal é imposta externamente em zonas de conflito ou pós-conflito por meio da força ou de condicionalidades, ela tende a uma forma neocolonial ou, na melhor das hipóteses, tutelar de paz. Por fim, ela tende a construir uma forma de paz limitada pela soberania territorial, assim recriando formas inflexíveis de soberania estatal (Richmond, 2010, p. 302).

A exposição apresentada evidencia como os Estudos para a Paz, em sua abordagem predominante, têm se concentrado na preferência por um campo que trata somente da cessão do elemento visível do conflito, implementando uma paz negativa através de medidas que prezam pela rapidez e paliatividade, prevenindo assim uma construção efetiva e dificultando a pacificação do terreno em termos de longo prazo. Além disso, a primazia por uma construção exógena resulta no esvaziamento da soberania local (Pureza, 2009), auxiliando na manutenção da violência intrínseca na estrutura.

2.4. O declínio dos Estudos para a Paz na ordem pós-11 de setembro

Para além das transformações ocorridas com o fim da Guerra Fria, não tardou para que a ordem global viesse a sofrer novos impactos que se fariam fulcrais para seu arrançamento. O 11 de setembro de 2001 marca um momento de reascensão da visão realista da política e das necessidades securitárias da estrutura que a compõem. Com isso, registra-se o aumento da incapacidade dos Estudos para a Paz de reverterem o estreitamento da política internacional, tornando-se refém do pensamento que compreende os conflitos como fenômenos inevitáveis (Pureza; Cravo, 2005). Consequentemente, este alinhamento acabou por afetar sua capacidade crítica desenvolvida durante os anos 1970 e perpetuada pelo restante da era bipolar.

A ampla securitização aplicada nesta nova ordem tornou a entrada nas periferias um processo mais intrusivo, no qual o uso de meios militares para o emprego de um projeto de reconstrução liberal se utiliza da retórica do suporte à paz como ferramenta para o controle a opressão dessas sociedades vitimadas (De Oliveira, 2017). A problemática inerente a esse cenário é a concordância de uma disciplina perpetuadora do discurso da transformação que passa a conformar-se ao consentimento da existência de uma estrutura vigente violenta e que utiliza de meios violentos, levando à invisibilização de seu caráter emancipatório.

Como a guerra contra o Iraque [2003] demonstra, trata-se hoje de um realismo travestido de missão democrática, que se apropria do discurso normativo que lhe era tradicionalmente alheio e invoca o comprometimento com determinados valores para legitimar a guerra. Os mesmos que defendem a “anarquia” socorrem-se agora da imagem da “comunidade”. Utilizando os mesmos fundamentos da crítica da violência mas ao serviço da legitimação moral da guerra, vão ocupando progressivamente o campo ético e normativo dos Estudos para a Paz (Pureza; Cravo, 2005, p. 17).

Os pesquisadores que percebem o perigo de um campo alternativo ao conservadorismo se ater a um setor limitado, especialmente quando esse condiz com o ordenamento em voga, advogam fortemente pela libertação destas amarras. É unânime a carência de um de seus elementos fundacionais: o radicalismo das ideias. Com isso, há a necessidade de resgatar seu *ethos* da operacionalização e devolvê-lo à arena da inovação. Somente desta maneira os Estudos para a Paz poderão voltar a advogar por mudanças estruturais. Teorias advindas de correntes como a do feminismo, do pós-estruturalismo, crítica, construtivista, queer, pós-colonialista e decolonial, por exemplo, oferecem um vasto conteúdo que contribuirá significativamente para o campo, auxiliando-o a retomar sua relevância e importância científica.

A fim de diminuir o poder de obliteração das forças externas proveniente da paz liberal, autores como Richmond e Mac Ginty (2013), Richmond (2010), Mac Ginty (2010);

2008), Mac Ginty e Sanghera (2012), Joshi, Yong Lee e Mac Ginty (2014) defendem a soberania da paz híbrida, em que a população local e indígena sai de seu estado dormente para ocupar espaços no interior dos projetos de construção estatal e/ou resistir às táticas liberais impostas. O hibridismo é compreendido como um composto redigido por práticas, normas e pensamentos que emergem através da interação de diferentes grupos e

[...] leva em conta os níveis e a dinâmica entre o topo e a base. É a união de dinâmicas que se estendem das elites internacionais (por exemplo, a equipe de construção da paz das Nações Unidas) às elites nacionais e às comunidades e indivíduos locais (Mac Ginty; Sanghera, 2012, p. 4, tradução nossa).¹¹

Desta forma, a paz híbrida é uma ferramenta que ao ser aplicada corretamente impede o curso de ações unilaterais, auxiliando para a mitigação do apagamento dos costumes e o silenciamento das vozes locais. A análise desta tipologia de construção estatal é de valia para os Estudos para a Paz, uma vez que redireciona a investigação para as dinâmicas do terreno, o empoderamento populacional nesses processos e como a paz e o desenvolvimento podem ser promovidos e definidos exterior à esfera dominante (Mac Ginty, 2008).

Por sua vez, Jutila, Pehkonen e Väyrynen (2008) acreditam que os Estudos para a Paz poderiam absorver lições valiosas dos estudos críticos de segurança e do trabalho de campo antropológico ao focar parte de sua atenção na multiplicidade e mobilidade existentes nas práticas de paz em conexão triangular com a teoria, o ativismo e a política. Desta forma, a pesquisa poderá realizar a passagem de seu atual estado de estagnação para um de movimento, enquanto preserva o rigor científico. Os autores defendem que haja um conjunto composto do ganho da experiência através da pesquisa com a ação, em que o *peace research* deverá encaminhar-se para o trabalho de campo, no qual será capaz, através da convivência com as diferentes realidades, de compreender quais os contextos dos processos que resultam na possibilidade de implementação da paz positiva. Ressalta-se que esta segunda etapa deve ocorrer em um ambiente em que haja pessoas sofrendo de algum tipo de violência. Igualmente, há a oportunidade para que os Estudos para a Paz passem a dar espaço para o estudo das experiências da guerra, uma área até o momento ignorada pelos pesquisadores.

A intrínseca conexão com os projetos de paz liberal resultou também na perda dos objetivos do campo, calcados durante seus anos de vida iniciais. Patömaki (2001) é um grande defensor de que haja um processo de redefinição desses, assim como a elaboração de novas teorias que foquem especialmente nas relações entre Estado/sociedade e em conflito societais,

¹¹ **Texto original:** “[...] and takes into account the levels and dynamics between top and bottom. It is the coming together of dynamics that stretch from international levels (for example United Nations peacebuilding personnel) to national elites, and to local communities and individuals” (Mac Ginty; Sanghera, 2012, p. 4).

uma vez que as problemáticas estruturais socioeconômicas e político-identitárias são partes constituintes de suas causas. Logo, conclama-se pelo retorno de uma agenda que foi iniciada durante o período de Galtung em 1970, no qual o radicalismo e o criticismo, envisionedos pelo emprego de mudanças compatíveis com a melhora da qualidade da vida humana, eram centrais para as pesquisas.

Um terceiro grupo de críticos de como os estudos se encontram modelados na contemporaneidade são Pureza e Cravo (2005) que afirmam pela urgência de sua descolonização. Os autores compreendem que o declínio do campo se deu devido a três principais fatores: (1) o fim da Guerra Fria; (2) a supremacia do neoliberalismo e a sua intrínseca participação na transformação dos modelos de operações de paz e (3) a quebra da formulação teórica iniciada nos de 1970. Assim, advoga-se pela mudança da atual visão que vê a guerra como a condição social da periferia e ignora as aspirações dos locais. Em consonância, Pureza (2010) também cita que o desenvolvimento de uma metodologia e uma ontologia que estejam de acordo com o compromisso da atividade política prática seria benéfica. Estes elementos são importantes para que o trabalho com a verdadeira paz sustentável possa render frutos.

Os protestos pacíficos iniciados em 2010 na Tunísia e que se espalharam pelo restante do Mundo Árabe sob a onda das revoluções denominadas de Primavera Árabe marcam um pré-início da libertação dos Estudos para a Paz. Influenciada pelo uso de estratégias de protesto não-violenta e por táticas de desobediência civil empregadas pelos manifestantes para a criação de um clima político favorável à mudança (Batstone, 2014), a agenda do campo tem procurado focalizar nas investigações dos métodos de protestos, não-cooperação e intervenção pacífica (De Oliveira, 2017). Entretanto, a Primavera Árabe também proporciona questões como a importância regelada aos agentes locais para a perpetuação dos protestos e a educação para a ação não-violenta por parte dos ativistas sejam temáticas que merecem seu estudo, podendo ser replicadas nas demais localidades que estejam sob o domínio de governos autoritários.

É inegável a necessidade dos Estudos para a Paz saírem da seara das democracias liberais eleitorais e dirigirem-se aos campos de abordagem de pensamento proveniente do Sul Global, onde o verdadeiro radicalismo vem sendo teorizado, a fim de abrandar o controle dos países desenvolvidos que em nada compreendem os contextos de uma periferia que sofre com suas imposições e sanções. A emancipação é a salvação do eclipse teórico que obscurece o campo e o torna um adicional na lista de instrumentos de dominação das *high politics*, pois se o modelo estatal liberal ao qual os Estudos para a Paz encontram-se ancorados, é o maior

avanço do qual o Ocidente será capaz de criar e conquistar, como coloca Richmond (*checar data*), então isso significa que o mundo ocidental falhou e continuará a falhar em suas perspectivas futuras, assim como a construção da paz por esse empregados.

3. AS TEORIAS GALTUNGUIANAS

Durante o ano de 2014, um novo ciclo de conflituosidade bélica instaurou-se no Iêmen, desenvolvendo-se, com o transcorrer dos anos, em uma quadratura multiescalar, em que o envolvimento exponencial de atores diversos complexificou o cenário em vigência. Em vista dessa afirmação, apresenta-se como imprescindível a análise das dinâmicas domésticas de nível sócio-político do país, a fim de evitar-se que os eventos transcorrentes sejam permeados por redundâncias e falsabilidades que propiciam a estigmatização do Iêmen a pareceres xenofóbicos e redundantes. No entanto, para que um estudo desta magnitude possa responder eficientemente aos motivos e particularidades da constância da violência no território, sua própria definição necessita ser dimensionada no exterior das conceituações tradicionalistas. Isto porque existe uma tendência, por parte dessas, em associar o fenômeno da violência à exclusividade de sua expressão física e episódica, inviabilizando, portanto, a apreensão de estruturas sustentadoras de sua reprodução a longo prazo, o que se apresenta em desencontro com o proposto neste estudo.

Por este motivo, a escolha por um aparato teórico que olhe para o ambiente conflituoso e enxergue a presença de vidas que, apesar do cansaço, continuam prostradas em meio a um ambiente em desestruturação em prol da esperança de um futuro melhor foi privilegiada para a análise do caso iemenita. Adicionalmente, a opção teórica adotada encontra sua justificativa na inadequação da rigidez que estrutura as compreensões tradicionais das Relações Internacionais, marcadas por visões lineares e obsoletas que falham em captar as raízes da violência, de modo a perpetuar paradigmas ineficientes no que respeita à análise dos desafios globais de uma contemporaneidade, na qual os anacronismos das lógicas Clausewitziana e da lucratividade final não são idôneos para a razoabilidade de complexidades que possuem em seu cerne elementos étnicos, culturais e ambientais, por exemplo, como origem do problema.

As limitações inerentes às abordagens supramencionadas tornam-se ainda mais evidentes quando aplicadas ao caso do Iêmen, intensificando-se além de sua habitual ocorrência. Os acontecimentos decorrentes no território em questão não são frutos de uma lógica arbitrária em que o objetivo final é a perpetuação do poder emanado por Saleh e seu núcleo de governança, estando sua explicação alocada na construção das instituições nacionais e nas entrelinhas de sua cultura individual e social. Portanto, é inegável a existência de uma interconexão entre violência, paz e conflito no caso iemenita, visto que, apesar de serem fenômenos distintos, são partes constituintes da mesma sinfonia que dá vida às canções folclóricas de uma população milenar. Ademais, considera-se, de maneira equivalente, o papel

único desempenhado pelo conjunto fenomenológico foco da presente seção na composição da harmonia social, requerendo, com isso, a observação dos contrastes vigentes na guerra do Iêmen, prezando, desta maneira, pelo destaque das interações dinâmicas, ao longo de sua história, de elementos pretensamente opostos, mas que são partes da teia intrincada da experiência humana.

Assim, a presente seção abordará os pareceres teóricos propostos por Johan Galtung no que condiz com a paz e a violência, adotando, para isso, uma visão amplificada do conjunto fenomenológico supramencionado e considerando questões anteriores desconexas da seara científica de investigação. Posteriormente, este arranjo será utilizado para a explicação dos fluxos de conflituosidade no Iêmen, destacados na hipótese do trabalho.

Impere-se como importante menção que o teórico norueguês dedicou sua vida acadêmica à exploração da vil natureza dos atos violentos e ao desenvolvimento de estratégias pacíficas como portadoras da mudança sistêmica (Weber, 2004), encontrando nos princípios de resistência e transformação defendidos por Mahatma Gandhi fonte de grande inspiração. Como poderá ser constatado no arcabouço teórico apresentado neste capítulo, Galtung, à semelhança de Gandhi, preconizava que a desumanização configura-se como o átomo da própria violência, sendo, portanto, necessário sua superação, não por meio do apontamento de culpados dentre aqueles que foram engolidos por uma estrutura quebradiça de agressão, tornando-se, portanto, sua parte integrante, mas, sim, ao tratar o “pecado” em si. Conforme destacado por Singh (1998) ao analisar a visão gandhiana, esta é a única maneira do ser humano manter-se humano.

Portanto, ao longo deste espectro, espera-se transmitir as ideias de Galtung de forma a contemplar a exatidão de seu pensamento, ressaltando que não somente estará a descrever-se teorias, mas igualmente a emanar os ideais revolucionários de Gandhi contidos no núcleo galtunguiano. Ambos foram personas que preconizavam pela justiça social em épocas beligerantes, nas quais a paz nada mais era do que um mero espólio de guerra a ser instrumentalizado por governos e elites em proporcionalidade ao sublime atendimento de seus interesses. Se o estrategema não-violento é a única maneira de manter-se fiel às raízes do que faz-nos seres dotados da capacidade de empatia e amor, compreender os múltiplos porquês da ocorrência desta chaga e abordá-lo de uma forma humana, mas que mantenha coerência com o rigor científico que preza pela verdade da descoberta e dos dados, é essencial. Assim, ao possuir como pano de fundo esses dois grandes nomes, apesar da subjetividade da presença gandhiana, espera-se, ao final desta pesquisa, encontrar respostas humanas para problemas humanos.

3.1. A teoria da violência

Este subcapítulo concentrar-se-á na Teoria da Violência preconizada na esteira da finalização da década de 1960, em que temáticas correlacionadas à garantia dos direitos civis, à crise do Sistema de Bretton Woods, às transformações culturais e tecnológicas e ao aumento de conflitos regionalmente localizados preenchem a cena internacional. Por conseguinte, a seção se debruçará sobre a demonstração da conceituação geral da violência, as particularidades de sua subdivisão em uma tríade categórica, considerando, para tanto, sua atuação em esferas distintas, e em seu mecanismo de operação na ambientação alvo. Somando-se a isto, espera-se elucidar a brutalidade da mesma, assim como seu potencial para a destrutividade do ser em suas bases física, emocional e psíquica.

Galtung elaborou a teoria em um período no qual os Estudos para a Paz encontravam-se em processo de reestruturação, processo este responsável por promover um movimento de transição que buscou suplantar o papel de vítima de si mesmo atribuído ao Sul Global pelos pesquisadores oriundos do mundo ocidental desenvolvido. Considerando a emergência de novas problemáticas no Sistema Internacional, o teórico priorizou a construção de um instrumental analítico abrangente, prescindindo de quaisquer preocupações com a criação de uma teoria fechada, a fim de atender-se às demandas por compreensão dos atos de agressão invisíveis que estavam enraizados no coração das ordens sociais sob a esfera da desigualdade.

Nesse sentido, há espaço para a abstração desde que esta possa ter finalidade útil e prática; por outro lado, impõe-se cautela para que a elaboração teórica não incorra em pressupostos utópicos nem se deixe imbuir na agenda política imediata (Galtung, 1969), visto que o alcance da paz é um processo de longo prazo. “Doravante, a pesquisa sobre a paz abrangeria não apenas a análise de guerras e conflitos violentos visíveis em larga escala, mas também agora olharia para a desigualdade e a injustiça, entendidas como terrenos férteis para futuros conflitos violentos” (Duran, 2022, p. 56).

Em seu artigo “Violence, Peace and Peace Research”, publicado em 1969, Galtung, ao delinear os aspectos iniciais do que veio a ser sua teorização sobre a paz, valeu-se desse enquadramento analítico para realizar um exame minucioso sobre a própria violência. Este tipo de conexão estratégica foi possível em razão da decisão metodológica de definir a paz por meio de uma lente simplista e operacional, concebendo-a como a mera ausência de violência. Com isso, viabilizou o estabelecimento de procedimentos de reestruturação interpretativa acerca dos fenômenos estudados no presente trabalho. Nesse sentido, as primeiras formulações galtunguianas colocam-se em clara oposição às concepções tradicionais que

restringiam a violência à “[...] incapacitação somática, ou privação de saúde, por si só (sendo o homicídio a forma extrema), às mãos de um ator que pretende que esta seja a consequência” (Galtung, 1969, p. 168, tradução nossa).¹² A partir desse deslocamento conceitual, a formulação proposta visa evitar a redução do elemento violento a tal ponto que a manutenção de condições deteriorantes possa ser reconhecida como estado de paz (Lopes, 2013).

Inicialmente, a violência é assimilada como a diferença entre o potencial e o real, isto é, entre o que se apresenta como existente e o que poderia ou deveria ser (Galtung, 1969). Esta discrepância pode ser compreendida como uma lacuna no conjunto de possibilidades de realização. Para fins ilustrativos, recorre-se à metáfora de uma árvore frondosa, cujas raízes se estendem profundamente na terra fértil, simbolizando o potencial humano para a paz, harmonia, justiça e cooperação. As manifestações visíveis da violência, por seu turno, assemelham-se a frutos e folhas murchos e sem vida, facilmente perceptíveis ao olhar imediato. Contudo, sua essência encontra-se alojada nas raízes, isto é, nas estruturas que impedem o pleno florescimento das potencialidades, criando uma distância entre a realidade em voga e o ideal de uma sociedade justa e igualitária.

Vinte anos após suas primeiras contribuições, Galtung expandiu o escopo de sua conceituação primária, reconhecendo que os insultos às necessidades básicas humanas, então compreendidos como responsáveis pela queda do nível de satisfação abaixo do potencial, igualmente se inscrevem no ordenamento de suas concepções sobre a temática. À luz dessa discussão, Amaral (2015) emprega uma leitura segundo a qual as definições galtunguianas podem ser interpretadas como parte de uma ação passível de ser evitada, enquanto Azzolini (2022), ao referir-se ao estudo de Pureza (2018), as interpreta como uma distância artificialmente produzida entre potencialidades e realizações humanas. Assim, a violência manifesta-se em momentos em que os seres humanos são condicionados a tal ponto que suas capacidades de concretização somática e mental ficam aquém do nível potencial de realização (Galtung, 1969).

Em outras palavras, quando o potencial é maior do que o real, ele é, por definição, evitável e, quando é evitável, a violência está presente. Quando o real é inevitável, então a violência não está presente mesmo que o real esteja em um nível muito abaixo (Galtung, 1969, p. 169, tradução nossa).¹³

¹² **Texto original:** “[...] somatic, or deprivation of health, alone (with killing as the extreme form), at the hands of an actor who intends this to be the consequence” (Galtung, 1969, p. 168).

¹³ **Texto original:** “In other words, when the potential is higher than the actual is by definition avoidable and when it is avoidable, then violence is present. When the actual is unavoidable, then violence is not present even if that actual is at a very low level” (Galtung, 1969, p. 169).

Em sua perspectiva analítica, Pureza e Moura (2005) propõem duas interpretações distintas para o fenômeno da violência de Galtung. A primeira direciona a visualização do ato violento como expressão de uma conduta atribuída a atores imersos em um conflito. Por seu turno, a segunda matriz interpretativa reconceitua o ato, considerando-o sob o prisma de uma oportunidade de natureza positiva, reveladora de falhas no processo de busca por algo mais profundo e construtivo.

O fenômeno da violência detém tamanha agressividade que acaba por caracterizar-se por sua dupla ordem. Ou seja, para além da diferença entre o potencial e o real, como supramencionado, age também como um ator cínico que impossibilita a diminuição da distância entre esses elementos. Para esclarecer essa afirmativa, Galtung serve-se da situação tocante à tuberculose como exemplo. Assim, considerando o advento das mortes provocadas pela doença durante o século XVIII, período o qual não havia conhecimento a respeito de meios eficazes para sua prevenção e profilaxia, o teórico constata que, nesta situação, a violência é inexistente. Todavia, o mesmo não seria verdadeiro para a contemporaneidade pois, evidências de altos índices de fatalidades, em uma temporalidade que detém meios de tratamento disponíveis, indicaria a presença da violência (Galtung, 1969).

Adicionalmente, também apresenta-se como necessário a abordagem explicativa a respeito do potencial de realização, visto que o conceito de violência estudado nessa seção orbita em seu entorno. Mas o que isso implica? Galtung o classifica como uma categoria conexa de ação, possível por um determinado nível de percepção, conhecimento, discernimento e recursos. Esses fatores, portanto, podem ser utilizados como monopólio por um grupo ou uma classe para quaisquer vis propósitos, influenciando, desta maneira, na existência da violência no sistema ao diminuir o nível real abaixo do potencial (Galtung, 1969).

Ressalta-se que essa ideia não se restringe ao denominador físico do ato, sendo adaptável a outras dimensões, visto que o potencial somático de realização é uma poderosa ferramenta auxiliar para a análise de como as autoridades responsáveis pelo controle da estrutura de um sistema praticam ações violentas ao afastarem-se da potencialidade construtiva.

Portanto, uma falha em realizar o potencial só é indicativo de violência se for conscientemente evitável. Assim, o foco da pesquisa sobre a paz precisava se estender além do domínio da violência direta ou manifesta para qualquer coisa que iniba o desenvolvimento humano individual (Duran, 2022, p. 56).

Consoante a essa lógica expansiva, Galtung também acaba por discutir a violência sob a ótica dos agentes que a constituem e a perpetuam. Nesse sentido, pode-se compreendê-la em termos de influência e de quem está sofrendo com a mesma, isto é, o influenciado. Em seu modelo, Galtung (1969) identifica três componentes essenciais: um influenciador, uma influência e um modo de influenciar. Ou, como também exposto pelo mesmo em vias de facilitar o entendimento, um sujeito, um objeto e uma ação. Por meio desse paradigma, torna-se tangível uma análise multifacetada das dinâmicas de poder e controle presentes em situações violentas.

Para melhor compreensão, adotemos uma estratégia de visualização, por meio da analogia do pintor, ferramenta metafórica que contribui para a melhor compreensão dos papéis do influenciador, da influência e do modo de influenciar. Neste cenário, o pintor apresenta-se como o influenciador, agente ativo da violência e detentor da capacidade de imposição de suas vontades perante os demais. A influência é a tinta fruída, carregada de ideias e pressões, que se espalha pelas telas da sociedade. Enquanto o modo de influenciar é o pincel, ferramenta através da qual a violência é aplicada, ora com sutileza, ora com crueldade.

Em termos de realidade, o influenciador pode acabar por ser um grupo ou uma instituição capaz de moldar comportamentos e decisões. A influência é um composto de forças a serem concentradas sobre os influenciados. Este componente é crucial para entender como as ideologias e narrativas dominantes são um complexo desenhado para a perpetuação da violência. Por fim, o modo de influenciar é o mecanismo, ou metodologia, caso seja preferível, através da qual a influência é exercida, o que inclui métodos de coerção física, manipulação psicológica ou controle social.

Considerar a violência sob esses dois orbes faz-se importante, pois tais conduzem a um ponto de vista abrangente e detalhado do fenômeno. Galtung (1969) destaca que o mesmo não é apenas o resultado de atos individuais, mas igualmente, de estruturas sociais que mantêm e reproduzem condições de desigualdade e injustiça. Por tanto, sua análise requer uma abordagem multidimensional que considere tanto os atores singulares quanto as estruturas. Compreender quem são os influenciadores, quais são as influências exercidas, e os modos de influenciar permite desvendar as complexas dinâmicas que sustentam a violência. Em paralelo, reconhecer a interação entre sujeitos, objetos, e ações violentas auxilia na identificação das incontáveis formas que o fenômeno pode assumir e suas repercussões nos diferentes níveis da sociedade.

3.1.1 Tipologias da Violência e triangulação

Como mencionado na seção anterior, a conceituação trabalhada nesta seção apresenta dimensões transcendentais à percepção tradicional, abrangendo ações que estão “escondidas” da visão humana. Considerando isso, Galtung propôs seis subdistinções, dispostas da seguinte maneira: a) violência física e psicológica; b) violência negativa e positiva; c) se há ou não um objeto que é ferido; d) se há ou não um sujeito que emprega a ação; e) violência intencional e não intencional; e, por último, f) violência manifesta e latente. Cada categoria possui sua própria série de características, fundamentais para a diferenciação entre as tipologias física (direta) e estrutural. Assim, condensadas no Quadro 2, encontrar-se-ão suas propriedades, salientando, em consonância, que, apesar da dessemelhança na forma de operacionalização, a nocividade é um caráter igualitário.

Quadro 2 – Tipologia da Violência

Categoria	Características
Violência física	<ul style="list-style-type: none"> ● Seres humanos são feridos, somando-se um conjunto, podendo conduzir à morte; ● Aumento das restrições da mobilidade humana, seja por meio de prisões ou através da manutenção das pessoas em uma área limitada; ● Age no corpo humano.
Violência psicológica	<ul style="list-style-type: none"> ● Diminuição das potencialidades mentais; ● Alguns exemplos que se adaptam ao conceito são: mentiras, lavagem cerebral, doutrinação e ameaça; ● Age na alma humana.
Influência negativa x influência positiva	<ul style="list-style-type: none"> ● Existência de um influenciador e um influenciado; ● O influenciador utiliza de um sistema de punição e recompensa; ● Pode ocorrer a diminuição dos constrangimentos e o alargamento das capacidades somáticas; ● Limitação dos campos de ação.
Há um objeto que é ferido x não há um objeto que é ferido	<ul style="list-style-type: none"> ● Ameaça de violência física ou psicológica; ● A ameaça por si só é um ato de violência, já que utiliza do medo para limitar as movimentações humanas.
Há um sujeito que age x não há um sujeito que age	<ul style="list-style-type: none"> ● Quando constata-se a existência de um sujeito agindo a violência é direta / pessoal; ● Quando não há um sujeito que age a violência é estrutural / indireta; ● Quando a violência está embutida na estrutura, se revela como distribuição de poder e recursos, e chances de vida desiguais; ● A violência direta é visível, pois se apresenta sob o formato da ação.

Violência intencional x não intencional	<ul style="list-style-type: none"> • Uso da percepção de quem é a culpa; • A ação para o alcance da paz deve ser direcionada para ambos os tipos de violência.
Violência manifesta	<ul style="list-style-type: none"> • É aplicável a ambos os tipos de violência; • É observável.
Violência latente	<ul style="list-style-type: none"> • É um tipo de violência inexistente em dado momento, mas que pode surgir facilmente; • A violência latente emerge quando a situação está em um alto nível de instabilidade, levando ao nível de realização real diminuir facilmente; • O equilíbrio situacional é instável a tal ponto que o nível de realização efetiva não pode ser protegido dos mecanismos de deterioração; • Para a violência direta: o perigo da iminência da violência existe antes do ato em si; • Para a violência estrutural: após derrubadas, as estruturas podem voltar ao estágio anterior.

Fonte: elaborada pela autora a partir de informações contidas em Galtung (1969).

A sistematização desse tipo de violência revela que a violência direta representa mudanças dinâmicas e flutuações no meio, permitindo que o objeto-alvo, ou a vítima, a perceba, uma vez que manifesta-se por meio do imediatismo e da visibilidade nas interações interpessoais. Tendo o comportamento humano como principal meio de expressão, a mesma pode ser o próprio ato violento ou uma resposta a outras movimentações de ordem de igualdade (Amaral, 2015), atrelando-se por meio de ações físicas, como agressões e conflitos. Sua presença é predominante em sistemas que encontram-se na marcha da desintegração (Galtung, 1969). Logo, não há mistérios ou elaborações complexas tratando-se deste primeiro tipo.

O oposto ocorre com a violência presente no conjunto das estruturas¹⁴, caracterizando-se por ser uma forma mais sutil e sistêmica do que a anteriormente mencionada. Por carecer de concreta delimitação do conjunto sujeito-ação-objeto, faz-se de difícil percepção. Entretanto, isso não quer dizer que seja inexistente. Essa delimitação perpassa a matéria de composição do ser humano, instalando-se nas estruturas invisíveis dos mecanismos de desigualdade e injustiça social, impedindo, desta maneira, a satisfação das necessidades (Lopes, 2013; Duran, 2021; Amaral, 2015).

No entanto, afirmar que a relação sujeito-ação-objeto não é clara não significa, necessariamente, afirmar que ela não exista, como se a referida violência fosse um acontecimento de tipo permanente, natural e atemporal. Mas significa afirmar que a (enorme) diversidade de fatores que a influenciam não pode (e não deve) ser

¹⁴ O conjunto de estruturas mencionado pode fazer referência à estrutura social entre humanos, a sociedade, e entre conjuntos de sociedades atuantes no Sistema Internacional.

facilmente domesticada em um esquema simplificador de causalidade direta, sob o risco de se perder de vista a complexidade do fenômeno (Lopes, 2013, p. 173).

Em contrariedade com a primeira categoria, a da violência direta, que apresenta dinamismo, a estrutural é estática, estável e silenciosa (Galtung, 1969). A invisibilização desta categoria em sociedades estagnadas resulta na naturalização dos atos violentos, tornando-os parte componente do tecido social e da vida comunitária. Como este conceito inovador apregoa que o verdadeiro autor da ação esconde-se no plano das injustiças, há espaço para que sua autoria não provenha de um sujeito, mas, sim, de uma entidade, como é o caso da máquina estatal (Lopes, 2013) que possui o poder para evitar a existência de índices negativos e desiguais, mas por inúmeros motivos não o faz.

O avanço nessas ponderações demanda que se destaque de tal forma de violência possibilita a extração de benefícios materiais e simbólicos por parte das elites, obtidos por meio das interações estruturais (Galtung, 1969). Ao propor esse conceito, “[...] Galtung preocupa-se com [...] a soma total dos choques embutidos nas estruturas sociais e mundiais, assim faz referência a situações de exploração, discriminação, marginalização ínsito na estrutura social, no sistema” (Amaral, 2016, p. 5).

Outro eixo fundamental da teorização de Galtung reside na ideia de que essas estruturas não operam isoladamente, sendo segmentos constituintes de uma série de sistemas interconectados, nos quais os atores ocupam níveis ou posições assimétricas. Esses, por sua vez, podem configurar estruturas autônomas ou integrar uma composição superior. É precisamente a partir dessa arquitetura sistêmica que a violência estrutural se reproduz e se difunde, atuando por meio de mecanismos específicos de propagação, os quais são segmentados em seis modalidades analíticas, apresentadas no Quadro 3.

Quadro 3 – Mecanismos de propagação da violência estrutural¹⁵

Mecanismo	Modo de Funcionamento
Ordem de classificação linear	Seguindo um ordenamento classificatório linear, os atores são hierarquizados conforme sua posição de superioridade ou inferioridade em relação aos demais. A violência recai sobre aqueles em posições inferiores.

¹⁵ Nomenclatura original dos mecanismos de propagação da violência estrutural: Linear ranking order; Acyclical interaction pattern; Correlation between rank and centrality; Congruence between the systems; Concordance between the ranks; High rank coupling between levels.

Padrão de interação acíclico	Apesar da conexão entre todos os atores componentes deste sistema, o fluxo de interação provém de apenas uma direção, resultando na limitação de interações com base na reciprocidade. Como as interações estão livres de ciclos e loops, a comunicação e troca de valores ocorre unidirecionalmente, havendo o domínio dos atores alocados em posições superiores.
Correlação entre ordem e centralidade	Atores alocados nas posições mais altas de um ranking têm sua posição centralizada na rede de interações de um sistema, exercendo maiores níveis de influência sobre os demais. Esses atores, localizados hierarquicamente em posições mais elevadas, podem monopolizar o acesso a recursos, poder e capacidade de tomada de decisão.
Congruência entre sistemas	Com a semelhança estrutural entre as redes de interação dos diferentes níveis ou contextos, ocorre a facilitação da transferência de poder e influência entre os sistemas, o que reforça práticas para beneficiar ou prejudicar os intervenientes.
Concordância entre ordens	Os atores ocupam posições elevadas em todos os sistemas do qual são partes participantes. Como há concordância entre os rankings dos atores, há consistência na distribuição de poder e status entre os sistemas. Este tipo de mecanismo também permite a supressão de desafios.
Acoplamento de alto ordenamento entre níveis	Os atores em um determinado nível hierárquico são representados ou influenciados pelo ator de maior classificação no nível imediatamente inferior. Isso sugere uma ligação ou acoplamento entre os diferentes níveis de hierarquia, com o ator de maior ranking em um nível exercendo influência sobre os atores em níveis superiores. Com isso, a violência dos escalões inferiores é interconectada com a dos superiores.

Fonte: elaborada pela autora a partir de informações contidas em Galtung (1969); Indar; Barrow; Whitaker (2023).

Essas formatações são inerentemente moldadas em prol do favorecimento de determinados grupos sociais, enquanto, ao mesmo tempo, exercem seu papel de oneração aos demais. Também pode-se interpretá-las como ferramentas do clássico embate entre preservação e extermínio. Logo, o desenvolvimento dos mecanismos de desigualdade no seio das estruturas sociais é tido por Galtung como natural. Devido a essas dinâmicas, o mundo no qual a humanidade nasce, se desenvolve e morre foi corrompido de tal maneira que a posição social no sistema, seja esta qual for, tornou-se o componente em torno do qual fundamentos como qualidade e expectativa de vida gravitam. Galtung e Høivik (1971) defendem que uma das possíveis soluções para a superação da problemática da injustiça seja a realização de uma movimentação na qual ocorrerá a extensão dos níveis positivos prevalentes nas classes sociais mais altas a toda sociedade, equilibrando, com isso, a balança da desigualdade e aproximando a expectativa de vida ideal da realidade.

Por fim, a última categoria é a da violência cultural, que introduz nos Estudos para a Paz uma abordagem voltada para o simbolismo e para a política identitária. Por definição, “[...] queremos dizer aqueles aspectos da cultura, a esfera simbólica de nossa existência [...] que podem ser usados para justificar ou legitimar a violência direta ou estrutural” (Galtung, 1990, p. 291, tradução nossa).¹⁶ Os elementos elencados, religião, ideologia, linguagem, artes, ciências – empírica e formal –, são utilizados para a aceitação social ou ofuscamento da violência direta ou estrutural.

É importante compreender que a lógica apresentada para construção desta listagem implicou na identificação de elementos culturais que podem, potencialmente ou empiricamente, serem utilizados para legitimar ações violentas, ou fatos violentos. Além disso, há de se notar que estes domínios não estão isolados, de forma que as expressões de violência cultural podem constituir elementos destes domínios concomitantemente (Amaral, 2016, p. 7).

Uma ressalva a ser feita é a de que a classificação de culturas inteiras como violentas classifica-se por si só como um ato de violência. Contrariamente, deve-se optar pela abordagem preterida pelo autor, e explicitar que determinada cultura apresenta alguns aspectos que são violentos; ou seja, “Aspecto A da cultura C é um exemplo de violência cultural” (Galtung, 1990, p. 291, tradução nossa).¹⁷

Galtung complementa seu argumento sobre o trabalho realizado pela violência cultural no cerne da percepção humana ao apontar a mudança de algo anteriormente considerado uma *red flag* para *green* ou *yellow flag*, auxiliando na aceitabilidade dos atos violentos através do uso do simbologias, argumentações e ideias (Amaral, 2016). Com isso, é perceptível a criação de um marco legitimador para a existência da violência, que se configura num poderoso vetor de agressividade ao se utilizar de expressões sociais de comunidades com valores comuns (Amaral, 2015). Com base nesse modelo, evidencia-se que nessa tríade, a violência cultural encontra-se mais próxima da sociedade civil. O resultado? As pessoas acabam por não perceber certas ações como violentas, como destaca Galtung, ao mencionar o ato de sacrificar-se pelo país, então compreendido como correto, enquanto o de morrer por si próprio é errado.

Embora independentes entre si, esses 3 substratos podem coexistir de forma a influenciar-se concomitantemente em fluxos violentos contínuos. A imagem do triângulo, como exposta na Figura 2, possibilita a análise do fluxograma da violência, conforme o qual a

¹⁶ **Texto original:** “[...] we mean those aspects of culture, the symbolic sphere of our existence [...] that can be used to justify or legitimize direct or structural violence” (Galtung, 1990, p. 291).

¹⁷ **Texto original:** “Aspect A of culture C is an example of cultural violence” (Galtung, 1990, p. 291).

violência direta reside no topo, visto ser a expressão mais extrema e visível, enquanto a estrutural e a cultural estão inseridas na base, coordenando a interatividade.

Figura 2 – Triângulo da violência



Fonte: Amaral, 2015

Embora existam outras figuras de linguagem metafóricas, como a do iceberg e a da teoria sísmica, para a explicação a respeito das interações entre as violências, as mesmas apresentam-se como artifícios comparativos incompletos, uma vez que restringem-se a abordar somente uma parcela do raciocínio galtunguiano. Isto porque somente são capazes de fornecerem elucidaciones para a disposição das violências no ambiente, falhando, portanto, na abordagem de seu processo interativo. Assim, a imagem triangular reproduz fielmente os estratos do fenômeno abordado nessa seção, de maneira a proporcionar a análise dos fluxos de causalidade expressos em todas as direções do triângulo (Pureza; Moura, 2005).

Quando o triângulo é colocado sobre seus pés de “violência direta” e “estrutural”, a imagem invocada é a da violência cultural como legitimadora de ambas. Quando o triângulo é colocado sobre sua cabeça de “violência direta”, ele produz a imagem de fontes estruturais e culturais de violência direta. É claro que o triângulo continua sendo sempre um triângulo, mas a imagem produzida é diferente, e todas as seis posições (três apontando para baixo e três para cima) invocam histórias um pouco diferentes, todas dignas de serem contadas (Galtung, 1990, p. 294, tradução nossa).¹⁸

Por sua vez, a conexão com a teoria sísmica só é possível sob a consideração de que a existência de simetria entre as tipologias não apresenta-se como fator impeditivo para suas diferenças, especialmente quando vistas sob a ótica da quarta dimensão física, isto é, o tempo.

¹⁸ **Texto original:** “When the triangle is stood on its 'direct' and 'structural violence' feet, the image invoked is cultural violence as the legitimizer of both. Standing the triangle on its 'direct violence' head yields the image of structural and cultural sources of direct violence. Of course, the triangle always remains a triangle - but the image produced is different, and all six positions (three pointing downward, three upward) invoke somewhat different stories, all worth telling” (Galtung, 1990, p. 294).

Nessa seara, a violência direta é o evento, a estrutural o processo e a cultural a invariante permanente resistente às transformações (Galtung, 1990).

Isso leva a uma imagem de estratos de violência (complementando a imagem do triângulo) da fenomenologia da violência, útil como um paradigma que gera uma ampla variedade de hipóteses. Na parte inferior está o fluxo constante ao longo do tempo da violência cultural, um substrato do qual os outros dois podem derivar seus nutrientes. No estrato seguinte, estão localizados os ritmos da violência estrutural. Os padrões de exploração estão sendo construídos, desgastados ou destruídos, com o acompanhamento protetor da penetração-segmentação, que impede a formação da consciência, e da fragmentação-marginalização, que impede a organização contra a exploração e a repressão. E no topo, visível ao olho desorientado e ao empirismo descalço, está o estrato da violência direta com todo o registro de crueldade direta perpetrada pelos seres humanos uns contra os outros e contra outras formas de vida e a natureza em geral (Galtung, 1990, p. 294-295, tradução nossa).¹⁹

O fluxo causal presente no triângulo permite, assim, que a cultura sirva como alimento das repressões existentes na estrutura e dos atos violentos pessoais e psicológicos, auxiliando para que ambos, em simultaneidade, criem novos déficits enquanto mantêm os já existentes. É por meio deste padrão que Galtung observa o trauma imputado nos corações e mentes dos coletivos sociais. Aponta-se, com isso, para a problemática das elites governamentais e da sua necessidade por salvaguarda dos padrões de governabilidade e exercício de poder, haja visto que quando abalos são provocados nas estruturas, a culpabilização direciona-se às vítimas da violência estrutural (Galtung, 1990).

Assim, o ciclo da violência pode nascer em quaisquer um dos vértices do triângulo, podendo iniciar-se somente em um dos cantos ou por meio de uma combinação dupla, sendo facilmente transmissível aos demais (Galtung, 1990). Outrossim, cabe destacar que cada parte da figura apresenta um nível elevado de variação no que concerne o elemento da agressão, sendo a violência direta sua explosão última.

A decorrência deste processo, no interior da imagem triangular, engendra uma síndrome, na qual institucionaliza-se as estruturas violentas e a violência direta por meio da repetição, enquanto para o que respeita aos aspectos culturais, estes são internalizados na psique comunitária. Pode-se comparar a questão discutida com as vendettas, como assim o fazem Pureza e Moura (2005), corrente entre famílias mafiosas, em que um evento de

¹⁹ **Texto original:** “This leads to a violence strata image (complementing the triangle image) of the phenomenology of violence, useful as a paradigm generating a wide variety of hypotheses. At the bottom is the steady flow through time of cultural violence, a substratum from which the other two can derive their nutrients. In the next stratum the rhythms of structural violence are located. Patterns of exploitation are building up, wearing out, or torn down, with the protective accompaniment of penetration-segmentation preventing consciousness formation, and fragmentation-marginalization preventing organization against exploitation and repression. And at the top, visible to the unguided eye and to barefoot empiricism, is the stratum of direct violence with the whole record of direct cruelty perpetrated by human beings against each other and against other forms of life and nature in general” (Galtung, 1990, p. 294-295).

agressão contra um dos membros conduz a uma escalada de manifestações de mesmo tom – além de assassinatos e torturas –, em um ciclo vicioso e ritualístico pautado pela necessidade por satisfação dos desejos de vingança.

Apesar da associação CULTURA → ESTRUTURA = VIOLÊNCIA DIRETA ser peça central na teoria galtunguiana, a relação existente entre violência estrutural e violência direta possui características próprias que, em muitos casos, podem ser parte de um conjunto atuante. Embora sejam partes distintas, há uma certa presença de uma na outra, o que pode levar a perguntas sobre a validade da existência da diferença entre ambas. Todavia, as características de diferenciação estão na parcela tangente às consequências objetivas ao invés de residir do aspecto subjetivo da problemática.

Por meio de duas perguntas iniciais, Galtung não somente estabelece padrões de conexão entre ambas as tipologias, mas também esclarece que formas puras de violência são de difícil existência. As questões propostas são: “[...] existem estruturas em que a violência é invariante em relação à pessoa, no sentido de que a violência estrutural persiste independentemente de mudanças nas pessoas?” (Galtung, 1969, p. 178, tradução nossa)²⁰ e “[...] existem pessoas em que a violência é invariante em termos de estrutura, no sentido de que a violência pessoal persiste independentemente de mudanças no contexto estrutural?” (Galtung, 1969, p. 178, tradução nossa).²¹ As respostas para ambas apontam para um importante sim, uma vez que os meios de violência direta podem ser canalizados de duas formas: para manter uma estrutura intacta ou para derrubar uma estrutura compreendida como repressiva. Logo, a necessidade por preservação do status quo através da violência estrutural manifesta conduz à pressuposição da existência de violência direta latente, levando a maiores custos do uso da violência calcada na estrutura do que ações violentas partindo de um sujeito.

3.2. A Teoria da Paz

A abstração pode ser uma bênção ou uma maldição, a depender do que está sendo analisado. No caso da conceituação galtunguiana sobre a paz, visto sua definição básica estar atrelada à da violência, seu abstracionismo permite a visão de um mundo, no qual a primazia da justiça social seja ímpar. Portanto, reforça-se que em seu primórdio, paz é a ausência e/ou redução da violência (Galtung, 1969; Galtung, 1996). Mas qual violência? A resposta é todas elas, o que resulta em uma divisão conceitual dual em termos de negatividade e positividade,

²⁰ **Texto original:** “[...] are there structures where violence is person-invariant in the sense that structural violence persists regardless of changes in persons?” (Galtung, 1969, p. 178).

²¹ **Texto original:** “[...] are there persons where violence is structure-invariant in the sense that personal violence persists regardless of changes in structural context?” (Galtung, 1969, p. 178).

a ser abordada posteriormente neste capítulo. Primeiramente, expor-se-á importantes reflexões iniciais.

Ao invés de transformarmos a paz em algo tão simplório, tal qual um objetivo a ser conquistado na esteira da finalização de guerras e conflitos, tratando-a em uma formatação objetificada, não deveríamos celebrá-la como um bem maior? É o que consta na defesa teórica de Galtung ao compreender o fenômeno como instrumento de referência ao alcance de objetivos sociais de concordância global, ou pelo menos, visto a unanimidade ser impossível em meio à diversidade humana, por uma parcela majoritária. As escolas de pensamento tradicionais a têm em seu cerne como uma utopia, entretanto sua impossibilidade é errônea. Essa visão não somente se traduz no conceito supracitado, mas abrange para que a transformação criativa e não-violenta dos conflitos (Galtung, 1996) esteja alocada em sua estrutura óssea.

Por tratar-se de um fenômeno expansivo, cuja concepção transcende as limitações da geolocalização, a paz, em sua amplitude conceitual, dialoga com as aspirações das coletividades globais em sua procura por saciar expressões gerais de seus desejos (Galtung, 1967). Dentre uma vasta gama de exemplos, a equidade, a justiça social, o desenvolvimento sustentável, a democracia e a garantia dos direitos humanos são apenas alguns dos elementos vistos como essenciais para a revolução sistêmica que conduzirá à derrubada das estruturas violentas, substituindo-as por edificações promotoras da cooperação e da tolerância em um sistema no qual a interdependência é a chave para uma paz em termos longínquos.

Entretanto, para que a viabilidade de um ambiente internacional nestes moldes seja tangível, faz-se necessária a criação de condições catalisadoras de tais valores. Demanda-se isto porque, apesar da implementação de relações equitativas compor a base do processo, as mesmas não se fazem suficientes devido a sua fragilidade em limitar a existência da violência mesmo em sistemas não-exploratórios (Galtung, 1996).

Decorre dessa afirmação questionamentos a respeito de quais seriam as variáveis necessárias para o sustentáculo de estruturas igualitárias que possuam os valores da paz e da justiça social institucionalizados (Cabezudo; Haavelsrud, 2013). A resposta pode ser encontrada na corpórea compilação encontrada em Naidu (1986) que acabou por denominar essa variáveis como recursos. Estes, por sua vez, estão separados em duas categorizações: os materiais e os mentais. O Quadro 4 apresenta quais são esses elementos e sua principal função para o estabelecimento do império da paz.

Quadro 4 – Recursos necessários para a institucionalização da paz

Recurso	Categorização	Função
Sistema de informações	Recurso material	Disseminar comunicação construtiva e objetiva, realizando a troca de informações sobre os valores e processos de paz.
Sistema educacional	Recurso material	Promover uma pedagogia capaz de transmitir conhecimento, promoção de atitudes e construção de caráter que tangencia a paz.
Sistema técnico-científico humanizado	Recurso material	Praticar o conhecimento científico voltado para o bem-estar comum, sem discriminação, exploração ou imprevidência.
Economia humanista	Recurso material	A riqueza econômica deve ser o produtor de planejamento, cooperação e compartilhamento dos lucros. No âmbito da economia nacional, deve haver o desinvestimento da indústria militar e da militarização.
Pacificidade	Recurso mental	Os indivíduos devem estar psicologicamente preocupados com a preservação da vida e a felicidade humana.
Mentalidade mundial	Recurso mental	O pensamento do ser humano deve ser universal, global e humanista.
Generosidade	Recurso mental	A motivação humana deve ser a empatia, a generosidade e a consideração pelos outros.
Cooperatividade	Recurso mental	O individualismo extremo deve ser evitado, uma vez que o trabalho para a construção da paz é coletivo. Desta forma, deve-se desenvolver atitudes de união e cooperação.

Fonte: elaborada pela autora a partir de informações contidas em Naidu, 1986

Ao tentar encaixar as propostas elaboradas pelo autor na seara da teoria galtunguiana, o conjunto acaba por tangenciar a categorização da paz positiva, visto serem catalisadores de mudanças que abrangem o espectro do invisível. Todavia, para que o trabalho de construção

da paz possa ser implementado em sua totalidade efetiva, os vértices divisórios devem ser abordados em conjunto, de forma que a busca por garantias desemboque na ausência das relações negativas ao mesmo tempo que semeiam a ambientação para a facilitação da existência das relações positivas entre os grupos (Galtung, 1967).

Nesse sentido, pode-se surgir o questionamento de quais seriam os exatos fatores que cumpririam adequadamente a exigência de ideias de tamanho abstracionismo; no entanto, considerando-se a conceituação exposta, não seria a existência da cooperação, da liberdade do medo e do querer, o crescimento econômico aliado ao desenvolvimento, a ausência de exploração e a presença da equidade, da liberdade, do pluralismo, do dinamismo e da justiça, elementos mais do que suficientes para rodar as engrenagens de um sistema sócio-internacional harmonioso? Tais condições podem parecer vagas e inconsistentes, visto as discussões sobre a construção da paz sempre abordarem-nas, tornando seu caráter valorativo obsoleto. No entanto, a contraditoriedade jaz na própria incompatibilidade das estruturas tecelãs do Sistema Internacional que, ao nascerem elas próprias limitadas, acabam por dificultar a viabilidade de um mundo no qual haja o reinado dos valores supramencionados (Galtung, 1967). Considerando-se a argumentação, eis porque tais percepções restritas são errôneas a partir do real significado que Galtung desejou perpassar.

A cooperação não condiz somente com a troca de bens entre os países, mas abrange a transferência de valores, serviços, conhecimentos e pessoas em um ordenamento que preze pelo alargamento da interdependência; a liberdade do medo condiz com a existência de um estado de coisas, no qual, ambos, nações e indivíduos, sejam capazes de forte concentração do quesito da previsibilidade concernente a eventos de cunho negativo ou de utilidade negativa relativamente alta; a liberdade do querer preza pela satisfação das necessidades primárias de indivíduos e nações, abarcando questões como fome, sexo, abrigo e segurança básica; o crescimento econômico e o desenvolvimento condizem com a organização dos países em uma estrutura relacional que permita o aumento dos recursos per capita e sua conseqüente distribuição igualitária; a ausência de exploração advoga pelas trocas em termos de igualdade; a equidade aloca as nações no mesmo patamar, atribuindo igual caráter a cada uma, o que impede a existência de vácuos de oportunidades e recursos; a justiça assegura a equidade dos direitos básicos e fundamentais; a liberdade certifica que indivíduos e nações possuam uma extensa gama de ações à sua disponibilidade, assim como, os meios para sua realização; o pluralismo prega pela diversidade sócio-cultural e sua coexistência e, finalmente, a diversidade pela existência de opções de transformações a nível estrutural, para caso seja o desejo das futuras gerações (Galtung, 1967).

3.2.1 Tipologias da Paz: paz positiva e paz negativa

A Teoria da Paz galtunguiana também possui seu conceito central subdividido, dada a compreensão do autor de que o fenômeno em seu âmbito tradicionalista de recorrência em sinônimo de estabilidade ou equilíbrio (Galtung, 1967) é insuficiente para abarcar e resolver os problemas provenientes das violências invisibilizadas. Ao negar a aceitação à ideias rasas, Galtung questiona a veracidade da premissa de que um sistema em que, apesar da ausência da violência física, é impregnado pela desigualdade, pela subserviência e pela exploração, típicas de estruturas feudais²², poderia estar alocado na seara conclusiva das lentes da paz. A resposta surge como uma negativa, uma vez que “[...] paz é algo mais do que apenas a ausência de violência organizada por grupos; a paz também contém um elemento de igualdade, de ausência da exploração” (Galtung, 1967, p. 14, tradução nossa).²³

Com isso, adentra-se os campos polares da negatividade e da positividade. A paz negativa refere-se à ausência da violência coletiva, seja entre nações, grupos étnicos e raciais, classes e indivíduos, com sua aplicação sendo condizente com acordos de cessar-fogo e tratados de pacificação; por sua vez, a positiva traduz-se como sinônimo de cooperação e integração humana, pautada pela implementação da justiça social sob a égide dos valores anteriormente discutidos (Galtung, 1967; Galtung, 1969; Galtung, 1996). Apesar da compreensão do próprio teórico, assim como, da presente autora, acerca da morada do alargamento no pólo positivo, visto a tangente de uma gama de setores, autores como Herath (2016) empregam defesa na expansividade existente na paz negativa em contrariedade ao caráter galtunguiano de mera coexistência passiva. Sua compreensão é a de que a liberdade do medo, e seus módulos tratativos, alocam-se em combinação com a definição fornecida por Galtung desse setor.

O Quadro 5 apresenta a fluidez das conceituações apresentadas neste subtópico, destacando a capacidade de cada pólo em intervir e mover-se no ambiente de transformação. Conjuntamente, demonstra como cada categoria da violência relaciona-se com as concepções em discussão. A paz negativa pode ser vista como um estágio inicial, focado na eliminação da violência direta, enquanto a paz positiva age em torno da transformação holística, de modo a extinguir as violências estrutural e cultural. Se esses conceitos são dinâmicos e

22 Ao longo de sua produção acadêmica, o teórico atesta o fato de que o Sistema Internacional dominante não concluiu seu processo de evolução, permanecendo como uma estrutura feudal.

23 **Texto original:** “[...] peace is something more than just absence of organized group violence, peace also contains an element of equality, of absence of exploitation” (Galtung, 1967, p. 14).

interdependentes, então uma concepção negativa classifica-se apenas como a condição prima, mas insuficiente, para a mudança de estruturas subjacentes e normas culturais agressivas.

Quadro 5 – Correlações entre paz e violência

Violência	Violência Direta	Violência Estrutural	Violência Cultural
	Dano intencional, ferir	Dano não-intencional, ferir	Justificativa intencional ou não intencional da violência
Paz Negativa	[1] Ausência de cessar-fogo	[2] Ausência de exploração; ou nenhuma estrutura = atomização	[3] Ausência de justificativa; ou sem cultura = atomização
Paz Positiva	[4] Presença de cooperação	[5] Presença de equidade, igualdade	[6] Presença de uma cultura da paz, e diálogo
Paz	Negativa + positiva	Negativa + positiva	Negativa + positiva

Fonte: elaborado pela autora a partir de modelo fornecido por Galtung (2013)

O Quadro 5 proporciona uma visão inter-relacional de como cada polo é projetado para atuar nas diferentes esferas da violência, com o objetivo máximo de sua eliminação. Considerando-se a intencionalidade da violência direta para com o alvo, em seu âmbito negativo, a paz, incapaz de operar para a erradicação de formas invisíveis do uso do elemento violento, terá sua atuação delimitada para a garantia da ausência de atividade e conflitos armados; enquanto em sua positividade cimentará o ambiente para suportar o estabelecimento da harmonia cooperacional entre os atores. Em um contexto no qual a violência presente na estrutura está a ser tratada, a paz negativa indicará a ausência da natureza exploratória do sistema, apesar do perigo da ocorrência da atomização social em que a fraqueza da estrutura compromete a coesão e a colaboração; por outro lado, a paz positiva significará que estruturas sociais justas e igualitárias estão a ser criadas como forma de correção das desigualdades presentes. Por fim, para com a violência cultural, a negatividade se encarregará de eliminar quaisquer justificativas para o retorno aos meios violentos de outrora, mesmo com o alto risco de desintegração cultural e sentido comum que resultem em um estado anômico; em substituição à cultura anterior, a paz positiva implementará uma nova versão capaz de promoção do diálogo, entendimento mútuo e respeito, em busca de uma simbologia que legitime a resolução pacífica das conflitualidades e a eliminação de práticas prejudiciais.

Em percepção, cada linha de construção é regente de um espaçamento temporal, ou seja, enquanto a paz em seu estado negativo condiz com o curto prazo, visto ser limitada e possuir um período de implementação de condições reduzido, quando em sua esfera oposta, nutre o longo prazo, pois seu alcance exige significativas mudanças para as quais tradições conservadoras ocupam seu lugar. Essa visão é corroborada por autores como Yeh (2006) que compreendem que, alojado no coração da arena transformativa, encontra-se a necessidade de superação da velha ordem sócio-econômica responsável pela manutenção da verticalização presente no sistema e que conduz à perpetuação dos níveis de desigualdade, pobreza e miséria.

Embora a fundamentação da conceituação tangente aos termos supramencionados não convenha a este estudo, tanto pela variedade de linhas teóricas quanto por esses não serem o enfoque dessa pesquisa, mas sim consequências de a) construção, e consequente manutenção, de um sistema violento e b) fabricação de uma teia intrínseca proveniente da erroneidade da aplicação de políticas governamentais em um âmbito maior, adequa-se à realização de uma breve análise de como os elementos supracitados são contenedores das mudanças necessárias para a existência da paz global, o que inclui o Iêmen, ressaltando sua relação com a teoria apresentada.

Desigualdade e pobreza podem ser taxados como o Santo Graal das problemáticas para a superação dos índices de subdesenvolvimento existentes em um mundo globalizado. Sua construção histórica, a nível internacional, instituída por meio da implementação de sistemas exploratórios nos “novos mundos recém descobertos”, é responsável por desencadear uma cadeia reacionária de injustiças sociais, na qual a mudança se dá por meio do instrumento de subserviência. Se outrora o colonialismo ocupou o pódio do cabresto, na contemporaneidade saudamos a globalização e suas subsequentes fases que, apesar de serem responsáveis pela aproximação entre os povos por meio de uma crescente interdependência entre as nações, apresenta a sua outra face, a de resultados vis traduzidos na linguagem do esquecido, do excluído, do marginalizado.

O progresso tecnológico proporcionado por esse fenômeno em combinação com a adoção de políticas neoliberais a partir dos anos 1980 exerceram influência direta no aumento da desigualdade (Kook Lee, 2014), impactando diretamente na perpetuação da verticalização das relações sócio-econômicas, o que, por seu turno, resulta em uma crescente disparidade distribucional de riqueza e recursos. Conforme Kook Lee (2014), a afirmativa se comprova por meio dos estudos da Nova Perspectiva Keynesiana que enxergam nessa distribuição desigual, em conjunto com a concentração de riqueza e poder pelas elites, a razão para a qual

as parcelas populacionais alocadas na categorização de pobres são incapazes de fornecer recursos aos seus filhos, como é o caso da educação, limitando, desta maneira, o crescimento econômico e a melhoria de suas próprias condições de vida, visto a existência de instituições inclusivas de suporte ser dificultada.

A limitação das condições de vida das populações alocadas em regiões subdesenvolvidas sensibiliza a tecelagem social do ambiente doméstico nacional, criando e ressurgindo novas e antigas instabilidades temporariamente apaziguadas. A perpetuação dos ciclos de vulnerabilidade são pesados entraves para a construção da paz, uma vez que possuem em seu núcleo a capacitação para o fomento de conflitos como instrumento de mudança, dificultando a manutenção de uma ambientação livre da violência direta. Com as dificuldades de estabilização apresentadas pela escassez de recursos e oportunidades, mina-se também o acesso à justiça sócio-econômica, desencadeando na formação de novos nós na teia social. Esses possuem como função a perpetuação da exclusão e da marginalização. Este cenário é perfeitamente visível no caso do Iêmen, em que a crescente privação econômica, alinhada com as limitações impostas por uma estrutura violenta caracterizada pelo abuso do poder, concentração de renda e da corrupção, manifestou tensionamentos enraizados historicamente na esteira dos protestos da Primavera Árabe, assim como, da violência que a seguiu.

Por meio da ponderação do caráter violento que as reflexões acima descritas continham, Galtung perpassou a linha da simplicidade contida na paz negativa e direcionou seu eixo oposto para uma atmosfera de subáreas de atuação, a fim de reforçar o combate à tríade da violência. Para cada uma de suas tipologias, há uma correspondente alocada na arena da positividade. Desta maneira, suas respectivas áreas de atuação se colocam da seguinte maneira:

A paz positiva direta consistiria em bondade verbal e física, benéfica para o corpo, a mente e o espírito do Eu e do Outro; voltada para todas as necessidades básicas, sobrevivência, bem-estar, liberdade e identidade. O amor é o epítome disso: uma união de corpos, mentes e espíritos.

A paz positiva estrutural substitui a repressão pela liberdade e a exploração pela equidade, e reforça isso com diálogo em vez de penetração, integração em vez de segmentação, solidariedade em vez de fragmentação e participação em vez de marginalização. Algumas grandes estruturas verticais (alpha) podem ser necessárias, mas as pequenas estruturas horizontais (beta) são mais desejáveis (evitando uma estruturação excessiva). Isso também se aplica à paz interior: a tarefa é promover a harmonia do corpo, da mente e do espírito. Chave: diálogo externo e interno consigo mesmo

A paz positiva cultural substitui a legitimação da violência pela legitimação da paz; na religião, na lei e na ideologia; na linguagem; na arte e na ciência; nas escolas, universidades e na mídia; construindo uma cultura de paz positiva. No espaço

interior do Eu, isso significa abrir-se para várias inclinações e capacidades humanas, sem reprimir (Galtung, 1996, p. 32, tradução nossa).²⁴

Para que sua valoração seja duradoura e sustentável, cada vértice deve desempenhar sua parte, delegando atribuições para a implementação de ideais que prezam por uma maior promoção da troca de bens (paz positiva direta), da cooperação como meio de transição para uma estrutura sustentável, da equidade econômica e da igualdade política (paz positiva estrutural) e da legitimação e estímulo de ambos os setores anteriores (paz positiva cultural) (Galtung, 1996). Logo, a semelhança com o triângulo da violência destaca-se em caráter de obviedade, com sua abordagem implementória ocorrendo igualmente ao mesmo, ou seja, em qualquer canto da imagem triangular, mas preferencialmente em todos os três vértices paralelamente.

24 Texto original: “Direct positive peace would consist of verbal and physical kindness, good to the body, mind and spirit of Self and Other; addressed to all basic needs, survival, well-being, freedom and identity. Love is the epitome of this: a union of bodies, minds and spirits. Structural positive peace would substitute freedom for repression and equity for exploitation, and then reinforce this with dialogue instead of penetration, integration instead of segmentation, solidarity instead of fragmentation, and participation instead of marginalization. Some large, vertical (alpha) structures may be necessary, but small, horizontal (beta) structures are more beautiful (avoiding too much structuration). This also holds for inner peace: the task is to bring about the harmony of body, mind, and spirit. Key: outer and inner dialogue with oneself Cultural positive peace would substitute legitimation of peace for the legitimation of violence; in religion, law, and ideology; in language; in art and science; in schools, universities, and the media; building a positive peace culture. In the inner space of the Self, this means to open for several human inclinations and capabilities, not repressing” (Galtung, 1996, p. 32).

4. IÊMEN EM CHAMAS: A CONSTRUÇÃO DE UM CENÁRIO DE GUERRA

O Iêmen e seus povos possuem tamanha densidade histórica que sua expressão resulta da sobreposição entre influências imperiais, sistemas tribais, redes comerciais e tradições religiosas que, com o passar dos séculos, conformaram formas particulares de organização sociopolítica. Nessa moldura, Orkaby (2015) ressalta a preponderância das divisões tribais e confessionais, enquanto Bhattarai e Bhattarai (2024) enfatizam que a trajetória do país desdobra-se por meio de suas dinastias e ocupações. Para estes, as clivagens internas acentuaram-se durante a década de 1960, quando:

O cenário político [...] foi marcado por conflitos internos, intervenções externas e divisões ideológicas que acabaram por levar à criação de dois Estados distintos com sistemas contrastantes (Bhattarai; Bhattarai, 2024, p. 18)²⁵.

A interação entre as dinâmicas locais e intervenções externas produziu arranjos institucionais assimétricos e, por vezes, concorrentes, cuja permanência contribuiu para a constituição de um campo político permeado por tensões estruturais. Em vista disso, o presente capítulo busca investigar o modo como esses processos se articularam em uma seara de formação que proporcionou a existência de uma cena promotora de instabilidade e fragilidade estatal. Nesse percurso, examinam-se as ocupações otomana e britânica e a divisão territorial delas decorrente; posteriormente, as construções de dois projetos estatais distintos no Norte e no Sul; e, por fim, os limites e contradições da unificação nacional, responsável por um arranjo estatal contemporâneo fraturado e vulnerável à eclosão de conflitos armados.

Entretanto, anteriormente à continuação da cronologia evolutiva dessa pesquisa, algumas considerações preliminares se fazem necessárias no que tange ao trato analítico do Império Otomano. Metodologicamente, para a conjuntura iemenita, optou-se por tratá-lo como um agente de colonização. A justificativa para esta abordagem assenta-se em um conjunto de debates historiográficos e teóricos que, nas últimas décadas, revisitaram as formas de dominação exercidas por impérios não europeus. Como apontado por Türesay (2013), os estudos otomanos, a partir do final dos anos 1990, experienciaram revitalizações interpretativas, ancoradas, sobretudo, no campo do pós-colonialismo, de modo a levantar debates sobre a atuação do Império em termos coloniais e orientalistas. A emergência desse cerne provém de questionamentos vigentes às relações desse para com suas periferias e das

²⁵ **Texto original:** “The political landscape [...] was marked by internal conflicts, external interventions, and ideological divisions that eventually led to the creation of two distinct states with contrasting systems” (Bhattarai; Bhattarai, 2024, p. 18).

argumentações mobilizadas pela elite imperial para implementar políticas centralizadoras e integracionistas (Türesay, 2013).

Nomes como Selim Deringil, Thomas Kuehn, Ussama Makdisi e Isa Blumi destacam-se nesse novo quadro investigativo. Em seus trabalhos, esses pesquisadores abordam o Império Otomano sob a influência de perspectivas proporcionadas por Edward Said e Homi Bhaba, analisando, assim, seus aspectos culturais, práticas discursivas e contextos de inserção internacional (Kuehn, 2021). Destes estudos, surgem terminologias como “Orientalismo Otomano”, “colonialismo emprestado” e “Otomano colonial” (Kuehn, 2021).

Desta forma, à luz das contribuições dessa linhagem de autores, compreende-se o aparato colonial por sua produção de assimetrias estruturais, pela reorganização coercitiva do espaçamento periférico e pela implementação de mecanismos de extração, controle e disciplinamento social. Sob esses critérios, a presença otomana no Iêmen, sobretudo a partir do período concernente com a implementação das reformas Tanzimat, opera em consonância com tal, articulando dispositivos de militarização, práticas de reconfiguração administrativa e estratégias de cooptação e segmentação de elites locais, amparadas em narrativas de modernização, de promoção da civilização e de classificação da população local sob a categorização da selvageria.

A compreensão desse Império como uma presença colonial não implica em sua equiparação mecânica ou normativa às empresas europeias. Reconhecem-se diferenças, lógica, implicações e gravidades inerentes a ambos os modelos. Todavia, igualmente, faz-se imprescindível ressaltar a responsabilidade otomana acerca da reprodução de dinâmicas de subordinação que configuraram a formação histórica dos territórios iemenita sob seu domínio. Ademais, compreendeu-se, com base nas bibliografias consultadas, que, a atuação do objeto alvo desta explicação no Iêmen, apresentou particularidades inerentes a esse território. Portanto, tal leitura apresenta-se como fundamental para a inserção do conflito como produto primário de uma ambientação baseada em estruturas históricas de violência em coerência com o arcabouço analítico de Johan Galtung adotado por este trabalho.

4.1 Uma nação recortada no século da colonização

Instalando-se no Sistema Internacional como uma metástase, a qual aloja-se nas principais estruturas e células do corpo em ordem de destruir o organismo hospedeiro em uma marcha lenta de amadurecimento e sofisticação, o colonialismo subjuguou mais de um terço dos espaços geográficos do planeta Terra. Essa empreitada expansionista em busca de novos territórios e recursos foi responsável pela construção da edificação que elevou a violência,

seja esta visível e/ou invisível, a um novo patamar destrutivo. O emprego da dominação como forma de subjugar o ser colonizado no intuito de favorecer a instalação de um ordenamento superior, o do ente colonizador (Assis, 2014), desdobrou-se em um conjunto de camadas que, interligadas, formam uma complexa rede de controle e opressão, a qual pode ser traduzida nas sábias palavra proscritas no livro “Discurso sobre o colonialismo”: “[...] a empresa colonial é para o mundo moderno o que o imperialismo romano foi para o mundo antigo: o prelúdio do Desastre e o precursor da Catástrofe” (Césaire, s.d., p. 74, tradução nossa).²⁶

Dessa maneira, compete aos impérios de outrora, no bojo da colonialidade do poder, a responsabilidade pela inauguração de um cenário inédito, no qual novos ciclos de desigualdades estruturais e cicatrizes culturais continuam a assombrar as nações pós-coloniais (Quijano, 2000). A égide violenta dominante do primeiro encontro entre colono e colonizado, como apontado por Fanon (2022), não desaparece magicamente após o processo de descolonização e a atribuição do status de soberania à antiga colônia, em parte porque a própria luta por independência é construída pela e da violência. Um sistema edificado pela coisificação do ser colonizado é isento de simplismos.

À este empreendimento foram designados recursos bélicos e psicológicos, dispostos para uso de modo a entrelaçar a história da nação invadida à história da nação “mãe”. E assim como uma mãe exerce seu papel de educadora para com seu filho, de modo que seus ensinamentos fiquem incrustados em sua consciência, a metrópole executa seus desígnios de modo a abarcar por completo os substratos da vida da população local. Exceto que os seus métodos de “ensino” não provém do amor, mas sim, da necessidade de assegurar a posse de territórios e recursos destinados a sua marcha progressista e à demonstração de seu poderio perante as demais potências do Sistema Internacional. Destarte, para sua concretização, optou pelo emprego do horror ao expandir a violência para aquilo que é íntimo ao ser colonizado, ou seja, sua casa e seu cérebro (Fanon, 2022).

Assim, à luz da obra de Fanon (2022), o projeto colonial foi desenhado a níveis de tamanha profundidade que sua penetração adentrou camadas então ocultas, impondo em marcha a reconfiguração abrangente psico-social das populações afetadas. Com isso, a perpétua primitivação do indivíduo não branco se transconfigurou no desenvolvimento de uma mentalidade colonial com capacidades ditatoriais para inferir no modo como as relações no seio das sociedades não ocidentais passaram a ser erigidas (Fanon, 1952; Memmi, 1957; Mbembe, 2001). O sentimento de inferioridade étnica e cultural transcreve-se na rejeição de

²⁶ **Texto original:** “[...] colonial enterprise is to the modern world what Roman imperialism was to the ancient world: the prelude to Disaster and the forerunner of Catastrophe” (Césaire, s.d., p. 74).

todo e qualquer elemento local, com atitudes, crenças e comportamentos que refletem autodesprezo, ódio étnico e ânsia pela emulação do grupo dominante (Okazaki; David; Abelmann, 2008).

É ao refletir sobre a imagem do ser subalternizado que Assis (2014) discorre sobre os limitados usos aos quais esse sujeito fora submetido: ou aniquilação, ou imposição civilizatória. Todavia, essa cruzada em prol da “educação aos bárbaros” e do “avanço da sociedade humana”, mostrou-se incapaz de realização sem fragmentação. Não somente espiritual, mas igualmente geográfica, com a reconfiguração de antigas delimitações territoriais que verteram para a ascensão de fronteiras artificialmente construídas, nas quais agrupamentos rivais foram alocados em proximidade, gerando uma série de consequências fomentadoras de conflituosidades congeladas no estágio da violência (Fanon, 2022; Mamdani, 2012).

Para com o Oriente Médio não fez-se diferente. A história da região, assim como a dos povos árabes, está conectada com a diversificação das entidades ocupantes. Entretanto, o período concernente a este fragmento da presente pesquisa, condizente com a análise da construção do ciclo conflitual iemenita, se destaca nas passagens dos séculos XIX e XX, nos quais a região estava, majoritariamente, sob os cercos das ocupações dos Impérios Otomano e Europeu. Emergente como uma resposta às ameaças impostas pela cristandade europeia durante os anos das aventuras expansionistas (Deringil, 2004), o Império Otomano tratou de colocar a região sob seus domínios durante os séculos XV e XVI em confronto direto com a colonização empregada pela Europa.

Num certo sentido, a formação do Estado otomano foi mais um exemplo do processo que ocorrera muitas vezes na história dos povos muçulmanos, o desafio a dinastias estabelecidas por uma força militar oriunda de povos em grande parte nômades (Hourani, 2006, p. 157).

Diferentemente de como se dera a dominação regional sob os auspícios europeus, os otomanos estabeleceram uma governança perante os povos árabes com espaços a serem preenchidos por lideranças locais em determinadas províncias do Império. Isto significou a permissão da posse de um caráter com certos graus de autonomia em determinadas localidades. No entanto, essa concessão, por parte da centralidade imperial, não deve ser interpretada sob os desígnios da benevolência e, sim, sob as lentes da praticidade administrativa. A razão desse movimento ocorreu devido à extensão do território imperial, em que o controle de províncias longínquas de seu núcleo provou-se de extrema dificuldade,

resultando na necessidade de equilíbrio diverso entre os poderes provinciais e o central (Hourani, 2006).

Todavia, essa especificidade não poupou ao Império Otomano de sofrer com os processos fragmentários que eventualmente atingiram todos os grandes reinos conquistadores dos tempos antigos. Particularmente, a partir do século XIX o Sultanato passou a experimentar desafios domésticos e externos que, eventualmente, conduziram à completa dilapidação de sua unidade territorial. Com sua maquinaria estilhaçada em duas frentes de batalha, a dos interesses locais e a das lideranças tribais (Choueiri, 2002), a governança otomana enfrentou desde os desafios impostos pelo avanço europeu, o que significou a diminuição de suas fronteiras, à ascensão do nacionalismo nas províncias, especialmente às de população árabe, que desembocaram no desespero do Sultão pela manutenção de sua legitimidade. A isto seguiu-se um período reformatório que objetivou impedir que o império soterrasse nos escombros da decadência.

O conjunto de política implementadas visando a paridade desenvolvimentista otomana para com a europeia e a sua conseqüente modernização, denominadas de Tanzimat, teve um efeito rebote, por possuir tons ocidentais em sua essência, contribuindo para a ampliação do vácuo existente entre o governo central e as populações sob seu domínio (REF). A salvaguarda do Império, que o impediu de solapar precocemente, condiz com a diretiva europeia de contenção russa, (Quataert, 2008), tornando a Europa responsável pela precária preservação do poderio restante ao Sultão. Tendo transformado-se em ferramenta dessa, visto que sua própria sobrevivência passou a estar conectada aos interesses e necessidades desse continente, o Império foi alvo dos esforços para a reconfiguração de seu núcleo duro conforme o modelo Westfaliano, convertendo o Oriente Médio em zona constante de tensão (Costa, 2015). O resultado desse conjunto de convergências foi a derrocada do poderio otomano na esteira da finalização da Primeira Guerra Mundial, com sua desintegração oficializada em 1924.

O desmembramento do Império Otomano deixou lacunas de poder na região que não tardaram a serem preenchidas pelas potências europeias, com destaque para a Grã-Bretanha e a França. Ambos os países selaram o acordo de Sykes-Picot (1916)²⁷, de modo a dividir os territórios que passariam a ficar sob regência de cada uma das potências supramencionadas. Esta divisão ocorreu de maneira que à França couberam Síria e Líbano e à Grã-Bretanha a

27 Acordo secreto firmado em 1916 entre Reino Unido e França, o Sykes-Picot dividiu o Império Otomano em zonas de influência, ignorando fronteiras históricas e vontades locais. Tornou-se símbolo do imperialismo europeu na região e influenciou a formação dos Estados do Oriente Médio, contribuindo para conflitos e instabilidades posteriores (Bâli, 2016).

Palestina, a Transjordânia e o Iraque. Assim, esse instrumento cimentou quaisquer esperanças, por mais ilusórias que fossem, de que, após a retirada dos otomanos, o mundo árabe estaria livre para perseguir o caminho da formação de entidades nacionais próprias, assim como, desprezou a identidade cultural das comunidades habitantes dos territórios em questão (Júnior; De Araújo; Schütz, 2025).

Além do mais, deve-se ressaltar como o poderio britânico utilizou-se desse dispositivo diplomático para a valia de seus interesses imediatos. Para isso, repartiu-se o Oriente Médio a partir dos desenhos proporcionados pelos burocratas britânicos, que planejavam com a divisão regional, a criação de uma área de contenção em uma zona de proteção contra a presença russa em suas recém adquiridas proximidades (Schicchet, 2011). Por meio da Figura 3 faz-se possível a observação das linhas limítrofes estabelecidas no Acordo Sykes-Picot, com a cor azul simbolizando os territórios franceses e a cor rosa os britânicos. Adicionalmente, o mapa também demonstra a proximidade russa, então governante da região armênia, para com os domínios da Grã-Bretanha.

Figura 3 – Divisão do Oriente Médio sob os auspícios do acordo Sykes-Picot (1916)



Fonte: Davison, 2019

A chegada dos novos mandatários destoou em intensas reviravoltas para o mundo árabe, uma vez que o emprego de seus discursos orientalistas de que a região era incapaz de empreender a própria jornada desenvolvimentista (Choueiri, 2002), traduziu-se em um curso de mudanças que impediram as sociedades locais de experienciarem sistemas estáveis e auto-suficientes, passando a serem geradores da força necessária para a sobrevivência em seu próprio mundo, então dominado pelos mestres ocidentais (Hourani, 2006). Isto significou alterações drásticas em estruturas sociais, políticas e culturais que cederam lugar a Estados clientes submissos (Costa, 2015) preenchidos por grupos inferiorizados.

Desta forma, considerando o breve panorama regional a partir das empreitadas coloniais, este subcapítulo concentrar-se-á na ocorrência do processo colonial no Iêmen, período o qual arrou o solo para uma plantação violenta. A compreensão das ações empregadas pelas forças ocupantes faz-se necessária, uma vez que, esta pesquisa compreende seu exercício de responsabilidade na construção de uma ambientação de desordem no território

como fato consolidado. Portanto, abordar-se-á uma conjuntura histórica permeada pela análise fatídica dos eventos decorrentes do movimento colonial e os principais registros acerca de insurreições em prol da resistência perante tais agentes.

Para tanto, será utilizado um enfoque histórico-estrutural, permitindo, com isso, a análise das dinâmicas de poder e dominação implantadas pelos colonizadores e suas consequências a longo prazo. Para além da compreensão acerca dos processos de subjugação das comunidades locais perante o poderio de atores externos, o objetivo deste capítulo centra-se, igualmente, na exposição acerca da implementação da governança mandatária. Com isso, espera-se promover a base de conhecimento necessária para o quinto capítulo, o qual discorrerá analiticamente a situação iemenita sob as linhagens teóricas galtunguianas.

Considera-se que ambas as ocupações modelaram profundamente as cenas política e social do Iêmen, tecendo um cenário de repetições e divergências maximizado sob a égide da variância entre conflito e negociação. As estratégias adotadas pelas forças britânicas e otomanas foram um reflexo de suas ambições, necessidades estratégicas e limitações estruturais. Estas, por sua vez, são a *ratio essendi*²⁸ para as dificuldades que se sobreporam perante o aparato de dominação colonial, desenhadas sob a formatação de movimentos de resistência locais com abordagens divergentes que abrangeram da oposição ativa à cooperação tática em prol da sobrevivência. Desta forma, o emprego analítico destes eventos focaliza no estabelecimento das bases históricas necessárias para a compreensão da influência exercida pelos mecanismos de dominação nos acontecimentos subsequentes da história iemenita, formalizando, desta forma, uma linha de transmissão da violência.

4.1.1 Quando o deserto encontra o mar: a presença britânica no sul iemenita

A primeira leva de ocupação do território iemenita do século XIX deu-se sob os auspícios do poderio colonial britânico, com a tomada de Áden em 1839²⁹. A submissão da cidade portuária foi o produto direto da necessidade tática por postos de reabastecimento de carvão para os navios da marinha real, particularmente os estacionados sob a égide da Companhia das Índias Orientais. Todavia, aspectos de cunho estratégico e econômico também são partes constituintes da esfera de importância à qual Áden se insere. Dentre os elementos responsáveis por proporcionar destaque ao território, menciona-se: sua geolocalização, visto sua posição neural para a expansão do poderio da Coroa inglesa, sua adaptação portuária ao

²⁸ *Ratio Essendi* é o termo em latim para “razão de ser”.

²⁹ Embora a conquista de Áden tenha ocorrido no século XIX, a região anteriormente havia atraído os olhares ingleses, especificamente em 1798, devido à necessidade de assegurar territórios estratégicos para a contenção da expansão do poderio francês após a conquista napoleônica do Egito (Mehra, 1988).

Fonte: Lubiesque, 2013

A celebração dos tratados supramencionados permitiu ao Império Britânico o manuseio do processo de moldagem das relações para com os Sultões, constringendo-os à teia colonial inglesa por meio da proibição da manutenção de quaisquer vínculos com as demais potências vindouras do Sistema Internacional. À imposição desses laços pautados pela caracterização da exclusividade, como apontado por Robbins (1939) e Sheth (1980), atribui-se a construção de uma rede de dependência político-econômica com potencialidades para a geração de impasses entre a população local e a força ocupante no que diz respeito à administração territorial. A materialização deste fenômeno será notada a partir do período de implementação da Federação da Arábia do Sul, do qual o processo evolucionário do que despontou como uma simples revolta transcorrerá em ritmo acelerado, findando somente com a retirada das forças coloniais em 1967.

Consequentemente, como demonstrado pela implementação de uma estratégia de governança dual, a presença britânica no sul da Península Arábica não apresenta-se em caráter de uniformidade, possuindo particularidades que correspondem a uma teia intrínseca de um conjunto administrativo sujeito a uma série de mudanças (Tripodi, 2016) no que tangencia a autoridade central para a região. Essas transformações emergiram como resposta às ameaças que se desenhavam perante a Coroa, em uma arena pulsante e inflamada por disputas de poder em um ritmo constante de confronto e competitividade. Apesar dessas reformas sucederem-se em exponencialidade a partir do pós-Primeira Guerra Mundial, visto a necessidade de um controle mais robusto sob as posses inglesas, o período anterior ao conflito não transcorreu em caráter de estaticidade, havendo esparsas metamorfoses ao modelo colonial empregado no sul iemenita, como foi o caso do arranjo do Protetorado de Áden. Desta forma, a fim de apresentar um quadro geral de todas as modificações administrativas aplicadas ao Iêmen Britânico, à caráter do conhecimento, por meio do Quadro 6, busca-se esta exposição.

Quadro 6 – Panorama acerca das mudanças administrativas impostas a Áden e aos sultanatos do interior sul iemenita

Período	Mudança Administrativa	Impacto no Sistema de Governança
1839	Ocupação de Áden	A conquista do porto de Áden ocorreu por meio de uma ação militar da marinha britânica, tornando-se parte integrante do projeto colonial da Índia Imperial

1850	Áden torna-se um porto livre	A cidade portuária desenvolveu-se como assentamento, centro comercial e base militar, encorajando a constituição de uma população cosmopolita
1858	Dissolução da Companhia das Índias Orientais	Áden torna-se parte da Índia Britânica, sendo administrada pelo Vice-rei da Índia
1864	Áden passa a submeter-se ao Código Penal Indiano	Reorganização do sistema legal de Áden, estando este submetido à Alta Corte de Bombaim
1873	Expansão da influência britânica	Introdução britânica no <i>hinterland</i> iemenita, resultando na construção dos laços entre lideranças tribais e Império
1886	Formalização do Protetorado de Áden	Conclusão dos acordos com os chefes tribais das "nove tribos" que acabaram por submeter seus territórios às forças coloniais
1932	Áden torna-se uma província	Sendo comandada pelo Comissário Chefe, deve-se reportar diretamente ao governo indiano
1937	Áden torna-se colônia da Coroa Britânica	Torna-se responsabilidade do Escritório Colonial, estando sob controle direto do governo britânico
1937	Ordem do Protetorado de Áden	Legitima a implementação de leis coloniais concernentes à temáticas de paz, manutenção da ordem e boa governança
1940	Divisão do Protetorado de Áden	Divisão em Protetorado de Áden Ocidental e Protetorado de Áden Oriental
1963	Federação da Arábia do Sul	União de 6 Sultanatos do interior iemenita com Áden, visando proteção e integração sob a ótica de um novo modelo administrativo
1967	Independência do sul iemenita	Britânicos retiram-se do território

Fonte: elaborada pela autora a partir de informações contidas em Willis (2009); Mehra (1988); Robbins (1939); Tripodi (2016)

À luz da extensão temporal da ocupação inglesa, o Quadro 6 proporciona um panorama da vitalidade de Áden para o mandato britânico, justificando a progressiva centralização governamental para com essa e a criação de cinturões estratégicos de proteção para o centro urbano da colônia. Durante este período, as posses da Coroa no Iêmen estavam sob um contexto de insegurança proveniente das pretensões do Império Otomano, alocado nas terras componentes do norte iemenita. A robustez dos avanços desse em localidades pretendidas de serem conclamados pelos colonizadores (Mehra, 1988), em somatória com a intensificação dos interesses das demais potências europeias no pós-abertura do Canal de Suez em 1867, conduziram à reavaliação da formatação territorial sul iemenita, com a ideia da

implementação de um sistema protetoral³² nascente das preocupações securitárias no entorno de Áden (Blyth, 2003).

Para que isto fosse passível de realização, empreendeu-se manobras de reconhecimento das “nove tribos”³³ como partes constituintes e integrais da esfera de influência inglesa, o que relegou a esses grupos status de entidades sociopolíticas (Willis, 2009). Conjuntamente, há a formalização de tratados de proteção mútua, que serão responsáveis pelo marco da transição de um relacionamento em que a presença física da metrópole (Tripodi, 2016) postava-se como praticamente inexistente para um de estreita cooperação com as lideranças locais por meio de alianças semi-institucionalizadas (Kostiner, 1984). Assim, como apontado por Mehra (1988), constrói-se a formatação protetorial em 3 fases distintas, das quais: a) 1885-1886: com a conclusão do firmamento do aparato legal supramencionado para com os Sultanatos costeiros, inicia-se o delineamento da estrutura de contenção do Protetorado; b) 1895-1896: os líderes locais dos territórios localizados mais ao interior aderem ao sistema; e c) 1902-1905: aquisição das regiões fronteiriças ao Iêmen Otomano, estendendo-se a dominação britânica ao deserto de Rub-al Khali. Sumarizando, os domínios iemenitas do Reino Unido no início do século XX, postam-se conforme apresentado no mapa.

32 Lord e Birtles (2021) apontam que a divisão do sistema de Protetorado durante aos anos 1940 em Protetorado de Áden Ocidental e Protetorado de Áden Oriental ocorreu em ordem da maximização administrativa das posses coloniais.

33 Esse conjunto tribal foi responsável pela rebelião contra a preponderância da dinastia Qasimi implementada pelos Zaiditas no século XVIII (Willis, 2009), tornando-se, desta forma, os grupos mais influentes do sul do Iêmen.

Figura 5 – Mapa da divisão administrativa dos domínios britânicos no Iêmen no século XX



Fonte: Mawby 2005

A formalização dessa estrutura, no entanto, estava sujeita a uma série de controvérsias, particularmente com as dificuldades impostas sobre a Grã-Bretanha durante os conflitos de grande escala dos quais essa envolvera-se. Como consequência da instrumentalização dos espaços do interior como um cordão sanitário, sua transformação em campo de batalha deu-se como inevitável, resultando na existência de um vácuo cooperacional entre as tribos e a governança colonial. Isto destaca que, para a Coroa, o Protetorado era uma mera “carapaça política e geográfica” (Tripodi, 2016, p. 98, tradução nossa)³⁴, não possuindo o mesmo status na hierarquia territorial britânica em comparação à Aden.

As cicatrizes deixadas após a conclusão da fenomenologia das duas Grandes Guerras Mundiais³⁵ influenciaram diretamente o trato para com a região, sendo as transformações aplicadas à política colonial do Império impostas pela necessidade de adaptações burocráticas e de governança em suas posses além-mar. Por consequência, nota-se a necessidade de aplicação de uma sistemática capaz de assegurar as posições britânicas por meio do incentivo

³⁴ **Texto original:** “geographic and political carapace [...]” (Tripodi, 2016, p. 98).

³⁵ Sheth (1980) destaca que após perpassar por dois conflitos de grande escala, a Inglaterra viu-se incapacitada de perpetuar antigos moldes coloniais em consequência da decadência de seu poder emanado no Sistema Internacional e a pressão exercida no âmbito doméstico, proveniente da opinião pública em prol das populações colonizadas, erigidas em consonância com a ascensão dos princípios dos direitos humanos, edificados sob a máxima descrita na Carta das Nações Unidas.

a certos níveis de desenvolvimento, como ocorrerá com Áden e seu entorno após a primeira das grandes guerras supramencionadas. Isso conduziu à introdução de um conjunto de reformas econômicas e administrativas, que redefiniram o status legal de Áden como porção constituinte das possessões inglesas e o nível cooperacional dos protetorados para com a governança colonial.

Particularmente para a centralidade urbana que configura-se como Áden, essas mudanças apresentam-se como mais estreitas e numerosas, visto a disposição britânica em arcar com responsabilidades anteriormente impensáveis, das quais menciona-se a seleção e controle das lideranças locais e o aumento de ações militares no interior da colônia (Tripodi, 2016). Como demonstração da seriedade colonial de traçar novos caminhos para a região, destaca-se a datação inicial de 1927 devido ao começo do processo de desintegração do território como parte integrante do governo alocado na Índia. Portanto, após dez anos de transição, confere-se a essa o status oficial de colônia. Isto significa que a cidade passou a ser parte integral dos ordenamentos da Coroa Britânica, devendo reportar-se, sob representação do Escritório Colonial. Esse transpasse foi outorgado pela Lei do Governo da Índia em 1935, delimitando o papel de tutela do Secretário do Estado Britânico para as colônias (Robbins, 1939).

Igualmente, o Protetorado foi submetido ao jugo da Coroa por meio da implementação de tratados de aconselhamento, nos quais designava-se um Conselheiro Residente para cada território componente das unidades formalizantes desse sistema. A esta figura era delegada a função de orientação para com as lideranças em prol da garantia da implementação das políticas britânicas, especialmente em setores securitários e diplomáticos, como o caso das relações entre principados e tribos (Kostiner, 1984). Por conseguinte, registra-se a partir deste período o enrijecimento britânico interventivo no que tangencia as questões domésticas do interior iemenita, destacando, como sugere Mawby (2005), a disposição do governo colonial em empregar esforços para a manipulação das políticas perpetuadas pelos líderes tradicionais. Portanto, essas modificações continuam a se traduzir sob um espectro securitário que permeava a totalidade do território iemenita em um véu de preocupações e ameaças a uma localidade pivot para os britânicos. Neste contexto, destacam-se os riscos impostos pelas ambições do Imã alocado no Iêmen pós-Império Otomano, ao empregar um discurso reivindicativo de territórios demarcados sob o cerne das propriedades britânicas ultramarinas, em ordem de garantir posse sob regiões outrora pertencentes à dinastia Zaidita.

Consequentemente, as relações da Grã-Bretanha com as tribos e governantes dos protetorados se expandiram, especialmente em locais onde havia uma ameaça visível

do Iêmen do Norte ou onde uma disputa poderia influenciar a atitude local em relação aos britânicos (Kostiner, 1984, p. 4, tradução nossa).³⁶

Os tensionamentos aplacaram-se somente em 1934, com a assinatura do Acordo de Taif, que regulamentou a extensão territorial iemenita em duas regiões geopolíticas distintas, por meio da delimitação fronteiriça, institucionalizando, desta maneira, as extensões do Iêmen do Norte, sob a formatação administrativa do Reino de Mutawakkilita, centralizado na burocracia do Imamato, e o Iêmen do Sul, subordinado à ocupação colonial inglesa. Como consequência, as áreas geográficas componentes do Protetorado estabeleceram-se sob os auspícios de um *hinterland* projetado para a contenção dos avanços provenientes de forças rivais, assegurando a blindagem de Áden e seus pontos estratégicos (Kostiner, 1984). A urgência desta deve-se à proximidade que a cidade portuária oferecia para com as possessões britânicas ao longo da Península Arábica.

Todavia, o sistema protetorial conservou-se como pauta securitária na agenda colonial britânica, com as duas décadas posteriores sendo demarcadas por discussões acerca da necessidade de maiores índices de uniformização da política colonial ao Iêmen do Sul (Kostiner, 1984). Destas surgiu a idealização de criação de uma configuração federativa, visando a implementação de elementos fomentadores ao desenvolvimento e concessão de autonomia à região, a fim de aplacar antigas questões que perpetuavam-se como geradoras de impasses à Coroa, como demonstrado na evolução narrativa acerca da história do Iêmen Britânico. Sua concretização, no entanto, ocorreria somente durante o início da década de 1960, como fator resultante da sensação de ameaça emanada aos Sultões e às forças coloniais provenientes da conjunção norte iemenita com a República Árabe Unida (Kostiner, 1984). Assim, implementou-se a Federação da Arábia do Sul³⁷, da qual Áden iria ser parte componente somente em 1963, com a ressalva de que seu status colonial seria mantido pela Coroa (Pieragostini, 1991).³⁸

Áden, com sua base, seria, portanto, um ativo para a Federação. Em contrapartida, a Federação oferecia um espaço físico e político de proteção entre o Iêmen e Áden, e, com a adesão de Áden à Federação, o *hinterland* exerceria uma influência moderadora sobre os nacionalistas adenitas, ajudando, assim, a proteger a base da agitação interna. A Federação necessitava da base para garantir sua viabilidade, e a

³⁶ **Texto original:** “Consequently, Britain’s relations with Protectorate tribes and rulers expanded, particularly in places where there was a visible North Yemeni threat or where a dispute could influence the local attitude towards the British” (Kostiner, 1984, p. 4).

³⁷ Por sua vez, Dingli e Kennedy (2014) compreendem a constituição desse sistema como parte das ambições britânicas ao final do período colonial, deixando como legado um Estado com capacidades para a autosustentação.

³⁸ Prompt 1: Em 1966, a Federação da Arábia do Sul era composta por 15 Sultanatos de um total de 19 territórios, com 4 deles optando pela não adesão ao sistema. Ou seja, cerca de 21% dos Sultanatos não integravam a Federação.

base precisava da Federação para assegurar sua segurança (Pieragostini, 1991, p. 34, tradução nossa).³⁹

Lord e Birtles (2021) afirmam que a criação dessa sistemática significou a deterioração da estabilidade doméstica da empresa colonial britânica no Iêmen, o que prova-se como uma premissa com caráter de veracidade ao considerarmos a contextualização política, social e tribal na qual estavam inseridos. Essa acabou por ser amplificada pelo contexto internacional de um período marcado pela expansão dos ideais pan-arabistas e nacionalistas nas extensões territoriais componentes do Oriente Médio, com a figura de Gamal Abdel Nasser despontando como liderança dessas movimentações. Apesar do isolacionismo imposto pelos britânicos ao sul iemenita, o florescimento desses pensamentos não escapou à região, sendo sua influência advinda de dois fatores principais: a) a formação de uma camada populacional de trabalhadores não qualificados provenientes do Reino de Mutawakkili, devido à expansão da demanda por mão de obra barata em Áden (Mawby, 2005) e, b) a exportação destas ideias a partir do processo revolucionário decorrente no norte iemenita durante 1962, que contou com o suporte direto da autoridade egípcia.⁴⁰

Antes de 1962, a administração colonial britânica em Áden estruturou suas políticas de governança local nos arredores do Protetorado de Áden com a intenção de limitar o sentimento do nacionalismo iemenita na Arábia do Sul. Dentro da própria Áden, os britânicos tentaram criar uma identidade local única, não árabe e decididamente não iemenita na Península Arábica (Orkaby, 2017, p. 72, tradução nossa).⁴¹

No entanto, a consolidação de Áden como centro comercial proporcionou um solo fértil para a afluência das ideias anti-coloniais propagadas por Nasser, visto essa ser uma ambientação tipificada sobre a alçada das péssimas condições de trabalho, particularmente para com os imigrantes norte iemenitas; além da forte presença da valorativa sindical traduzida na organização do Conselho Sindical de Áden (CSA) (Dingli; Kennedy, 2014). Somando-se essa conjuntura com as consequências da ineficaz Política Proativa⁴², empregada

39 **Texto original:** “Aden with its base would thus be an asset to the Federation. In return, the Federation provided a physical and political buffer between the Yemen and Aden, and with the accession of Aden to the Federation, the hinterland would exercise a moderating influence on Adeni nationalists and thereby help to protect the base from internal agitation. The Federation needed the base if it was to be viable, and the base needed the Federation if it was to be safe” (Pieragostini, 1991, p. 34).

40 Mawby (2005) classifica este como um período de guerra proxy entre Grã-Bretanha e Egito, devido ao suporte irrestrito do último na formalização das movimentações revolucionárias em prol da expulsão dos colonizadores.

41 **Texto original:** “Prior to 1962, the British colonial administration in Aden structured its policies of local governance in the surrounding Aden Protectorates with the intention of limiting the sense of Yemeni nationalism in South Arabia. Within Aden itself, the British tried to create a unique local non-Arab and decidedly non-Yemeni identity on the Arabian Peninsula” (Orkaby, 2017, p. 72).

42 Política profilática designada para a contenção das mudanças locais e a ascensão do nacionalismo anti-colonial (Mawby, 2005), por meio da promoção da construção de infraestruturas econômicas e desenvolvimento social (Kostiner, 1984).

com o propósito de conter a influência do nacionalismo em suas posses no sul da Península Arábica, têm-se o arranjo ideal para a formação de agrupamentos de trabalhadores propagantes dos discursos nasseristas. Portanto, conclui-se que durante a periodização que abarca de 1955-1967, “Áden estava imersa na agonia de uma luta de libertação nacional que também era uma luta social, e um forte movimento sindical local estava na vanguarda desse processo” (Van Goethem, 2023, p. 21, tradução nossa).⁴³

Dentre os principais grupos atuantes no processo de descolonização, deve-se mencionar a Frente de Libertação Nacional (FLN), a qual, inicialmente, alinou-se com as ideias propagadas por Nasser durante a década de 1960 acerca da luta anticolonial e a formalização da unidade árabe (Kostiner, 1981) para, em um segundo momento de maturação revolucionária, passar a adotar ideias de cunho socialistas, marxistas e de luta armada; e a Frente de Libertação do Iêmen do Sul Ocupado (FLISO), fortemente divergente da propaganda ultranacionalista difundida pela FLN e adepta de movimentações concernentes à moderação, consequência de sua base composicional estar atrelada à setores da elite de Áden e de parcelas das lideranças tribais do *hinterland*. As divergências existentes entre estes dois grupos contribuíram diretamente para a fragmentação social doméstica, com os grupos revolucionários dissolvendo-se em uma rede de conflituosidade e contradições, como salientado por Kostiner (1981).

Com a efervescência doméstica que tomou conta do Iêmen do Sul, não tardou para que o oposicionismo à presença inglesa se materializasse com uma aura ideológica. (Dingli; Kennedy, 2014). Faz-se essencial destacar as eventualidades subsequentes ao anúncio que formalizou Áden como integrante da Federação, visto a climatação anti-britânica que dominou o ambiente doméstico. Em resposta, seguiu-se uma série de protestos organizados pela CSA que interpretou tal manobra como um meio pelo qual as forças de ocupação pudessem perpetuar sua política colonial através de instrumentos proxy (Edwards, 2015). Este foi o momento de inflação dos setores e grupos que vinham formulando suas bases para a luta contra o colonialismo.

Sob essa ótica, para a governança britânica, fatídica é a data de 14 de outubro de 1963, a qual marca o primeiro de uma série subsequente de levantes armados contra a ocupação. As movimentações concentraram-se inicialmente na região de Radfan, expandindo-se, em sequência, para os territórios componentes do *hinterland* sul iemenita. Portanto, os resultados proveram-se a partir do condicionamento do aumento da violência interna, que, por sua vez,

⁴³ **Texto original:** “Aden was in the throes of a national liberation struggle which was also a social struggle, and a strong local trade union movement was at its forefront” (Van Goethem, 2023, p. 21).

escapou aos limites da frente de batalha contra a metrópole para converter-se em conflituosidade intergrupala.

Visando a manutenção de sua presença na região, particularmente em Áden, considerando visto a interpretação da Coroa de que sua estadia era pujante para a futura transformação da Federação em uma entidade soberana componente do Sistema Internacional, ou seja, um Estado (Pieragostini, 1991), empregou-se táticas de contra insurgência permeadas pelo uso extremo da violência e punimento coletivo, como é o caso dos bombardeamentos realizados pela Força Aérea Real (FAR) às áreas insurgentes.

A excessividade das respostas aos anseios domésticos chamou a atenção de organismos internacionais, instaurando uma nuvem de desconfiança em relação à Grã-Bretanha, particularmente no cerne das Nações Unidas. Portanto, temia-se que para além dos abusos cometidos aos direitos humanos, estava a se desenvolver um processo de tentativa de supressão do direito à autodeterminação de um povo colonial. Desta maneira, prostrava-se para o Reino Unido uma adição à conjuntura de problemas com os quais esse havia de tratar, agravado pelo reconhecimento inglês, por meio da assinatura da Carta das Nações Unidas, acerca da importância e dever no que tange à garantia de tais direitos, bem como o papel desempenhado pela organização com relação à temática. Este, por sua vez, foi maximizado por meio da Resolução 1514 (XV), nomeado pelo título de Declaração sobre a Concessão de Independência aos Países e Povos Coloniais, a qual atesta que

1. A sujeição de povos à dominação, subjugação e exploração estrangeiras constitui uma negação dos direitos humanos fundamentais, é contrária à Carta das Nações Unidas e é um impedimento para a promoção da paz mundial e cooperação. 2. Todos os povos têm o direito à autodeterminação; em virtude desse direito, eles determinam livremente seu status político e buscam livremente seu desenvolvimento econômico, social e cultural. 3. A inadequação da preparação política, econômica, social ou educacional nunca deve servir como pretexto para adiar a independência. 4. Todas as ações armadas ou medidas repressivas de qualquer tipo direcionadas contra povos dependentes devem cessar para permitir que estes exerçam pacificamente e livremente seu direito à completa independência, e a integridade de seu território nacional deve ser respeitada. 5. Medidas imediatas devem ser tomadas, em Territórios de Mandato e Não Autônomos ou em todos os outros territórios que ainda não atingiram a independência, para transferir todos os poderes aos povos desses territórios, sem quaisquer condições ou reservas, de acordo com sua vontade e desejo expressos livremente, sem distinção de raça, credo ou cor, em ordem de permitir que desfrutem de completa independência e liberdade. 6. Qualquer tentativa destinada à interrupção parcial ou total da unidade nacional e da integridade territorial de um país é incompatível com os propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas. 7. Todos os Estados devem observar fiel e estritamente as disposições da Carta das Nações Unidas, da Declaração Universal dos Direitos Humanos e da presente Declaração com base na igualdade, não-interferência nos assuntos internos de todos os Estados, e no respeito aos direitos soberanos de todos

os povos e à sua integridade territorial (United Nations, 1961, p. 67, tradução nossa).⁴⁴

Em resposta a essas preocupações e a crescente espiral de violência que permeava o sul iemenita, diversas denúncias acabaram por serem formalizadas nas instâncias superiores da ONU, inclusive advindas do governo revolucionário recentemente instaurado ao norte. Respondendo aos temores de que um membro permanente de seu Conselho de Segurança estivesse empregando táticas para a alienação da população do território de seus direitos internacionalmente reconhecidos, a organização conclamou as responsabilidades investigativas ao Comitê dos 24 – também reconhecido como Comitê Especial para a Descolonização. Todavia, a governança colonial imputou dificuldades ao órgão, utilizando-se da justificativa do Estado de Emergência imposto ao território para que esse não pudesse adentrar aos perímetros da localidade. Assim, o Comitê acabou dependendo dos relatos proporcionados pelos atores que estavam diretamente envolvidos com os movimentos pela descolonização, como é o caso do Partido Socialista do Povo (PSP), responsável por confirmar o uso de medidas repressivas como instrumento para a suplantação aos anseios pela independência (Dingli; Kennedy, 2014).

O relatório contendo o parecer final ao qual chegou-se o Comitê dos 24 a respeito da situação em Áden e nos territórios do interior pautou as decisões da Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas. Esta atestou a prejudicialidade da manutenção britânica no território em termos de segurança regional, instigando-os à retirada; advogou pela criação de mecanismos institucionais e burocráticos capazes de sustentarem um governo provisório; pela promoção de um processo eleitoral pautado no sufrágio universal; pela soltura das lideranças nacionalistas e sindicais e, por fim, pela interrupção das deportações em massa colocadas em prática como resultado da implementação do Estado de Emergência (Dingli; Kennedy, 2014).

44 Texto original: “1. The subjection of peoples to alien subjugation, domination and exploitation constitutes a denial of fundamental human rights, is contrary to the Charter of the United Nations and is an impediment to the promotion of world peace and co-operation. 2. All peoples have the right to self-determination; by virtue of that right they freely determine their political status and freely pursue their economic, social and cultural development. 3. Inadequacy of political, economic, social or educational preparedness should never serve as a pretext for delaying independence. 4. All armed action or repressive measures of all kinds directed against dependent peoples shall cease in order to enable them to exercise peacefully and freely their right to complete independence, and the integrity of their national territory shall be respected. 5. Immediate steps shall be taken, in Trust and Non-Self-Governing Territories or all other territories which have not yet attained independence, to transfer all powers to the peoples of those territories, without any conditions or reservations, in accordance with their freely expressed will and desire, without any distinction as to race, creed or colour, in order to enable them to enjoy complete independence and freedom. 6. Any attempt aimed at the partial or total disruption of the national unity and the territorial integrity of a country is incompatible with the purposes and principles of the Charter of the United Nations. 7. All States shall observe faithfully and strictly the provisions of the Charter of the United Nations, the Universal Declaration of Human Rights and the present Declaration on the basis of equality, noninterference in the internal affairs of all States, and respect for the sovereign rights of all peoples and their territorial integrity” (United Nations, 1961, p. 67).

Essa confluência de constrangimentos exercidos sob o governo colonial inglês, destacando-se também a pressão da popular proveniente do coração do Reino Unido, constrangeu esse à tentativas de adaptação no que tange ao exercício da autoridade. Entretanto, as medidas impostas foram vãs, dificultando as dinâmicas de estabilização e gestão territorial. O mesmo aplica-se ao decreto que impôs a região sob Estado de Emergência, uma vez que o mesmo teve seu propósito subvertido ao contribuir significativamente para a espiralação da violência.

Ademais, os ganhos táticos da FLN durante o conflito, destarte a transformação dos protetorados em campos de batalha, restringindo, com isto, as lideranças locais aliadas ao governo de ocupação, e o apoio da Liga Árabe à luta em curso, foram igualmente fatores que compeliu a Coroa, em 1966, à declarar Áden infrutífera aos seus propósitos políticos, perdendo, desta forma, sua caracterização de vitalidade (Holt, 2004). Os passos seguintes coordenaram a retirada abrupta em 1967 de uma região vazia de estruturas próprias para a instauração de um regime formatado sob a alçada da população local. Portanto, o abandono ao território permitiu a manifestação de um conflito entre os diversos grupos locais pelo ganho de poder, do qual a FLN emergiu em triunfo. Isto não somente significou a perda de legitimidade dantes conferida aos Sultões, como também, a instauração do único regime socialista da Península Arábica, com a instauração da República Popular do Iêmen do Sul, posteriormente renomeada para República Democrática Popular do Iêmen (RDPI).

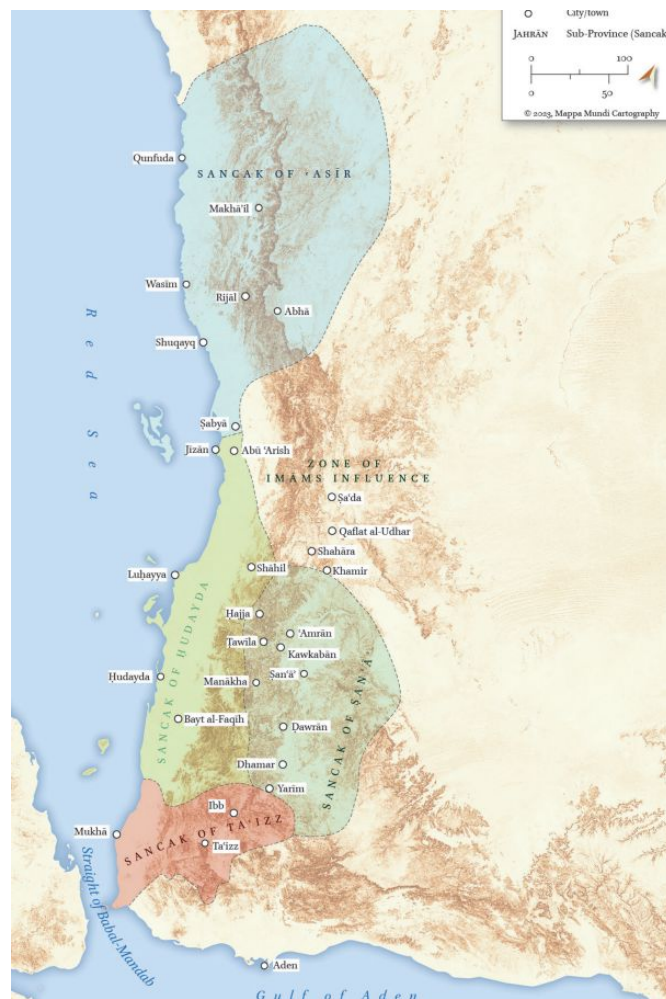
4.1.2 O calor da conquista: o retorno otomano à Terra da Rainha de Sabá

A intrusiva formatação do cotidiano social das comunidades iemenitas geolocalizadas na região norte do território demarca dois períodos divergentes, nos quais porções de terra específicas foram celebradas sob o âmago da conquista imperial otomana. Em um momento inicial, 1849, deu-se a retomada dos territórios da costa do Tihama que estavam sob controle das lideranças zaiditas. Posteriormente, 1871-1873, as terras altas tomaram perante o poderio militar do império, esfacelando um dos redutos mais importantes da resistência anti-ocupação. As conquistas, particularmente o primeiro eixo de vitórias, inauguraram uma série de tentativas provenientes do núcleo de governança otomana em prol do reconhecimento da legitimidade da entidade do Estado imperial e a sua representação, assim como, da figura do Sultão e o poder por esse emanado.

É imperativo destacar que a retomada dessas localidades não ocorreu em um vácuo. Sua razão de ser provém da benesse ambicional da elite governante em projetar a construção de um império robusto e intrusivo, tornando-o capaz de combater tanto os expansionismos

executados pelo concerto europeu, quanto sonhos separatistas provincianos (Küehn, 2018). Os desafios securitários que sobrepujaram-se perante a entidade Otomana, particularmente a ameaça da presença britânica em seu entorno fronteiriço periférico, visto a tomada de Áden, e a ascensão do Mar Vermelho como ponto estratégico para as costas Indiana, Chinesa e Africana, resultando em sua transformação como localidade de disputa imperial no pós inauguração do Canal de Suez (Akgül, 2014), traduziram-se no segundo conjunto de incursões supramencionadas. Desta forma, o objetivo primordial era a transformação da região em uma espécie de cinturão de segurança capaz de proteger o controle otomano sobre o Hejaz e os locais sagrados do Islã, dos quais Meca e Medina (Kühn, 2007).

Figura 6 – Mapa das divisões administrativas otomanas no Iêmen



Fonte: Wilhite, 2024

Essa tentativa imperial de reafirmar-se perante o espaço territorial iemenita resultou no emprego de uma reorganização administrativa que abarcou os espectros políticos, econômicos

e sociais. A priori, as estruturas habilmente erguidas para o entrelaço do território (Kühn, 2007) traduziram-se em sua divisão em unidades provinciais, sub-provinciais, distritais e sub-distritais submetidas à liderança de um Kaymakam⁴⁵. Essas movimentações reorganizacionais, como apontado por Farah (2002), visavam o estabelecimento de uma governança efetiva no Iêmen, capaz de realizar o processo integracional da região à unidade Imperial, utilizando-se, para isso, das lideranças locais como ferramenta para garantia de seu controle e governança.

Além disso, a segunda ferramenta empregada pelo Sultão em voga da concretização das ambições otomanas diz respeito à exportação da matriz de reformas políticas nomeadas como Tanzimat. À isso visionava-se a substituição das estruturas tribais tradicionais pelo ordenamento previsto pelo núcleo governativo em prol da padronização organizacional das extensões territoriais do Império. Assim, exala-se o desejo de criação de um senso de união entre súditos e elite governativa, a ser instrumentalizado em prol da defesa da integridade imperial contra as ameaças externas.

Através do reestabelecimento de um controle mais direto sobre as periferias internas e externas do Império e da reconquista de territórios perdidos, os formuladores de política em Istambul não apenas tentaram expandir a base tributária do governo central, as receitas comerciais e o grupo de recrutadas, mas também enviaram uma mensagem clara aos britânicos, aos franceses e aos russos de que o Império Otomano ainda era relevante em um mundo cada vez mais hostil de potências imperiais competidoras (Kuehn, 2018, p.10, tradução nossa).⁴⁶

Entretanto, a ocupação otomana acabou por subestimar o papel dos agentes nativos e a profundidade do processo de resistência. Esse erro de cálculo revelou que as forças otomanas não somente eram insuficientes para a contenção dos levantes, mas primariamente incapazes de estabelecer controle pleno sobre o espaço iemenita. Como apontado por Blumi (2003), a imposição de um sistema centralizador nasceu fadada devido a incapacidade otomana de prover extensiva burocracia.

A insurgência da população local, particularmente das tribos Zaiditas, espalhou-se por longas extensões ao largo das terras do Iêmen, configurando movimentações multifacetadas contra a ocupação que não apenas desafiaram a presença militar otomana, como também

45 Título administrativo empregado pelo Império Otomano para referir-se a um oficial que atua como representante do governo central em uma província ou distrito. Pode ser comparado a um deputado (Merriam-Webster, s.d.). Disponível em: <https://www.merriam-webster.com/dictionary/kaimakam>. Acesso em: 16 set. 2024.

46 **Texto original:** “Through the reestablishment of more direct control over the empire’s internal and external peripheries and the re-conquest of lost territories policy makers in Istanbul not only attempted to expand the central government’s tax base, trade revenues, and pool of conscripts, but also sent a clear message to the British, French, and Russians that the Ottoman Empire still mattered in an increasingly hostile world of competing imperial powers” (Kuehn, 2018, p.10).

compeliram o núcleo imperial ao emprego de uma conjuntura reavaliatória de suas políticas.⁴⁷ Nesse compasso, presenciou-se a adoção de medidas que visaram a adequação às particularidades do panorama sociocultural local, os costumes e as dinâmicas tribais.

As manobras de enfrentamento empregadas pelos Zaiditas, ao mesmo tempo em que procuravam resistir ao apagamento de suas estruturas tribais e costumes, advindo da centralização e modernização do código Tanzimat, lutavam pela prevalência do poder de seus líderes, os Imãs. Para o Iêmen Otomano, este é um período no qual essas tribos são vistas como um problema a ser eliminado, visto a dificuldade que constituíam ao Estado. Por conseguinte, as primeiras duas décadas da ocupação são permeadas por duas características principais a cada lado do confronto: para o Império, além da constante repressão aos grupos tribais que ousavam rebelar-se, há a tentativa de construção de um centro de irradiação do poder na província por meio de políticas modernizantes, a fim de promover um certo nível de desenvolvimento para o Iêmen que conferisse legitimidade à sua presença no território; pelo lado da resistência, esses movimentos deram-se de forma fragmentada, limitada e individualista, não chegando a representar um perigo real ao núcleo imperial (Wilhite, 2024). Por sua vez, à luz da análise de Akgül (2014), a limitação da resistência pode ser atribuída não apenas à fragilidade militar das tribos em contraste com a força dominante das tropas otomanas, mas também à crescente exaustão populacional que se agravou ao longo da década de 1870, enfraquecendo profundamente a capacidade das comunidades locais de impor-se como desafio significativo ao poderio do Império.

Desta forma, devido à restrição dos embates entre essas forças antagonistas, o núcleo político em Istambul optou por não utilizar da violência em larga escala como formatação para suas respostas iniciais, preterindo por adaptar suas políticas reformistas às particularidades locais e pela adoção de estratégias conciliatórias, frequentemente resultando na promoção de líderes locais a cargos na administração otomana no Iêmen. À isso decorreu a categorização das reformas Tanzimat em duas linhas modificativas, das quais elementos como pesquisas cadastrais, censos, conscrição e tribunais nizamiye foram abolidos, enquanto os aspectos referentes à taxação, recrutamento militar e outras instituições judiciárias passaram por adaptações metodológicas (Kühn, 2007).

No final da década de 1880, as estruturas e práticas governamentais na Província do Iêmen diferiam consideravelmente daquelas na maioria das províncias da Europa Otomana, Anatólia, Síria Otomana e Iraque Otomano, onde os elementos de

47 Deve-se destacar, em ordem de preservar a diversidade tribal e os posicionamentos estratégicos de suas lideranças, que a resistência contra a presença otomana no Iêmen era fragmentada, vista que uma parcela dos sheiks optaram pelo apoio ao Império em prol de garantir sua sobrevivência ou suas fortunas (Dresch, 1989).

governança do Tanzimat mencionados acima foram, ao menos parcialmente, aplicados (Kühn, 2007, p. 316, tradução nossa).⁴⁸

Mas se a governança central dispôs-se à adequação, por que não ocorreu a mitigação das divergências entre ambas as partes? A explicação para este questionamento pode ser encontrada no domínio do conteúdo das reformas, com destaque para as de cunho judicial e eleitoral, responsáveis por minar o poderio e legitimidade dos Imãs (Mandeville, 1984). Ademais, com a tomada da região central de Sana'a⁴⁹, o ciclo de declínio do poder dessas lideranças completou-se, resultando em seu impedimento de coordenar sobre oficiais, juízes e os membros das tribos, sendo relegados à posição de meros líderes religiosos locais (Yaccob, 2012). Já a falibilidade governativa na província, interferência cultural e religiosa e a autoridade repressiva serviram como alimento para um ambiente que vinha experienciando os primeiros sinais de fadiga.

No Iêmen, a fragmentação política da era pré-conquista exerceria inicialmente uma influência determinante sobre a cultura da rebelião pós-conquista. A resistência militar contra os otomanos permaneceria fragmentada nos primeiros vinte anos da ocupação otomana, sendo conduzida por tribos individuais, xás e pretendentes ao Imamato, sem tentativas significativas de coordenação (Wilhite, 2024, p. 108, tradução nossa).⁵⁰

Com o nascer dos anos 1880, a rebelião Zaidita alçou novas dimensões, revelando-se um obstáculo significativo à legitimidade do domínio otomano, especialmente com a ascensão do Imã como figura central da resistência (Akgül, 2014). A rejeição categórica à autoridade do Sultão como verdadeiro Califa desafiou tanto a base religiosa imperial, quanto serviu para incendiar as tensões políticas, conduzindo a uma resposta mais agressiva por parte da elite governante. Esse descontentamento despertou a ira otomana, culminando na intensificação da violência nas campanhas de repressão, à medida que o Império visava assegurar seu controle sobre um espaço territorial cada vez mais fragmentado pelas insurreições. Dessa forma, o confronto assumiu uma nova escala, em que as forças imperiais buscavam dominar tanto militarmente quanto restaurar a ordem política e religiosa que já apresentava indícios de escapar de suas mãos.

48 **Texto original:** “By the late 1880s, governmental structures and practices in the Province of Yemen differed considerably from those in most provinces of Ottoman Europe, Anatolia, Ottoman Syria, and Ottoman Iraq, where the above-mentioned elements of Tanzimat governance were at least partially applied” (Kühn, 2007, p. 316).”

49 Sana'a era a capital imperial dos otomanos no Iêmen.

50 **Texto original:** “In Yemen, the political fragmentation of the pre-conquest era would initially exercise a determining influence on the postconquest culture of rebellion. Military resistance to the Ottomans would remain fragmented in the first twenty years of the Ottoman occupation, carried out by individual tribes, shaykhs, and claimants to the imamate without significant attempts at coordination” (Wilhite, 2024, p. 108).

É neste recorte temporal da rica história das movimentações de resistência iemenitas contra a presença de forças estrangeiras em suas terras que surge a figura do Imã Al-Mansur Muhammad bin Yahya. Sua liderança, que iniciou-se com o desabrochar das flores da primavera de 1890, configurou-se como fundamental para a reorganização da resistência devido ao seu trabalho de fortalecimento da estrutura tribal, superando com isso a fragmentação e dispersão das tribos iemenitas. Ao galvanizar o apoio das lideranças tribais dispersas pelo território por meio do exercício de uma autoridade mediatória, Al-Mansur foi capaz de montar uma estrutura organizada e eficaz em solapar a autoridade otomana nas regiões montanhosas.

Visando a salvaguarda da unidade das frentes de batalha, o Imã empregou o instrumental da Jihad, conclamando-a em prol da expulsão do invasor estrangeiro das terras iemenitas. Essa ação alinha-se diretamente com a visão moral Zaidita acerca da injustiça e coercitividade empregada pelas autoridades otomanas, pois a Jihad, em sua cultura, representa a luta contra o injusto e sua governança contrária aos princípios islâmicos (Wilhite, 2024). Desta forma, a Jihad emergiu como a força catalisadora para o que tangencia a superação dos sectarismos e das guerras intertribais, transformando-se na base da resistência a longo prazo. Por meio desta, os Zaiditas agrupam-se em uma estrutura supra-tribal (Wilhite, 2024) frente à opressão externa. Em adição, a superação do individualismo em prol de um objetivo universal reverberou como uma luta contra a corrupção que corroía o Iêmen (Akgül, 2014), responsável pela manutenção de um território que outrora fora sinônimo de riqueza na Península Arábica em um estado precário de subdesenvolvimento. Com isso, o discurso empregado advogava pela finalização de uma administração disruptiva em relação aos limites físicos e morais dos Zaiditas (Wilhite, 2024), almejando a restauração da integridade e prosperidade dos tempos passados.

Assim, as manobras empregadas por esta nova liderança, e seu conseqüente sucessor, circunscreveram-se como fundamentais para o recrudescimento dos levantes iemenitas, culminado em uma tétrade de revoltas que, pela primeira vez, obtiveram algum nível real de sucesso em abalar as estruturas otomanas. São elas: 1891-1892, 1898-1899, 1904-1907 e 1910-1911. Ao longo destes 20 anos, o Iêmen tornou-se um verdadeiro *hot spot* na seara doméstica do Império Otomano, drenando exaustivamente os recursos humanos e financeiros provenientes do núcleo estatal (Kuehn, 2011). O primeiro levante empregue por Al-Mansur é de significativa importância, não por sua conquista, pois o mesmo não obteve o sucesso esperado no que diz respeito à expulsão das forças otomanas, mas pelo êxito em internalizar a

resistência para além dos territórios sob ocupação, notavelmente em espaços dominados pelas tribos Hāshid e Bakīl (Kuehn, 2011).

Com o falecimento de Al-Mansur, a votação para a escolha de um novo Imã ocorreu durante o ano de 1904, com o apontamento de Yahya Hamid al-Din como seu sucessor. O mesmo prosseguiu com as movimentações de resistência, aproximando-as de seu estágio final por meio da continuidade dos passos de seu antecessor. O endurecimento do enfrentamento entre ambas as forças teve início com a decisão do novo Imã em utilizar o título de “Comandante dos Fiéis”, centralizando seu governo no norte do Iêmen e maximizando a representação de sua liderança. A expansão da problemática já existente explica-se pela importância que esse título carrega consigo, visto ser a máxima representação da liderança política e espiritual no Islã e, conseqüentemente, o protetor da comunidade muçulmana ao redor do globo, então função do califa otomano. Ademais, o Imã também acabou por clamar pelo restabelecimento do poderio zaidita perante territórios antigos que outrora pertenceram os seus ancestrais (Yaccob, 2012). Com isso, Yahya passou a representar o ápice dos perigos securitários domésticos apresentados à governança em Istambul.

A confluência dos desafios prévios com as iniciativas do novo Imã procederam de modo a metamorfosear o período de 1905-1911 em 6 anos de desentendimentos extremos. Sua característica de definição emerge das contradições nas relações Iêmen-Império Otomano, com a existência de duas frentes de embates: a dos conflitos diretos, ou seja, do uso da violência física, e a linha negocial diplomática. Todavia, a cada falibilidade de se chegar em um acordo para finalizar o prolongado conflito no Iêmen, acirrava-se os ataques promovidos pelas tribos contra as forças otomanas em solo.

O principal denominador divergente entre agentes locais e forças de ocupação advinha das pretensões de sua liderança, uma vez que Yahya demandou perante os otomanos um conjunto de direitos, que o atribuiriam um status de administrador, dentro os quais mencionasse o apontamento de juizes, a punição de crimes em cortes Zaiditas, então dominadas pelas leis escolásticas da Sharī‘a, a administração das instituições Awqaf e a coleta de impostos (Ochsenwald, 2011), como era o caso do *zakat*. Dentre esses, deve-se ressaltar, particularmente, o pesado fardo que a questão da taxaço no Iêmen demonstrava ser. Isto porque para além de corrupção dos coletores de impostos imperiais, igualmente havia a disputa destes recursos entre otomanos e os Imãs nos territórios contestados, resultando em um ônus para as populações destas localidades que acabavam por fazer pagamentos duplamente (Ochsenwald, 2011). É pela consideração destas eventualidades, e das revoltas

locais, comumente violentas, que Yahya objetivava a aplicação de um regime de impostos especiais para essas áreas, concentrando o capital proveniente desses entre os Zaiditas.

Todavia, este era um poder que Istambul não estava disposta a ceder à um agente local, considerando que tal benevolência minaria o poder imperial na província. Assim, o trato para com Yahya durante o ano de 1904 e parcela de 1905 refletia uma estratégia de confinamento, quando não de eliminação, das tribos Zaiditas no interior das fronteiras institucionais impostas pelo Império. As conclusões da Comissão Memduh de 1904, sob o comando de Memduh Pasha corroboram essa abordagem ao recomendar dois caminhos principais: a) a urgente implementação de um programa de desenvolvimento instrumentalizado de maneira a afastar os locais dos grupos insurgentes e b) implementar uma divisão quaternária no território, ou seja, em 4 províncias, de modo a aprimorar as respostas governamentais perante necessidades e locais e permitir o isolamento do Imã (Mandeville, 1984). Apesar dos esforços para encontrar-se uma solução otomana ao Iêmen, o lido com as problemáticas impostas mudaria em 1905 com a captura de Sana'a pelos Zaiditas.

A partir desse evento, inicia-se o longo processo negocial que culminaria com a assinatura do Acordo de Da'ran em 1911. Desta forma, os oficiais otomanos buscaram remodelar a administração da província de modo a integrar a liderança Zaidita em termos comunitários (Kühn, 2007) sob a suserania de Istambul. As diversas tentativas de instrumentalização dos anseios das tribos zaiditas viram-se frustradas quando estes mostraram-se fiéis à Yahya ao invés de tramarem pela sua derrubada assim como desejava a governança do regime Hamidiano (Kühn, 2007). O ponto nevrálgico do enfrentamento provinha exatamente de seus interesses políticos e de posse de poder, pois enquanto o Imã demandava seu reconhecimento como líder político, administrativo e religioso perante territórios históricos que outrora pertenceram aos zaiditas que eram estratégicos para os otomanos, as forças imperiais não mostravam-se dispostas a fazê-lo.

As duas partes tinham visão diametralmente opostas sobre a legitimação religiosa da administração. O Imã Yahya pressupunha uma fusão dos poderes religioso e administrativo e acreditava que seu reconhecimento como autoridade religiosa o tornaria governante supremo de uma região. O governo otomano, considerando esses assuntos como separados, assumiu que tal identificação não concederia necessariamente a ele direitos administrativos sobre pessoas que não eram afiliadas à sua fé (Hanioglu, 2018, p. 27, tradução nossa).⁵¹

51 Texto original: “The two parties had diametrically opposed views about the religious legitimation of administration. Imām Yahyā presupposed a fusion of religious and administrative powers and believed that his recognition as a religious authority would make him the supreme ruler of a region. The Ottoman government, viewing them as separate matters, assumed that such identification would not necessarily grant him administrative rights over people who were not affiliated to his faith” (Hanioglu, 2018, p. 27).

Com a revolução empregada pelos Jovens Turcos no seio da capital imperial, resultando na tomada do poder efetivo sob a égide do Comitê da União e Progresso (CUP), ala mais radical do movimento, reconheceu-se que a paz social no interior das fronteiras imperiais era de extrema importância em voga da garantia da sobrevivência da entidade estatal (Ahmad, 1988). Desta forma, apesar deste ser um período de forte radicalização em termos de ideologia, com primazia do nacionalismo, que afetou diretamente a forma de lidar com a periferia imperial, o novo governo implementou uma combinação de meios militares com a conciliação, a fim de solucionar a problemática vigente no Iêmen. Isto permitiu a construção de uma ambientação de coexistência, na qual a administração dos jovens turcos se deu concomitantemente com a do Imã (Wilhite, 2024).

A adoção de uma alternativa que não se adequasse a uma concessão limitada do fator autoridade não era vista com bons olhos pela CUP, considerando suas políticas centralizadoras (Kühn, 2007) herdadas do antigo regime. A política empregada pelo Comitê de União e Progresso, influenciada por suas visões constitucionais e legado histórico, priorizava a manutenção de uma rígida estrutura do poderio central. Dessa forma, qualquer concessão que ameaçasse a rígida unidade otomana era fortemente rejeitada, sobretudo em regiões longínquas, como era o caso do Iêmen.

Essa contenda entre posicionamentos divergentes intensificou-se, culminando na perpetuação das revoltas, o que, por sua vez, prolongou o período de instabilidade política. Os 6 anos que precederam a pacificação foram marcados pelo clima de tensão e violência advindos dos impasses diplomáticos entre ambas as partes. Esse prolongamento evidenciou a contínua incapacidade do aparato burocrático otomana em acomodar as dinâmicas locais dos povos sob seu jugo.

Foi somente com o alvorecer de 1911 e o conseqüente cansaço das tribos em engajarem-se em um enfrentamento prolongado que representantes da governança em Istambul e o Imã Yahya encontram-se, finalmente, para selar um acordo operante para a questão do Iêmen. Yaccob (2012) ao expor o que foi acordado no texto oficial do Acordo de Da‘an utiliza-se de fontes do governo britânico estacionado em Al Hudaydah, o qual destaca que, por parte do Imã, acordava-se a renúncia aos seus títulos condizentes com o governo sob o mundo muçulmano em sua complitude, soltura dos prisioneiros de guerra árabes e otomanos e renúncia da coleta do *zakat* sob jurisdição otomana; por sua vez, Istambul pactuou apoio à Yahya perante seus rivais, a implementação das leis islâmicas em regiões habitadas por uma maioria Zaidita, as quais estariam sob completa administração do Imã, a concessão de um salário mensal a esse, subsídios mensais aos sheiks de caráter de importância das terras altas

iemenitas e, por fim, a provisão de uma pensão para a *ulama*, *fuyaha* e *sadat*. Por sua vez, Bostan (2013) aponta que o governo imperial também resguardou para si o direito ao apontamento de juízes para tribos não Zaiditas e a instauração de cortes mistas em casos envolvendo Zaiditas e as demais linhagens tribais do território.

Ao longo do envolvimento do Império Otomano na Primeira Guerra Mundial, Yahya permaneceu fiel aos auspícios do Acordo de Da‘an e ao próprio Império (Kuehn, 2024). A aliança do Imã com as forças em Istambul perpassou a esfera do simbolismo, traduzindo-se no domínio material com o fornecimento de recursos humanos para o esforço de guerra. Essa colaboração foi fundamental para a garantia da manutenção das posições otomanas no Iêmen, permitindo que o controle otomano sobre a região permanecesse intacto ao transcorrer do conflito (Kuehn, 2024). Desta maneira, mesmo com a crescente desintegração nas demais frentes do Império, a relativa estabilidade no Iêmen ilustrou o sucesso temporário dessa aliança.

Contudo, a situação deteriorou-se com a capitulação final dos otomanos em 1918, quando, com o colapso das estruturas centrais de poder, as posições imperiais no Iêmen não puderam mais ser sustentadas. A deterioração que seguiu-se à queda do Império Otomano acabou por dilapidar o controle de Istambul na região, abrindo caminho para a independência local e o fortalecimento da autoridade de Yahya sob os espaços geográficos iemenitas. Os eventos que resultaram na formação do Imamato do Reino de Mutawakkilita do Iêmen sob a figura do Imã serão abordados no subtópico posterior, com destaque para a construção do Estado geolocalizado no norte do território iemenita, bem como, as dinâmicas sócio-políticas que transcorreram ao longo da periodização da Guerra Fria.

4.2. A formação do Estado Moderno iemenita: duas entidades, uma população

A conformação política do Iêmen ao longo do século XX foi marcada por meio de trajetórias dissociativas que produziram, no interior do mesmo território, experiências de organização do poder contrastantes e, em larga medida, incompatíveis. A divisão entre Norte e Sul resultou de séculos de formações divergentes que sedimentaram horizontes institucionais, imaginários coletivos e dinâmicas sociopolíticas substancialmente diferenciadas. Assim, faz-se imprescindível compreender que o Iêmen desenvolveu-se sob matrizes que, com frequência, encontravam, em sua relação de existência, tensionadas.

No que respeita o Norte, a configuração do Imamato Zaidita combinou autoridade religiosa, liderança política, pactuação tribal e sectarismo, conferindo à região uma forma de governança permeada por um concerto preenchido por negociações, disputas intertribais e

estruturas de autoridade personalizadas. Apesar de sua lógica híbrida não ter permitido a completa integração aos parâmetros weberianos de Estado Moderno, o regime demonstrou-se ser ornamento fundamental para a eclosão deste, ao proporcionar a experiência de um Iêmen independente pós-queda do Império Otomano e um nível de institucionalidade para a região, mesmo que esta tenha sido limitada e incipiente. Ainda neste período, o Sul encontrava-se cercado pelos aparatos do colonialismo britânico.

A emergência da experiência republicana, durante a década de 1960, decorreu como contraponto das espoliações propagadas pelos sistemas anteriores (Serjeant, 1973), levando-as a enfrentarem desafios significativos para a unificação doméstica das respectivas porções nacionais (Day, 2012). Logo, as contraposições entre Norte e Sul refletiram duas gramáticas de poder, de legitimidade e de imaginação estatal. Enquanto o primeiro se desenvolveu em torno de uma lógica-político-religiosa entrelaçada à organização tribal, resultando em instituições permeadas pela informalidade, o Sul, por sua vez, construiu um Estado revolucionário cujo objetivo era romper com as estruturas prévias e produzir uma modernidade própria. Essas trajetórias díspares legaram marcas duradouras que acabaram por dificultar e atrasar a formalização da unificação nacional.

Ao tratar da conjuntura supramencionada, este subcapítulo busca demonstrar que a dualidade histórica do Iêmen não limita-se a ser um dado do passado. Contrariamente, impõe fundamentos para a compreensão da fragilidade vigente durante a unificação e da emergência de tensões que moldaram o cenário posterior. A formação desses dois projetos engendrou um encontro desarmônico e conflituoso quando da tentativa de integração nacional.

4.2.1 Iêmen do Norte: sob as lentes das dinâmicas de guerra e poder

A ascensão de Yahya Muhammad Hamid al-Din como figura de autoridade perante a composição formalizante do norte iemenita significou o início do processo de organização estrutural de uma nascente entidade dotada de soberania e igualdade jurídica no Sistema Internacional. Com uma conjuntura de desordem, visto a esparsidade elementar dos problemas a serem tratados, destaca-se os pesados esforços empregues pelo Imã para a organização territorial e administrativa do Imamato⁵² como medida de subversão da oposição das demais linhagens tribais à sua legitimidade. Personificações contrárias à autoridade sectária do Imã, como foi o caso de al-Idrisi, manifestaram-se como impositoras de dificuldades para a conjuntura das incursões empregues pela governança, a fim de garantir a

52 O Imamato configura-se como um princípio de governança Zaidita, no qual a legitimidade da autoridade central é garantida por meio do privilégio divino advindo da linhagem sacra (Mohammed, 2020).

conquista de extensões territoriais exteriores ao poderio Zaidita. Todavia, mediante a aplicação de esforços maquinários militares e diplomáticos, nos quais a maximização resultante era a submissão dos agrupamentos componentes destas regiões, Yahya provou-se apto para o exercício do papel ao qual almejou, sendo capaz de unificar o norte do Iêmen, expandindo, para isto, o desenho de suas fronteiras. Assim, após um período de incumbências com as forças coloniais britânicas que estavam a ampliar seu poderio no Protetorado de Áden e um custoso conflito⁵³ com seu vizinho, a Arábia Saudita, o Reino de Mutawakkili testemunhou a formação de seus limites geográficos acordados sob a tratativa do Acordo de Taif em 1934.

A configuração existente no Iêmen do Norte, desta forma, é a instauração, e conseqüente manutenção, do Imamato como forma de expressão dos anseios políticos do Zaidismo em uma ambientação na qual a ótica dos costumes e do tradicionalismo deve ser prevalecente (Burrowes, 1991). Para a ocorrência da perpetuação desta valorativa, Yahya utilizou-se do isolacionismo nacional como ferramenta para o impedimento da conjunção de elementos característicos da modernidade imperativa do Sistema Internacional com os aspectos sociais do território.

Outrossim, a consolidação do Imamato mostrou-se passível pois, para além de ambos os fatores supramencionados, constatava-se o apoio tribal Zaidita, formantes do poderio militar necessário ao Reino, a elencação governativa em pequenas classes nobres fortemente alinhadas às visões de Yahya (Machry, 2016) e a centralização da autoridade governamental em sua figura que passou a representar a entidade do Estado por si só. Esta, por sua vez, dispunha-se como consequência do senso de unidade nacional nascente entre as tribos Zaiditas no período do pós-queda do Império Otomano, visto a glorificação de suas participações nas movimentações em prol da resistência (Burrowes, 1991). Portanto, imputa-se como notório a presença de elementos permeados pela característica da facilitação para o que tange a preponderância do poder emanado a partir da representação máxima do Zaidismo, o Imã, configurando, com isso, o Imamato como “[...] um Estado patrimonial no qual o Imã era o dispensador supremo da justiça e o microgerenciador dos assuntos e da riqueza do país” (Haykel, 2018, p. 1, tradução nossa).⁵⁴

No entanto, institucionalmente o novo Estado emergia permeado por impasses que seriam perpétuos ao longo do ciclo de vida deste formato de governo. Com uma cadeia de

53 O Reino Saudita de Faysal aceitou a proposta de um cessar-fogo com a providência de que o Imã Yahya desistisse de suas pretensões sobre as áreas de Najran, Jizan e Asir (Burrowes, 1991). E assim o fez.

54 **Texto original:** “[...] a patrimonial state in which the imam was the ultimate dispenser of justice and micromanager of the country’s affair and wealth” (Haykel, 2018, p. 1).

comando inflada por membros da família Hamdi al-Din, o Reino apresentava insuficiência de estruturas burocráticas e ministeriais essenciais ao pleno desempenho de suas funções soberanas, provando-se incapaz de penetrar espaços essenciais para a consequente sustentação dessas, como é o caso do ordenamento social e da extração e uso dos recursos domésticos (Dresch, 1989). A somatória desses fatores culminou na deterioração do regime que passou a enfrentar crescente descontentamento entre as diferentes camadas populacionais.

A desproporcionalidade no interior da seara governamental expandiu-se com as reformas educacionais implementadas por Yahya, tidas como prelúdio para a adoção de medidas modernizantes desenvolvimentistas que seriam implementadas por seu sucessor e filho, o Imã Ahmad. A reação em cadeia que seguiu-se após a adoção deste curso de ação mostra-se como uma adição para um ambiente que encontrava-se em fase de preparo para a materialização da violência direta. Essa ocorrência apresenta-se pela convergência de ideias opostas, visto a diminuição da autonomia conferida aos Ulemás no setor educativo com ações compreendidas como a corporeificação do desrespeito aos princípios Zaiditas, dentre as quais:

[...] a aprovação do Imã à nomeação de seu filho mais velho, Ahmad, como príncipe herdeiro, e a delegação de governadorias a seus filhos, assim como sua intolerância a críticas feitas por aqueles de seu próprio nível e a recusa em abrir seus armazéns de grãos durante a fome de 1943 (vom Bruck, 2005, p. 51, tradução nossa).⁵⁵

A fundição das ambições do Imã em seus deveres como autoridade de Estado abriu espaço para a reivindicação de mudanças estruturais que tinham como principal alvo a formatação governamental. Desta maneira, vê-se o ganho de escopo de movimentações clamantes pela implementação de um sistema pautado pela valorativa do aparato constitucional, permitindo, portanto, a consulta (shura) às diferentes classes do país. O embate entre o anseio por um sistema que permitisse o desenvolvimento do Iêmen por meio da aplicação de reformas econômicas, políticas e sociais versus a recusa do Imamato em aplicá-lo, resultou na revolta de 1948 encabeçada pelo Movimento dos Iemenitas Livres.

O grupo era constituído por intelectuais, nacionalistas, parcelas da população letrada e oficiais que ganharam o privilégio de uma educação no exterior, particularmente em Cairo ou Bagdá, então importantes centros para as ideias árabe-nacionalistas do período. O ponto nevrálgico de seu descontentamento configurava-se como o atraso social do Estado iemenita, uma vez que as maiores parcelas da receita nacional eram destinadas ao tesouro do Imã. Com isso, o grupo passou a denunciar o uso das riquezas nacionais para fins pessoais que visavam

55 Texto original: “[...] the Imam’s approval of the nomination of his eldest son Ahmad as crown prince and the delegation of governorships to his sons, his intolerance of criticism leveled at him by those of his own rank, and his refusal to open his grain stores during the famine of 1943” (vom Bruck, 2005, p. 51).

o patrocínio às aventuras dos filhos de Yahya no exterior (al-Abdin, 1979). Consequentemente, a revolta supramencionada experienciou tamanho fervor que acabou por conduzir ao assassinato do Imã.

Orkaby (2017) explica que na base do insucesso dessa primeira tentativas aloca-se uma série de razões dentre as quais: a) a visão proeminente da sociedade tradicional iemenita acerca da violência culminante na morte do Imã, então vista como um ato indigno; b) a falta de conhecimento da população acerca das implicações conceituais e práticas da terminologia do constitucionalismo; c) a elitização do golpe, visto a não inclusão das camadas populacionais alocadas na base da hierarquia social iemenita e d) a carência de apoio internacional, particularmente das potências regionais.

Somando-se a esses fatores, o esforço preliminar para a derrubada do Imamato viu-se plenamente frustrado com o empreendimento liderado por Ahmad em prol da recuperação do poder que considerava seu direito hereditário. Ademais, as lideranças dos Iemenitas Livres, ao tentarem implementar um governo de transição, não consideraram que a base de seus apoiadores era constitucionalmente frágil (al-Abdin, 1979), pois careciam da prestação de apoio dos principais grupos tribais, como os Hashid e Bakil.⁵⁶ Logo, o movimento teve suas aspirações obstaculizadas ao longo da próxima década, perpassando pela governança de Ahmad e seu sucessor Muhammad al-Badr, obtendo sucesso apenas em 1962, 14 anos após a primeira tentativa de golpe. Com a tomada de poder por Abdullah al-Sallal, instaura-se a República Árabe do Iêmen (RAI). Desse modo, “O golpe iemenita de 1962 foi, na verdade, o culminar de duas décadas de sentimentos anti-imã de uma geração da intelectualidade iemenita [...]” (Orkaby, 2017, p. 11, tradução nossa).⁵⁷

Os eventos subsequentes condizem com a formação de dois grupos de enfrentamento, os republicanos e os monarquistas, responsáveis pela instauração de uma guerra civil que perduraria ao longo de 8 anos. Por conseguinte, o caráter do conflito pode ser traduzido por meio duas visões, dentre a qual a primeira condiz com a interpretação oferecida por Zarogianni (2022) acerca do mesmo apresentar-se como o desfecho imediato da queda do antigo regime; e uma segunda linha, defendida por Orkaby (2017), na qual a guerra de 1962 representou uma batalha de identidades disputantes, neste caso, a tribal e a moderna.

Ao longo de sua periodização, esse evoluiu rapidamente de um conflito doméstico, alçando voos para a arena internacional, em concomitância com o envolvimento de Estados e

⁵⁶ Estes grupos estavam entre os principais componentes do imprecendente aparato de segurança do Estado norte iemenita (al-Abdin, 1978).

⁵⁷ **Texto original:** “The Yemeni 1962 coup was, in actuality, the culmination of two decades of anti-imam sentiments from a new generation of Yemeni intelligentsia [...]” (Orkaby, 2017, p. 11).

organizações, dentre os quais destaca-se a proeminência de Egito e Arábia Saudita. A importância da interferência egípcia advém da necessidade da RAI em garantir bastiões de sustentação para a nova república, visto sua incapacidade de angariar o apoio dos principais agrupamentos tribais norte iemenitas. Portanto, ao olhar para o exterior, al-Sallal viu em Nasser uma liderança política e ideológica com capacidades para auxiliar na contenção das forças suportes do antigo regime monárquico⁵⁸.

Por seu turno, temente das consequências da presença direta do Egito em um território vizinho em sua própria ambientação doméstica, a Arábia Saudita, pautando-se pelos artigos 1 e 18 do Acordo de Taif, declarou assistência às forças rebeldes. Apesar de não ingressar fisicamente nas batalhas da guerra, o Reino Saudita auxiliou os seguidores de al-Badr com cargas bélicas, remessas monetárias, suporte logístico e apoio diplomático nas instâncias internacionais ao denunciar a presença egípcia no Iêmen.

Como exposto, o envolvimento de ambas as nações pautou-se por estratégias de interferência divergentes, com a interferência egípcia destacando-se por suas particularidades a nível da imissão nos assuntos domésticos norte iemenitas. Malgrado sua presença inicial estar alocada na esfera do suporte militar e administrativo, a fraqueza institucional do aparato estatal da RAI possibilitou a incidência dos níveis de intromissão por parte do Egito, conduziu à modelagem do Estado iemenita aos moldes do Egito da década de 1960 (Zarogianni, 2022), exercendo um poderio para com a república que beira à suserania. Assim “[...] a visão final de Nasser para a RAI era, evidentemente, a de um Estado ‘fantoche’” (Zarogianni, 2022, p. 57, tradução nossa)⁵⁹. Essa situação ensejou na advência de sentimentos de ressentimento direcionados às forças egípcias, uma vez que a população local passou a considerá-los como ocupantes.

Durante a metade da década de 1960, a somatória dos custos de seu envolvimento no Iêmen em conjunção com o baixo índice de aproveitamento de seu exército, visto a dificuldade que esse apresentou em derrotar os agrupamentos rebeldes compostos majoritariamente de guerreiros tribais habituados à batalhar em terrenos recortados por montanhas, fizeram-se sentir domesticamente. Em uma final tentativa desesperada de reverter a desfavorável situação que desenhava-se à sua frente, o Egito opta pela utilização em larga escala de bombas de gás venenoso, expandindo, portanto, o uso de armas químicas na guerra.

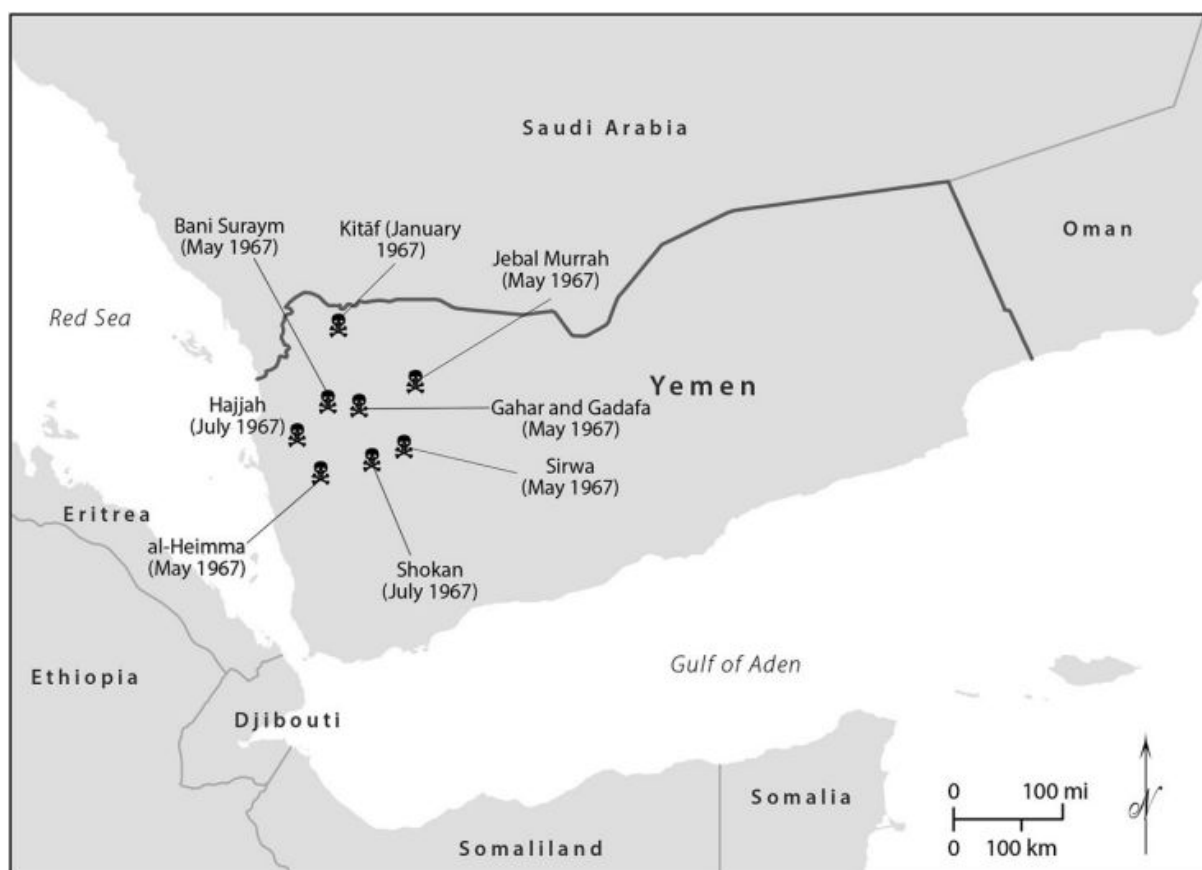
58 Este é um período no qual a liderança de Nasser era caracterizada por uma linha descendente, visto sua marginalização no mundo árabe. Desta maneira, o governante viu no conflito em voga na República Árabe do Iêmen uma oportunidade para a recuperação de seu prestígio (Zarogianni, 2022).

59 **Texto original:** “[...] Nasser’s ultimate vision for the YAR was, evidently, that of a ‘puppet’ state” (Zarogianni, 2022, p. 57).

Nasser's first foray into chemical weapon use in Yemen began in 1963 and was limited to rudimentary tear gas bombs. Early experiments with poison gas evolved into a more sophisticated and deadly aerial campaign that by 1967 used phosgene and mustard gases (Orkaby, 2017, p. 130).

A Figura 7 concentra as localidades fatalmente atingidas pelo bombardeamento egípcio em 1967.

Figura 7 – Mapa dos locais bombardeados com armas químicas em 1967



Fonte: Orkaby, 2017

Todavia, com as perdas adicionais impostas por Israel com a vergonhosa derrota na Guerra dos Seis Dias (1967), a governança egípcia viu-se impossibilitada de perpetuar sua estadia no Iêmen e conciliar a manutenção de seu desenvolvimento nacional, optando por retirar-se do conflito ao final do mesmo ano de 1967. Apesar de sua saída, a Arábia Saudita perpetuou o financiamento aos grupos oposicionistas ao regime republicando, cessando o mesmo apenas em 1970, após a concretização do acordo de paz, responsável por formalmente findar o período de guerra civil no Iêmen do Norte. Os frutos colhidos do processo de pacificação dizem respeito à formação de uma nova estrutura governamental, com vistas a

representar ambos os lados contingentes da guerra civil. Portanto, há a formação de um núcleo de autoridades estatais composto por monarquistas e republicanos concomitantemente em um período no qual presencia-se a derrocada de al-Sallal (Witty, 2012; Burrowes, 1991) e a ascensão de Qadi Abd al-Rahman al-Iryani.

Na esteira da finalização da década de 1960 e início dos anos 1970, a República Árabe do Iêmen contou com uma conjuntura totalizante de 4 presidentes. Possuindo metodologias políticas dispersas, esses empregaram esforços para o desenvolvimento do norte iemenita, investindo em grandes projetos infraestruturais e econômicos, particularmente nos setores energéticos e de agricultura. Todavia, as instabilidades domésticas fizeram-se maior que o desejo dos governantes de desenvolver país, com a periodização anterior à subida de Ali Abdullah Saleh ao poder sendo marcada pela intromissão direta das tribos nos assuntos da administração nacional, resultando, com isto, em curtos espaçamentos temporários aos quais a governança de determinado presidente era testemunhada.

O período correspondente às administrações de Abdul Rahman al-Iryani (1967-1974), Ibrahim al-Hamdi (1974-1977) e Ahmad al-Ghashmi (1977-1978) caracterizou-se por uma sucessão de governos substanciados por forte instabilidade política e institucional, inviabilizando a consolidação de projetos de longo prazo. Desta forma, optou-se por este salto temporal de maneira a conduzir essa pesquisa à penetração da arena de maior importância valorativa, o governo de Saleh, responsável por feitos, então inéditos ao Iêmen, como é o caso de sua capacidade de apaziguação das animosidades existentes entre as tribos para com as lideranças centrais. Igualmente, faz-se importante ressaltar que esse não somente teve uma governança longa durante seu período à frente da RAI (1978-1990), mas também foi uma das autoridades encabeçadas pelo processo de unificação nacional que culminou com a criação da República do Iêmen em 1990.

Considerando que a ascensão de Saleh ao principal cargo do poderio político iemenita ocorreu em um período de extrema turbulência, fomentada pelos assassinatos de dois presidentes em um espaço temporal menor que 1 ano, esperava-se que a estadia do mesmo na nucleidade estatal fosse de curta duração. Todavia, ao limitar o acesso aos aparatos militar e de segurança à pessoas de sua confiança, Saleh demonstrou habilidades político-diplomáticas necessárias para a salvaguarda de seu governo (Burrowes, 1987). Desta forma, “Saleh foi rápido em estabelecer seu domínio sobre a RAI e fundamental na expansão gradual do

controle do Estado para além dos centros urbanos, alcançando o resto do país” (Civil Forum for Asset Recovery e.V. (Cifar), 2020, p 3, tradução nossa)⁶⁰.

A República Árabe do Iêmen sobrevivente da guerra civil era um território, o qual, estava a experienciar um processo de retomada de antigos moldes distribucionistas no que tange às forças domésticas. Isto porque o modelo republicano possibilitou um espaçamento para que lideranças de tribos exclusas durante o período teocrático tivessem a oportunidade de alocarem-se em posições de poder na seara do núcleo estatal. Com a liderança de Saleh, esse processo expandiu-se, com o favorecimento de xeiques de agrupamentos tribais componentes das terras altas, como foi o caso das confederações tribais Hashid e Bakil⁶¹ (Feierstein, 2019).

É nesta seara de expansão do aparato burocrático do Estado em que ocorre a criação do Congresso Geral do Povo (GCP), mecanismo partidário que serviu para a aplicação de uma esfera guarda-chuva, na qual abrangia-se pessoas de matizes políticas diversas em uma estrutura de lealdade direta à Saleh em troca da concessão de benefícios práticos (al Deen, 2017). A estratégia do governante era a nulidade de facções oposicionistas que apresentavam-se como um constante desafio para a unidade territorial perante sua figura. Dentre os mais proeminentes, destaca-se a Frente Nacional Democrática, participante ativa da guerra que eclodiu em 1979 e que contou com a participação da RPDI em apoio a esse.

Adicionalmente, a primeira metade dos anos 1980 foi permeada por intensas reformas, das quais a Carta Nacional é o seu resultado basilar. Com a responsabilidade de escrita delegada ao Comitê para o Diálogo Nacional, o documento encapsulou os princípios da República Árabe do Iêmen ao longo de seus artigo, assim como, reservou espaço para a advocacia pela ampliação dos espaços políticos (Rabi, 2015), visando a expansão da participação popular no florescimento da vida política norte iemenita. Cimentando a seara reformista, Saleh também procurou pela injeção de investimentos em infraestrutura e na promoção da inserção do Iêmen no mercado petrolífero mundial, visto a descoberta do produto em 1984 na região de Marib; enquanto na esfera militar procurou pela aplicação de políticas de expansão das forças de defesa da RAI.

Apesar dos lentos avanços com voga para o preenchimentos dos vácuos sociais, políticos e econômicos da herança de um Estado traumatizado pelo alto uso da violência como solução para as discordâncias políticas, (Peterson, 1981) argumenta que Saleh

⁶⁰ **Texto original:** “Saleh was quick to establish his dominance over the YAR and instrumental in gradually expanding the grip of the state beyond urban centres to the rest of the country” (Civil Forum for Asset Recovery e.V. (Cifar), 2020, p 3).

⁶¹ Este feito demonstra as plenas habilidades políticas de Saleh, uma vez que na história do Iêmen nenhum governo havia sido capaz de exercer pleno controle sobre as tribos (The viscount buckmaster, 1983).

empregou todas as manobras políticas disponíveis para o alcance de melhorias no curto prazo. Apesar da existência de interpretações divergentes, é inegável o fato de sua capacidade em transcender a presença estatal nas regiões periféricas de mera retórica para a manifestação física. O processo de construção administrativa seria ampliado com a idealização da unificação entre ambas as regiões componentes da territorialidade iemenita, ou seja, o norte e o sul. Formalizada durante o ano de 1990, a nascente República do Iêmen tornou-se o joguete com o qual Saleh experimentou métodos e ferramentas de perpetuação do poder, sendo deposto somente com a explosão da Primavera Árabe no Iêmen em 2011.

4.2.2. Iêmen do Sul: construção e estabilização de uma República socialista

A experiência socialista nos longínquos da Península Arábica deu-se em meio a turbulências domésticas que impactaram o período inicial de organização do Estado sul iemenita no pós-independência. Apesar da FLN ter saído vencedora do conflito contra as forças britânicas, sua vitória tão somente foi marcada pela conquista de um território em precariedade como espólio de guerra, quanto por um imbróglio ideológico que emanou-se ao longo de toda a vigência do regime. Apresentando-se como um movimento misto, no qual a convivência entre adeptos de linhagens políticas divergentes cooperavam em prol da expulsão do inimigo colonizador, essa mesma virtude acabou por agir como empecilho no que tangencia a implementação dos ideais socialistas ansiados pela composição à esquerda da Frente de Libertação Nacional.

Com isso, surge o primeiro confronto no seio da governança estabelecida em um território recém liberto de mecanismos exploratórios e em estado de urgência pela implementação de um projeto de construção estatal que tolhesse sua contínua deterioração. Esse ocorreu em uma nivelção macroscópica que condicionou um vácuo cooperacional entre as alas das linhagens alocadas à direita e à esquerda do movimento. O panorama governamental do sul iemenita durante esse período dava-se pela primazia dos ideólogos adeptos das ideias nacionalistas e de cunho reformista, a direita da FLN, representados pela liderança de Qahtan al-Shaabi que concentrava em sua figura as principais posições do regime, Presidente, Primeiro-Ministro e Comandante Supremo das Forças Armadas. Detentor de tamanho poder, Qahtan construiu a governança dos primeiros anos da independência de modo a garantir sua legalidade e perpetuação, alocando seus aliados políticos em posições cruciais do aparato estatal.

Sobremaneira, constata-se que, durante a vigência de seu regime, a formulação das bases burocráticas – essenciais à consolidação de um senso de unidade administrativa

governante – encontravam-se em estado de suspensão, em razão da incapacidade da FLN de instituir diretrizes sistêmicas para o enfrentamento da problemática. Isto contribuiu para a perpetuação dos embates concernentes à materialização de soluções que refletiam na criação de uma nova estrutura administrativa, defendida pela esquerda, e pela manutenção e adaptação dos arranjos coloniais, defendida pela direita (Lackner, 1985).

As deliberações que se seguiram resultaram na supremacia da ala esquerdista da FLN e na nulidade de ideais contrários a essa, por efeito de eventos de ebulição que contribuíram para sua ocorrência. Primeiramente, em 20 de março de 1969 as forças militares aliadas a Qahtan realizaram uma série de prisões arbitrárias de membros da esquerda da FLN; em abril Abdul Fattah Ismail e Ali Salem al-Beedh, adeptos da mesma linha ideológica, foram forçados a resignar de suas posições ministeriais e, finalmente, em 14 de maio a insurreição que levantou-se na cidade de Ja'ar contra o regime foi retaliada por meio do uso do aparato da força. O resultado dessas convulsões foi materializado em 22 de junho de 1969, no 5º Congresso da FLN, pela adoção, por parte do Comando Geral da instituição, da Medida Corretiva que demarcou a supremacia dos ideais socialistas. Desta maneira, instaurou-se a sistemática governativa do Conselho Presidencial, composta, inicialmente, por 5 lideranças: Salem Ruba'i Ali, conhecido como Salmin, no cargo de Presidente; Abdul Fattah Ismail, como Secretário-Geral da Frente de Libertação Nacional; Mohammed Ali Haitham, como Primeiro-Ministro; Ali Ahmed Nasser Antar, como Comandante em Exercício das Forças Armadas e Mohammed Saleh Aulaqi, como Ministro da Defesa. Esse aparato acabou por governar a República Democrática Popular do Iêmen até 1978.

Ao analisar a atuação do instrumento supramencionado, Lacker (2017) compreende que ao longo de seu curso o mesmo acabou por atuar sob os auspícios do que seria um triunvirato em consequência da redução de seus cargos componentes para a permanência dos postos de Presidente, Primeiro-Ministro e Secretário-Geral, marcando a transição da disputa política entre alas distintas para a seara do próprio regime socialista, em que o cerne da conflituosidade dá-se pela diversificação das linhas teóricas inerentes à essa ideologia.

Nuclearmente, as preferências pessoais de Salmin e Ismail embalaram um ritmo de confronto tangente à construção do Estado revolucionário e no tocante a qual deveria ser a gênese de seu centro de poder. Ismail cunhava ao modelo soviético Marxista-Leninista e sua advocacia pela supremacia da presença de uma instituição partidária robusta, coesa e enraizada na esfera sócio-política capaz de guiar a população em seus estágios revolucionários, visto a imaturidade e desconhecimento do território aos ideais socialistas, a moldura mais frutífera de aplicação. Como destacado por Chirkin (1983), tal modelo poderia

idealmente ser aplicado em localidades nas quais a classe trabalhadora nacional encontrava-se em processo de constituição e organização, resultando na necessidade da liderança dos democratas revolucionários para guiá-los em direção à completude da revolução.

Por sua vez, o Presidente em exercício demonstrava-se um incisivo crítico da primazia do que considerava como meros burocratas centralistas nas searas da governança. Conforme sua crença, o poder vigente na estrutura do Estado, aos moldes do Maoísmo, deveria ser ascendente, uma vez que permitiria que a revolução fosse liderada pela iniciativa popular. A ideia do partidarismo pelo pensamento de Mao Tsé-Tung é proporcional, pois, como posto por Kang (2015), essa é uma ideologia que proporciona uma modernidade alternativa aos países do Terceiro Mundo em sua luta contra suas próprias subjetividades por meio do instrumento da oposição ao *status quo* e da resistência à opressão hegemônica perpetuada pelas forças imperialistas ocidentais. Como parte desse processo, a Revolução Cultural demonstrava-se como um passo essencial para a criação do sujeito revolucionário e para a articulação de sua consciência proletária, especificamente no que diz respeito aos camponeses e aos intelectuais da pequena burguesia, criando, com isso, uma linguagem nacional popular por meio da atividade educacional e cultural (Kang, 2015). Por conseguinte, sua preferência por essa linha de pensamento é condizente com sua consciência política e social (Lackner, 2017) constituída de suas vivências em origens humildes na seara das camadas rurais e empobrecidas do sul iemenita.

Com a realização do Quinto Congresso da Frente de Libertação Nacional, em 1972, o vácuo cooperacional na seara das lideranças do governo expandiu-se, em razão da adoção, por parte do movimento, de uma agenda que delimitava a formalização da entrada do país no mundo socialista, expressando apoio aos governos de cunho nacional democrático (Lackner, 2017), utilizando-se, desta forma, de tons correlacionados com o socialismo soviético. Por consequência dessas discrepâncias ideológicas, Salmin adotou como método para tentar conter as políticas adotadas pelo Secretário-Geral da FLN o apoio às demonstrações em massa de camponeses e pescadores em Áden por reformas radicalizantes (Lackner, 1985). Seguindo-se a isso, culmina-se no episódio que ficou conhecido como os “Sete Dias Gloriosos”, em que Salmin utiliza-se de manifestações em prol da drástica redução dos salários dos servidores públicos, da nacionalização das questões de moradia e da redução de burocratas no seio do aparato estatal, como ferramenta de pressão contra a predominância de oficiais adeptos ao modelo soviético nos ministérios e escritórios governamentais, postulando-se em contrariedade às decisões adotadas durante o Quinto Congresso (Halliday, 1990).

Em continuidade à história de afogamento do regime em disputas faccionais, o movimento da Frente de Libertação Nacional, na esteira de formalização de sua própria agenda, estabeleceu as bases para o engendramento da institucionalização de um partido de vanguarda – concebido como símbolo detentor dos ideais da revolução e como dispositivo de perpetuação da mesma no seio da sociedade sul iemenita –, projeto ao qual Salmin se opunha. Em ordem de regulamentar a instituição do partido, a FLN conjugou-se com dois grupos esquerdistas e de libertação colonial presentes na República Democrática Popular do Iêmen: o partido comunista local e um partido composto por ideólogos do Baathismo presentes no Iraque e na Síria, originando, por conseguinte, a Organização Política Unificada da Frente Nacional (OPUFN). Essa ação reorganizou a estrutura existente do movimento, conduzindo à criação de comitês e de um gabinete central. A OPUFN desempenhou o papel de instituição transitória até a formalização do partido de fato, que viria a ocorrer em 1978 sob a nomenclatura do Partido Socialista Iemenita (PSI), com o cunho de estratégias de centralização e de inclusão da burguesia como força positiva ao regime (Lackner, 2017).

Com os encaminhamentos do projeto, em nítido contraste com o conceito de liderança coletiva, Salmin buscou abertamente freá-lo, sendo a sua ação última a tentativa de um golpe em prol da perpetuação de sua liderança. Esse acabou por falhar, resultando em sua prisão e consequente execução. Stookey (1982) também elenca a complexa teia de eventos regionais como elemento contribuidor para a queda de Salmin, principalmente no que concerne ao assassinato de Ahmad Husayn al-Ghashmi, Presidente da RAI, que estaria em uma reunião com emissários enviados por Salmin para a discussão dos laços entre ambos os territórios. Com isso, criou-se uma vasta rede de teorias e apontamentos acerca da culpabilização, recaindo em Salmin a responsabilidade do ato.

O vácuo remanescente foi preenchido por um novo Conselho Presidencial, com Ismail liderando a nação por um breve período de tempo. Todavia, apesar da concisão de seu governo, sua importância não se arranja em ordenamento menor, uma vez que o mesmo executou o desenho que vinha formando-se nos ordenamentos da FLN em direção ao alinhamento direto com a União Soviética e o socialismo científico, completando, assim, a transformação que fora iniciada durante os anos 1970. Portanto, o cenário político da RPDI durante esse período é da formalização do poderio do PSI na vida pública sul iemenita⁶².

62 A consolidação do partido nas estruturas estatais também refletiu-se na economia que, a partir da oficialidade ao socialismo científico, passou por uma reorientação de seus eixos norteadores para a primazia da produção e distribuição de mecanismos socializados, promoção da economia norteada para a produção de materiais, distribuição equitativa da renda e perpetuação da provisão das necessidades humanas básicas (Efrat, 1982).

O Partido Socialista Iemenita, armado com a teoria do socialismo científico, é o líder e guia da sociedade e do Estado. Ele deverá definir o horizonte geral para o desenvolvimento da sociedade e a linha política interna e externa do Estado.

O Partido Socialista Iemenita conduzirá a luta do povo e de suas organizações de massas rumo à vitória absoluta da estratégia da revolução iemenita e à realização das tarefas da etapa da revolução democrática nacional, com o objetivo de alcançar a construção do socialismo (People's Democratic Republic of Yemen, 1978, p. 1787, tradução nossa).⁶³

Os novos arcos políticos desenvolveram a instituição do partido de forma que esse assumisse a condição de superioridade perante a estrutura do próprio governo (Peterson, 1984), traduzindo-se no ordenamento decisório por meio da redução de órgãos estatais e da concentração da autoridade política sob os auspícios do Partido Socialista (Lackner, 1985). A consolidação dessa lógica centralizadora manifestou-se, por fim, na expansão territorial e funcional do partido, havendo a criação de células nas diferentes regiões e nos diversos setores do país (Ishiyama, 2005). Por meio do incentivo à filiação popular, o PSI acabou por demarcar sua presença em posições-chave da administração pública, ampliando seu controle das engrenagens de funcionamento do Estado.

Em concomitância com a concepção institucional dos primeiros anos da independência, o governo estava igualmente incumbido com o imperativo de edificar bases econômicas sólidas para o enfrentamento dos entraves estruturais legados do período colonial e responsáveis pelo comprometimento da coesão e desenvolvimento nacional. Dentre as feridas motoras dos déficits inerentes ao sistema social sul iemenita, o arcabouço da esfera econômica encontrava-se em integral disfuncionalidade, com a predominância de um setor de serviços focalizado em atender as necessidades britânicas, configurando-se, em vias disso, desproporcionalmente alargado (Ismael; Ismael, 1986).

Como faturamento dessa concentração, a capital da colônia, Áden, desenvolveu-se na condição de um dos poucos centros urbanos existentes no território⁶⁴, em compensação com o interior que fora subvencionado em um estado amorfo, cujo as atividades rurais de características tradicionais eram predominantes (Abdulsadiq, 1985), notabilizadas pela subsistência primitiva e exploratória. Paralelamente, a fragilidade do cenário econômico pode ser expandida em razão do baixo investimento internacional, mas também, por ordem da

63 Texto original: “The Yemeni Socialist Party, armed with the theory of scientific socialism, is the leader and guide of the society and the state. It shall define the general horizon for the development of the society and the line of the state's internal and external policy. The Yemeni Socialist Party shall lead the struggle of the people and their mass organisations towards the absolute victory of the Yemeni revolution's strategy and the achievement of the tasks of the national democratic revolution stage for the purpose of accomplishing the construction of socialism. (People's Democratic Republic of Yemen, 1978, p. 1787).

64 Essa constituição legou à metrópole características desenvolvimentistas aceleradas se comparadas ao restante do território, relegando para a cidade, ao final dos anos 1970, altas taxas de expansividade populacional. Todavia, Áden não possuía uma planta infraestrutural adequada para arcar com os custos dessa inflação, gerando a necessidade por medidas de restrição de investimentos e de desconcentração urbana (Lewis, 1987).

inexistência de um setor industrial, uma vez que as limitadas iniciativas desse porte presentes no sul do Iêmen eram majoritariamente de ordem estrangeira (Ismael; Ismael, 1986). Esses atributos enlaçaram o território a uma relação de codependência para com a metrópole britânica e a relação colonial por ela construída.

Essas especificidades vulnerabilizam o território a choques externos, notadamente os provenientes da seara da economia internacional, e a eventos decorrentes em sua geolocalização regional. À luz disso, o fechamento do Canal de Suez como decorrência da guerra Árabe-Israelense de 1967 gerou fortes impactos na arquitetura do Oriente Médio e da cena internacional, em virtude da elevação dos custos de transporte do petróleo (Machairas, 2017). Microscopicamente, em um Iêmen do Sul colonial, o período significou a recessão das atividades portuárias em Áden, as quais acabaram por tornar-se praticamente nulas (Lackner, 2017), gerando vácuos empregatícios e deterioramento na arrecadação de renda. Por fim, com a formalização da independência, a Coroa Britânica, em voga das más relações com a FLN e das incertezas geradas com a instauração de novo governo, interrompeu o envio de remessas subsidiárias destinadas a cobrir os déficits orçamentários, não honrando, portanto, sua promessa de auxiliar financeiramente o país (Lackner, 2017; Rouleau, 1973).

Assim, como detentor de poder em um território sobressalente pela escassez de reservas nacionais e condicionado à dependência de sistemas agrícolas e pesqueiros precários formados para o atendimento das demandas militares das forças coloniais (Rouleau, 1973), o regime buscou pela primazia da aplicabilidade de políticas desenvolvimentistas e de bem-estar social, almejando proporcionar a devida satisfação às carências primárias da população.

Em consonância com tamanha responsabilidade, requereu-se o estabelecimento de diretrizes e metas direcionais para a orientação de quais políticas deveriam ser primeiramente empregadas. O conjunto em questão denota as prioridades do regime em prol da estruturação das bases necessárias para o sustentáculo de uma nova ordem doméstica. Dentre esses desígnios foram elencados: a) elevação do padrão de vida, com pretendência ao atendimento das necessidades por alimentos, bens de consumo, água potável, emprego e atendimento básico; b) desenvolvimento da capacidade produtiva da economia, com ênfase nos campos da agricultura, pesca, indústria, transporte e energia; c) elevação dos padrões educacionais, com especial atenção dirigida à educação primária e técnica; d) concentração dos meios de produção e distribuição sob a autoridade do Estado; e) implementação de uma base econômica de produção; f) desenvolvimento de recursos e tecnologia; g) garantia da distribuição equitativa dos rendimentos (Abdulsadiq, 1985; Stookey, 1982).

No esforço de operacionalizar o projeto econômico que estava a formatar-se, o regime instituiu um conjunto de instituições da arena da administração pública com vistas a propiciar sustentabilidade ao planejamento econômico e às políticas adotadas em seu cerne. Advém disto a legalização das estruturas estatais no objeto constitucional de 1970⁶⁵, em que a centralidade do Estado para o progresso da economia nacional é expressa. Dessa forma, corroboram-se as medidas de nacionalização e estatização anteriormente implementadas em 1969, por meio da Lei de Organização Econômica, responsável por estruturar a entidade do Banco Nacional do Iêmen ao submeter os bancos estrangeiros em atividade no país à administração estatal.

Subsequentemente, o maquinário de planejamento institucionalizou-se no Conselho Supremo de Planejamento e no Ministério do Planejamento, responsáveis pela elaboração e execução dos Planos de 3 e 5 anos que nortearam o progresso das políticas econômicas nacionais e as taxas de investimento a serem destinadas para cada setor. As atividades nessa esfera pautaram-se por um caráter compreensivo, motivado pela necessidade de mobilização de recursos, para, em um momento posterior, assumirem uma postura dirigida à adaptação e correção das lacunas remanescentes após a conclusão do primeiro ciclo de medidas econômicas. Portanto, tanto o Plano Trienal (1971-1973) quanto ambos os Planos Quinquenais (1974-1978 e 1981-1985, respectivamente) são símbolos do esforço institucional para a conquista de autonomia para a nação, no propósito de superação do subdesenvolvimento estrutural.

Em decorrência disso, cada um dos mecanismos supramencionados possui um atributo a moldar a tipologia política empregue, reagindo ao cenário vigente em face a correção das distorções e rearranjo dos projetos prioritários para cada período vigente. O Quadro 7 demonstra essas características no que concerne ao primeiro conjunto de medidas econômicas aplicadas, presentes no Plano Trienal, destacando seus principais setores alvos, e seus principais resultados, sejam positivamente ou negativamente polarizados.

Quadro 7 – Síntese do Plano Trienal (1971-1973)

Categoria	Descrição
-----------	-----------

⁶⁵ Faz-se importante mencionar que a Constituição também consagrou a estrutura de funcionamento do Estado sul iemenita, delegando o poder Legislativo ao mecanismo do Conselho Supremo do Povo, com os demais órgãos sujeitando a ele (People's Democratic Republic of Yemen, 1978).

Principais ações	<ul style="list-style-type: none"> ● Investimentos totais na estrutura econômica; ● Investimentos dirigidos para o desenvolvimento do trabalho; ● Alocação de capital em projetos agrícolas e industriais; ● Nacionalização e estatização da economia; ● Implementação da reforma agrária; ● Investimentos em projetos sociais.
Característica do Plano	<p>O plano configura-se por ser um programa de investimentos direcionados em prol da construção das bases materiais e tecnológicas da economia nacional. Portanto, reconhece a necessidade de expansão do setor produtivo de <i>commodities</i> e a importância de projetos com capacidade para a geração de emprego.</p>
Tendências Positivas	<ul style="list-style-type: none"> ● Crescimento de 7% das instalações produtivas nacionais; ● Aumento da arrecadação de receita na casa dos 7 milhões; ● Completude de pequenos projetos industriais; ● Melhora das redes de distribuição de energia elétrica; ● Expansão de estradas e linhas de comunicação; ● Redução do analfabetismo; ● Aumento das taxas de matrículas escolares, com destaque para a educação primária; ● Manutenção da estabilidade do déficit orçamentário; ● Registro de operações lucrativas desempenhadas por companhias estatais.
Tendências Negativas	<ul style="list-style-type: none"> ● Presença de déficit na balança de pagamentos; ● Contínua dependência de auxílio externo; ● Imaturidade do setor agrícola; ● Desenvolvimento industrial limitado em razão de um mercado doméstico enxuto e da escassez de matérias primas industriais; ● Falta de técnicos treinados para a manutenção dos equipamentos industriais; ● Adiamento de projetos previstos no plano.

Fonte: elaborada pela autora a partir de informações contidas em Abdulsadiq, 1985; Ismael; Ismael, 1986; Salih, 1992; Stookey, 1982; World Bank, 1973

A partir das diretrizes estabelecidas no Plano Trienal, uma das principais frentes de investimento configura-se como o setor agrícola e a reforma agrária implementada no país. Sua importância ocorre em razão da transformação sócioestrutural que implementou (Ismael; Ismael, 1986) ao solidificar a planificação em uma arena enraizada por padrões tradicionalistas, atingindo, com isso, o núcleo do viver social rural. Assim, sendo essa uma década em que políticas similares estavam a tornar-se pauta na extensão do mundo árabe, sua implementação na República Democrática Popular do Iêmen condiz com a ânsia pela

superação dos padrões coloniais pautados por estruturas feudais (Rudicky, 2023) e pela implementação do ideal visualizado pelo novo regime. Logo,

A reforma agrária não foi apenas uma oportunidade para lidar com as antigas elites e reduzir seu apelo ao privá-las de sua riqueza. Ela também permitiu ao Estado vincular o bem-estar das massas à sobrevivência do regime e, assim, oferecer incentivos para o apoio popular à liderança comunista (Rudicky, 2023, p. 40, tradução nossa).⁶⁶

Historicamente, os detentores dos direitos à posse das terras concentravam-se dentre as mais altas lideranças tribais – os *sheiks* –, que as utilizavam como ferramenta de lucratividade pessoal e controle social. A rigidez dessa sistemática conduziu o regime à implementação, em 1970, de uma reforma austera e com características revolucionárias, protegida juridicamente pelos princípios constitucionais dispostos nos artigos 14, 16 e 17, legitimadores da terra como posse do Estado e do seu dever de trabalhar em prol de seu desenvolvimento (People’s Democratic Republic of Yemen, 1978). Com isso, o processo de nacionalização dos recursos naturais e as leis que garantiram sua possibilidade, permitiram que a instituição estatal confiscasse as terras agrícolas e o que as compunham sem a aplicabilidade de medidas compensatórias aos antigos proprietários. Conforme Rudicky (2023), essas leis foram designadas para a garantia da eficiência dos objetivos políticos tangentes à garantia de melhores condições de vida e bem-estar social para as populações empobrecidas, ao proporcionar-lhes uma chance de participar de uma cadeia de produção mercantilizada.

Aplicando-se um modelo de redistribuição de inspiração soviética, os limites da nova divisão fundiária foram configurados em 20 acres para as terras aráveis e 40 acres para as não aráveis (Alrashidy, 2024). A partir desse espectro, criou-se as categorias das fazendas estatais e das cooperativas, acompanhadas por seus respectivos subcomitês locais. Compreendidas como a vanguarda da reforma agrária, a implementação das fazendas objetivou o desenvolvimento do campo e a conquista da subsistência nacional por meio da expansão do cultivo, do aumento da produção agrícola e pecuarista e da geração de receitas provenientes das exportações. Em razão de sua relevância estratégica, usufruíam de uma série de privilégios, que incluíam desde o subsídio para a aquisição de fertilizantes e produtos químicos a uma taxa de 50% ao preço do mercado à financiamentos governamentais para extensões e créditos (Amber, 1982). Lewis (1987) acrescenta, nessa seara, os investimentos técnicos e financeiros proporcionados pelo Estado no ordenamento da promoção do

⁶⁶ **Texto original:** “The Agrarian reform was not only an opportunity to deal with the former elites and reduce their appeal by stripping them of their wealth. It also allowed the state to tie the wellbeing of the masses to the survival of the regime and therefore provide incentives for popular support of the Communist leadership” (Rudicky, 2023, p. 40).

aprimoramento dos sistemas de irrigação por captação de água subterrânea, com o objetivo de expandir a produtividade de grãos, frutas e vegetais.

Por seu turno, as propriedades classificadas sob a categorização das cooperativas eram destinadas à trabalhadores rurais sem terras, fazendeiros pobres e cidadãos migrantes das cidades ou das regiões desérticas (Amber, 1982), tornando-se, conforme seu progresso e seus resultados, nas principais agências de fomento ao desenvolvimento agrário. Foram estruturadas em duas categorias distintas, conforme o grau de coletivização das atividades agrícolas. A primeira delas corresponde às cooperativas de partilha da produção, nas quais a terra é cultivada coletivamente, e os rendimentos obtidos são distribuídos proporcionalmente entre seus membros, com base em critérios previamente estabelecidos, como, por exemplo, a quantidade de trabalho realizado ou o tempo de dedicação empregado (Stookey, 1982). A segunda modalidade, alinhada para operar com custos reduzidos, era a das cooperativas de compartilhamento de serviços, que preservavam a propriedade individual da terra, promovendo a cooperação entre os produtores no que tange à partilha de recursos e infraestrutura. Nesse formato, os agricultores cultivavam suas parcelas de forma autônoma, dividindo os custos e a utilização de insumos essenciais, como fertilizantes, pesticidas, sistemas de irrigação e maquinário (Stookey, 1982).

Tal qual ocorria com as fazendas, o Estado garantia que as cooperativas estivessem incluídas em um conjunto de macropolíticas especiais. Nesse sentido, há a priorização de projetos que estivessem focalizados no atendimento direto às necessidades dessas entidades, garantindo-lhes acesso preferencial a recursos e infraestrutura. Entre os principais incentivos destacam-se os subsídios destinados a custear insumos essenciais, a criação de estruturas públicas de apoio à produção, como a Estação de Aluguel de Máquinas, destinada a suprir a demanda por equipamentos de forma acessível e os programas de capacitação técnica, inteiramente realizados com aporte estatal (Amber, 1982).

A consolidação das transformações estruturais empreendidas na economia esteve inerentemente atrelada a uma intensificação do controle político e ideológico promovido pelo Partido Socialista. Com a implementação de políticas radicalizantes cunhadas ao entrelace da revolução, buscou-se pela uniformização do discurso político como forma de promover a unificação nacional, uma vez que o regime estava constantemente sob ataques perpetuados por dissidentes que refugiaram-se em países vizinhos e pelo conservadorismo monárquico presente na Península Arábica, em razão de seu temor acerca das intenções expansionistas do processo corrente na domesticidade sul iemenita para seus respectivos territórios. Com isso,

os mecanismos de repressão, vigilância e centralização administrativa obtiveram contornos mais rígidos, delineados para a contenção dos adversários nas mais diversas frentes de ataque.

Concernentemente, a liderança exercida por Ismail apresentou insucessos no que diz respeito à convergência dos atores ocupantes de postos governamentais, conjecturando a crescente oposição do Primeiro-Ministro Nasir à inflexibilidade do regime, especialmente no que relaciona-se com as ações práticas dos aparatos de segurança da República, então sob a administração de Mohsen. Seu exercício de poder ocorreu em prol da implementação de políticas que garantissem a extensão do aparato securitário para a esfera civil, aplicando leis que proibiam contatos não autorizados da população local com estrangeiros, notadamente diplomatas ocidentais alocados em Áden (Müller, 2015). Durante sua vigência ministerial, o cerceamento era projetado de forma que a realização de prisões e execuções arbitrárias não configuravam-se como práticas incomuns. Para Müller (2015), tamanha severidade revela as intenções do regime em eliminar a oposição política interna através do processamento de grandes quantidades de opositores sob a titulação de espionagem e de traição à nação.

Conjugando-se à eventualidades correntes no seio da política externa da RPDI, a impopularidade de Ismail alargou-se para além das extremidades do partido, instalando-se dentre as camadas populacionais interioranas que enxergavam-no como um mero teórico inapto ao serviço prático requerente ao gerenciamento de um país. O alinhamento direito com a União Soviética, sublimado com o firmamento do Tratado de Amizade e Cooperação⁶⁷, em 1979, minou o progresso conquistado por seus predecessores para com as relações diplomáticas com os países árabes, os quais, sob a liderança exercida pela Arábia Saudita, optaram pelo isolacionismo da República. Como consequência dessa aproximação, as conversas acerca da unificação territorial com a RAI foram congeladas, sublinhando-se em um período de afastamento entre os dois Iêmens.

Encerrando-se a linearidade de fatores responsáveis pelo término do regime de Ismail, há a sua incapacidade de garantir um bom desempenho econômico e financeiro para a nação, promessa encabeçada pelo mesmo ao advogar pela proximidade com a União Soviética, uma vez que em sua visão, a prosperidade econômica estaria atrelada à cooperação com a potência. Todavia, com a indisponibilidade da URSS em enviar grandes remessas de capital à RPDI, as

⁶⁷ O texto do Tratado aborda a cooperação em áreas diversas, com vistas ao fortalecimento das instituições socioeconômicas, políticas, científicas, culturais e militares, em prol do fortalecimento das capacidades de defesa de ambas as nações (International Legal Materials, 1980).

previsões de Ismail não concretizaram-se⁶⁸ e o mesmo acabou por ser deposto de seu cargo em 1980, por meio de uma votação do Comitê Central do partido.

Com Ismail e seus apoiadores exilados em Moscou e nos países socialistas da Europa Oriental, Ali Nasir ascendeu ao posto de autoridade estatal, marcando, desta maneira, o penúltimo ciclo de disputas faccionais da trajetória política sul iemenita. Sua gestão conduziu o Estado em termos pragmáticos, refletindo-se no âmbito doméstico pela demarcação da flexibilização dos regramentos sociais e políticos vigentes, e no plano internacional por meio do engajamento com países e instituições ocidentais (Wenner, 1984). Posto isso, o regime “[...] buscou apresentar uma imagem mais nacionalista e afrouxar os controles exercidos pelo partido e pelo Estado” (Halliday, 1984, p. 220, tradução nossa).⁶⁹

Nasir optou pela promoção da estabilização territorial, empregando, para isso, mudanças silentes e céleres, em contrariedade aos seus antecessores. Logo, nasce dessa configuração o Alto Comitê para o Controle Popular, concebido por deliberação da legislatura do Comitê Extraordinário do Partido Socialista Iemenita. Sua criação correspondeu à demanda estratégica de organismo dotado de legitimidade para atuar na fiscalização sistemática do desempenho das novas políticas econômicas, atuando como instância de controle e dinamização dos processos de reorientação da economia nacional (Lacker, 1985).

O bojo dos segmentos em articulação conferiram ao Estado a necessidade de reparação dos desalinhamentos remanescentes do Primeiro Plano Quinquenal, responsável pela formatação de um alto padrão de consumo que traduziu-se na substancial elevação de importações de matérias primas e manufaturas (Salih, 1992) e na superioridade do déficit orçamentário em relação às receitas domésticas totais (Stookey, 1982). Conforme demonstrado pelo Quadro comparativo 8, o arranjo de planejamento posterior, apesar de reter as metas estabelecidas nos anos anteriores no que respeita ao anseio pelo alcance da emancipação econômica nacional, utilizou-se de uma maior racionalidade em prol do equilíbrio fiscal e da garantia do atendimento das demandas populacionais.

Quadro 8 – I e II Planos Quinquenais: principais diretrizes e resultados

Especificações	Primeiro Plano Quinquenal	Segundo Plano Quinquenal
----------------	---------------------------	--------------------------

68 Ishiyama (2005) aponta que o desfecho do processo de socialização mostrou-se como gerador de pesados custos, destacando-se o setor agrícola, uma vez que as disrupções sociais resultaram na queda da produção e na dependência da importação de alimentos que vigorou na década de 1980.

69 Texto original: “[...] sought to present a more nationalist image and to loosen party and state controls” (Halliday, 1984, p. 220).

Período	1974-1978	1981-1985
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver os setores produtivos da economia, com destaque para as manufaturas, a pesca e a agricultura; • Alcançar o equilíbrio setorial em relação às necessidades da nação. 	<ul style="list-style-type: none"> • Diversificar a economia; • Fortalecer a base produtiva e a infraestrutura nacional; • Promover as exportações e a substituição de importações, com vistas à aliviar os constrangimentos cambiais; • Aumentar o padrão de vida populacional.
Medidas aplicadas	<ul style="list-style-type: none"> • Investimentos setorialmente direcionados; • Modernização das frotas maquinárias e tecnológicas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Atribuição do papel de liderança do progresso desenvolvimentista aos setores público e cooperativo; • Reconhecimento das contribuições realizadas pelo setor privado; • Investimento total de 508 milhões de dinares iemenitas.
Tendências positivas	<ul style="list-style-type: none"> • Distribuição equitativa da renda; • Boa capacidade de importação de commodities devido às remessas enviados por trabalhadores no exterior; • Crescimento anual do PIB em 8%; • Avanço no desenvolvimento da infraestrutura; • Excetuando-se o setor agrícola, os demais apresentaram índices de crescimento substancial. 	<ul style="list-style-type: none"> • Manutenção dos limites financeiros previstos no plano de desenvolvimento; • Boa implementação das metas de investimento, com os dois primeiros anos contabilizando uma implementação de 76% das metas anuais; • Alcance da autossuficiência de sopro; • Mecanização de grandes parcelas da produção de trigo; • Crescimento do setor pesqueiro.
Tendências negativas	<ul style="list-style-type: none"> • Deficiências materiais e técnicas no setor agrícola; • Baixos índices de produtividade agrícola; • Balança de pagamentos fragilizada no que tangencia as contas concernentes à exportação e importação de commodities; • Presença de desequilíbrios no setor público; • Carência de mão de obra; • Altos índices de subempregabilidade rural; • Presença de equipamentos obsoletos no setor petrolífero; • Déficits de bens e serviços; • Variação dos gastos reais do plano, em razão da dependência de auxílio externo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Déficit orçamentário; • Dependência externa; • Restrição da arrecadação de fundos domésticos; • Lento crescimento do PIB; • Investimentos com retornos insatisfatórios; • Indústria afetada pelo declínio da produção dos derivados de petróleo.

Fonte: elaborada pela autora a partir de informações contidas em Abdulsadiq, 1985; Amber, 1982; Stookey, 1982; World Bank, 1978; World Bank, 1984

Embora os Planos Quinquenais tenham estabelecido orientações de aplicação de recursos direcionadas para a harmonização doméstica, os efeitos colaterais da centralização de

poder e o enfraquecimento do pluralismo infringiram marcas profundas no tecido institucional, responsáveis pela promoção de uma constância de desordenamento. Com o adentrar da segunda metade da década de 1980, Ismail e seus simpatizantes receberam permissão para retornar ao país, comprometendo a relativa tranquilidade imperante. Em ordem de aplacar as projeções de novos tensionamentos, Nasir cedeu às pressões, utilizando-se da realocação de Ismail no exercício político do partido e da entrega do cargo de Primeiro-Ministro, então acumulado conjuntamente com o de Presidência, para Hayder Abu Bakr al-Attas, como manobra de pacificação. Todavia, as dissonâncias alargaram-se e o ano de 1986 vigorou em sua crucialidade para a história política do Iêmen do Sul.

Durante uma reunião do Politburo em janeiro, os membros atuantes da guarda presidencial assassinaram proeminentes lideranças do PSI, que configuravam-se como seus ferrenhos opositores e potenciais ameaças à sua permanência no governo, provocando um engendramento das tensões acumuladas ao longo dos anos em uma sangrenta guerra civil. Conforme Thiel (2015), o conflito ascendeu ao domínio das lealdades regionais e tribais, resultando em perdas de vida que incidiram a casa dos 10.000 sul iemenitas.

Com o findar da guerra, Nasir e seus apoiadores foram exilados e al-Attas, Ali Salim al-Beidh e Yassin Said Numan ascenderam como figuras de liderança, em um tom que procurou promover o pluralismo político. Apesar disso, os destroços e a destruição residuais comprometeram quaisquer tentativas de reconfiguração ao status dominante (Attia; Khayoon, 2023). Como um espelho da cena interna, o partido estava igualmente desestruturado e, o enfraquecimento do mundo socialista, representou a sua terminalidade. Portanto, a gravitação em torno da união com a RAI em um Estado uno manifestou-se como inevitável solução para a preservação das estruturas construídas ao longo da vivência do regime⁷⁰.

4.3. Laços de amizade e reconciliação: da unificação à constituição de uma estrutura estilhaçada

O cenário da unificação não se delineou subitamente como uma ação abrupta das governanças estabelecidas nas porções norte e sul da territorialidade do Iêmen. Discursos relativos à união do povo iemenita sob uma única jurisdição compõem o cenário político da região desde a metade da década de 1960, sendo sua proliferação proveniente, particularmente, das lideranças políticas da RPDI que possuíam heranças familiares ou de vínculo histórico com o norte. Desta forma, a retórica em favor dessa articulação denota, para

⁷⁰ O período concernente ao final do regime testemunhou o aumento dos gastos governamentais em taxas a 45%, com o déficit orçamentário desenhando-se na casa dos 9.6 bilhões de dinares iemenitas (Salih, 1992).

além de características estratégicas, teores identitários em uma ideia de um projeto de construção de nação.

No entanto, antes do fimanteriormente ao findar dos anos 1980, o trânsito de tamanha idealização, embora presente no imaginário político, oscilou entre subjetividade e iniciativas práticas desprovidas de força normativa limitadas à realização de encontros formais e minutas de entendimento. Sua razão de ser ancorava-se na inexistência de pressões imediatas que conduzissem à sua concretização e na radicalidade de ideologias divergentes modeladoras dos percursos políticos de ambas as repúblicas iemenitas.

À essa conjectura, é palatável a segmentação setorial dupla em âmbito interno e externo. Domesticamente, as desconfianças irradiantes do cerne governativo da RAI para com o socialismo prevalente na RPDI eram imperantes; enquanto esta, por sua vez, sob o comando de Salmin, Ismail e Nasir, focalizou em promover o desenvolvimento e a estabilização doméstica em detrimento de uma união que não condizente com a aproximação gradual (Brehony, 2021).

Por sua vez, a influência de potências internacionais, tais quais Arábia Saudita e União Soviética, instilaram o retardamento da unificação. Para o Reino, a cisão do território representava um impositivo securitário à preservação de seu status quo, uma vez que a possível existência de um Estado ideologicamente socialista na Península Arábica não apenas poderia calcar-se como desestabilizador para as monarquias da região, como também representava um desafio à liderança saudita no que concerne os assuntos do mundo intra-Árabe (Barns, 1980). Nessa perspectiva, o Reino optou pelo exercício de sua influência financeira para com as tribos nortistas viventes dos territórios próximos à sua fronteira em prol da imposição por oposição ao processo unificador (Nonneman, 1994). Quanto à União Soviética, a perda de influência sobre a Somália gerou forte impacto em sua política externa para o Oceano Índico, resultando no crescimento da importância estratégica do território da República Democrática Popular do Iêmen, tornando-a um cliente de seus interesses (Nonneman, 1994).

O término da guerra civil no sul em 1986, marcou uma inflexão na manutenção do status relacional vigente entre as partes. O pragmatismo adotado pelo novo governo da RPDI passou a gerir os sentimentos da RAI para consigo de forma a promover maior abertura à construção de canais de diálogo. Contudo, a perspectiva de amenabilidade nas relações diplomáticas provou-se como inadequada para a desarticulação dos tensionamentos previamente existentes, visto sua intensificação com a descoberta de reservas petrolíferas na zona fronteiriça, culminando em uma série de confrontos armados (Prantner; Al-Naggar,

2023). Deste modo, visando o impedimento de um conflito de grandes proporções, assinou-se em 4 de maio de 1988, com vistas à demonstração das intenções pacifistas dos países um para com outro, um acordo de restabelecimento das ações práticas para a formalização da unificação entre os dois territórios (Amber, 1999). Sumariamente,

Antes de 1990, cada um era uma ameaça à existência do outro, devido ao fato de que ambos alegavam representar a nação, à sua proximidade espacial e à sua distância ideológica. A ideologia marxista da RPDI era incompatível com o pseudo-republicanismo conservador da RAI, que se baseava no poder e nas estruturas familiares das elites tribais do planalto e no investimento saudita, e vice-versa (Dingli, 2012, p. 37, tradução nossa)⁷¹.

Esse instrumento previu uma conjuntura de trâmites necessários para a formatação do sustentáculo ao processo de unificação, entre os quais figurava a elaboração conjunta de uma Constituição, a qual seria submetida, integralmente com o acordo, para a aprovação das casas legislativas de ambos os países, dentre um período de 6 meses; em seguida, após um ano de sua assinatura, estabeleceu-se o dever de realização de um referendo, que seria responsável pela legitimação ou não do aparato constitucional, resultando, em caso positivo, na institucionalização do anseio pela construção de uma nação una (Nonneman, 1994). Conforme Burrowes (1991), esse período de 30 meses transcorreu em voga da necessidade de reorganização da vida política e do tempo basilar para a fusão do aparato estatal. Adicionalmente, compreendeu-se que o governo a ser implementado em um cenário de transição inicial corresponderia com o estabelecimento de uma administração amparada sob um Conselho Presidencial composto por 5 membros, em um Estado multipartidário em que eleições para o Parlamento deveriam ocorrer a cada 5 anos.

Em contrapartida, no âmbito das ações imediatas, privilegiou-se a convergência territorial por meio da transformação da fronteira, outrora militarizada, dada sua caracterização como objeto de disputa em um cenário no qual o poder emanava das estruturas clânicas e tribais (Bryjka, 2016), em uma zona neutra. Instituiu-se, assim, a livre circulação de pessoas, viabilizada pela presença de postos securitários conjuntos (Nonneman, 1994). Ademais, a pacificação da linha fronteira revelou-se como vital elemento para a extração dos valiosos recursos petrolíferos (Dostal, 2021), a serem explorados pela empresa conjunta Yemen Company for Investment in Oil and Mineral Resources.

⁷¹ **Texto original:** “Before 1990 each was a threat to the other’s existence due to the fact that they both claimed to represent the nation, their spatial proximity and their ideological distance. The Marxist ideology of the PDRY was incompatible with the conservative pseudo-republicanism of the YAR, which was based on the power and familial structures of the tribal elites of the highlands and on Saudi investment, and vice versa” (Dingli, 2012, p. 37).

Não obstante, enquanto tais ações estavam a se desenrolar, sugerindo uma climatologia de união e cooperação, politicamente o PSI tornou-se alvo do sofrimento proveniente de pressões deflagradas por sua contraparte, em que o motivo para sua geração configurava-se pelo aparente oportunismo do Congresso Geral do Povo (CGP) em preencher o vácuo legado com o colapso das estruturas do mundo socialista, almejando, portanto, assumir a liderança do processo de unificação (Matsumoto, 2002). A presença de uma maior agressividade para com o trato da questão apresentada neste subcapítulo, deve-se em razão do Congresso Geral do Povo possuir um histórico de atuação sob a seara da formatação das instituições domésticas da RAI, convergindo em práticas e modos de expressão tangentes a um sistema de dominação política (Poirier, 2011). Logo, o partido acaba por destacar-se como um ator institucionalmente bem-posicionado em um movimento de contrariedade a seu parceiro que encontrava-se desestruturado e, conseqüentemente, fragilizado, em decorrência dos motivos expostos no subcapítulo anterior.

Devido a essa configuração, embates entre ambas as partes fizeram-se proeminentes, sendo o principal deles condizente com a tipologia de sistema governativo a ser implementado com o findar da fase transitória. Conforme o CGP, a correspondência ideal seria a implementação de um Estado federal com um governo fortemente centralizado; em vias contrárias, o sul visionava a criação de uma confederação, na qual a autoridade política poderia exercer seu poderio de forma fraca e alargada (Brehony, 2021), propiciando, com isso, racionalidade e gradualidade no processo de fusão das estruturas estatais existentes. Em função disso, reavivou-se uma série de órgãos responsáveis por estudos e debates prévios, dentre eles o Comitê Conjunto para a Unificação, a fim de delegá-los a normativa da questão.

Com a decisão decorrente desses fóruns como favorável à construção e implementação de um sistema unitário democrático, esperava-se que a temporalidade delimitada no acordo de 1988 seguisse seu curso. Todavia, apesar do estabelecimento de diretrizes claras acerca dos prosseguimentos posteriores, a aceleração dos movimentos governamentais da RPDI e da RAI com vistas à conclusão da unificação ocorreu e, em 1990, ambos os parlamentos realizaram dupla ratificação: da constituição e do acordo. Imediatamente no dia posterior, a República do Iêmen foi declarada como nação oficialmente formalizada e integrante de um Sistema Internacional tomado por pressões políticas e econômicas, advindas particularmente da Crise do Golfo (Nonneman, 1994). Logo, “Até 1990, os dois lados passaram a diminuir a ênfase na percebida intratabilidade do conflito que

existia entre eles, criando assim as condições para a reunificação nacional” (Dingli, 2012, p. 37, tradução nossa)⁷².

Os primeiros meses do pós-unificação foram utilizados tanto para o estabelecimento de uma administração pública unitária, quanto para a elaboração das bases constitucionais. A Presidência e a Vice-Presidência do Conselho foram delegadas, respectivamente, à Saleh e à al-Beidh, à medida que os demais postos ministeriais e de gabinete foram distribuídos de forma a acomodar as lideranças do norte e do sul balanceadamente (Matsumoto, 2002). Ademais, por meio da legalidade jurídico-administrativa proporcionada pela Constituição de 1991, fortaleceu-se a unidade e indivisibilidade do novo Estado, concomitantemente com a implementação de um sistema multipartidário pautado pelos ideais democráticos em que o poder popular manifestava-se “[...] diretamente através de referendos e eleições gerais, e indiretamente através dos órgãos legislativo, executivo e judiciário e também através de conselhos locais eleitos” (Republic of Yemen, 1991 p. 2, tradução nossa)⁷³.

No que concerne à unidade do serviço público e das instituições, optou-se pela integração de entidades ministeriais e securitárias, necessárias para o bom desenvolver do ordenamento doméstico. Destarte a esperança pairante com a realização desses movimentos, a deterioração da nova nação não tardou a ocorrer, resultados das discrepâncias presentes nestas searas e da falibilidade da gestão cooperativa das forças governamentais. As controvérsias vigentes provinham dos povos originários de ambas as porções do território, com o sul emanando preocupações para com a integração com as forças nortistas, então consideradas como rasas no que diz respeito à posse de equipamentos militares e ao seu quesito de preparação para o combate. Portanto, essa incorporação era compreendida sob a ótica das potencialidades para a desestruturação da ordem militar operante; com relação ao norte, detectavam-se temores provenientes das linhagens tribais que recebiam a perda de sua influência nos assuntos domésticos da nação, visto o contraste emitido com a centralização do governo e a criação de uma força nacional de segurança pública (Prantner; Al-Naggar, 2023), diminuindo, desta forma, sua participação no ordenamento da vida sócio-política norte iemenita.

Entretanto, tamanha convergência nunca foi conquistada e a ocorrência de dualidades e desgastes institucionais traduziram-se como uma realidade. Por exemplo, com a observância do setor de serviços públicos, é possível constatar a ocorrência de um choque estrutural

⁷² **Texto original:** “By 1990 the two sides moved to de-emphasise the perceived intractability of the conflict that existed between them, hence creating the conditions for national (re)unification” (Dingli, 2012, p. 37).

⁷³ **Texto original:** “[...] directly through referenda and general elections, and indirectly through legislative, executive, and judicial bodies and also through elected local councils” (Republic of Yemen, 1991 p. 2).

durante as primeiras fases de reconfiguração em decorrência da divergência de arranjos entre um setor sulista hierarquizado e burocraticamente ordenado versus um setor público nortista permeado pelo patrimonialismo e com baixos índices de profissionalização. Portanto, a aglutinação entre sistemas diferentes resultou em um setor civil de serviços caracterizado pela baixa performance, figurando no nivelamento da fragilização e suscetibilidade às desarmonizações provenientes da fusão das institucionais e companhias públicas de ambas as partes do território (Al-Saidi, 2000).

Esse período igualmente marca a espera por um momento imprescindível para a história do Iêmen: as primeiras eleições gerais, as quais vieram a ocorrer em 1993, seriam responsáveis pela sinalização de uma movimentação direcionada à consolidação e funcionalidade da lógica democrática anteriormente preteridas pelas governanças iemenitas. Desta maneira, os anos de 1991 e 1992 demarcam a construção de um sistema eleitoral operacional capaz de sustentar e garantir a imparcialidade do processo de votação. Em 1991 promulgou-se a Lei n. 66, responsável pela abrangência da existência e legalidade de partidos e organizações políticas. Em seu terceiro artigo, o instrumento aborda a liberdade do cidadão iemenita, destacando esse como ser vivente em um sistema democrático, de exercer suas liberdades sem limitações, cancelas ou restrições de nenhum aspecto (República do Iêmen, 1991). Por sua vez, o dispositivo normativo coordenador do decorrer do processo eleitoral foi emitido em 1992, sob a prescritividade da Lei n. 41, a qual determinava que todos os cidadãos a partir de 18 anos deveriam exercer o direito ao voto (República do Iêmen, 1992).

Assim, a contagem final dos assentos parlamentares distribuiu-se de maneira que três partidos acabaram por marcar domínio da cena política, com o CGP obtendo um total de 123 posições e o PSI 56 de um montante de 301. Entretanto, nessa conjuntura surge a terceira parte correspondente ao Islah que acabou por conquistar 62 cadeiras (Matsumoto, 2002). Nascente durante os primeiros meses da unificação, este novo ator emergiu do desejo por reformas domésticas que combatessem a presença de uma organização socialista no governo do Iêmen. Apesar de seus fundadores possuírem raízes que conectem o movimento à Irmandade Muçulmana Iemenita e aos ideais por essa pregados (Alvino-Marino, 2010), sua composição era diversa, abrangendo lideranças tribais e religiosas, intelectuais, mercadores e empresários. Durante o período abordado neste subcapítulo, as lideranças partidárias mais proeminentes do Islah exaltavam-se como o Sheik al-Ahmar e al-Zitani, promulgadores, respectivamente, das ideologias tribais e conservadoras.

Em razão de nenhum dos partidos disputantes terem obtido votos suficientes que lhes garantissem a maioria dos assentos, formalizou-se uma coalizão governamental composta pela

tríade supramencionada, com o intuito de minar as possíveis caracteres de ingovernabilidade. A ascensão das lideranças do Islah a importantes cargos políticos demarcou o robustecimento das tensões partidárias, com destaque para a preponderância de conflituosidade entre o PSI e o Islah centralizadas na temática constitucional que delimitava a Sharia como principal fonte legislativa, enquanto as camadas mais religiosas e tribalistas desse advogava por mudanças de linguagem, afirmando-a, em alternativa, como única fonte legal de jurisprudência. Conforme destacado por Browsers (2007), para o Partido Socialista o atendimento dessa demanda era inconcebível não somente pelos perigos que isso representava para a recente democracia iemenita, mas igualmente porque na visão do partido, a agenda política do Islah era a personificação de uma anátema.

A extensão dos embates ao longo do ano de 1993 desenrolou-se devido às manobras empregadas pelo CGP que visavam minar a influência do PSI, excluindo-o das principais decisões políticas. Logo, a ambientação da guerra civil de 1994 principiava como efeito da exponencialidade do aumento de desentendimentos entre os atores em trato. As espirais de violência evoluíram para uma série de assassinatos em massa, nos quais os alvos estavam concentrados nas lideranças do PSI, e que, por sua vez, atingiram a ótica do absurdo quando uma *fatwa* emitida por Abd al-Wahhab al-Daylami, membro do Islah, tornou-se em ações amparadas pela legalidade (Browsers, 2007). Com este cenário, al-Beidh retirou-se para Áden, em conjunto com demais coligários socialistas, e conclamou pela constituição de um novo governo para o Iêmen unificado.

Apesar de Saleh e do Congresso Geral do Povo terem duplamente apoiado e influenciado a criação e organização do Islah, com vistas a instrumentalizá-lo para a contenção do PSI, então compreendido como sua principal ameaça (Carapico, 1998), a autoridade central empregou pesados esforços mediatórios por meio do Comitê para o Diálogo das Forças Políticas. O acordo de conciliação resultante dos “[...] enormes e genuínos esforços para superar a crise e impulsionar a democracia, a unidade nacional e o estabelecimento do Estado de direito, da ordem e das instituições” (Al-Asbahi, 2013, s.p., tradução nossa)⁷⁴, atendente das demandas socialistas pela limitação do exercício do executivo, pela despolitização das forças armadas, pela fusão e conseqüente redesenho das instâncias de tomada de decisão administrativas e provinciais encontrou resistência, com os partidos utilizando-se das manifestações civis em prol da pacificação como massa de manobra (Carapico, 1998).

⁷⁴ **Texto original:** “[...] huge genuine efforts to break out of the crisis and to boost democracy, national unity, and to establish the state of law, order and institutions” (Al-Asbahi, 2013, s.p.).

A falibilidade dos agentes governamentais significou a explosão da guerra civil nos primeiros meses de 1994. Por vistas da contenção de slogans secessionistas e da imposição da ordem, Saleh serviu-se de duas frentes de combate, uma militar e uma suplementada pelo retorno de migrantes com experiência de combate à atores socialistas no Afeganistão (Dingli, 2012), findando o episódio. Sob o destroçado PSI recaiu o ônus da destituição dos direitos políticos de seus membros, exceto aqueles que optaram pela adoção de uma postura neutra que demarcou sua presença em Sana'a, e a apreensão dos bens e finanças do partido. Com isso, a destituição de um ator representante de seus interesses de sua população, significou para o sul, sua marginalização social e o controle econômico de seus recursos por uma elite nortista (Dostal, 2021).

Após a finalização da guerra, reordenou-se o cenário doméstico iemenita, conduzindo à revisão da Constituição e à formalização do centralismo presidencial. A partir dessa cena, Saleh vai apoderar-se completamente do aparato estatal, demonstrando que a democracia era apenas uma ferramenta de manobra para a garantia da extensão do controle exercido pelo CGP. Essas ocorrências serão discutidas no próximo capítulo, responsável, igualmente, por conduzir aos eventos pré, durante e pós-Primavera Árabe.

5. OS ARES DA MUDANÇA: OS IMPACTOS DA PRIMAVERA ÁRABE NO IÊMEN

O final da primeira década do século XXI, concebido com o ano de 2010, reflete o surgimento de descontentamentos populares vindouros no cenário pertinente ao Norte da África e ao Oriente Médio. Em seu cerne, encontra-se o porquê preliminar dessas ocorrências: a submissão civil das respectivas nações componentes de ambas as regiões às formatações governamentais autoritárias em uma contabilização temporal superior a uma década. Sobremaneira, a natureza dos sistemas domésticos dessas territorialidades encontrava-se a sofrer com processos estruturais de desgaste, aos quais, em conjuntura com a reação em cadeia de manifestações que varreram esses espaços geográficos, intitulou-se de Primavera Árabe.

Basilarmente, são movimentos reacionários, que traduziram-se pacífica ou violentamente, a depender do contexto social e político de cada Estado, em prol da transformação das condições de vida vindouras. Todavia, a significância da terminologia é permeada por debates que buscam explicar a verdadeira essência de seus contornos e impactos para as localidades em que decorreram-se. Por exemplo, para Schiocchet (2011) essa conceitualidade reflete a reemergência de forças geradas à época condizente com a queda do Império Otomano em que sua reflexão ocorre por meio da síntese pela autodeterminação. Essa, compreende em seu âmago, o conclave pela melhoria dos padrões de vida, como supramencionado, mas também pela acomodação política de valores locais. Por sua vez, Amin (2010) a identifica como uma revolta social – em sua natureza mais intrínseca –, em que a ótica prevaiente é a da portabilização das alternativas, inscritas, no que diz respeito ao longo prazo, em uma perspectiva socialista. Em razão disto, a mobilização dos meios de desestabilização, sejam econômicos, financeiros, militares ou político-autoritários, ocorre como uma reação do sistema capitalista ao desafio apresentado (Amin, 2010).

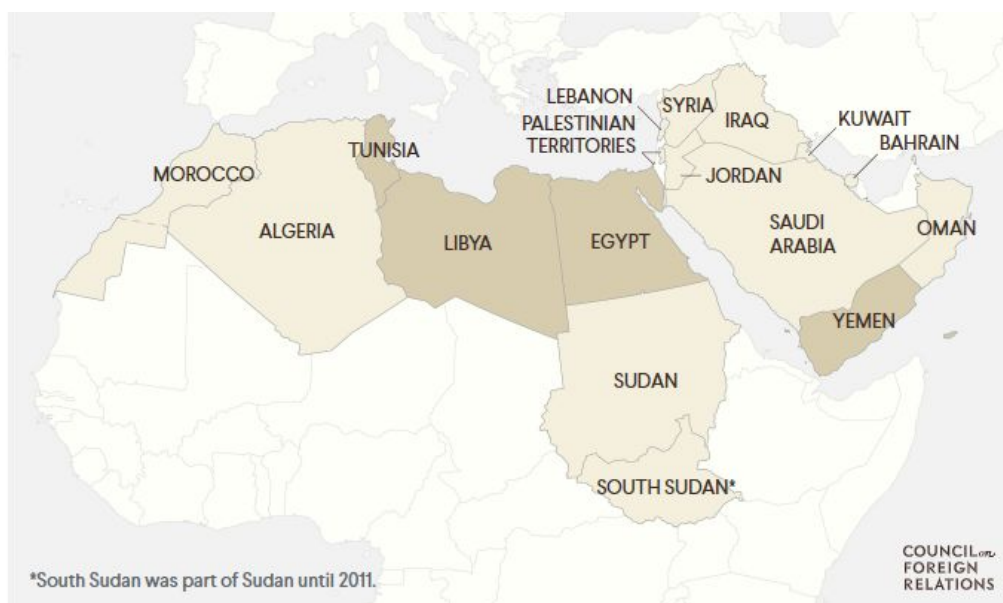
O estopim dessa jornada de rupturas remonta à autoimolação realizada por Mohammed Bouazizi, um vendedor de frutas residente da cidade de Sidi Bouzid, uma das áreas com os maiores índices de pobreza da Tunísia, após o confisco violento de suas mercadorias pela polícia (Duran, 2022). O que seguiu-se a isso ficou conhecido como Revolução de Jasmim, em que as ruas tunisianas foram inundadas por manifestações reivindicativas de mudanças na nuclearidade do sistema vigente no país, então encabeçado por Zine El Abidine Ben Ali. Ressalta-se, nesta seara, que a ocorrência da Revolução foi viabilizada devido à presença de duas tendências sociais vigentes durante o período em

questão: enquanto as mudanças promovidas pelo autoritarismo e burocratismo do regime de Ben Ali⁷⁵ resultaram em uma espécie de “Milagre Tunisiano”, em que a sociedade civil foi moldada para a participação ativa no que concerne a vida política da nação, a adoção de políticas neoliberais aniquilou o senso de valores tradicionais em um movimento de substituição do patriotismo e da identidade nacional por um senso de vergonha inerente à sociedade de consumo (Kuznetsov, 2022). Essa combinação, em vias de ser alimentada pelo desespero preponderante no cenário interno, apesar de resultarem nos protestos denunciadores das desigualdades existentes em um âmbito nacional, não deixou de dar luz às disparidades entre classes sociais e regionais, então acentuadas pela divergência de políticas desenvolvimentistas aplicadas, respectivamente, ao interior e ao litoral (Utterwulghe; Khouja, 2021).

Desta maneira, o que iniciou-se pacificamente, em advocacia pela superação dos abusos constantes cometidos pelas autoridades estatais, adentrou em uma segunda fase; a partir de janeiro de 2011, com o recrudescimento dos protestos por meio do alvejo de prédios e instalações governamentais, desencadeando, conforme, o aparato de repressão de segurança pública, a polícia. Não obstante, a imensidade do que esses atos traduziam transpassou, no limiar entre 2010 e 2011, aos demais países do Mundo Árabe que acabaram por depararem-se com manifestações semelhantes, considerando suas particularidades. Com vistas a ilustrar a abrangência das manifestações da Primavera Árabe, utilizar-se-á a Figura 8, que evidencia que essas movimentações penetraram a maioria dos países do norte africanos e médio orientais.

⁷⁵ A corrupção vigente durante o regime de Ben Ali é destoante, com sua estrutura sendo organizada hierarquicamente e sistematicamente, semelhante ao funcionamento de grupos mafiosos (Peterson, 2011).

Figura 8 – Mapa dos países palco da Primavera Árabe



Fonte: Robinson; Merrow, 2020

As motivações que prospectam as insurreições não são limitadas a um conjunto de fatores específicos, mas sim à soma das eventualidades presentes no Sistema Internacional da década de 2010, em concomitância com a efervescência doméstica. Na ótica externa, este configurava-se como um período de posterioridade à recessão de 2008, no qual os maiores atores econômicos estavam a enfrentar dificuldades no que tangencia ao setor econômico (Duran, 2022). Uma análise minuciosa da obra de Malik e Awadallah (2013) possibilita o apontamento de pontos-chave no que concerne o cenário dessa periodização de forma a conectá-lo aos protestos primaveris. Durante os anos 1996-2006, o Oriente Médio Estendido⁷⁶ foi palco de metamorfoses de grande dimensão, particularmente no campo do crescimento demográfico. Com o fenômeno do rejuvenescimento das populações camponesas dos países alocados nessa região, a ampliação da força de trabalho ocorreu de maneira igualmente exponencial, com altos índices de jovens em estado de procura por oportunidades de adentrar ao mercado de trabalho. A consequência apresentou-se sob a imagem de exorbitantes taxas de desemprego, como é o caso da Arábia Saudita e da Argélia que apresentam índices de 30% (Malik; Awadallah, 2013).

Além disso, o aumento dos preços dos alimentos afetou a região de maneira significativamente mais intensa do que as demais localidades do globo. As condições

⁷⁶ A opção pelo uso do termo Oriente Médio Estendido dá-se em razão da proporcionalidade do conhecimento acerca da região abordada ser mais ampliada. No entanto, faz-se importante ressaltar o reconhecimento e validade acerca dos debates vigentes em respeito às terminologias utilizadas para se referir ao Oriente Médio e Norte da África, como Middle East and North Africa (MENA) e Western Asia and North Africa (WANA).

climáticas e geográficas dominantes, como é o caso da escassez de recursos hídricos e a existência limitada de terras cultiváveis, caracterizam as dificuldades concernentes à produção de alimentos (Soffiantini, 2020), dando vigência a países massivamente dependentes da importação de alimentos, destacando-se o ramo alimentar dos cereais, e altamente vulneráveis aos choques e instabilidades dessa categoria (Maystadt; Tan; Breisinger, 2014).

Particularmente, em consequência das divergências nos níveis de progresso e das estruturas econômicas dos países da região, o norte da África viu-se em condições degradantes no que concerne à problemática (Qadirmushtaq; Afzal, 2017), uma vez que mesmo os países que obtiveram sucesso na redução dos níveis de pobreza continuavam a apresentar dificuldades com a permanência da subnutrição, da fome e da insegurança alimentar nas áreas rurais e nas periferias urbanas (Lybbert; Morgan, 2013). Um dos casos mais destoantes é o da Síria, o qual para além da severidade climática, também perpassa pelo autoritarismo do regime de Bashar Al Assad que obrigava a população rural, no tocante a compra e venda de terras, a se submeter à aprovação de oficiais corruptos (Lybbert; Morgan, 2013).

Em somatória ao crescimento dos níveis de pobreza, desemprego e falta de recursos, Joffé (2011), em sua tratativa acerca dos movimentos primaveris pertinentes ao continente africano, elenca o comportamento das lideranças para com suas populações governantes como fração constitutiva do conjunto de causas primárias que catalisaram a Primavera Árabe. A concentração do poder estatal em dirigentes de longa data e o consequente manejo do aparato repressivo do Estado para a perpetuação do regime são fatores geradores da efervescência social em busca pela garantia de um escopo ampliado de direitos civis. Portanto, em um momento no qual a farsa do autoritarismo se esvai perante demonstrações de força provenientes daqueles que deveriam ser submissos à grandiosidade do líder, a estruturas que se revelam clareiam o entendimento de que os mecanismos de funcionamento dos países afetados pela Primavera “[...] falharam em entregar prosperidade e justiça aos cidadãos comuns” (Malik; Awadallah, 2013, p. 2, tradução nossa).⁷⁷

Como supramencionado, a existência de particularidades inerentes aos variados contextos diversos promoveram demandas específicas, com os protestos não ocorrendo de forma igualitária. Em casos como os do Egito⁷⁸, Tunísia e Iêmen, os clamores reivindicaram a

⁷⁷ **Texto original:** “[...] it has failed to deliver prosperity and social justice to ordinary citizens” (Malik; Awadallah, 2013, p. 2).

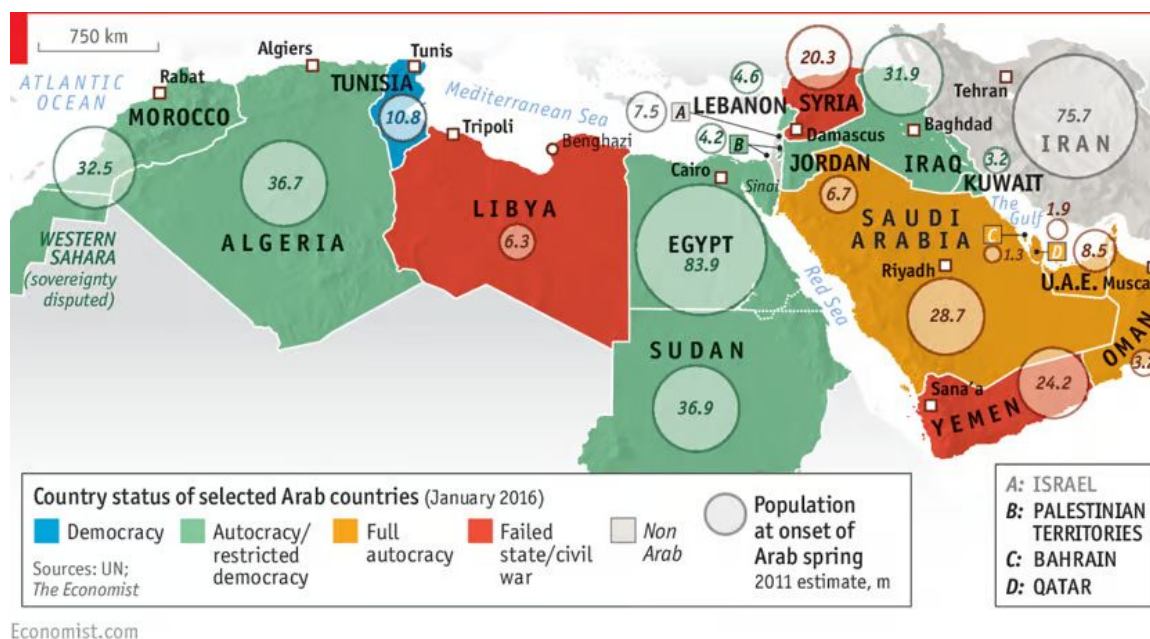
⁷⁸ Para além desta seara, o Egito se configurava pelo status de marginalização extrema das camadas sociais mais empobrecidas, em que essas foram compelidas a autorregulagem a fim de integrarem-se à modernidade egípcia; isto é, as populações às margens do sistema tornaram-se responsáveis pela auto garantia de suas posses, como propriedade e eletricidade, garantidas tanto legal como ilegalmente (Bayat, 2015).

queda do regime. Por sua vez, em nações como Marrocos, Jordânia e Omã, requeria-se a transformação do estado social vigente, no qual o desrespeito aos direitos humanos era flagrante e decorria por meio do núcleo governativo e do aparato de segurança. Ademais, à semelhança das demandas emanadas pela população marroquina, os manifestantes argelinos exigiam a implementação de mecanismos de transparência e inclusão no processo decisório (Khan; Mezran, 2016), enquanto na Líbia⁷⁹, a ênfase concentrava-se no quesito da dignidade humana e das liberdades políticas (Khan; Mezran, 2016). Igualmente, as manifestações pressionavam pela finalização dos “Estados de Emergência” legitimadores da violência praticada pelas elites, assim como, por reformas nas estruturas econômicas das respectivas nações.

No entanto, as respostas provenientes dos detentores longevos do poder traduziram-se na padronização anteriormente empregada, seja por meio do espectro da violência, seja por meio de concessões cooptativas vis que fossem capazes de garantir a sobrevivência do regime. Para com os contextos em que o aparato da força estatal fora mobilizado, o que se presenciou foi a rápida escalada de um status de pacificidade para o de uma abordagem a par com os meios de repressão utilizados. Com isso, há registros da ampliação dos “Estados de Emergência”, impostos desde a metade do século XX, às tentativas de subversão e repressão armadas dos manifestantes (Duran, 2022). Devido a isso, as repercussões da Primavera ocorreram divergentemente, o que significa que as transformações de base preponderantes nos clamores não foram atendidas, subdividindo-se em duas linhagens de consequência: a) queda dos regimes autoritários em 4 países, sendo esses Egito, Líbia, Tunísia e Iêmen e b) aplicação de reformas leves em setores determinados, visando o apaziguamento das tensões. Com efeito, os “sucessos” dos movimentos primaveris apresentarem um ciclo de vida curto que eventualmente foram sucedidos pela retomada dos velhos hábitos governativos. A Figura 9 apresenta o mapeamento das formatações governamentais presentes nos Estados que experienciaram os protestos, em um período posterior a 5 anos das primeiras eventualidades. Sua exposição visa corroborar a reflexão acerca das reais conquistas obtidas.

79 A Primavera Árabe líbia é um caso destoante em razão da intervenção estrangeira empregada pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), sob a suposta justificativa de proteção humanitária aos civis, após Muammar Gaddafi ignorar a Resolução 1973 adotada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas e ameaçar os manifestantes de Benzagi com o uso da força (Bagura, 2024). Todavia, é possível contestar-se a ótica das intenções ocidentais por meio de estudos como o de Nguirane (2013) que buscam destacar o emprego de uma política neocolonialista para com a região, em prol de interesses econômicos, como a exploração do petróleo líbio.

Figura 9 – Mapa das mudanças ocorridas 5 anos após a Primavera árabe



Fonte: The Economist, 2016

Assim, considerando a exposição realizada até o momento, explicita-se que o presente capítulo propõe-se a investigar a eclosão da fenomenologia em debate nos ordenamentos fronteiriços iemenitas. Manifestando-se no país durante a vigência do ano de 2011, os desdobramentos da Primavera culminaram na escalada da violência doméstica, transcorrendo de modo a desaguar na guerra civil de 2014, retomando o desordenamento adormecido comum ao território. Para a realização desta exposição, dividir-se-á o capítulo em 2 seções: a primeira explorará as eventualidades pós-1994, quando Saleh e o CGP obtiveram sucesso em anular o perigo partidário representado pelo PSI, o que permitiu ao regime consolidar suas práticas e suas elites pela extensão temporal que culminou com a própria eventualidade dos protestos; em seguida, durante a segunda parte, examinar-se-á as consequência da era pós-Saleh e a progressão do conflito em um cenário que desembocará limitante à 2022.

5.1. O capítulo da primavera: o desabrochar das flores iemenitas através dos impactos da Primavera Árabe no Iêmen

A finalização da primeira guerra civil deflagrada na República do Iêmen demarcou a superioridade das forças governativas perante os “inimigos” da unificação, em um movimento que representaria, para além da superioridade do poderio militar do Estado, o uso mecanizado de uma discursiva acerca de sua importância para a operacionalização e garantia do processo democrático no país. Visando a materialização dessa simbologia, Saleh utilizou-se do período

entre o final de 1994 aos anos 2000 para a mobilização de esforços com vistas tanto à reformulação quanto à reorganização do aparato burocrático estatal, tornando a Constituição o primeiro elemento a ser alvejado. Isto significa que a substancialidade de sua modificação, mediante a institucionalização de emendas condizentes com a expansão dos limites do exercício de seu poder, catalisaram a dissolução de Conselho Presidencial, anteriormente responsável pela condução dos rumos políticos da nação, em prol da existência de uma liderança exclusiva, a de Saleh.

Não obstante, essa extensão perpassa o escopo supramencionado, garantindo também ao Presidente o direito de deliberar unilateralmente a respeito da indicação de membros para os seguintes órgãos e postos: Conselho Consultivo, Comissão Suprema de Eleições e Referendos, Conselho Judicial Supremo, oficiais de governança, oficiais componentes do exército e da polícia e, finalmente, o cargo de Primeiro-Ministro (Durac, 2022). Concomitantemente, a atuação de um Parlamento sob uma ótica de maioria simples, em um cenário no qual registrava-se o frescor da retirada dos direitos políticos de uma parcela de seus membros, tornando o partido conexo à Presidência como detentor majoritário de seus assentos, servia aos interesses de Saleh de modo a garanti-lo a capacidade de centralização e de negociação das aspirações locais de forma direta, com atores sem capacidade sólida de formação de frentes e alianças a nível nacional (Harb; Atallah, 2015).

Todavia, se por um lado o recrudescimento político da nação estava em ordenamento, economicamente o país encontrava-se com dificuldades de estabilização, experienciando um período conturbado devido às incongruências herdadas do pré-unificação e dos desafios que se manifestaram durante os primeiros momentos da República. Por exemplo, a recusa iemenita em condenar o Iraque no Conselho de Segurança da ONU durante os eventos relacionados à Primeira Guerra do Golfo transpassou a ideia de que esse estava a declarar apoio às ações de Saddam Hussein, colocando em marcha seu isolamento pelas demais nações árabes (Carapico, 1991).

A medida infringiu pesados custos ao Iêmen, acentuados pela declaração saudita de que revogaria a isenção de vistos para trabalhadores iemenitas, resultando na expulsão de aproximadamente 1 milhão de migrantes que viram-se forçados ao retorno para a pátria de origem (Sana'a Center for Strategic Studies, 2021). Desta forma, as remessas enviadas pelos trabalhadores foram subtraídas, ocasionando na perda de uma das principais fontes de renda do país. Não obstante, a infraestrutura iemenita não demarcava-se como adequada para o recebimento dessas pessoas, nem para o fornecimento de serviços básicos e para a geração de

oportunidades, o que acabou por acumular altos índices de desemprego e aumentar a possibilidade de falência estatal (Dresch, 1995).

Adicionalmente, o agravamento de um cenário já fragilizado tornou-se inevitável diante da mudança de postura dos países ocidentais em sua relação com o Iêmen, delimitada pela suspensão do envio de auxílio financeiro. Igualmente, a queda do preço do petróleo e a chegada expressiva de refugiados oriundos do Chifre da África culminaram em uma crise econômica desastrosa retroalimentada pela volatilidade social (Regt, 2007; Sana'a Center for Strategic Studies, 2021).

Considerando esse panorama, o Primeiro-Ministro, Abdul Aziz Ghani, procurou conter a deterioração que se apresentava e recorreu às instituições neoliberais do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BM). Seu objetivo era angariar apoio para a implementação de reformas de mitigação dos danos estruturais sofridos pelo país, as quais, em seu resultado, ampliaram as dissonâncias existentes, sendo o setor comercial a única arena a apresentar êxito mensurável (Ellwanger, 2020).

O imperativo de uma conjuntura dúbia, como a apresentada, tornou-se pano de fundo para os próximos pleitos eleitorais, particularmente as eleições parlamentares de 1997. Al-Zandani (2005), em sua análise da condução desses processos nos Estados majoritariamente de credo islâmico, apresenta a argumentação de que tais procedimentos podem ser utilizados como meras engrangens para a manutenção da estabilidade doméstica, impedindo que conflitos sangrentos venham a ocorrer ao mesmo tempo que corrobora com a perpetuação da governança exercida pela elite dominante. Essa leitura é elucidativa para a decorrência iemenita, onde as eleições gerais de 1997 foram utilizadas como estratégia de consolidação do poder vigente.

Esta afirmativa encontra respaldo nos direcionamentos políticos empregados após o encerramento da conjuntura do ano de 1994, quando a Lista de Implementação da Lei dos Partidos Políticos passou a reger a legalidade das legendas, funcionando como ferramenta governamental para o controle da vigência oposicionista (Mashhur; al-Karim; al-Mikhlafi, 2005). Em decorrência disso, adotou-se a normatividade de requerimento de documentação comprobatória para a autorização de participação eleitoral, uma vez que o novo regramento impunha o reconhecimento político formal da existência dos partidos concorrentes. Como consequência das mudanças regulamentares do sistema de eleições, o pleito de 1997 registrou uma queda no número de partidos participantes, com apenas 17 desses atores autorizados à disputa (Mashhur; al-Karim; al-Mikhlafi, 2005).

A rigidez do embate traduziu as conquistas então esperadas, em que a obtenção majoritária das cadeiras parlamentares foi declarada ao CGP. Essa vitória massiva permitiu que o partido coligado à casa presidencial expandisse seus espaços de inclusão ao longo da vigência de Saleh em detrimento do enfraquecimento tanto da oposição quanto dos princípios constitucionais que instituíram o Iêmen como um sistema politicamente pluralista (Phillips, 2008). Em um discurso celebrativo do 29º aniversário de criação do Islah, o Presidente da Autoridade Suprema do Partido relembrou este como um período no qual o Congresso Geral do Povo avançou seu domínio institucional, formalizando sua predominância política, o que pressionou o Islah à atuação nas margens da contrariedade ao regime (Chairman of the Supreme Authority of the Yemeni Islah Party, 2019). A Figura 10 demonstra a expressividade dos números obtidos pelo CGP até o ano de 2003, em comparação com os demais partidos.

Figura 10 – Apanhado do desempenho eleitoral do CGP nos três primeiros pleitos da República

Table 1: The party-by-party breakdown of seats won in the general elections during 1993-2003
(total number of seats: 301)

	1993	1997	2003
GPC	123	188	226
Islah	62	53	46
YSP	57	0	7
Baath Party	7	2	2
Haqq Party	2	0	0
Nasserite Unionist Popular Organization	1	3	3
Democratic Nasserites Party	1	0	0
Nasserite Popular Corrective Party	1	0	0
Independents	46	53	14

1993: One electoral district results were invalid.

1997: Two electoral districts results were invalid.

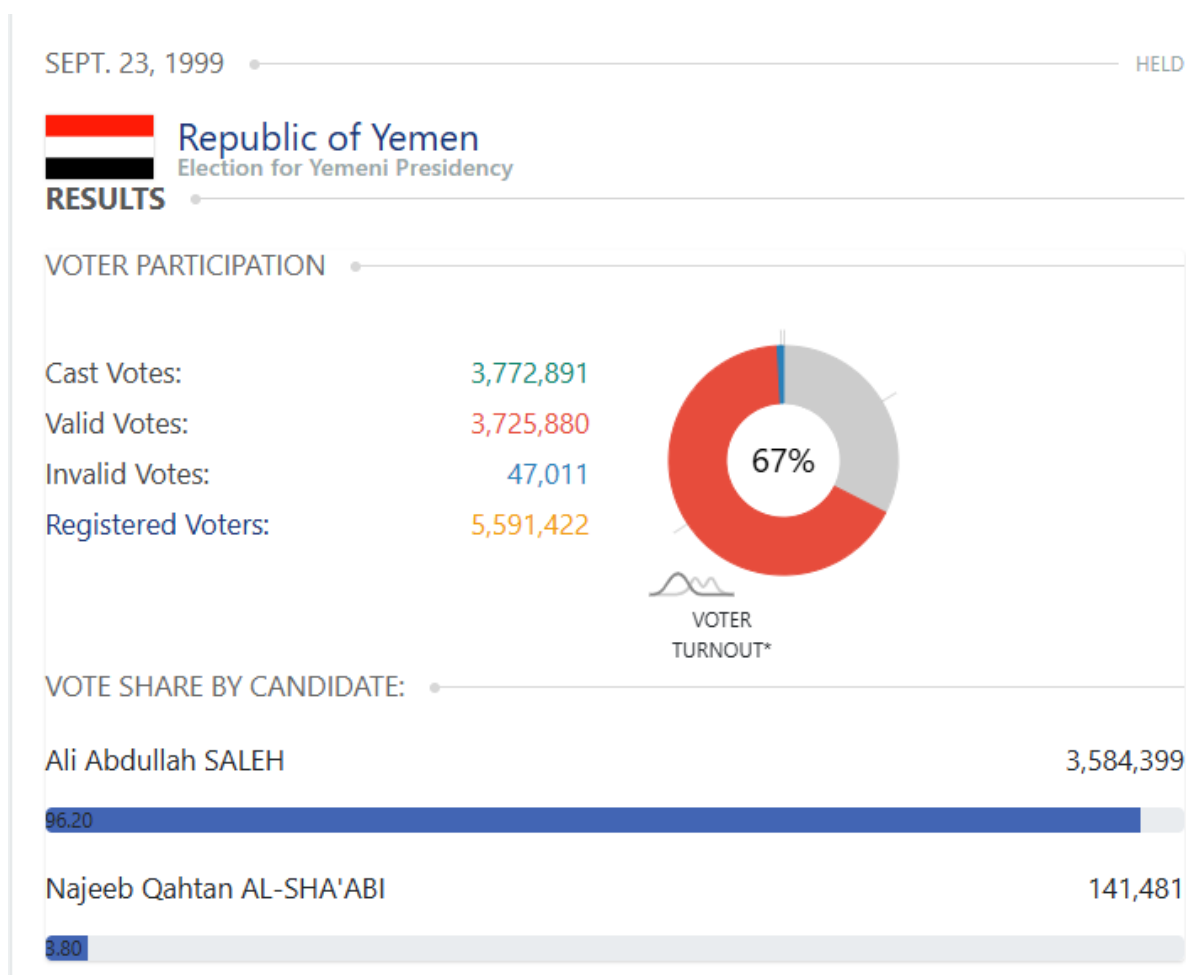
2003: Three electoral districts results were invalid.

Fonte: Matsumoto, 2002

A vida política iemenita dos anos subsequentes foi continuamente permeada pela sustentação hegemônica do status selado em 1997, com novas promulgações baixadas em prol da proteção do poder presidencial. Este foi o caso da retomada das reformas na Constituição durante os anos 2000, em que Saleh editou novas emendas que garantiram a extensão dos mandatos políticos, reiterando sua permanência em ofício por sete anos. O respaldo para a

aplicação de tal manobra proveio de sua vitória nas primeiras eleições presidenciais diretas, em 1999, nas quais, permitiu-se uma pálida competição sem força real de combate (Al-Zandani 2005), com o intuito de preservar a fachada de continuidade do processo democrático. Por meio da Figura 11 procura-se, concomitantemente, detalhar a expressividade percentual conquistada por Saleh nas urnas e, por meio desta, lançar a interrogação da reflexão acerca da integridade do processo.

Figura 11 – Desempenho de Saleh nas eleições presidenciais de 1999



Fonte: International Foundation for Electoral Systems, 2013

Dando prosseguimento na construção dos eventos que concubiram a Primavera Árabe no Iêmen, a aurora do novo milênio assinalou o advento do maior desafio já enfrentado pela elite republicana iemenita: o surgimento dos Houthis como movimento de contestação. Anteriormente à apresentação dos eventos que ficaram conhecidos pela nomenclatura de

“Guerras de Sa’ada”, faz-se necessário uma breve exposição do passado de Husayn Badr al-Din al-Huthi, principal liderança e fundador do grupo, durante seus anos primários. Sua advocacia política ocorreu durante um período demarcado pelo revivalismo zaidita⁸⁰, uma então resposta à exaustão da comunidade para com a negligência do governo. Visando combater as injustiças que se abalavam sobre os zaiditas e sua região de pertença, Sa’ada, Husayn procurou por atuar nos conformes da legalidade, disputando, para isto, uma das cadeiras parlamentares disponíveis durante o ano de 1993, pelo Hizb al-Haqq, a qual acabou por conquistar. Ademais, o fundador dos Houthis também atuou nas escolas teológicas patrocinadas pela Juventude Crente, promovendo, com isso, o fortalecimento do conhecimento identitário-coletivo por meio de atividades educacionais, culturais e sociais (Ardemagni, 2019). No entanto, acabou por encerrar suas atividades em ambas as instâncias, em 1997 e 2001, respectivamente, devido a divergências internas.

Emergido à alçada de liderança, Husayn conquistou um elevado número de seguidores, que passaram a figurar no radar repressivo do aparato estatal após uma visita de Saleh a Sa’ada, em 2003, em que o Presidente viu-se rodeado por uma multidão em cântico ao slogan *“Deus é o maior, Morte à América, Morte a Israel, Maldição aos judeus, Vitória ao Islã!”*. A partir deste momento, o palco armou-se e os desentendimentos viram-se impossíveis de frear. A resposta das forças governamentais adveio com a condução de prisões em massa, cortes salariais de servidores civis adeptos do movimento, expulsão de estudantes e fechamento de escolas conduzidas pelos zaiditas (Klapprodt, 2019). Essas ações transformaram a imagem do regime, que passou a ser visto como traidor da nação e do povo iemenita, resultando na inflamação da população de Sa’ada.

Em razão da continuidade militante, o governo emitiu, em 2004, um mandato de prisão ao líder que acabou assassinado sob artilharia estatal, inaugurando a série de revoltas e embates das Guerras de Sa’ada. Como supramencionado, a região, historicamente, sofreu perante a omissão do aparato estatal que a manteve sob o espectro do subdesenvolvimento endêmico (International Crisis Group, 2009). Todavia, a permanência de uma postura de indiferença frente à pobreza estrutural do território somou-se à insegurança das incursões de evangelização realizadas por clérigos wahhabistas – então financiadas pela Arábia Saudita e autorizadas pelo governo iemenita –, apresentando-se como uma ameaça direta não somente à

80 O revivalismo zaidita pode ser interpretado como uma corrente de ações empregadas em prol da preservação da identidade zaidita frente à marginalização estatal e à expansão do credo salafista wahhabista promovido pela Arábia Saudita, nas quais a comunidade procurou advogar pela garantia de seus direitos em searas cívico-sociais diversas, como é o caso da fundação do partido Hizb al-Haqq e do movimento da Juventude Crente, responsável pela promulgação dos ensinamentos teológicos zaiditas (al-Deen, 2016).

sobrevivência da população, mas também à própria identidade zaidita. Têm-se, portanto, por detrás desta cortina, as motivações inflamatórias dos seis *rounds* de batalhas que estenderam a conflituosidade ao ano de 2010.

Da parte de Saleh, empreenderam-se diferentes táticas de contra-ataque, refletindo sua intolerância frente a desafios para com o exercício de sua autoridade (Hamidi, 2009). Inicialmente, o governo explorou a sua cooperação com os Estados Unidos no contexto político da Guerra ao Terror para rotular os Houthis como terroristas aliados ao Irã (International Crisis Group, 2009). Essa narrativa configura-se como uma “[...] campanha deliberada de desinformação [...] para justificar políticas internas cada vez mais opressivas e antidemocráticas” (Pulkkinen, 2017, p. 46, tradução nossa).⁸¹ À medida que o conflito expandia-se para as regiões vizinhas, os mecanismos de repressão tornaram-se mais agressivos, culminando em incursões militares com intensos bombardeios aéreos (International Crisis Group, 2009).

Considerando isso, o cessar-fogo de 2010 ocorreu a um custo amargo pois, ao término das batalhas, Sa’ada encontrava-se completamente destruída, com estimativas de que o país registrava cerca de 250.000 pessoas deslocadas internamente (Boucek, 2010). Por parte do governo, o ônus foi igualmente significativo devido ao esgotamento das reservas nacionais, o que agravou a crise financeira (Boucek, 2010). Desta maneira, faz-se importante destacar que “[...] o regime pouco fez para resolver as causas subjacentes do conflito, que foram transformadas de queixas locais em um profundo ressentimento contra o regime em Sanaa” (Durac, 2022, p. 347, tradução nossa).⁸²

Todos os fatores expressos até o momento exerceram sua parcela de contribuição para a eclosão da Primavera Árabe, demonstrando a inoperância do regime salesiano em corresponder com as expectativas e demandas populares. A conjuntura das agitações primaveris que floresceram em 2011 transitaram entre uma baixa aderência inicial (Issaev; Khokhlova; Korotayev, 2022) para um confronto multifacetado que refletiu a participação heterogênea dos segmentos da sociedade iemenita no transcurso dos primeiros meses do ano supramencionado.

Como pode ser observado, a perpetuação dos protestos ocorreu em consonância com a intensificação das reivindicações, as quais abordavam temáticas como reforma sistêmica, combate à corrupção e a resignação do Presidente, o que significou o emprego da repressão

⁸¹ **Texto original:** “[...] a original campaign of misinformation [...] in order to justify increasingly oppressive and undemocratic domestic policies” (Pulkkinen, 2017, p. 46).

⁸² **Texto original:** “[...] the regime did little to address the underlying causes of conflict, which were transformed from local grievances into deep-seated resentment of the regime in Sanaa” (Durac, 2022, p. 347).

violenta pelas forças de segurança estatal. A isto, decorram-se mudanças no status de alinhamento dos atores políticos iemenitas, com o deslocamento do clã al-Ahmar e do general Ali Mohsen e seus apoiadores da esfera pró-regime para a de apoio aos manifestantes. Os prosseguimentos que resultaram na deserção massiva de generais do exército somaram-se às conversões antecessoras, provocando a fragmentação das forças armadas em dois pólos distintos: o dos aliados à Saleh, correspondente às armadas e instituições sob o comando dos familiares do Presidente, e o dos apoiadores da família al-Ahmar e do general Mohsen (Martínez, 2013). A declaração dos dissidentes militares de que seu compromisso era para com a garantia de uma transição pacífica de poder e para com a proteção aos manifestantes (Knights, 2013) significou o início de uma revolução paralela em benefício da retirada de Saleh do poder (Knights, 2013).

Outro ponto importante de pressão ao governo era o campo dos movimentos juvenis, compostos por ativistas da Coalizão Civil da Juventude Revolucionária. Os jovens iemenitas, que se destacavam como os principais advogados pela sistematização dos ideais democráticos, exigiam transformações a nível sistêmico, de forma a promover a evolução do regime político de uma esfera presidencial para a de uma estrutura parlamentarista, instaurando, portanto, uma nova governança descentralizada e transparente (Durac, 2012). Não tardou para que essas insurreições civis passassem a contar com o apoio de grupos como os Houthis e o Movimento do Sul (al-Hirak), assim como, das lideranças tribais espalhadas ao longo do território e das coligações partidárias oposicionistas.

A falha dos esforços mediatórios governamentais espiralou o emprego da violência direta que tornou o Presidente alvo de uma tentativa de assassinato em junho de 2011, obrigando-o a retirar-se para tratamento médico na Arábia Saudita. Saleh deixou para trás um país retalhado, com sua capital dividida em áreas de controle, e um posto fragilizado a ser assumido por seu Vice-Presidente, Abd Rabbuh Mansur Al-Hadi (Issaev; Khokhlova; Korotayev, 2022). No entanto, seu retorno, após três meses, assinalou a tramitação que culminaria em sua resignação da cadeira presidencial. Seu aceite provém das pressões realizadas pelo Conselho de Cooperação do Golfo (CCG), conduzindo Saleh à formalizar o documento de oficialização de transferência do poder em compensação à concessão de imunidade contra processos judiciais por seus crimes contra a população (Al-Jazeera, 2012). Todavia, apesar de sua renúncia, demonstrou-se em plenas capacidades de retenção de sua influência política em razão da permanência de seus aliados e familiares em importantes postos do regime (Kronenfeld; Guzansky, 2014).

A iniciativa promovida pelo CCG estabeleceu um processo transitório a ser posto em prática por meio de dois estágios que visariam abarcar temáticas como a reforma das forças militares, o combate à corrupção, as clivagens tribais e a realização de eleições prévias para o ano seguinte, ou seja, em 2012 (Bennett, 2013). Em sua primeira fase, as eleições presidenciais deveriam ocorrer em um prazo máximo de 90 dias, nas quais a candidatura de Hadi deveria ser consensualmente vitoriosa; por sua vez, a etapa final previa a ocorrência de uma nova série eleitoral em um limite de tempo de 2 anos (Gulf Council Cooperation, 2011).

Contudo, a epítome do processo de transição e do desencadeamento da transformação pacífica para o cenário iemenita foi a promoção de diálogos e debates com vistas ao consenso de soluções para os problemas endêmicos ao Estado sob a óptica da Conferência do Diálogo Nacional⁸³ (CDN). Apoiada pelos atores estatais e institucionais da comunidade internacional, particularmente as Nações Unidas, sua realização translitera as esperanças das camadas sociais que impulsionaram a Primavera pela vigência de um cenário inclusivo (Paffenholz; Ross, 2016), liquidando, portanto, a violência responsável pela manutenção do subdesenvolvimento e da marginalização. Seus principais objetivos são condensados em:

O principal objetivo do Diálogo Nacional é o exame e a adoção de respostas adequadas diante das dificuldades estruturais que os iemenitas vêm enfrentando há décadas: as reivindicações secessionistas do sul, a oposição armadas dos houthi no norte, os confrontos entre estes últimos e os salafistas, o considerável tráfico de armas, a influência da Al-Qaeda nas áreas do território onde a presença das autoridades é escassa ou inexistente, e a reforma do serviço civil, da justiça e da administração local. Além disso, devido à própria natureza das revoltas e aos abusos cometidos durante as três décadas de Saleh no poder, parece lógico que o processo de reconciliação inclua o estabelecimento de comissões da verdade a reparações às vítimas das violações— algo dificilmente compatível com a imunidade do ex-presidente—. Outros temas presentes na agenda do Diálogo Nacional dizem respeito à saúde, à escassez de água, à economia e à pobreza (Martínez, 2013, p. 8, tradução nossa).⁸⁴

83 Conforme Paffenholz e Ross (2016), a Conferência do Diálogo Nacional também significou uma resposta às insatisfações que perpetuaram-se após a formatação do governo transitório, visto o favorecimento das elites partidárias na sua composição, em detrimento da exclusão dos atores que foram centrais para a ocorrência da Primavera iemenita, vulgo a juventude e as mulheres.

84 **Texto original:** “El principal objetivo del Diálogo Nacional es el examen y la adopción de respuestas adecuadas ante las dificultades estructurales que los yemeníes vienen sufriendo desde hace décadas: las reivindicaciones secessionistas del sur, la oposición armadas de los huzíes en el norte, los choques entre estos últimos y los salafistas, el considerable tráfico de armas, la influencia de al-Qaeda en aquellas partes del territorio donde la presencia de las autoridades es escasa o nula, y la reforma del servicio civil, de la justicia y de la administración local. Además, por la propia naturaleza de las revueltas y los abusos cometidos durante las tres décadas de Saleh en el poder, parece lógico que el proceso de reconciliación incluya el establecimiento de comisiones de la verdad y reparaciones a las víctimas de los agravios — algo que resulta dificilmente compatible con la inmunidad del ex presidente—. Otros temas presentes en la agenda del Diálogo Nacional son los relacionados con la salud, la escasez de agua, la economía y la pobreza (Martínez, 2013, p. 8).

A vigência da Conferência estendeu-se a 2014, contemplando um total de 535 assentos, a serem distribuídos entre representações diversas da sociedade iemenita. As disposições referentes a essa distribuição podem ser visualizadas por meio da Figura 12, que apresenta um detalhamento sobre os grupos ativos durante o período negocial e a quantidade de cadeiras e eles delegadas.

Figura 12 – Grupos participantes da Conferência Nacional do Diálogo

Table 1: Allocation of seats in the NDC

<i>Group</i>	<i>Seats</i>
<i>Political Parties (263)</i>	
GPC (former ruling party)	112
JMP (traditional opposition coalition)	137 (divided among 8 parties, with the Islah party having the majority of 50 seats, followed by the Socialists with 37 seats)
Al-Rashad party and Justice and Development party	14 (7 seats each)
<i>Movements (120 total)</i>	
Southern Movement	85
Ansar Allah (Houthis)	35
<i>Independents (120 total)</i>	
Women	40
Youth	40
Civil society	40
<i>President Hadi's list (62)</i>	62

Fonte: Alwazir, 2013

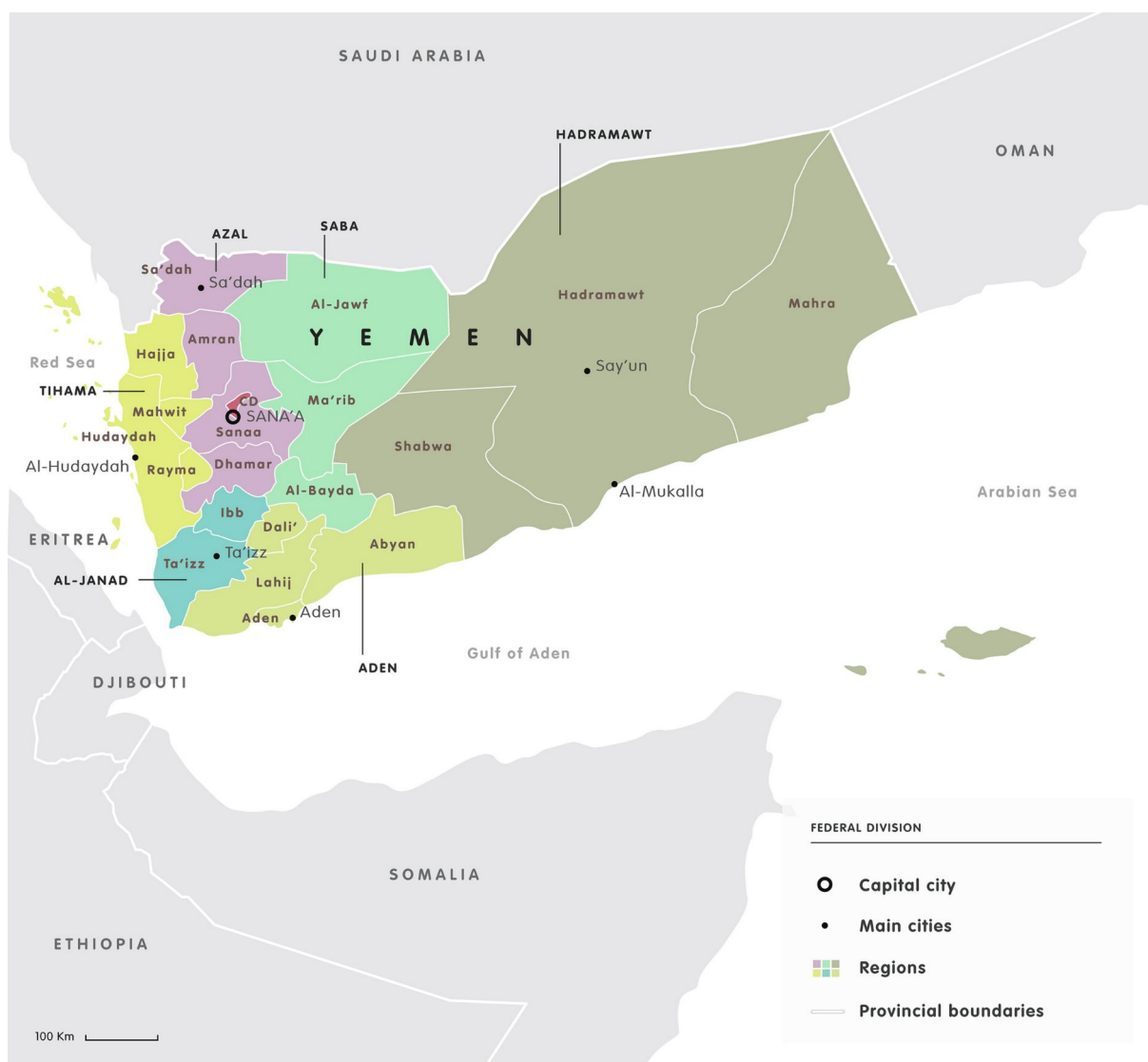
Em suas observações sobre a constituição da Conferência e seus possíveis impactos para o processo de diálogo, Martínez (2013) explora sua natureza fragmentária, sublinhando a predominância de representações vinculantes à elite detentora do poder. Paralelamente a essa elevada concentração, há registros, ao longo das deliberações, protestantes de insatisfação –

especialmente por parte dos atores conexos ao movimento juvenil –, quanto à marginalização e à cooptação, motivados pela percepção generalizada de que as forças tradicionais estavam a buscar por meios de capitalização da legitimidade dos movimentos civis (Alwazir, 2013).

Esse cenário auxilia a explicar a falibilidade da Conferência, notadamente para o que se refere à formulação de uma das principais propostas equacionadas por esse mecanismo, isto é, a implementação de um novo modelo administrativo para o Iêmen, baseado em ideias federalistas. Faz importante ressaltar que a inclusão dessa temática na agenda de diálogo ocorreu como uma tentativa de responder às demandas dos movimentos secessionistas.

No entanto, os Houthis se posicionaram como os principais opositores da proposta, justificando seu desacordo com base na configuração provincial, uma vez que a região à qual Sa'ada foi atribuída a ser elemento componente caracterizava-se pela carência de recursos e pelo seu desprovimento de acesso ao mar (Kronenfeld; Guzansky, 2014). A divisão projetada pela Conferência é ilustrada na Figura 13.

Figura 13 – Mapa das divisões territoriais propostas sob a ótica do sistema federalista



Fonte: European Council of Foreign Relations, 2015

A inflamação das desavenças concernentes ao espaço de diálogo alcançou seu ápice no último dia da Conferência, quando um membro da delegação Houthi foi assassinado. O episódio convergiu para que o grupo se retirasse das negociações, marcando o encerramento do processo conferencial (Paffenholz; Rosss, 2016). Em resposta, os Houthis deflagraram uma contrarrevolução que resultou na deposição de Hadi durante o ano de 2014, em um momento em que discutia-se a conclusão dos diálogos nacionais e a elaboração de uma nova Constituição (Fraihat; Yaseen, 2020). Com a tomada da capital, no mesmo ano, pelos Houthis, Hadi refugiou-se em Aden e, posteriormente, exilou-se na Arábia Saudita. Essas eventualidades demarcam o início da guerra civil iemenita, permeada por avanços e

retrocessos tanto na ocupação territorial quanto na formação e dissolução de alianças, conforme as condições estratégicas e conjunturais dos momentos de batalha.

5.2 O capítulo das bombas: a morte das flores iemenitas e o instaurar de uma guerra

O alvorecer de 2015 emergiu acompanhado pela máxima expressão das violências no Iêmen, emolduradas pela instauração de uma guerra civil que provaria-se duradoura. A fuga de Hadi para a Arábia Saudita traduziu-se no lançamento de um clamor por socorro internacional justificado por seu anseio em restaurar suas capacidades de exercício político. A resposta proveio de seu acolhedor sob a estruturação de uma coalizão⁸⁵ composta por países árabes que envolveriam-se diretamente nos *fronts* de batalha. A iniciativa obteve apoio das principais potências ocidentais, Estados Unidos e Reino Unido, por exemplo, promovendo a armação da frente externa de combate, a qual tornaria-se elemento central para o desenvolvimento da guerra.

Por sua vez, na instância doméstica, os Houthis se encontravam em vias de organizar a estrutura político-administrativa nacional, com vistas à criação de um governo sustentável, no qual sua legitimidade se projetaria nas extensões territoriais sob seu controle. A conquista da cidade portuária de Hodeidah⁸⁶ demarca um marco estratégico importante, em razão da conexão com o Mar Vermelho que esta proporciona, como demonstrado pela Figura 14. Cumpre acrescentar a caracterização dessa região como uma localidade tradicional no que concerne a passagem de navios petroleiros, configurando-a como uma das principais áreas de importação e exportação⁸⁷ iemenita. Ademais, ao longo dos anos, a cidade se consolidou como um polo comercial, industrial e militar, proporcionando, ao grupo que a controlasse, acesso às receitas alfandegárias e tarifárias, assim como, à importantes instalações das forças nacionais (Khan, 2018).

85 Guggenheim (2021) elenca que os principais objetivos da coalizão demonstraram-se pelo recuo e o desarmamento dos Houthis, em concomitância com o exercício de uma pressão que levasse ao seu alojamento em um governo de união. Por sua vez, Spohr (2015) expande essa seara, ao identificar a procura pela neutralização e combate do sectarismo.

86 Com o avançar do conflito, Hodeidah tornou-se a principal via de entrada para a ajuda humanitária enviada ao país, com destaque para os itens alimentares, medicamentos e suprimentos de emergência (United Nations Development Program, 2019).

87 Estima-se que cerca de 70% das importações iemenitas cheguem pelo porto de Hodeidah (United Nations Development Program, 2019).

Figura 14 – Mapa da localização estratégica de Hodeidah



Fonte: Khan, 2018

Ainda nesse contexto, convém destacar que essa é uma temporalidade em que a formação de uma aliança entre os Houthis e Saleh, em concomitância com seu partido, estava em operacionalização. Por este caminho, o que antes se apresentava como uma conjuntura de atores em conflito passou a ser objeto de uma cooperação marcada pela busca de funcionalidade, na qual a parte relacionada à elite governativa prestou sua principal contribuição à causa ao auxiliar na tomada de Sana'a. Com os primeiros bombardeios aéreos realizados pela Coalizão Saudita⁸⁸, em março de 2015, sob a normativa da Operação Tempestade Decisiva, a coligação encontrou respaldo para fortalecer-se sob a lógica do pragmatismo “[...] que foi estabelecido com base no princípio do ‘inimigo do meu inimigo é meu amigo’” (Karakir, 2018, p. 128, tradução nossa)⁸⁹. Portanto, conforme respaldado por Alley (2018), as forças regionais de intervenção estão no cerne do porquê a articulação entre esses atores apresentou durabilidade.

⁸⁸ Squeff e Patriota (2020) destacam que a entrada da Coalizão Saudita no conflito iniciou uma fase de guerra por procuração, tornando-se elemento central no desenvolvimento dos eventos domésticos no Iêmen, particularmente no que concerne à fragmentação do poder.

⁸⁹ **Texto original:** “[...] which was established on the principle of ‘enemy of my enemy is my friend’” (Karakir, 2018, p. 128).

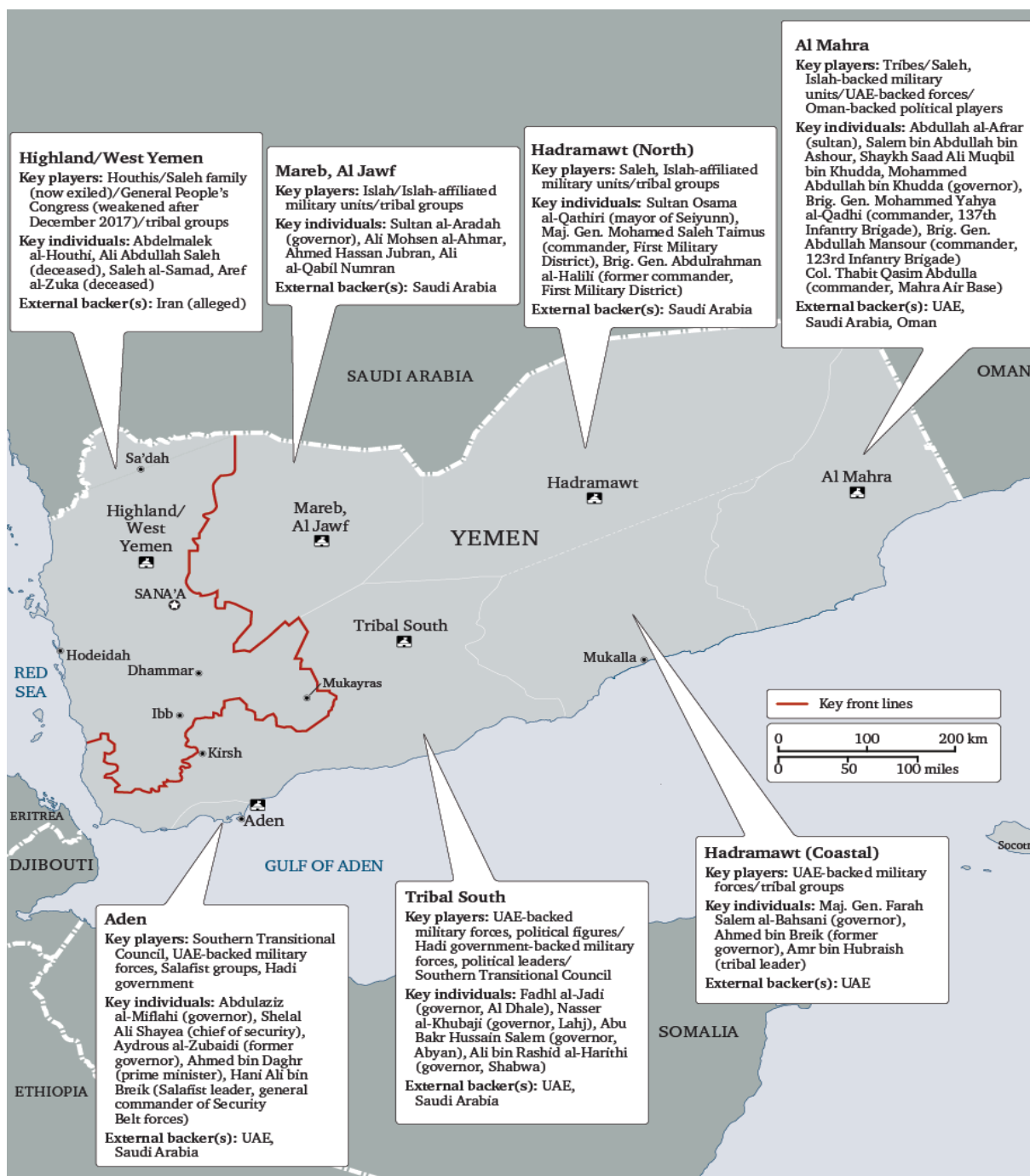
O estreitamento dessa parceria desenvolveu-se de modo a gerar significativos benefícios para ambas as partes. Para Saleh e o Congresso Geral do Povo isso se traduziu na construção de um novo aparato administrativo, ilustrado sob a ótica de um conselho de governança que os incluísse (Marra, 2019). Todavia, para os Houthis, a superioridade da conversão dos benefício deu-se em seu favor, com o grupo obtendo o controle de aproximadamente 60% das unidades militares nacionais e 68% dos arsenais bélicos (Kendall, 2017). Simultaneamente, a união contribuiu para o reforço de suas reivindicações de representatividade junto aos diversos espectros da sociedade iemenita.

A partir de 2017, contudo, a fragilidade constituía-se como estado predominante. Segundo Alley (2018), há três elos explicativos, distribuindo-se em: a) apresentação dos Houthis como força impeditiva dos anseios do CGP de reconstrução da fragilizada guarda nacional; b) disputas por postos de governança; e c) troca de acusações entre as partes cooperativas, em que os temas centrais permeavam a má utilização dos escassos recursos e a continuação das atividades de propagação da corrupção. Em consonância com isso, Salisbury (2017) acrescenta as clivagens existentes entre os atores no que concerne à dúbia governança exercida pelos Houthis na esfera conjunta, visto o grupo não ter extinguido o Comitê Revolucionário. No entanto, o estopim para a dissociação da aliança adveio com o assassinato de um dos principais assessores e aliados de Saleh, ocasionando à mudança de narrativa pelo ex-Presidente, optando pela adoção de um discurso de mediação para com os países árabes. A partir desse momento, Saleh revolta-se contra seus antigos aliados e roga pelo cessar das agressões, permitindo com que o país possa iniciar um novo capítulo em sua história (Marra, 2019). Os resultados que provieram disso apresentam-se pelo assassinato de Saleh sob articulação Houthi e pela perseguição de seus coligários.

A sucessão desses eventos contribuiu para tornar a guerra em um cenário multifacetado, com a expansão dos atores nacionais e internacionais. Conforme Squeff e Patriota (2020), os participantes moviam-se pelo terreno pautados por seus próprios interesses, intensificando, desta forma, a crise humanitária ao perpetuarem iniciativas hostis e de confronto que desrespeitam as limitações jurídicas impostas pelo Direito Internacional Humanitário.

Esse contexto de multiplicidade de atores e sobreposições de interesse foi acompanhado pela lógica das batalhas, em que as partes engajadas se enfrentavam, tornando o Iêmen em um território profundamente fragmentado. Para ilustrar a complexidade espacial da guerra civil, recorre-se a Figura 15 que fornece um panorama das divisões regionais, zonas de controle, lideranças-chave e seus apoiadores.

Figura 15 – Mapa das divisões territoriais sob o caráter faccional e seus aliados



Fonte: Salisbury, 2017

Ao realizar-se uma leitura do mapa apresentado, é possível evidenciar que a ausência de controle estatal ao longo das extensões geográficas das terras componentes do território do

Iêmen alimentou a cumplicidade faccional e militar, o que criou brechas para a ascensão de grupos jihadistas que aproveitaram-se da instabilidade inicial para o desenvolvimento de redes de crime organizado focalizadas na contrabando de armas e drogas (Kendall, 2018). Neste domínio, destacam-se a Al Qaeda para a Península Arábica (AQAP) e o Estado Islâmico (EI). Enquanto este mostrou-se incapaz de enraizar-se devido à sua falta de pragmatismo no que tangencia a manutenção dos laços tribais, adoção da lógica autoritarista e pelo emprego da brutalidade indiscriminada⁹⁰ (Kendall, 2020), a AQAP perseguiu uma linha política contrária.

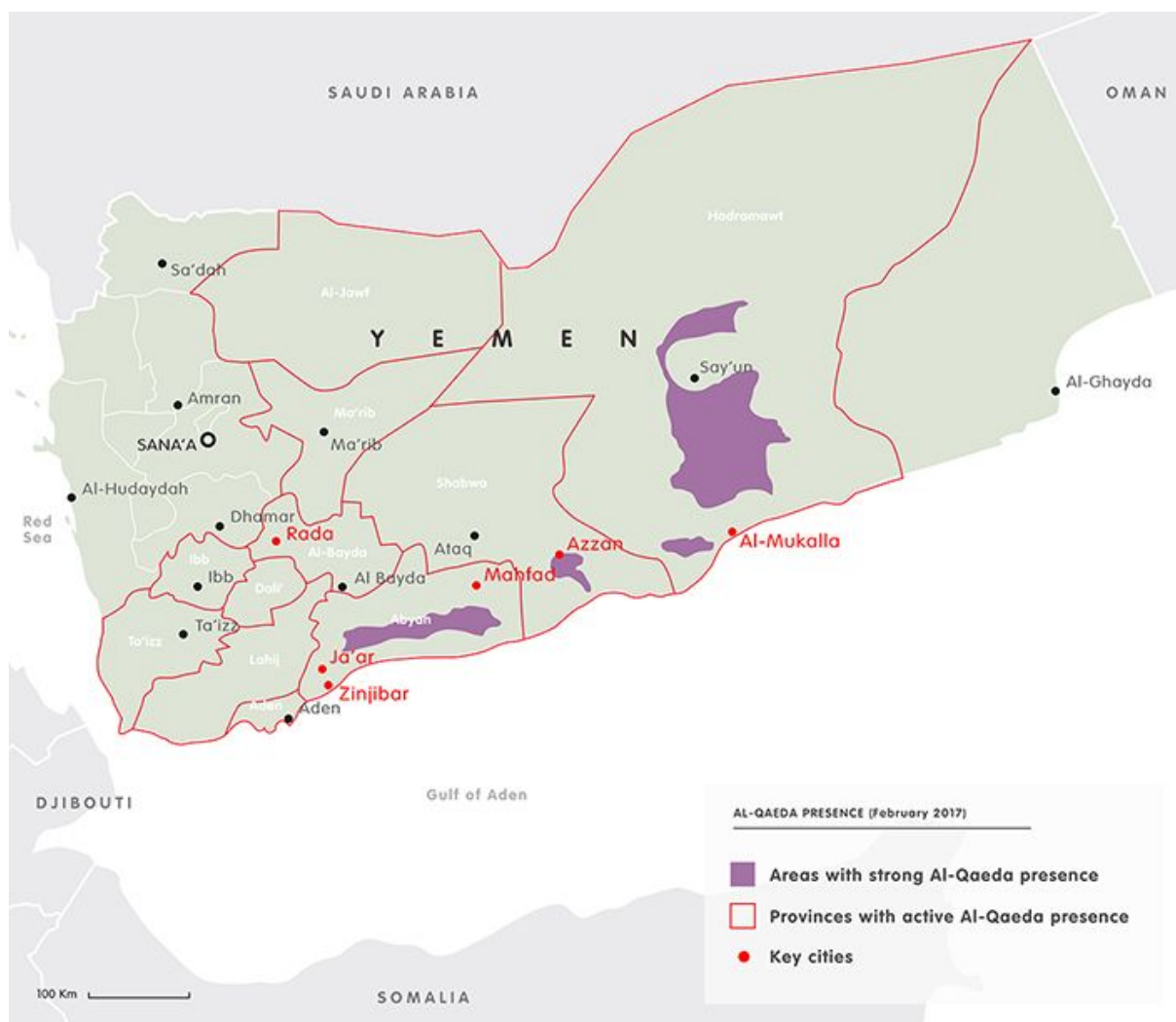
O grupo demonstrou sua capacidade de adaptação por meio do emprego de estratégias adaptativas à cultura e sociedade iemenitas. Após a conquista da região de Hadramawt, a AQAP passou a aplicar uma política de governança gradual (Kendall, 2018), exercendo, para isso, o papel do Estado no provimento dos serviços básicos à população e o controle dos pagamentos dos trabalhadores componentes dos principais serviços públicos (Siyech, 2016). Em razão deste reenquadramento, a Al Qaeda exerceu controle em porções territoriais estratégicas, como pode ser demonstrado pela Figura 16 por aproximadamente dois anos⁹¹, uma vez que em 2017 houve transformações de panorama “[...] por sinais de fragmentação interna em grupos jihadistas à medida que avaliam e, potencialmente, discutem suas prioridades e respostas à pressão crescente das ofensivas contraterrorismo” (Kendall, 2018, p. 27, tradução nossa)⁹² conduzidas no território.

90 Um exemplo de emprego da brutalidade extrema pelo Estado Islâmico foram os ataques suicidas promovidos em 20 de março de 2015 em uma mesquita em Sana’a, o qual resultou na morte de 150 civis e 300 feridos (Siyech, 2016).

91 Para Karakir (2018), a perpetuação da Al Qaeda no Iêmen não se dá pelas vias ideológicas, visto suas ideias não serem atrativas aos iemenitas, mas, sim, pela frustração populacional para com o regime.

92 **Texto original:** “[...] by signs of splintering inside jihadist groups as they assess and potentially argue over their priorities and responses to increasing pressure from counter-terrorism offensives” (Kendall, 2018, p. 27).

Figura 16 – Mapa dos territórios sob controle da Al Qaeda em 2015



Fonte: European Council on Foreign Relations, 2015

Um segundo conjunto de atores a receber destaque é o Movimento do Sul⁹³, constituído por uma multiplicidade de organizações, dentre as quais destaca-se o Conselho de Transição do Sul (CTS) por sua conexão direta com os Emirados Árabes Unidos e pela adoção do secessionismo como pauta primária de advocacia. A interconexão entre esses manifesta-se em um espectro no qual os Emirados utilizam-se do CTS como ferramenta para demarcar sua presença em solo iemenita, praticando, com isso, uma política regional própria, exterior aos limites da Coalizão Saudita.

Concentrado nas províncias sul iemenitas, os Emirados Árabes Unidos têm promovido ações de combate ao que compreendem por ser uma das principais ameaças presentes na região, o braço da Irmandade Muçulmana no Iêmen. Entretanto, para Guggenheim (2021) a

93 O grupo nasceu como um movimento social iniciado por oficiais aposentados que demandavam reformas políticas (Heibach, 2021).

expressão mais importante da política externa do país visa o controle dos portos iemenitas que possibilitam a expansão de suas margens de manobra no Golfo de Áden. Conforme o autor, “[...] essas bases estratégicas permitem que os EAU intervenham novamente no Iêmen a qualquer momento e complementam seus portos e bases militares já existentes na África” (Guggenheim, 2021, p. 3, tradução nossa)⁹⁴. Com o desenrolar da guerra, os Emirados obtiveram sucesso em suas conquistas – seja por domínio direto ou indireto –, sendo Hodeidah uma exceção à essa lógica. Nesse contexto, a concentração de esforços focalizados para a expansão territorial resultou em críticas pela exploração dos vácuos de poder com o intuito de promover a ocupação de áreas estratégicas (Clausen, 2018).

Em 2019 os Emirados viram-se em confronto com seus aliados de coalizão, quando as animosidades historicamente existentes entre iemenitas do norte e do sul ressurgiram, expressando-se por meio dos combates armados entre as tropas governamentais e seus aliados estacionados nas províncias sulistas com o Conselho de Transição do Sul. Após esses embates, a monarquia emirática mudou sua estratégia de uma abordagem militar para uma de construção pacífica (Yaghi, 2022), retirando suas tropas do terreno, que voltariam a marcar presença no Iêmen somente em 2022, enfraquecendo, por conseguinte, o poderio da Coalizão (Guggenheim, 2021).

No entanto, a demonstração de um potencial desestabilizador pela fúria dos confrontos conduziu à mediação saudita e à consequente assinatura do Acordo de Riad. O intervencionismo do reino deu-se em favor da finalização dos combates no interior da aliança contra os Houthis. Por meio disso, a Arábia Saudita visou o restabelecimento das boas relações com os Emirados e a integração das forças do CTS em um exército unificado, promovendo, em somatória, a perspectiva de um Estado federal (Radman, 2020). O acordo previa a implementação de um governo conjunto, no qual cargos importantes, como o do Ministro da Defesa e Ministro do Interior, ficariam sob encargo do Conselho de Transição (Heibach, 2021). Como forma de garantir a pacificação em um curto período de tempo, a concordata em questão projetou que os exércitos das partes, presentes nos territórios afetados pelas batalhas, fossem substituídos por forças de segurança comandadas pelas autoridades locais (Riyadh Agreement, 2019). Todavia, o acordo não obteve o sucesso ambicionado, uma vez que não anulou os objetivos separatistas do CTS que continuou a defender sua agenda (Heibach, 2021), evidenciando-se como uma tentativa frustrada de estabilização.

⁹⁴ **Texto original:** “These strategic bases enable the UAE to intervene in Yemen again at any time and complement its existing ports and military bases in Africa” (Guggenheim, 2021, p. 3).

Apesar das tentativas de reconfiguração da cena institucional, como as promovidas pelo Acordo de Riad e pelo Acordo de Estocolmo, o Iêmen demonstrou-se por existir em um sistema e cronologia únicos, em que o destino dos esforços para a pacificação era sua eventual falência. A consequência proveniente após cada tentativa? O aprofundamento do conflito, o que permite a retomada da narrativa deste subcapítulo para a ótica das ações promovidas pela Coalizão Saudita após o assassinato de Saleh, a fim de pontuar o caráter transitório do *modus operandi* da mesma. Portanto, nota-se que essa ocorrência demarcou o recrudescimento do nível de violência empregado no campo militar pelo interventor externo, mediante à intensificação dos bombardeios e à imposição de bloqueios navais, marítimos e terrestres, influenciando, desse modo, a capacidade dos Houthis em reformar e potencializar a administração estatal (Clausen, 2018). Sobre a ação primeira, é imperativo apontar que

A tática até então adotada, de bombardeios de alvos supostamente houthis no norte do Iêmen, vem causando intensa destruição de infraestrutura em um país cuja pobreza é apontada como uma das principais causas do conflito, por gerar intensa disputa por recursos (Spohr, 2015, p. 23).

O estrangulamento causado por esse cerco propiciou o ganho de novos contornos ao conflito, deflagrando uma guerra econômica, na qual os escassos recursos eram utilizados como alimento para o esforço de guerra (Salisbury, 2018). Isso gerou uma necessidade cumulativa, acelerando a corrida expansionista pela posse de novas localidades, a qual ocorreu múltiplas frentes de combate. Exemplo disso, é a ofensiva dos Houthis à Marib durante o ano de 2020, após tomar os distritos e aldeias em seu entorno, com o emprego de mísseis balísticos (Sana'a Center for Strategic Studies, 2020). Com vistas à proporcionar uma visualização acerca da fragmentação territorial ao longo de 2020, apresenta-se a Figura 17 sintetizando os principais eixos de controle.

Figura 17 – Mapa das divisões territoriais sob os auspícios da guerra em 2020



Fonte: Sana'a Center for Strategic Studies, 2020

O ano de 2020 também marca o início da pandemia de Covid-19 que atingiu o Sistema Internacional. Todavia, o perigo representado pela doença não impediu a continuação dos conflitos⁹⁵, indicando “[...] que a pandemia, apesar de todas as suas consequências negativas, não representou um ponto de inflexão em direção à paz” (Ali, 2020, p. 1, tradução nossa)⁹⁶. Demonstração disso é a declaração de cessar-fogo unilateral anunciada pela Arábia Saudita e seus aliados, em resposta ao chamado do Secretário-Geral das Nações Unidas pelo combate à Covid, então ignorado pelos Houthis, que perpetuaram ataques com mísseis e drones à domesticidade infraestrutural dos territórios do Reino Saudita e dos Emirados Árabes Unidos (Ali, 2020; Al Jazeera, 2020).

Encerrando-se a linha temporal delimitada nos auspícios iniciais de construção dessa pesquisa no que concerne a análise da guerra civil no Iêmen, destaca-se a renúncia de Hadi em abril de 2022. Ao abdicar de sua posição, o então Presidente transferiu seus poderes a um

⁹⁵ A somatória da guerra com a vigência da pandemia tornou a aquisição de alimento e bens de consumo em uma atividade excruciante para os iemenitas (Hashim *et al*, 2021).

⁹⁶ **Texto original:** “[...] that the pandemic, despite all of its negative consequences, did not represent a turning point towards peace” (Ali, 2020, p. 1).

Conselho de Liderança Presidencial (CLP) que, conforme a ótica dos atores regionais, correspondia à finalidade de representar um espectro mais amplo da sociedade iemenita ao abranger um maior contingente de facções envolvidas na resistência ao avanço dos Houthis (Center for Preventive Action, s.d.). A criação desse órgão “[...] fez parte da estratégia mais ampla da Arábia Saudita para unificar as forças anti-Houthi e facilitar uma solução política que assegure a estabilidade e a segurança regional” (Mahli, 2024, p. 8, tradução nossa)⁹⁷, buscando, em concomitância, reversão dos reveses sofridos pelas forças governamentais iemenitas entre 2019 e 2021 (Abaad Studies & Research Center, 2022). Nesse contexto, os principais objetivos do Conselho elencam-se como:

- Um dos principais objetivos do Conselho de Liderança Presidencial (CLP) é estabelecer um ambiente político estável e funcional no Iêmen. Ao consolidar uma liderança e promover a cooperação entre várias facções, o Conselho visa criar um governo que possa governar e implementar políticas de forma eficaz.
- O Conselho pretende representar todas as regiões iemenitas, com cada membro alinhado a áreas específicas, garantindo uma ampla representação em todo país.
- O Conselho busca consolidar os esforços contra o controle Houthi e restaurar a paz em todo o Iêmen. Muitos membros do Conselho possuem vasta experiência militar e se envolveram diretamente em combate contra as forças Houthi, indicando uma prontidão para lidar com a insurgência tanto através do diálogo quanto de ação militar, se necessário. Ao incorporar todas as facções políticas e militares, o CLP visa fortalecer sua legitimidade sob um Iêmen unificado.
- No entanto, o CLP está priorizando as negociações de paz. Ele declara seu compromisso em buscar negociações para uma paz duradoura, contingente à disposição dos Houthis em se engajar. Assim, os membros concordam que as agendas políticas serão temporariamente postas de lado até que a autoridade do governo seja totalmente restaurada. (Mahli, 2024, p. 10, tradução nossa)⁹⁸.

Todavia, questiona-se se a eficácia do exercício político do Conselho, sobretudo pelo fato de que, conforme destacado por Ali-Khan (2023), sua estrutura excluiu o principal ator

⁹⁷ **Texto original:** “[...] was part of Saudi Arabia’s broader strategy to unify anti-houthi forces and facilitate a political solution that ensures regional stability and security” (Mahli, 2024, p. 8).

⁹⁸ **Texto original:** “One of the foremost goals of the PLC is to establish a stable and functional political environment in Yemen. By consolidating leadership and fostering cooperation among various factions, the Council aims to create a government that can effectively govern and implement policies. The council is intended to represent all Yemeni regions, with each member aligned with specific areas, ensuring broad representation across the country. The council seeks to consolidate efforts against Houthi control and restore peace across Yemen. Many council members possess extensive military backgrounds and have directly engaged in combat against Houthi forces, indicating a readiness to address the insurgency through both dialogue and military action if necessary. By incorporating all political and military factions, the PLC aims to strengthen its legitimacy under a unified Yemen. Nevertheless, the PLC is prioritizing peace talks. It states its commitment to pursuing negotiations for lasting peace, contingent on the Houthis’ willingness to engage. Thereby, the members agree that Political agendas will be set aside temporarily until the government’s authority is fully restored.” (Mahli, 2024, p. 10).

insurgente, os Houthis, então em exercício de um governo próprio na capital. Adicionalmente, al-Deen (2023), ao analisar a engenharia institucional do projeto, argumenta que este já nasceu suscetível ao fracasso, uma vez que seu mecanismo de funcionamento efetivo contraria os discursos de representatividade promovido pela Arábia Saudita e pelos Emirados Árabes Unidos. Na prática, contudo, o órgão não os resolve, visto suas lideranças representarem, majoritariamente, os interesses das principais potências regionais componentes da Coalizão Saudita (al-Deen, 2023).

Portanto, encerra-se esta seção em mais um momento de desesperança quanto à implementação de mudanças sustentáveis no que diz respeito à estabilização do país. Propõe-se, neste ponto, uma reflexão sobre a efetividade do Conselho de Liderança Presidencial, de suas políticas e de sua atuação no teatro de guerra, visto que a realização de uma análise minuciosa escapa ao escopo desta pesquisa, dada a limitação temporal previamente mencionada.

6. ANÁLISE DO CASO IEMENITA A PARTIR DAS TEORIAS DE JOHAN GALTUNG

A compreensão do conflito iemenita exige uma abordagem que ultrapasse a descrição dos enfrentamentos armados e adentre as estruturas profundas condicionantes da produção e reprodução da violência. À luz dos pressupostos fundamentais expressos na teoria de Galtung, a violência manifesta no Iêmen deve ser compreendida como a expressão de uma discrepância sistematicamente produzida entre o potencial humano de realização e a realidade imposta por contextos históricos, políticos e institucionais marcados por privações evitáveis. Desta forma, constata-se que, sim, a violência, em todas as suas formas, está presente no Iêmen, sendo implementada, em sua seara estrutural e cultural, a partir do eixo de verticalidade dos Impérios Otomano e Britânico. Conforme postulado, Galtung (1969) compreende que o elemento tratado ao longo dessa pesquisa ocorre quando a capacidade de desenvolvimento somático e mental dos seres humanos é artificialmente reduzida. Essa redução pode acontecer em decorrência de decisões, estruturas, influências ou dinâmicas de poder que impeçam a concretização das necessidades humanas básicas. Nesse sentido, a violência não é apenas o ato visível, mas a queda deliberada entre o possível e o real.

Para o caso em questão, onde a guerra contemporânea é simultaneamente um processo e um sintoma, em que destacam-se a fratura das estruturas, as desigualdades regionais, a segmentação identitária, os padrões de dominação e interferências, formando um conjunto de mecanismos que operam como influenciadores, influências e modos de influenciar. Ou seja, uma cadeia que molda comportamentos, restringe capacidades e naturaliza as hierarquias. Assim como no corpo teórico galtunguiano afirmante de que a violência não reside apenas na ação direta, mas também na conjuntura do que impede o florescimento humano, o Iêmen apresenta um campo de forças para qual os potenciais coletivos de vida e dignidade são continuamente bloqueados. Nesse cenário, o sujeito, o objeto e a ação, assumem configurações múltiplas, sendo, por vezes, irrastráveis a um único indivíduo.

Este é um cenário em que a fome é evitável, assim como seria o colapso das instituições, a impossibilidade de acesso a serviços básicos, a interrupção das redes de cuidado e a marginalização sistemática de grupos e comunidades. Essas expressões demonstram que a guerra não é apenas um evento, mas a consequência de um sistema que comprime o potencial de vida da sociedade iemenita em um ciclo de construção de uma paz pautada pela negatividade e por curtos espaços de tempo.

Dessa forma, o presente capítulo mobiliza os aparatos galtunguianos da paz e da violência, partindo do conhecimento de que a violência já está dada no Iêmen e de que a paz a imperar ao longo da história desse povo é vigente em seu curto período de tempo e incapaz de transformar as raízes dos problemas acumulados historicamente. Assim, dedicar-se-á atenção específica à análise dessas dinâmicas, examinando como elas foram articuladas no contexto iemenita e como moldaram o cenário da conflituosidade contemporânea, sendo a presença dessas violências e seus fluxos na seara da triangularidade apresentada em Galtung (1969) responsáveis pela guerra. Trata-se, portanto, de compreender a mesma como uma expressão terminal de um tecido estrutural de desigualdades e privações que foi legitimado por aspectos culturais, sejam locais ou externos, de modo a definir o cerne das proposições teóricas escolhidas.

6.1 A influência das violências sócio-estatais na manutenção de cenário de caos

A análise a ser empregue neste subcapítulo condiz, em seu âmago, com a associação da conceitualidade de violência teorizada por Johan Galtung aos principais eventos concernentes à construção das instituições iemenitas, então responsáveis pela condução da vida sócio-política. Desta maneira, termos como violência direta, estrutural e cultural guiarão a narrativa em sua expressão analítica em abrangência à temporalidade exposta ao longo dos capítulos 3 e 4, destinados ao abrigo da história tangente à construção do Estado Moderno e seus principais desdobramentos. O objetivo desta seção está direcionado à demonstração de como a violência é um fenômeno de acumulação silenciosa nos interstícios da sociedade, conglomerando déficits em um processo de repetição padronizado, de forma que os eventos demonstrativos a essa referentes desenvolveram-se ciclicamente. Concomitantemente, sob o direcionamento proporcionado pelo marco teórico empregado no que refere-se à interconexão entre paz e violência, visa-se demonstrar a existência de estados de paz negativa de curta durabilidade, com sua antítese configurando-se em elemento desconhecido ao Iêmen.

Portanto, o emprego do instrumental perscrutador inicia-se com a guisa referente à presença do colonialismo, sob direção dos Impérios Britânico e Otomano. Ao demarcarem sua presença no território, essas forças revelaram-se como responsáveis pela criação de um tecido estrutural que, para além de existir, movimentou-se sob a ótica da retroalimentação, inflamando, por meio disso, a triangularidade dos aparatos direto e cultural. Isto é, as políticas empregues pelos colonizadores, caracterizadas pela agressividade, pela imposição e, sobretudo, pela violência dos movimentos de ação e reação perante a população local, destoam-se pela geração de consequialidades em núcleo criador de justificativas para o uso da

força. Apesar da diligência existente nos sistemas de dominação impostos, em sentido geral, o mundo colonial iemenita foi concebido como um arranjo que, em sua relatividade, articulou-se perante a obediência das decisões promulgadas pela metrópole, “então detentora de uma sabedoria carente aos nativos”.

Essa concepção, em seus momentos primários, decorreu sob o pano de fundo da subordinação, em que a ótica da superioridade identitária foi associada a um cerne discursivo de cunho nacionalista e civilizacional, de maneira a formatar uma plataforma de dominação simbólica, necessária para a consagração das investidas militares. Para isso, os centros dominadores converteram, inicialmente, dois elementos mencionados por Galtung (1990) como constituintes da estratosfera da violência cultural, a ideologia e a linguagem, em ferramentas de convalidação de sua superioridade moral, política, administrativa e, no que diz respeito à elite otomana, religiosa. Alocando o ser dominado, *i.e.* a população local iemenita, sob o prisma da selvageria (Kühn, 2007) e de raças guerreiras e criminais (Willis, 2009), dialogou-se com o entendimento de Weigel (2015) acerca da servidão das dinâmicas sociais como alimento para a violência cultural, destacando-se, portanto a narrativa do “fardo do homem branco” e a sensação de insegurança permeante nos círculos de Istambul, consequência do cenário internacional ao qual o Império Otomano estava inserido.

No que respeita a este, as metamorfoses mentais sofridas no seio de uma elite sob ameaça das potências européias (Deringil, 2003), promoveram um distanciamento de moralidades entre os residentes da porção central do Império para com as populações provincianas e periféricas. Seu expansionismo entre os sectores sociais, com destaque para as camadas envolvidas com as atividades do maquinário governamental, logrou espaço entre os altos escalões do exército, traduzindo-se em uma espécie de credo. Deringil (2003), ao analisar as atitudes de Osman Nuri Paşa no Iêmen, demonstra o pensamento vigente entre os generais e comandantes:

A melhor ênfase de Paşa está em “**trazer gradualmente o nômade para o seio da civilização**”. Esse deveria ser o foco principal das políticas educacionais. As escolas locais deveriam treinar jovens otomanos que, então, implementariam as leis e regulamentos otomanos. Seria importante, no entanto, não assustar os principais sheikhs e outras figuras de destaque, que seriam levados, através de uma elevação gradual, a “destruir **seus costumes selvagens** com suas próprias mãos” (Deringil, 2003, p. 329, tradução nossa, grifo nosso)⁹⁹.

⁹⁹ **Texto original:** The Paşa’s greatest emphasis is on “gradually bringing the nomad into the fold of civilization.” This was to be the major focus of educational policies. Local schools should train Ottoman Arab youths who would then implement Ottoman laws and regulations. It was also important, however, not to frighten the leading sheikhs and other notables, who would be brought, through gradual uplifting, to “destroy their savage customs with their own hands.” (Deringil, 2003, p. 329).

Esse cenário de sobressalências e inferioridades conferiu legitimidade ao uso da violência direta, em sua expressividade referente à agressão física, de modo a apresentar-se, para as terras iemenitas postas sob o jugo otomano, como ferramenta de conquista e salvação para um sistema lesado pela marca da decadência. Por sua vez, apesar do processo de subjugação promovido pela Coroa Britânica na porção sul do território ter-se efetuado com auxílio do belicismo, o destaque concernente à primazia dos métodos coercitivos de cunho psicológico destinados a semear o medo, apresenta-se como necessário, visto o predomínio dessas táticas. Assim, usufruía-se da intimidação sob o propósito de amansar as lideranças tribais ao materializar os custos advindos da resistência.¹⁰⁰

Portanto, denota-se que o emprego da violência direta condiz com a intenção dos atores externos à causa de danos somáticos em prol da supremacia de seus interesses e necessidades em detrimento das comunidades locais e tradicionais. Em sua distinção sobre as subdivisões apresentadas a respeito desse elemento violento, Galtung (1969) promove uma explicação cognitiva, por meio da qual observa-se, no que respeita ao prisma físico, a intenção de machucar os seres humanos em suas delimitações corpóreas; enquanto a esfera psicológica condiciona a intencionalidade de fomento ao sofrimento mental e emocional. Apesar das campanhas de conquista colonial, responsáveis pela introdução de maquinário violento triádico no Iêmen ter restringido-se ao ceifamento de vidas e ao estímulo do estresse psíquico mediante o proferimento de ameaças, essas operações evoluíram de modo a conduzir ao decréscimo das potencialidades mentais e de movimentação dos iemenitas, como será exposto.

A presença estrangeira no Iêmen dedicou-se à construção de uma estrutura promotora de desigualdades transponente de desequilíbrios às dinâmicas sociais domésticas, suscitando, responsabilmente, a reação por parte dos agentes locais. A lógica da divergência no que respeita sua expressividade alinha-se com o cerne da violência direta como espelho para o dinamismo e flutuações desse ambiente particular, tendo em vista que sua manifestação também pode ser decorrente de uma combatividade à comportamentos violentos de ordem igualitária (Amaral, 2015). Assim, as estruturas impressas no norte e sul coloniais revelam-se responsáveis por seu diferencial temporal de expressividade. Conforme expresso por Galtung (1969), e destacado no capítulo teórico da presente pesquisa, a violência estrutural é demarcante de um esqueleto, neste caso, o institucional, que, através da criação de injustiças

100 O episódio tangente à conquista de Áden pelos britânicos também apresenta seu secto psicológico, uma vez que a disposição de escunas, barcos e saveiros com canhões; batalhões de artilharia e soldados coloniais serviram aos fins de demonstração de sua superioridade em comparação com os cerca de 1.000 homens dispostos para a defesa da cidade (Bijl, 2014).

sociais impede a satisfação das necessidades humanas (Lopes, 2013; Duran, 2021; Amaral, 2015), ao mesmo tempo, em que opera em benefício da integração e normalização do estado de violência no seio da sociedade e da vida comunitária.

Assim, embora a construção das estruturas institucionais iemenitas terem servido à geração de lucros para as elites dominantes, os sistemas reguladores da cena doméstica também atuaram para o enrobustecimento desse cenário. Ressalta-se, portanto, que diferentemente dos otomanos que optaram pela implementação de uma conjuntura de domesticação do ser nativo, a governança britânica subordinou o Iêmen a uma lógica de funcionalidade.

A população local residente da porção norte foi introduzida à um quadro integracionista, com fins de uniformizar a governança das províncias, vinculando-as, em razão disso, ao ordenamento central em Istambul (Farah, 2002). Assim, a exportação das políticas previstas na Tanzimat, com destaque para a introdução à novos aparelhos burocráticos, fiscais e jurídicos, traduziu a verticalidade relacional entre a elite governante para com seus súditos. Edifica-se, portanto, a lógica das dinâmicas domésticas à seara da manutenção da ordem pública (Altowaitee; Nyadera; Onder, 2019).

No entanto, o arcabouço institucional promovido pelas forças coloniais ergueu-se como um corpo estranho frente à organicidade do arranjo sócio-tribal, o que acabou por colocar duas estruturas divergentes em colisão. A fragmentação do espaçamento territorial em distritos e subdistritos substituiu a fluidez dos arranjos territoriais tribais por um ordenamento burocrático de fronteiras rígidas, reiterando os tensionamentos inicialmente provocados. Ademais, essa reorganização culminou na separação dos grupos tribais em populações civilizadas e não civilizadas (Kühn, 2007), germinando uma ambientação fértil para a aplicação do que Kuehn (2011) nomeou de “políticas da diferença”. Essas medidas, por conseguinte, tornaram-se ferramentas essenciais para a subversão das lideranças tribais e para a aplicação das táticas de dividir e conquistar, empregadas com o propósito de exilar Sheiks contrários à presença otomana no território e recompensar líderes parceiros (Akgül, 2014).

Com isso, organizou-se um sistema de privilégios, segundo o qual a distribuição de benefícios sucedeu de maneira díspar e limitada a determinadas categorias sociais, com destaque para os líderes locais cooptados que foram contemplados com postos na administração provincial (Akgül, 2014). Essa lógica exclusionária, por conseguinte, alinhou-se com a conversão da população aos encargos da sustentação financeira da presença otomana no Iêmen, tornando-os responsáveis pela escora do peso fiscal, advinda da exigência do pagamento de taxas e impostos exorbitantes que, quando não concretizado, suscitava no

emprego da força em conformidade com práticas de extorsão (Farah, 2002). As variantes da imposição desse estado de constrangimentos aos iemenitas pode ser lida conforme a seguinte interpretação:

A assimetria de poder pode, de fato, gerar um tipo de brutalidade silenciosa. Sabemos, é claro, que o poder corrompe e o poder absoluto corrompe absolutamente. Mas as desigualdades de poder, em geral, impedem o compartilhamento de várias oportunidades. Elas podem devastar as vidas daqueles que estão muito distantes das alavancas de controle. Até mesmo suas próprias vidas são dominadas por decisões tomadas por outros (Sen, 2004, p. 26, tradução nossa)¹⁰¹.

Com o alargamento do emprego do terror, observa-se sua transponibilidade para um caráter de controle populacional, a fim de alinhar as decisões inerentes dos nativos iemenitas para com o benefício da metrópole imperial. Com isso, suscitou-se a crescente nos movimentos de resistência, aderentes da luta armada, em conformidade com as afirmativas supramencionadas. Neste caso, elenca-se como um sintoma da agressividade existente na vivência cotidiana, na estrutura e no discurso. A aderência à ações punitivas e a instauração de um estado de vigilância (Akgül, 2014), inibidoras da capacidade de mobilidade dos iemenitas, inaugura a psicologização do estado mental dos indivíduos locais, visando sua paralisia política.

Assim, sob a lente do que se é visível, denota-se a destruição de vilarejos e colheitas, o uso da repressão policial e de seus respectivos consequentes, como prisões arbitrárias e adesão às práticas de tortura. Por sua vez, em uma ótica psicológica, delineou-se a culpabilização das vítimas pela efetivação das campanhas militares (Wilhite, 1968). Quanto à essa, Galtung (1990) a elenca sob a esfera da violência cultural, o que reforça a ideia de interatividade constante dos fluxos violentos na triangularidade. Ainda sobre o último elemento mencionado, Wilhite (1968) em seus estudos dos vastos documentos produzidos por autoridades, quer militares, quer governamentais, do Império Otomano, constatou a prática em uma carta de Ahmed Muhtar Paşa à Hasan ibn Ismā‘īl, liderança tribal na cidade de Attāra, como exposto pelo seguinte trecho:

Até agora, o bombardeio da artilharia não tem sido particularmente severo, e a razão para isso tem sido poupar os infelizes desgraçados dentro da cidadela... mas se vocês permanecerem teimosos e persistirem em sua rebelião, **Deus os responsabilizará** pelo sangue desses indefesos [...] (Ahmed Muhtar Paşa *apud* Wilhite, 1968, p. 97, tradução nossa, grifo nosso)¹⁰².

101 **Texto original:** “The asymmetry of power can indeed generate a kind of quiet brutality. We know, of course, that power corrupts and absolute power corrupts absolutely. But inequalities of power in general prevent the sharing of various opportunities. They can devastate the lives of those who are far removed from the levers of control. Even their own lives are dominated by decisions taken by others” (Sen, 2004, p. 26).

102 **Texto original:** “Up to now the artillery bombardment has not been particularly severe, and the reason for this has been to spare the unfortunate wretches within the citadel ... but if you remain stubborn and persist in your rebellion God will hold you accountable for the blood of these helpless ones [...]” (Ahmed Muhtar Paşa

Contudo, a manifestação da resistência não pode ser dissociada da imposição de deficiências mais amplas. Apesar dos preceitos desenvolvimentistas contidos na conjuntura da Tanzimat, o Iêmen permaneceu em um estado de subdesenvolvimento crônico. Os documentos produzidos por Rüşdi Paşa, providos por Wilhite (1968) em seu estudo, denotam a incapacidade otomana de prover meios de mobilidade, como ferrovias, para o transporte de bens, serviços e pessoas para o interior, em aliança com a limitação de investimentos financeiros no território. Esse cenário evidencia a preferência imperial pela espoliação tributária, representando uma face silenciosa, mas letal, da corrupção que corroeu a governança provincial sob a égide da extorsão à população local (Farah, 2002).

Em um segundo desdobramento, Sert (2022) e Ahmad e Mustaqim (2020) destacam a fome endêmica que assolou a região, fomentada tanto pela conflituosidade entre a resistência e o Império, quanto pelo incentivo otomano a guerras intertribais. Dessa forma, consolida-se um complexo opressivo, conforme o qual há a negação do direito à subsistência e a penetração disruptiva nas relações domésticas. Diante desse quadro, a resistência emerge como uma luta orgânica pela autonomia política e, fundamentalmente, pela sobrevivência física, destacando a inevitabilidade de seu corolário.

Com isso, inaugura-se uma segunda fase da história otomana no Iêmen, na qual há a geração de um prolongado ciclo de disputas pela primazia do poder, alimentado pela interconexão das violências. Como demonstrado pelos quocientes derivados das fontes analisadas, a sociedade iemenita foi submetida a um estado de tensão latente, do qual originou-se profunda competitividade entre o projeto local, arraigado nas tradições tribais e zaiditas, e o modernizante implementado pelo Império.

Em virtude desse embate e do exercício de sua liderança pela expulsão dos otomanos, os Zaiditas testemunharam a instrumentalização de sua imagem pelos mecanismos da violência cultural promovida pela elite dominante, que os erigiu ao status de inimigo público provincial. Como demonstra Kołodziejczyk (2011), esta construção desumanizante não era uma tática nova, uma vez que fontes datadas do século XVI retratam essa camada social como “inimigos da religião”, “hereges” e “insetos”. Esse movimento de internalização dos sentimentos de inferioridade via estigmatização religiosa apresenta-se como referente ao que Springs (2015) conceituou como uma tentativa de “implementar o opressor dentro do oprimido”, ou seja, por meio disso Istambul utiliza-se do dispositivo penetração psicológica para minar a autodeterminação Zaidita a partir de uma esfera de interioridade coletiva e individual.

apud Wilhite, 1968, p. 97).

A exigência pela submissão a um poder distante e incongruente com o entendimento Zaidita sobre o que compreende um líder desdobrou-se de maneira segregacionista, materializando-se de forma contundente na marginalização da comunidade e na imposição de uma “morte cívica”. Isto ocorreu porque a estrutura da Tanzimat privou-os do exercício político de suas lideranças, limitando-os ao desempenho de atividades subalternas. Por meio dessa, foram impedidos de coletar os impostos, como o Zakat, e de aplicar suas próprias leis de justiça, destituindo-os, portanto, de funções concernentes com a regulamentação da vida comunitária (Yaccob, 2012). Essas medidas representam a retirada de seu poder decisório, o que, conforme explicado por Springs (2015) e Galtung (1990), promove a redução do bem-estar emocional.

Consequentemente, as ações otomanas passaram a ser compreendidas como corruptas e injustas, percepções que forneceram bases para o conclave das rebeliões contra o invasor, justificadas pela promoção de sua teologia sobre o combate a governos opressivos (Scott; Almahatwary, 2025). Nessa lógica, ao assumirem as frentes de resistência, os Zaiditas foram rotulados de “rebeldes que agiam em contrariedade às leis do Profeta” (Yaccob, 2012), em uma conjuntura de perseguição imperial sistemática, na qual objetivou-se a subjugação dessa comunidade ao composto reinante.

É precisamente nesta nova etapa do emprego da violência cultural que destaca-se sua coordenação como ferramenta de distorção e adição de justificativas. Como salienta Springs (2015), suas lentes iluminam práticas, percepções e convicções utilizadas para camuflar a erroneidade da violência, fazendo com que ela seja compreendida como elemento necessário à ordem. O projeto de violência cultural otomana destinou-se, portanto, à alienação local em sua dupla ordem, visando as bases identitárias dos grupos locais, como a fé e a terra, e a sua capacidade de autogovernar-se.

Todavia, as tentativas de invertebração política dos iemenitas fracassaram, uma vez que Istambul demonstrou ser incapaz de suprimir as resistências locais. No mosaico final, o Império viu-se obrigado a assinar o acordo de Da’an, o que propiciou as bases para o restabelecimento do solene poderio do Imamato, então maximizado na figura de Yahya. Esse contexto expôs as fragilidades do centro governante e o malogro do projeto de dominação geográfico, mental e espiritual dos iemenitas.

De modo análogo, mas fortemente sustentadas por seus contornos e particularidades próprias, as engenhosidades aplicadas pelos britânicos no sul geraram divergências estruturais profundas. Isto porque a discrepância institucional dentre os conglomerados territoriais apresentava-se como fortemente acentuada. Ao analisar separadamente os conjuntos

territoriais, a divergência que os separa torna-se particularmente evidente, sublinhando a heterogeneidade da construção colonial que, durante a vigência da república socialista, traduziria os vácuos estruturais da presença britânica na região. Nesse contexto, a colônia de Áden apresentava-se fortemente dotada de aparatos institucionais funcionais, com a capacidade para a realização de pleitos eleitorais municipais e a existência de uma Assembléia Legislativa (Smitson, 2010), em destaque. Em contraste, ambos os Protetorados eram intencionalmente arraigados na cimentação do subdesenvolvimento administrativo. A dissonância entre esses foi desenhada de maneira a utilizar-se de arquiteturas governamentais previamente existentes no projeto de reengenharia, limitando o Protetorado Ocidental à reger em prol da garantia da lei e da ordem, e o Oriental à gerir questões rotineiras de matéria política e econômica (Smitson, 2010).¹⁰³

Essa composição pode ser analisada sob a luz do que Galtung (1990) identificou como mecanismos de reforço da estrutura, os quais são a penetração, a segmentação, a marginalização e a fragmentação. Inicialmente, destaca-se os dois últimos mencionados. Por meio desses, os agentes periféricos são excluídos do centro, neste caso Áden, e afastados uns dos outros, o que, para além da criação de desarmonia entre as partes, previne o alinhamento de interesses do ser explorado na periferia com os do ser explorado no centro, influenciando na capacidade de organização contra a repressão e a exploração (Galtung, 1990). Nesse paradigma, destaca-se que as divisões territoriais empurraram os iemenitas para as margens da sociedade, de modo a restringir sua presença, generalizadamente, na vida social e política.

Adicionalmente, a compreensão de que para a Coroa Inglesa não cabia o “luxo” de relaxar para com as responsabilidades assumidas para com Áden germinou a necessidade de controle sobre os ocorridos no interior (Mawby, 2008). Isso precipitou a aplicação das “Políticas de Avanço”, que circunscreveu os poderes de ingerência e decisão dos líderes tribais, confinando-os ao exercício condutor das atividades comunitárias de menor escala. Por meio dessa, alocou-se Residentes Conselheiros nos espaços interioranos, possibilitando a ingerência britânico nos assuntos domésticos dessas regiões, com inclusão à seleção e controle dos líderes locais (Tripodi, 2016) e a promoção de reformas dos conselhos tribais tradicionais, os *dawlahs*. A tentativa de transformação desses órgãos em canal de canalização dos recursos coloniais, predispôs o desvio da lealdade dos líderes, deslocando esse cerne das comunidades para o eixo governante, impondo sua operação em um sistema de controle social.

103 A implementação dos moldes coloniais de governabilidade, em conjuntura com as configurações sociais previamente existentes, criou subesferas de disputa de interesses, condicionando ao aumento do nível de violência existente na região (Smitson, 2010).

Ao analisar essa condição, Smith (1995) compreende que a associação entre esses atores enfraqueceu a conexão comunidade-liderança tradicional, refletindo na emergência da imagem dos Sheiks como aliados imperiais dúbios. Selznick (1948) explica que nessa situação, a da cooptação, o propósito revolve em torno da frustração à insurgência de potenciais desafiantes, minando, portanto, a mobilização, seja real ou potencial, e alterando a balança de poder em favor de interesses inferiores (Holdo, 2019), o que nesse caso, apresentasse em prol dos do invasor estrangeiro. Holdo (2019) também explica que no seio da cooptação está a capacidade para a transfiguração do agente opositor em agente de cooperação, o que verte-o para a defesa da elite e de sua posição. Desta forma, ao cooptar-se líderes representativos de massas populacionais, espera-se “que os novos elementos emprestarão respeitabilidade e legitimidade aos órgãos de controle e, assim, restabelecerão a estabilidade da autoridade formal” (Selznick, 1948, p. 34, tradução nossa)¹⁰⁴.

A isso elenca-se o processo de penetração, responsável por implantar os representantes das forças dominantes nas esferas locais, criando, em sua decorrência, uma harmonia de interesses entre dominantes e dominados. Essa foi expressa pela extensa cooperação entre os líderes locais com os atores coloniais, especialmente no combate ao Imamato. Entretanto, também é possível notar a agência da segmentação, que impede a formação de consciência (Galtung, 1990), de modo a gerar dificuldades perceptivas sobre a natureza da relação em questão, a qual, para o caso do Iêmen sob os auspícios da Coroa Inglesa, foi moldada para a dependência das autoridades britânicas (Johnson, 2017). Portanto, durante os anos 1960, as forças coloniais passaram a ser vistas como a única alternativa de salvação para a região.

No que concerne às dinâmicas desenvolvimentistas, o maquinário colonial selecionou áreas prioritárias para a concentração de investimentos, privilegiando, nessa conjunta, Áden, enquanto o interior permaneceu relegado a uma condição de exclusão econômica e infraestrutural, preservando-se as formas agrárias tradicionais que foram, contudo, profundamente afetadas pela desigual distribuição de recursos. Essa decisão foi abordada por Reilly (1941), que evidenciou o desinteresse imperial britânico em prover meios materiais às regiões interioranas, o que aponta a política deliberada de administração desigual. Em termos socioeconômicos, tais condições produziram estruturas hierárquicas e segmentações internas que, posteriormente, se revelariam decisivas para a articulação das mobilizações anticoloniais. Esse ordenamento inscreveu a violência estrutural no cotidiano comunitário, transformando a instabilidade latente em um horizonte passível de erupção conflitiva.

¹⁰⁴ **Texto original:** “that the new elements will lend respectability or legitimacy to the organs of control and thus reestablish the stability of formal authority” (Selznick, 1948, p. 34).

Nessa seara, com a ascensão de Áden a centro urbano em florescimento, a cidade passou a comportar grandes fluxos migratórios, de modo que a organização de sua sociedade desenvolveu-se de maneira estratificada e orientada por divisões étnicas, para as quais importava-se a região de origem (Bujra, 1970). Essa rígida hierarquização conferiu privilégios políticos aos adenis¹⁰⁵, classe social composta majoritariamente por imigrantes estrangeiros, de forma a concentrar em si o direito ao voto e à ocupação de cargos políticos e administrativos da conjuntura colonial. Galtung (1971) compreende que essas elites possuem uma tendência à harmonização com as elites dominantes alocadas no centro de poder, todavia, sua imersão se dá em um contexto de assimetridade.

Em seu processo de maturação, tornou-se parte da dupla conjuntura de elites nacionais combatentes pela luta em prol da descolonização, conjuntamente com a elite composta pelas camadas destituídas de direitos e excluídas da vida cívica, dentre as quais destacam-se os migrantes provenientes do norte iemenita. Cumpre salientar que, no âmbito da triangularidade, os adenis, ao adotarem a visão colonial de que os povos dos Protetorados e os iemenitas configuravam um conjunto de seres primitivos e atrasados (Bujra, 1970), reproduziam a inerência colonial violenta, corroborando as assertivas de Galtung acerca da internalização e perpetuação de arranjos violentos que, para o caso iemenita, foram inicialmente impostos por um ator externo, mas acabaram sendo normalizados por integrantes da sociedade local.

O avanço do nacionalismo e a crescente organização popular contra as situações degradantes e o subdesenvolvimento impostos ao território intensificaram as tensões domésticas, culminando no exacerbado uso da violência direta por parte das autoridades coloniais. Essa escalada constituiu os desdobramentos da violência estrutural em formatação, sendo o seu apogeu as campanhas de desestabilização direcionadas ao Iêmen do Norte (Mawby, 2002), para as quais as ferramentas eram variadas. Em suas obras, Mawby (2002) ressalta que para esse período em questão, abrangente dos anos 1950 e 1960, as campanhas ofensivas aéreas concentravam-se nos bombardeios à vilarejos e aldeias fronteiriças, com destaque para a do Forte Harib em 1964, em que as ações da FAR não distinguiu civis e infraestrutura local dos alvos inicialmente apontados.

Um segundo vetor de atuação a ser mencionado consistiu na instrumentalização das tribos em agentes de defesa do território. A expansão do belicismo regional, por meio do fornecimento de armas e munições às comunidades tribais, buscavam assegurar “um

105 Esse estrato possuía alta capacidade de absorção, o que implicava na perda da identidade individual (Bujra, 1970).

monopólio sobre a violência no Protetorado” (Higgins, 2022, p. 77, tradução nossa)¹⁰⁶. Assim, racionalmente, as escolhas políticas dos atores coloniais culminaram na militarização do cotidiano iemenita, em que a ótica do medo manifestou-se em razão da imposição da vigilância diária.

Com a baixa, em 1963, do decreto de imposição do estado de emergência, registou-se uma vasta gama de relatos de abusos físicos e psicológicos cometidos contra a população. Documentos fornecidos por organizações internacionais constataram tratamento desumano, uso de tortura e ameaça à prisioneiros, coerção e emprego da força contra civis lançamento de gás lacrimogênio em prol do controle a motins e condições degradantes de higiene nos centros de detenção. Em carta endereçada ao Primeiro-Ministro inglês, Harold Wilson, em 18 de outubro de 1966, Hans Göran Franck, da seção sueca da Anistia Internacional, sintetizou as condições encontradas em investigações dessa no território iemenita, organizando-as sob dez formas de abuso: nudez forçada durante interrogatórios, manutenção de detidos em celas com péssimas condições, privação de sono e alimentação, introdução de objetos no ânus dos prisioneiros; espancamento nos genitais; queimaduras com cigarros; exercícios forçados; privação de instalações sanitárias e detenção em banheiros imundos (TNA, PREM 13/1294).¹⁰⁷

A lógica sistêmica da violência foi reproduzida pelos atores locais, em especial pela FLN que compreendia a luta armada como única estratégia viável para o sucesso da descolonização. Assim, de um núcleo exógeno, a violência foi reapropriada para o interior da sociedade, confirmando, assim como no caso otomano, as assertivas de Galtung (1969) sobre as dinâmicas da triangulação. A soma das lutas domésticas com as pressões internacionais, tornou a presença britânica na região insustentável, resumindo em sua retirada ao final da década de 1960 e na ascensão da FLN à primazia do poder. Essa conquista espelhou as práticas por esse rejeitadas, manifestos em ataques a compatriotas locais que passaram a ser concebidos como ameaça a seus desígnios políticos.

Como demonstrado pelas conjunturas descritas, a presença colonial no Iêmen constituiu um exemplo paradigmático da propagação das violências, com destaque para a estrutural, por parte de atores externos ao sistema doméstico subalternizado. Nesse sentido, os mecanismos propostos por Galtung assumem papel central para descrever, compreender e

106 **Texto original:** “a monopoly over violence in the Protectorate” (Higgins, 2022, p. 77).

107 Bennet (2016) também destacou o recorrente uso da humilhação racial, o que evidencia o caráter desumanizador do sistema colonial britânico que objetivou transformar a degradação corporal e psicológica em instrumento de disciplina e reafirmação do poder.

explicar a internalização dessas dinâmicas e a sua manifestação sob o cerne da violência direta.

As transições de regime em ambas as partes do território, e a subsequente formatação de seus Estados Modernos, não significaram a superação dos contornos violentos, visto a apropriação desse arcabouço pelos agentes nacionais. Isso significa que os atores que herdaram a conjuntura do pós-colonialismo ativamente reproduziram os padrões instaurados pelas forças ocupantes, o que manteve a gramática da violência em estado de vivacidade. Desta forma, as novas reconfigurações de poder continuaram a atender aos interesses das elites governantes, contribuindo, portanto, para a maturação das fragilidades institucionais e, em decorrência disso, para o adensamento das injustiças sociais, de maneira a entrelaçá-las nas entranhas da sociedade.

No caso do norte, o Imamato e, posteriormente, a República Árabe do Iêmen atuaram, sobremaneira, como instâncias de transmutação das engrenagens de dominação previamente implantadas, convertendo-as em mecanismos internos de controle e exclusão. Com a falibilidade do Acordo de Da'an em corresponder às expectativas de ruptura com o passado colonial, a ascensão de Yahya à governança pautou-se na instauração de um regime baseado na religiosidade. Assim, aquele que outrora liderara as ondas de resistência passou a empregar os mesmos instrumentos de humilhação e submissão antes utilizados contra seu povo. Adicionalmente, o estabelecimento de uma relação direta com o antigo dominador serviu aos propósitos pessoais de Yahya no que tangencia a obtenção de legitimidade do regime em implementação e de recursos militares para a sua salvaguarda (Weir, 2007).

Nesse contexto, o conservadorismo religioso e social atuou como sustentáculo para a perpetuação das desigualdades, reproduzindo um sistema de hierarquização comparável a um regime de castas (Hamzah, 2025), em que as oportunidades eram rigidamente limitadas à determinadas camadas.¹⁰⁸ No nível mais alto da pirâmide social encontravam-se os Sayyid, cuja legitimidade era derivativa da genealogia atribuída ao Profeta Maomé, condição interpretada como expressão de uma proximidade singular com o sagrado. Em contraste, grupos racializados como a população negra, e comunidades confessionais, como a judaica, configuravam-se como ocupantes da base piramidal, de maneira a reforçar os marcadores de subalternidade, dependência e racismo.

108 Como exemplo, menciona-se as questões educacionais, em que o sistema, para além de ser monopolizado pela governança imame, impossibilitava que a massa populacional o acessasse, o que inclui a exclusão do direito a aprender a ler e escrever (Brandt, 2022), concentrando essas oportunidades aos ocupantes do escalões mais altos.

Desta forma, a organização vigente durante o período do Imamato, assentada na doutrina Hadawi, converteu a genealogia em fundamento de legitimidade política, assegurando que, aos Sayyid, fosse concebido patente de autoridade espiritual e administrativa (Brandt, 2022). Assim, concebeu-se um ordenamento social ontológico, no qual a estratificação social foi naturalizada pela interpretação religiosa do poder, escapando às limitações das relações materiais de domínio. Logo, a mecanização do Islã corresponde às identificações de Galtung (1969) tocante à violência presente nos aspectos de uma cultura, visto que o Imamato utilizou-se de repertório simbólico, doutrinário e de credo para justificar a desigualdade moralmente, acabando por convertê-la em destino. Essa naturalização de uma autoridade política como atributo intrínseco à linhagem religiosa perenizou a violência estrutural hierárquica, de modo a perpetuar restrições de mobilidade, de representação e de acesso a recursos, à semelhança do período anterior, o dos otomanos.

Adicionalmente, a caracterização do agente colonizador interno, encontra respaldo na percepção disseminada entre os segmentos tribais sobre a existência dos Sayyid no Iêmen. Em razão do conclave à descendência direta do Profeta, sua linhagem hegira medinense era destoante, as tribos originárias do território iemenita os compreendiam sob o cerne de uma comunidade estrangeira (Brandt, 2022), detentora de uma identidade translocal. Por via disso, a sobreposição de sua elite ao tecido autóctone local reforçou ressentimentos contra a posição de superioridade pregada por um ator, então exógeno à ambientação que considerava como de sua competência.

Por seu turno, no que condiz com a organização governamental, a implementação de um regime fechado, também abrangente de hierarquia própria, alicerçou a política de monopolização do poder, que passou a ser exercido por meio do controle pessoal direto (Burrowes, 1987), com o Imã responsabilizando-se por todos os setores concernentes aos assuntos do Estado. Essa autoridade cumpriu seus propósitos auxiliares para a modelagem de uma sociedade subalterna aos entendimentos e preferências do líder, passando, a partir disso, a comportar uma domesticidade regulamentada pelo tradicionalismo à nível de natureza e valores (Peterson, 1982).

A partir dessa construção, substitui-se os componentes locais alocados na administração pública por aliados e familiares do Imã, em promoção a um sistema baseado em práticas nepotistas e clientelistas.¹⁰⁹ Conforme Tytko *et al* (2020), o surgimento do nepotismo se dá pela manipulação do poder para fins pessoais, constituindo uma das formas

109 No entanto, esses componentes da administração possuíam um poder de decisão cerceado, com suas funções tangenciando, majoritariamente, à prestação de conselhos (Wenner, 1984).

mais evidentes de corrupção estrutural. De modo complementar, Hicken (2011) aponta que o clientelismo se sustenta pela combinação entre segmentação particularista e a contingência das trocas. Essa relação assimétrica implica a troca da lealdade política por favores e segurança. Com isso, a legitimidade do Imamato foi construída por meio do sectarismo que possibilitou a construção de um Estado patrimonialista de governo centralizado e autocrático (Vom Bruck, 2005; Haykel, 1997).

Para a sustentação desse ordenamento, recorreu-se às práticas de violência direta empregadas pelos otomanos, marcadas por nuances locais e por um novo direcionamento, em que os alvos a serem controlados configurou-se como os territórios e as populações exteriores à esfera Zaidita. Apesar da adesão à repressão, em aliança com a extração de terras e recursos (Peterson, 1982), e dos joguetes de semeio da discórdia em prol da promoção de conflitos intratribais (Al-Tayeb, 2020), o pilar mais importante da subjugação era o sistema de reféns. Por meio deste, orquestrava-se o sequestro de familiares dos líderes tribais, com vistas à forçá-los a prestar lealdade ao regime, ao mesmo tempo em que apoderava-se do controle sobre os corpos e mentes dessas pessoas (Brandt, 2022). Brandt (2022) ressalta que, em caso de cooperação, era delegado aos sheiks terras, feudos, propriedades rurais extensas e a permissão para a extração de recursos pertencentes aos sunitas e às tribos detentoras de menor poderio para a sua defesa, colocando, portanto, em conformidade com as afirmativas de Peterson (1982). Ainda, deve-se ressaltar a predominância de uma caracterização de punição e recompensa.

Sobre esse aspecto do regime imame, Al-Subari (2017) *apud* Abdullah (2001) explica que após a tentativa de Golpe de Estado em 1948, a ordem doméstica deteriorou-se, de maneira a arraigar o policiamento e a própria violência direcionada aos civis, situação que também ingeriu no sistema de reféns. Assim, “Os soldados do Imã tinham obtido o direito de levar os meninos de suas mães para garantir a obediência de seus pais e tribos” (Al-Subari, 2017, p. 10.265, tradução nossa)¹¹⁰. A perpetuação da metodologia do medo e a institucionalização da violência como linguagem corroeram o alicerce da legitimidade do regime, de modo que as forças mobilizadas para assegurar sua autoridade converteram-se em sua ruína.

Nesse contexto, a insurreição de 1948 pode ser considerada como simbologia do amadurecimento de uma oposição que ultrapassava as ambições dinásticas, orientando-se por um léxico da religiosidade como promotor da reforma sócio-política, especialmente no que

¹¹⁰ **Texto original:** “The Imam’s soldiers had got the right to take the young boys from their mother to secure the obedience of their fathers and tribes” (Al-Subari, 2017, p. 10265).

concerne os setores administrativo e educacional (al-Abdin, 1979). Destacando-se como uma primeira tentativa de emanação organizada de críticas e demandas direcionadas ao regime, o movimento de 1948 buscava a reversão das violências estrutural e cultural, de modo a romper com o confinamento de recursos e direitos à elite. Seus frutos vingaram com a ascensão da República Árabe do Iêmen em 1962, por meio de um golpe de Estado, um demonstrativo do fim lógico de regimes assentados em violências e distribuição desigual, em conformidade com a expressão de Galtung (1969) sobre a violência direta, descrita na seara da dominação otomana.

Os eventos que extinguiram o Imamato foram promovidos por uma pequena parcela de oficiais militares e intelectuais, emergentes dos anos 1950, demarcado por uma conjuntura de conferimento de um limitado número de oportunidades educacionais no exterior. Isto revela alguns aspectos pontuais sobre o aparato imame. Sob o regime, a educação esteve confinada ao controle do desenvolvimento intelectual, sobretudo, por meio do policiamento do saber, confinado aos estudos religioso (Al-Janad, 2024) e à temática jurídicas, em razão da necessidade de formação dos administradores apontados pela liderança estatal (Weir, 2007). Com isso, ao transformá-la em um luxo conferido à elite, o Imamato a monopolizou “[...] tornando quase impossível que outros tenham acesso ao seu direito de aprender a ler ou escrever” (Hamzah, 2025, p. 175, tradução nossa)¹¹¹.

Após o golpe de 1962, o novo regime concentrou esforços para a construção de uma nação assentada nos ideais republicanos, de forma a retornar o locus de poder para o cerne da sociedade civil. Com isso, o regime recebeu apoio egípcio, condicionado, sobretudo, para a arena militar, devido a explosão da guerra civil entre republicanos e monarquistas, e para a construção do Estado republicano, moldado conforme estruturas administrativas consonantes com a modernidade do Sistema Internacional vigente na época (Rogers, 2020). Esse projeto é representado conforme os seguintes parâmetros:

[...] um Estado republicano moderno animado por uma aspiração socialmente radical de livrar o Iêmen de sua ordem social pré-moderna e substituí-la por instituições administrativas e representativas formais e funcionais para uma entidade política de cidadãos iguais, gerida por um governo de tecnocratas que persegue um projeto de transformação social (Elie, 2018, p. 1, tradução nossa)¹¹².

111 **Texto original:** “[...] making nearly impossible for others to access their right to learn reading or writing “ (Hamzah, 2025, p. 175).

112 **Texto original:** “[...] a modern republican state animated by a socially radical aspiration to rid Yemen of its pre-modern social order and to replace it with formal and functioning administrative and representative institutions for a polity of equal citizens managed by a government of technocrats pursuing a project of societal transformation” (Elie, 2018, p. 1).

No entanto, os déficits a serem sanados pelo aparato republicano evidenciaram a extensão da estagnação legada pelo Imamato, sobretudo no que respeita a economia nacional, visto que o isolacionismo internacional propositalmente promovido pelos Imãs resultou na perpetuação de baixos padrões de vida (Alomaisi, 2020). A posição do Imã Yahya é evidenciada por al-Abdin (1979) que ressalta a recusa em permitir a presença de missões diplomáticas e companhias ocidentais no país, ressaltando “[...] que ele e seu povo prefeririam comer palha a permitir a entrada de estrangeiros no Iêmen” (al-Abdin, 1979, p. 36 *apud* Al-Azm, 1937, p. 184, tradução nossa)¹¹³. Nessa seara, o regime teocrático manteve o país estagnado em uma economia de subsistência, com predominância da quase inexistência dos investimentos estrangeiros, tornando-o, portanto, em uma nação dependente de impostos e da extração do superávit agrícola (Rogers, 2020). Isto é evidenciado, principalmente, pela supremacia da relação importação-exportação ancorada em bens primários, como commodities e alimentos básicos (El Mallakh, 2015). Em consonância, inexistiam instituições financeiras (El Mallakh, 2015), tornando a distinção entre os bens pessoais do Imã do tesouro nacional praticamente impossível.

Para reverter o atraso econômico em que o país estava mergulhado, promoveu-se, ainda durante a década de 1960, as bases para reformas estruturais mais drásticas no que concerne a economia, de maneira a encorajar a entrada de capital, por meio da vigência de empresas econômicas mistas público-privadas (El Mallakh, 1986). A partir disso, a alocação financeira expande os limites das arenas administrativa e militar, abrangendo, também, a promoção do setor de serviços públicos (Rogers, 2020). Assim, durante a vigência do período 1962-1974, criou-se sistemas nacionais, como o rodoviário, o educacional, o de eletrificação e o de saúde (Carapico, 1998).

No entanto, deve-se considerar que este configura-se por um período abarcante dos anos de vigência da guerra civil, em que a promoção da violência direta em sua maximização bélica abarcou tanto os atores internos, quanto externos, em que Egito e Arábia Saudita destacam-se. Essa conjuntura fragilizou o regime, de maneira à impedi-lo de projetar-se para além dos grandes centros urbanos, o que gerou um vazio de poder e assistência. Assim, relegou-se a tarefa de construção nacional e promoção ao desenvolvimento à própria sociedade. É nesta seara que floresceram as Associações de Desenvolvimento Local (ADLs), como expressões de autoajuda comunitária para o atendimento às demandas populares por infraestrutura básica e prestação de serviços sociais (Cohen *et al.*, 1981).

113 **Texto original:** “[...] that he and his people would rather eat straw than allow foreigners into Yemen” (al-Abdin, 1979, p. 36 *apud* Al-Azm, 1937, p. 184).

Com a implementação do cessar-fogo, sob os auspícios de uma paz negativa promotora da estabilidade necessária, o governo passou a promover a expansão do campo de atuação das ADLs, abrangendo as searas agrícola e educacional, de modo a estabelecer, por meio dessas, a penetração estatal na periferia iemenita (Cohen *et al.*, 1981). Essa ampliação, contudo, não pode ser dissociada do contexto mais amplo em que o Iêmen estava inserido durante a década de 1970, caracterizado pela migração em massa de trabalhadores iemenitas para os países do Golfo, sobretudo a Arábia Saudita, em razão da elevação vertiginosa dos preços do petróleo. A integração desses trabalhadores nas redes laborais da economia petroleira permitiu o envio de vultosas remessas monetárias ao país, impulsionando o consumo público e privado (Okruhlik; Conge, 1997).

Esse afluxo fomentou as iniciativas das ADLs, de modo a permitir a reconstrução do pós-guerra e a consolidação republicana, simultaneamente. Destarte, essa conjuntura demarca as primeiras tentativas de construção da paz em seu aspecto positivo, quando o sentido cooperativo foi maximizado a partir da integração ao Ministério dos Assuntos Sociais, Trabalho e Juventude, em estímulo à políticas condizentes com a paz estrutural delineada para a construção de contornos institucionais e econômicos sustentáveis (Galtung, 1996). Nessa perspectiva, conforme observa Galtung (1969), ao incorporar a justiça social à própria definição de paz, é possível conceber uma imagem de harmonia de interesses por diferentes camadas populacionais, como argumentado em Vorobej (2008). Assim, a integração das ADLs ao aparato estatal tanto favoreceu a promoção do desenvolvimento material dos iemenitas, quanto ampliou o horizonte de cooperação entre diferentes camadas da sociedade, ao unir-las em torno de objetos compartilhados.

Em uma lente de análise cultural, essas associações também representaram um esforço simbólico coordenado de promover a paz, sustentada pelas cosmovisões islâmicas e tribais, modeladoras dos valores locais. Conforme Carapico (1985), a detenção de mecanismos, por esse conjunto, para a mobilização do trabalho coletivo em situações de emergência e de atividades especiais, mobilizou contribuições financeiras recorrendo aos valores morais e primordiais orientadores da sociedade indígena iemenita, canalizadas por meio da agência de lideranças religiosas e sheiks tribais. Ainda, Carapico (1985), destaca em sua obra, que a verdadeira relevância dessas organizações tangencia ao desenvolvimento promovido em pequenas cidades em urbanização e nas áreas rurais, regiões postulantes dentre as mais carentes de serviços e infraestrutura necessárias para uma sobrevivência em seu teor mais básico.

Carapico (x), ao analisar a ação das associações durante os anos 1980, período em que o desenvolvimento da nação estava em seu auge, destacou a eficiência e a legitimidade popular em comparação com as estratégias governamentais. Por seu turno, Orkaby e Al-Ahmad (2024) afirmam que as iniciativas conduzidas localmente revelavam maior capacidade de mobilização social e menores custos administrativos, uma vez que reduziam a dependência das burocracias inchadas e das práticas excludentes das entidades estatais e estrangeiras.

Não obstante, Orkaby e Al-Ahmad (2024) ressaltam que a descentralização desenvolvimentista, embora com considerável vantagem para projetos de pequena escala não dependentes dos financiamentos estatais, apresentou uma natureza fragmentada desafiante do planejamento nacional. A multiplicidade de iniciativas dispersas e a ausência de mecanismos de coordenação efetiva dificultaram a formulação de políticas integradas e de longo prazo, comprometendo a consolidação de uma estratégia nacional de desenvolvimento. Assim, a mesma estrutura que permitiu a expansão da paz estrutural em nível comunitário, acabou por revelar, em sua dimensão mais ampla, as limitações de um Estado incapaz de articular coerentemente os múltiplos e desiguais ritmos da modernização.

As dimensões dessa desigualdade tornam-se evidentes quando observados os indicadores sociais e infraestruturais do período 1977-1978, fornecidos pelo relatório Memorandum Econômico do Banco Mundial. Em 1977, apenas 4% das habitações tinham acesso à água potável, enquanto a eletricidade permanecia restrita sobretudo às áreas urbanas, alcançando 57% da população situada nas cidades, equivalente à exclusão dos campos desse sistema (World Bank, 1980). Ainda no mesmo período, as taxas de analfabetismo adulto alcançavam 87%, com um reduzido número de escolas financiadas pela governança central. As 350 escolas desenvolvidas no país durante o período foram promovidas pelas ADLs (World Bank, 1980), ilustrando a sua capacidade de fomentar a paz positiva, em concomitância com a fragilidade material dessa, o que significa a dinamização das práticas cometidas sob o cerne da violência estrutural.

Nesse contexto, a incapacidade estatal de universalizar os benefícios provenientes da paz estrutural deslocou o cerne político para o plano das disputas pela primazia do poder, com a institucionalização das comunidades tribais como atores detentores do poder de decidir e ingerir, convertendo-os em atores de reprodução do ordenamento político. Isto marca uma transição das dinâmicas presentes no Imamato, em que, apesar da dependência governamental dessas para a proteção do regime, as ações padrões da governança imame conduziam com uma abordagem confrontativa, em que o objetivo final era a transformação das comunidades tribais em leais súditos (Mugahed, 2022). Barany (2016) destaca a heteronomia do governo

teocrático na criação de subexércitos, como milícias irregulares, para a proteção direcionada ao líder.

Em contraste, a República, com as particularidades do governo de Al-Iryani, inverteu essa lógica, de modo que, como sintetiza Seitz (2014, p. 55) “tribal penetration of all state institutions, including the military, reached its apex”. A incorporação de sheiks e contingentes armados tribais às estruturas do exército e da administração pública busca simultaneamente cultivar lealdades locais e estender a presença estatal às periferias rurais, especialmente ao norte, em Sa’da (Brandt, 2022; Barany, 2016).

Subsequentemente, a violência política que se seguiu, com as sucessivas e forçadas trocas de poder, evidencia tanto o enraizamento da violência estrutural na formação do Estado iemenita quanto as limitações da construção da paz vivenciada até o período. A ascensão de al-Hamdi ao posto governativo, por meio de um golpe de Estado em 1974, marcou uma inflexão no processo de construção republicana. Conforme Peterson (1981) e Dostal (2021), seu projeto aspirava à centralização do poderio estatal, à marginalização das chefias tribais e à afirmação da soberania nacional frente às ingerências externas, especialmente a saudita.

Nesse sentido, sua agenda política pode ser compreendida como a continuação das tentativas de aproximação à paz positiva, entendida como “[...] a presença da simbiose e equidade nas relações humanas” (Galtung. 1996, p. 14, tradução nossa)¹¹⁴. Ao buscar por uma construção de instituições capazes de uniformizar o exercício de autoridade e prover a continuidade ao desenvolvimento socioeconômico, al-Hamdi visionava transformar as condições estruturais que sustentavam as fraquezas e os déficits nacionais. Contudo, ao não reconfigurar os padrões de legitimidade e de inclusão da completude dos atores locais, questão que retomou a dimensão cultural da violência, fomentadora da naturalização das hierarquias sociais, sua reforma restringiu-se ao plano institucional, limitando sua eficácia e produzindo reações, por parte da parcela populacional excluída, que culminaram com o colapso político e com a restauração de uma paz em terminologias negativas. Essa conjuntura manteve-se até a ascensão de Saleh, corrente às custas dos períodos de governança interina.

Ao contrário do Norte, onde a autoridade estatal se estruturava por meio da mediação com as confederações tribais, o Sul iemenita consolidou um modelo político radicalmente distinto, em que, apesar das trocas de liderança provenientes dos conflitos intra-regime, a lógica política apresenta continuidade. A formação da República Democrática Popular do Iêmen, apesar de sua instauração por meios de violência direta, representa, no que concerne à extensão do território iemenita, a maximização das tentativas de implementação da paz

114 **Texto original:** “[...] the presence of symbiosis and equity in human relations” (Galtung. 1996, p. 14).

positiva, em seu ordenamento estrutural, sob os preceitos da justiça social e do desenvolvimento horizontal, em que as forças ordenantes do Estado pautam-se pela camada social anteriormente excluída de direitos. Políticas de redistribuição de terras, reforma modernizadora direcionada ao campo, contenção dos altos preços de insumos básicos, com vistas à garantia de que as parcelas mais pobres da população, pudessem usufruir de seu direito de consumo aos recursos são exemplos demonstrativos dessa afirmação.

Ao assumir papel central na economia, o Estado possibilitou que a construção de setores-chave fosse possível, como para o caso dos serviços, anteriormente restringidos às elites metropolitanas de Áden. A ampliação nacional do acesso à educação e à saúde, apoiada por Cuba e China (Al-Saidi, 2020), inscreveu-se como parte de um projeto de reformulação das condições materiais de existência, articulado à formulação de uma nova sociabilidade estatal e à transformação das condições de vida. Mehra (1978) destaca, ainda, o setor de energia elétrica como prioritário, sobretudo nos contextos dos Planos de Três e Cinco Anos, que vincularam a expansão energética à sustentação de projetos agrícolas e industriais. Entretanto, ao deslocar o eixo de provisão da esfera comunitária e privada para a estrutura do aparato do Estado, a construção institucional produziu uma relação de dependência cotidiana dos indivíduos em relação a esse para o acesso a serviços básicos (Ahmed; al-Rawhani, 2018).

Em termos teóricos, esse movimento pode ser lido à luz do entendimento galtunguiano relacionado à transformação das estruturas como condição para a superação da violência estrutural. Assim, a tentativa de superação das hierarquias previamente existentes e a de ampliação da provisão social, condicionou a limitação da redução das desigualdades, de modo a gerar novas formas de vulnerabilidade, visto a mediação central do Estado, em sua conjuntura de capacidades e limitações, do acesso à vida social.

Adicionalmente, o Estado socialista no sul também atuou como legislador e engenheiro social, com a legislação operando simultaneamente em cinco esferas centrais: a) prática religiosa, b) relações jurídicas entre os sexos, c) estrutura familiar, d) transformação socioeconômica e d) formação estatal. Por seu meio, estendeu-se os direitos de cidadania, redefiniu-se as jurisdições regionais e criou-se governadorias destinadas a sobrepor-se às identidades tribais, em prol da produção de uma identidade de pertencimento nacional (Molyneux, 1991).

Essa concepção do direito, portanto, compreendia-o não apenas como um reflexo das relações sociais existentes, favorecendo determinados interesses de classe em detrimento de outros, mas como um meio de intervenção no processo de transição, dotado da capacidade de impulsionar esse processo por meio de certo grau de participação popular. É evidente que a transição de uma economia de mercado livre

para outra baseada no planejamento centralizado, bem como a passagem do controle privado para o controle estatal da propriedade produtiva, afetaram de maneira decisiva as concepções de propriedade, posse e bens, assim como as definições das obrigações dos agentes estatais e dos cidadãos nesse âmbito. A relação entre o direito e o plano, bem como entre o direito civil e o direito econômico, precisou ser redefinida a fim de fornecer as condições de existência das novas relações sociais e de suas formas institucionais. A propriedade coletiva necessitou de reconhecimento jurídico, ainda que apenas para que o Estado pudesse alocar recursos a ela e estabelecer relações contratuais (Molyneux, 1991, p. 248, tradução nossa).¹¹⁵

Como supramencionado, as comunidades tribais foram diretamente afetadas pela nova configuração política. O confisco das propriedades da burguesia e dos grandes donos de terra, então as lideranças tribais, privando-os do exercício de poder (Kozninowki, 1980). Adicionalmente, a construção de uma identidade nacional pautada pelos ideais socialistas convergiram em tentativas de assimilação da cultura tribal na seara macropolítica, o que, conforme Gupta e Padel (2018) é condizente com hierarquização cultural por meio do entendimento de que algumas culturas são melhores do que outras. Denota-se, com isso, o caráter racista do governo ao sul.

À luz da teoria de Johan Galtung, o regime socialista no Sul pode ser interpretado como uma tentativa de transição em direção à paz positiva, pautada na redistribuição material e na ampliação da cidadania. Contudo, ao concentrar a transformação nas dimensões econômicas e institucionais, sem promover a abertura participativa e a pluralização das relações sociais, o Estado produziu novas formas de violência estrutural. O padrão de interação manteve-se acíclico, com o poder fluindo unidirecionalmente do centro para a sociedade, e a correlação entre ordem e centralidade preservou a concentração de recursos e decisões em torno do partido. Assim, as hierarquias e exclusões não foram superadas, mas reconfiguradas sob um discurso de igualdade. A paz positiva que se pretendia alcançar converteu-se, portanto, em uma paz negativa de caráter burocrático, sustentada pela coerção estatal e pela homogeneização cultural, cuja lógica seria reapropriada pelos regimes posteriores, perpetuando a violência como fundamento da estrutura estatal iemenita.

A unificação de 1990 não representou, portanto, uma ruptura com as formas anteriores de dominação, mas a convergência de dois modelos de violência estrutural. De um lado, o Sul

¹¹⁵ **Texto original:** This conception of the law was therefore one which saw law not merely as a reflection of existing social relations, favouring certain class interests over others, but as a means of intervention in the process of transition, with the capacity to further this process through some measure of popular participation. It is obvious that the transition from a free market economy to one based on centralised planning, and from private to state control of productive property crucially affected concepts of ownership, possession, and property, as well as definitions of the obligations of state functionaries and citizens in this regard. The relationship between the law and the plan, and between civil and economic law had to be re-defined in order to provide the conditions of existence of the new social relations, and their institutional forms. Collective property had to have legal recognition, if only in order that the state could allocate resources to it and enter into contract relations (Molyneux, 1991, p. 248).

socialista, que centralizou o poder estatal sob o ideal da igualdade, mas o exerceu por meio da coerção e da homogeneização cultural; de outro, o Norte republicano, sustentado por redes de patronagem, militarização e dependência econômica. A fusão desses sistemas produziu um Estado que combinou a rigidez burocrática à fragmentação patrimonialista, ampliando a distância entre governo e sociedade. Nesse contexto, a ascensão de Ali Abdullah Saleh à presidência simbolizou a consolidação desse arranjo: a violência, antes localizada em diferentes esferas regionais, tornou-se elemento estruturante do poder central e instrumento de reprodução das desigualdades.

A ascensão de Saleh à governança iemenita, ainda durante o período da República Árabe do Iêmen, especificamente durante seus anos finais, representou a consolidação dos ciclos de violência que vinham se acumulando ao longo da história política iemenita. Se nos períodos anteriores, essas dinâmicas manifestaram-se nas fissuras da conjuntura nacional, com esse novo regime a violência passou a ser institucionalizada e sistematicamente empregada, destacando seus padrões de repetição e de reprodução das desigualdades. Utilizando-se do CGP como canal de concentração do poder e eixo de sustentação, o regime formatou as instituições de maneira a exercer influência direta sobre suas práticas e modos de expressão em um sistema de dominação expansivo (Poirier, 2011). Ainda,

Pode-se argumentar que a plataforma do CGP consistia em uma estrutura autoritária de monitoramento destinada a supervisionar as atividades de grupos políticos, a atrasar a introdução do pluralismo partidário, a estabilizar o regime e a garantir a presidência (Poirier, 2015, p. 207, tradução nossa)¹¹⁶.

A minagem das representações políticas do sul após a guerra civil de 1994 e de suas capacidades de mobilização (Lewis, 2013) ilustram esse processo de consolidação da violência estrutural por meio da restrição ao acesso equitativo a recursos e oportunidades, transformando a desigualdade em condição permanente de um sistema político que utiliza-se da regionalidade como caráter de exclusão. De acordo com o Sana'a Center for Strategic Studies (2018), o Estado passou a funcionar sob um sistema de captura institucional pois, desde a construção das redes de patronagem, clientelismo e favoritismo pelo novo governo, durante as décadas de 1980 e 1990, passou-se a extrair recursos e renda das institucionais metodicamente, distribuindo-os seletivamente.

Essa configuração reproduz a paz negativa de Galtung, uma vez que promove uma estabilidade pautada pela superficialidade, em que sua sustentação decorre da coerção e da

¹¹⁶ **Texto original:** “The GPC platform arguably consisted of an authoritarian monitoring structure meant to supervise the activities of political groups, to delay the introduction of party pluralism, stabilise the regime and secure the presidency” (Poirier, 2015, p. 207).

desigualdade. A adesão do General Ali Mohsen al-Ahmar aos revolucionários e sua promessa em protegê-los durante os protestos de 2011 (Schmitz, 2011) elenca-se como a maximização da incapacidade da paz negativa em prover uma estabilidade sustentada no longo prazo.

Para garantir a posição do regime, recorreu-se a táticas reminiscentes de períodos anteriores, particularmente o do Imamato, em que reproduziu-se mecanismos de dependência e subordinação que espelham a antiga lógica de poder das elites do norte. Conforme descrito por Salmutter (2017), estruturou-se uma rede de alianças entre os principais intermediários de poder das montanhas do noroeste iemenita, cujo núcleo era composto por parentes, aliados tribais e associados próximos em cargos sensíveis do alto escalão das forças armadas e do aparato de segurança público-nacional (Sana'a Center for Strategic Studies, 2018). A consolidação dessa rede ocorreu mediante a concessão de subsídios estatais, o controle do acesso a recursos públicos e ao fomento das divisões tribais, em uma manobra que o próprio Saleh descreveu como “dançando sobre cabeças de cobras” (Edroos, 2017). Essa expressão simboliza a manipulação das tensões sociais e o controle calculado da instabilidade, na criação de uma ambientação em que o governo poderia emergir como símbolo da promoção da paz (Al-Faqih, 2011).

Paralelamente, o Presidente permitiu a intervenção de forças externas no território, especialmente após os atentados aos Estados Unidos de 11 de setembro de 2001. Em troca de apoio financeiro, Saleh autorizou ataques aéreos norte-americanos contra supostos alvos da Al-Qaeda. Essa cooperação transformou o país em espaço de experimentação militar, incorporando a violência direta à nível internacional à lógica interna de dominação, articulando a estrutura de poder local à sistemas globais de coerção. A Human Rights Watch (2013) documentou ataques aéreos indiscriminados contra civis e membros respeitados da sociedade iemenita durante o período 2012-2013.

Logo no resumo do relatório elaborado pela organização menciona-se um ataque realizado em 29 de agosto de 2012, no qual, por meio do uso de drones, os Estados Unidos lançaram 3 mísseis Hellfire contra civis, rotulados tanto por esses quanto pelo governo iemenita como membros da Al-Qaeda, que os matou instantaneamente e “arremessando suas partes do corpo pelo chão” (Human Rights Watch, 2013). Posteriormente, descobriu-se que, pelo menos dois dos alvos eram um clérigo, pai de sete filhos, e o segundo seu primo (Human Rights Watch, 2013). Seus nomes eram Salim bin Ali Jaber e Walid bin Ali Jaber, respectivamente. No mesmo documento, a organização ainda destaca danos desproporcionais e a inexistência de precauções para a sua minimização, falta de compensação às famílias, falta de fornecimento de informações sobre as operações e o uso de armamentos, como drones,

aviões de guerra e mísseis de cruzeiro com munições de fragmentação, as quais representam alto índice de perigo à população civil (Human Rights Watch, 2013).

No plano econômico, a corrupção consolidou-se como um dos pilares da violência estrutural. As observações de Hazea et al (2002) constataam que o fenômeno alcançou caráter endêmico, de modo a penetrar as camadas mais baixas da administração pública e se convertendo em causa primária da pobreza e da instabilidade. Nessa seara, Longseth, Stapenhurst e Pope (1997) argumentam que a corrupção desestimula o desenvolvimento, encoraja a competição por suborno e inibe o crescimento social e econômico, efeitos que para o caso iemenita manifestam-se com maior intensidade nos setores de petróleo e gás. Isto deve-se em razão da dependência fomentada no país desses setores, que acabaram por tornar-se fonte central de receita estatal, custeando, portanto, subsídios e a folha pública de pagamentos (Salisbury, 2011). Como destaca al-Eryani (2020), o setor foi capturado por essas redes de patronagem e corrupção, resultando em uma operacionalização pautada pela centralização e pela falta de transparência:

A indústria petrolífera constitui a principal fonte de receita do governo, e a autoridade sobre o setor é extremamente centralizada e suscetível à corrupção política e a redes de patronagem. As áreas de exploração petrolífera são fortemente securitizadas e o acesso a elas é restrito. Alguns órgãos governamentais responsáveis por inspeções ambientais relatam que não lhes é concedido acesso aos campos de petróleo nem recebem devidamente cópias dos relatórios de Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) da divisão ambiental vinculada ao Ministério do Petróleo e Minerais, enquanto fontes internas das companhias petrolíferas apontam graves desvios em relação aos padrões ambientais internacionais, com operações ocorrendo sob praticamente nenhuma fiscalização ou supervisão governamental (al-Eryani, 2020, p. 5, tradução nossa).¹¹⁷

Essa conjuntura retoma os padrões coloniais de alocação da sustentação do peso fiscal sob as camadas mais pobres da população. Em concomitância, os governadores periféricos foram ignorados e propositalmente marginalizados na seara dos programas de desenvolvimento em prol da construção de um centro de poder fortalecido e de uma base administrativa sólida alocada na capital, Saa'na (Boucek, 2010). Com isso, gerou-se subdesenvolvimento crônico, anulando as tentativas de construção de uma paz positiva implementadas em períodos anteriores, e ativando o funcionamento da triangulação no que tange a resposta contra a violência. Ou seja, denotou-se aumento nos níveis de hostilidade

¹¹⁷ **Texto original:** “The oil industry makes up the main source of government revenue, and authority over the sector is extremely centralized and prone to political corruption and patronage networks. Oilfield areas are highly securitized and access to them is restricted. Some government agencies responsible for environmental inspections report that they are not granted access to the oilfields and do not duly receive copies of EIA reports from the environmental division under the Ministry of Oil and Minerals, while insiders from the oil companies report serious deviations from international environmental standards, with operations occurring underpractically no government monitoring or oversight” (al-Eryani, 2020, p. 5).

contra o regime (Lewis, 2013), então traduzidos nos eventos da Primavera Árabe e em suas ocorrências posteriores.

A situação do Iêmen, no que concerne o enraizamento da violência estrutural, é empiricamente comprovada pelo documento do Banco Mundial “Yemen Economic Monitoring Note” de 2012, em que, seus anexos I, II e III, presentes nos anexos desta pesquisa, fornecem uma radiografia socioeconômica do país em uma abordagem que tangencia a década de 2000. Por meio de sua análise e observação, constata-se lentidão nos avanços de indicadores sócio-econômicos, proporcionando veracidade ao entendimento de Galtung (1969) de que a violência é exercida quando há o impedimento da realização das potencialidades dos seres humanos. Isto torna a própria arquitetura econômica e institucional da nação em um mecanismo de exclusão e perpetuação de déficits e injustiças.

O Anexo I, referente aos indicadores macroeconômicos de 2008 a 2013, em que os anos de 2011, 2012 e 2013 configuram-se como projeções, destaca as instabilidades do Produto Interno Bruto, o crescimento do débito externo e a negatividade da balança fiscal. Por seu turno, o Anexo II, “Yemen, Rep. at a glance”, reforça os diagnósticos da situação de precariedade do país e da privação social. Proporcionando uma comparação com países da região do Oriente Médio e Norte da África e com nações detentoras de baixa renda, o documento demonstra que, no quesito dos indicadores sociais, o Iêmen pontua abaixo de todos esses. Durante o período de 2004-2010, apenas 55% da população tinha acesso a boas fontes de água, 53% dispunham de saneamento adequado e a taxa de mortalidade infantil era de 57 mil nascidos vivos. A expectativa de vida de 65 anos apresentava-se como inferior à média regional, de 72 anos, e a alfabetização feminina a partir dos 15 anos atingia apenas 45%, com participação das mulheres no trabalho agrícola restringida a 6%. Esses números demonstram que as instituições públicas falharam em garantir direitos fundamentais, consolidando os pareceres galtunguianos, em um movimento de negação sistemática das necessidades básicas humanas.

Por fim, o Anexo III, que reúne indicadores relativos aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, confirma a persistência da violência. Entre 1990 e 2010, a pobreza nacional manteve-se acima da média de 34% e, menos de 40% dos partos eram assistidos por profissionais de saúde. Além disso, a representação feminina no parlamento apresentou uma queda de 4% em 1990 para 0% em 2010. Ressalta-se, também, a redução no acesso à água potável de 67% para 55% no mesmo período. O estancamento ou retrocesso dos indicadores contidos no documento do Banco Mundial demonstra que a desigualdade não era

fruto de contingências políticas, mas de um padrão estrutural de negação de direitos, o qual foi aperfeiçoado e reproduzido ao longo de décadas.

Como destacado por Duran (2022), o conflito que eclodiu em 2015 transcende o problema visto a olho nu sob o prisma da violência direta, apresentando-se como gradiente da violência congelada nas estruturas e na legitimação proporcionada por aspectos da cultura. Nesse contexto, houve a culturalização da ilegalidade no cerne do sistema político, em que a corrupção passou a integrar o imaginário social como prática cotidiana e moralmente tolerável. Alhamadi (2018) destaca que esta tornou-se elemento de cultura popular, onde não há mais espaço para a vergonha individual em ser parte constituinte desse sistema. Dessa forma, depreende-se que os governos de Saleh e, subsequentemente, o de Hadi, em continuidade aos padrões anteriores, ao invés de promoverem diálogo e negociação orientadas à paz positiva, optou pela manutenção de uma governança baseada na exclusão e no sofrimento do próprio povo (Duran, 2022). Essa escolha revela a reprodução racional e estratégica dos mecanismos historicamente implementados, consolidando a permanência da violência estrutural e cultural como fundamento do Estado iemenita contemporâneo.

Os mecanismos analíticos de violência estrutural proporcionados por Galtung possibilitam a observação sobre a modelagem histórica do Estado iemenita por padrões de dominação que se reproduzem em diferentes escalas e regimes. A tabela contida no Anexo C, sintetiza a manifestação desses mecanismos nos distintos períodos históricos, evidenciando a persistência de estruturas que condicionam a desigualdade e a violência como forma de ordenamento político e social.

Assim, a análise desenvolvida permite compreender que o Estado iemenita foi constituído e sustentado por estruturas de violência que se perpetuaram sob distintas formas de governo e ideologia. A hierarquização social, a ausência de reciprocidade entre governantes e governados e a concentração de poder e recursos em núcleos restritos revelam a permanência dos mecanismos de violência estrutural descritos por Galtung, reproduzidos e legitimados culturalmente ao longo das décadas. Assim, o que se observa não é a substituição de um regime violento por outro, mas a reconfiguração contínua de um mesmo sistema de dominação. O Iêmen experimentou apenas períodos de paz negativa — a suspensão temporária do conflito direto —, sem que as estruturas de desigualdade fossem transformadas. Dessa forma, a instabilidade contemporânea não constitui uma ruptura, mas o desfecho lógico de um Estado edificado sobre a exclusão, onde a violência se torna linguagem de governo e fundamento da ordem social.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões desenvolvidas ao longo dessa pesquisa buscaram compreender a guerra do Iêmen a partir da hipótese de que o conflito constitui-se como resultado de um processo histórico, implementado a partir das dominações Britânica e Otomana, respectivamente, de institucionalização da violência nas estruturas do Estado. Esta, por sua vez, permeou toda e qualquer tentativa de construção de uma entidade dotada de autonomia, legalizada por discursos permeantes de temáticas sobre superioridade sectária, construção civilizacional e nacional, assim como, pela culturalização de ferramentas de ilegalidade. De sua operacionalização conjunta, inflamou-se a mecanização da violência direta, traduzida por meio de investidas bélicas, bombardeios e repressão às forças opositoras. Assim, com base nas teorizações de Johan Galtung, buscou-se demonstrar que as formas de dominação política, econômica e simbólica implementadas na seara das fronteiras iemenitas não se manifestaram como rupturas ou eventos isolados, mas como reproduções sucessivas, e exaustivas, de padrões de exclusão, hierarquização e centralização do poder.

Os pressupostos de Galtung foram empregados na seara do referencial teórico-metodológico, de maneira a articular seus conceitos de violência direta, estrutural e cultural em consonância com suas distinções de paz positiva e paz negativa. Esse arcabouço permitiu compreender, em um primeiro momento, que as manifestações da violência não estão restritas à dimensão física e ao confronto entre forças opostas, mas, também, expressa-se nas estruturas invisíveis da política, da economia e da simbologia. O método de análise, em sua natureza qualitativa, baseou-se em documentos históricos, relatórios internacionais, bases estatísticas e estudos especializados, os quais possibilitaram a identificação empírica dos mecanismos pelos quais o Estado iemenita foi considerado como signo da desigualdade.

A história do país foi desenvolvida ao longo de dois capítulos, em que ao primeiro resguardou-se pela retomada das origens da violência no Iêmen, evidenciando como a presença dos Impérios Otomano e Britânico estabeleceu a hierarquização política e a fragmentação territorial que, posteriormente, seriam incorporadas pelas elites locais. Verificou-se que as administrações coloniais implementaram um ordenamento de caráter excludente, no qual o poder e os recursos eram concentrados em núcleos específicos,

convertendo a desigualdade em condição para a estabilidade do elemento estrangeiro. Esse padrão de dominação colonial foi internalizado nos períodos subsequentes, quando o Imamato e as Repúblicas emergentes reproduziram a mesma lógica hierárquica sob diferentes roupagens ideológicas.

A experiência republicana, especialmente a da República Socialista, apresentou-se, em princípio, como tentativa de superação da violência estrutural por meio da promoção de políticas de paz positiva. Todavia, observou-se que a centralização estatal e a homogeneização social transformaram os projetos em uma nova forma de coerção institucional, reproduzindo dependências e vulnerabilidades. A unificação em 1990, por sua vez, não promoveu integração política ou econômica, unificando violentamente modelos distintos de governança sob a legalidade de uma entidade única: a República do Iêmen. Com a ascensão de Saleh, a violência passou a ser institucionalizada como instrumento de governo, com a corrupção e o clientelismo operando como ferramentas de manutenção do poder.

A análise dos dados sócio-econômicos fornecidos pelo Banco Mundial e pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio reforçam esse diagnóstico. Entre 1990 e 2010, observou-se que a pobreza, a desigualdade de gênero e o acesso limitado a serviços básicos permaneceram praticamente inalterados, evidenciando que o crescimento econômico do período não se traduziu em desenvolvimento social. Esses indicadores empíricos confirmam a persistência de uma violência estrutural sistêmica que nega direitos e reproduz exclusões, caracterizando uma paz negativa sustentada pela ausência momentânea de conflito, em contrariedade à transformação das causas enraizadas de instabilidade.

No capítulo analítico, demonstrou-se que a corrupção, a patronagem e a captura das instituições configuram a materialização contemporânea da violência estrutural descrita por Galtung. Por meio da exploração dos recursos petrolíferos e da apropriação de bens públicos, o regime consolidou um sistema em que a desigualdade deixou de ser disfunção e tornou-se parte constitutiva da ordem social local. A fragilidade do Estado e a fragmentação das relações de poder criaram condições para que as tensões latentes se convertessem em violência direta, culminando na guerra civil de 2015. Nesse sentido, o conflito não emerge como anomalia, mas como manifestação extrema de estruturas de violência historicamente sedimentadas.

A partir das categorias analíticas de Galtung, concluiu-se que o Iêmen não experimentou, em nenhum de seus períodos políticos, uma paz positiva real, visto que todas as tentativas de sua promoção foram frustradas por um novo tipo de violência. Assim, todas as fases históricas analisadas revelam a predominância de uma paz negativa, em que a

estabilidade é sustentada pela coerção e pela privação, caracterizando-a em uma seara de fragilidade extrema. O estudo também demonstrou que a violência estrutural e cultural, expressas na desigualdade, no sectarismo e na normalização da corrupção, constituem fundamentos do Estado iemenita e os alicerces sobre os quais o conflito contemporâneo se ergueu.

Assim, seus determinantes são provenientes do interior da ambientação doméstica, o que desmente possíveis alegações de que a guerra emergiu devido à intervenção de atores externos que irradiaram suas disputas para o país. Em realidade, a presença dessas forças estrangeiras revela-se pela cumplicidade com os regimes domésticos que autorizaram que esses transformassem o Iêmen em palco de perpetuação de suas necessidades e prioridades, tornando-o em um laboratório experimental de ingerência regional e internacional.

Reconhece-se, entretanto, que o presente trabalho enfrenta limitações, principalmente no que se refere à ausência de fontes primárias e à impossibilidade de pesquisa de campo, o que restringiu a análise à documentação disponível, principalmente, em língua inglesa e a organismos multilaterais, em que sua arena de produção é o mundo ocidental, na conjuntura de seus vieses. Ainda assim, compreende-se que a articulação e o diálogo entre as teorias de Galtung e os dados socioeconômicos e históricos utilizados tenham permitido construir um panorama analítico consistente com a formação e reprodução da violência no Iêmen.

Por fim, destaca-se que compreender o caso iemenita sob a ótica da violência estrutural e cultural contribui não apenas para os Estudos para a Paz, mas também para as discussões sobre o desenvolvimento e a reconstrução pós-conflito. O firmamento de acordos políticos e a implementação de cessar-fogo não são fatores suficientes para a superação da guerra, do estado de conflituosidade vigente entre os grupos domésticos e dos déficits e injustiças sociais. O cenário iemenita exige a transformação das estruturas que perpetuam desigualdades e negação de direitos. A paz, portanto, deve ser concebida como um processo social e histórico de reconstrução das condições materiais e simbólicas da vida. À luz de Galtung, o desafio do Iêmen não é apenas interromper as bombas, mas refazer o tecido político-social que as torna possíveis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABAAD STUDIES & RESEARCH CENTER. **Challenger to the Presidential Council: Complications of Peace and War in Yemen.** [Relatório]. Mai. 2022. Disponível em: <https://abaadstudies.org/en/policy-analysis/topic/59903>. Acesso em: 10 jun. 2025.

ABDULLAH, Umar. Khosrow I's foreign policy and 6th century Yemen: A hotbed of religious tensions and international commerce. **The Mirror - Undergraduate History Journal**, v. 44, n. 1, p. 92-101. Disponível em: <https://ojs.lib.uwo.ca/index.php/westernmirror/article/view/17073>. Acesso em: 12 jun. 2025.

ABDULSADIQ, Ahmed Ali. Problems of Development Planning in the People's Democratic Republic of Yemen. In: PRIDHAM, B. R.(Org.). **Economy, Society & Culture in Contemporary Yemen.** 1 ed. Abingdon: Routledge, 1985, p. 12-21

ALTOWAITEE, Marwa; NYADERA, Israel Nyaburi; ONDER, Murat. Central-Local Government Relations in Turkey and Yemen: A Comparative Study. **Asian Review of Public Administration**, v. 30, n. 1 e 2, p. 24-41, jan./dez. 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/346218942_Central-Local_Government_Relations_in_Turkey_and_Yemen_A_Comparative_Study. Acesso em: 25 out. 2025.

AHMAD, Feroz. The Young Turk Revolution. **Journal of Contemporary History**, v. 3, n. 3, jul. 1968, p. 19-36. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/259696?read-now=1&seq=3#page_scan_tab_contents. Acesso em: 16 set. 2024.

AHMAD, Feroz. War and Society under the Young Turks, 1908-18. **Review**, v. 11, n. 2, p. 265-286, 1988. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/40241096?read-now=1&seq=11#page_scan_tab_contents. Acesso em: 16 set. 2024.

AHMED, Eyad. **The need to build state legitimacy in Yemen.** Sana'a Center for Strategic Studies, set. 2018. Disponível em: https://sanaacenter.org/files/Building_State_Legitimacy_in_Yemen_en.pdf. Acesso em: 10 ago. 2025.

AKGÜL, Önder Eren. **Yemen as an Ottoman frontier and attempt to build a native army: asakir-i hamidiye.** Dissertação (Mestrado em História) - Sabancı University, [s.l.], 2014. Disponível em: <https://research.sabanciuniv.edu/id/eprint/34027/>. Acesso em: 6 ago. 2024.

AKŞİN, Sina. The place of the Young Turk Revolution in Turkish history. In: AKŞİN, Sina. **Essays in Ottoman-Turkish political history.** New Jersey: Georgia University Press, 2011.

AL-ABDIN, A.Z. The Free Yemeni movement (1940-1948) and its ideas on reform. **Middle Eastern Studies**, v. 15, n. 1, p. 36-48, 1979. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00263207908700394>. Acesso em: 29 out. 2024.

ALASRAR, Fatima Abo. **For Yemen's Houthis, the status quo is the key to power.** Middle East Institute, 25 mar. 2021. Disponível em: <https://www.mei.edu/publications/yemens-houthis-status-quo-key-power>. Acesso em: 10 jun. 2025.

AL-DEEN, Maysaa Shuja. **Radicalization of Zaydi Reform Attempts**. 2016. 143 f. Tese (Master of Arts in Arabic Studies) - American University in Cairo, Cairo, 2016. Disponível em: <https://fount.aucegypt.edu/etds/607/>. Acesso em: 10 jun. 2025.

AL-DEEN, Maysaa Shuja. **The Presidential Council's Year of Failure**. Sana'a Center for Strategic Studies, 11 jul. 2023. Disponível em: <https://sanaacenter.org/publications/analysis/20500>. Acesso em: 10 jun. 2025.

AL-FAQIH, Abdullah. **The Yemen Uprising: Imperatives for Change and Potential Risks (ARI)**. Elcano Royal Institute, 21 mar. 2011. Disponível em: <https://www.realinstitutoelcano.org/en/analyses/the-yemen-uprising-imperatives-for-change-and-potential-risks-ari/>. Acesso em: 15 jun. 2025.

ALI, Hassanein. Covid-19 and civil wars in the Arab World: the cases of Syria, Libya and Yemen. **Asian Affairs**, v. 51, n. 4, p. 838-855, 2020. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/03068374.2020.1837540>. Acesso em: 10 jun. 2025.

AL-ISLAH. **On the occasion of the 29th anniversary of the establishment, Chairman of the Supreme Authority of the Yemeni Islah Party delivers an important speech (Text of the Speech)**. ALISLAH.YE.NET, 14 set. 2019. Disponível em: https://alislah-ye.net/news_details.php?lng=english&sid=4289. Acesso em: 13 jun. 2025.

ALI-KHAN, Veena. **Yemen's Troubled Presidential Leadership Council**. International Crisis Group, 4 mai. 2023. Disponível em: <https://www.crisisgroup.org/middle-east-north-africa/gulf-and-arabian-peninsula/yemen/yemens-troubled-presidential-leadership-council>. Acesso em: 10 jun. 2025.

AL-JANAD, Tawfiq. Education in Yemen: **The Future's Gunpowder Barrel**. Recouplements Association - Assafir Al-Arabi (AsA). Beirut, 07 jan. 2024. Disponível em: <https://assafirarabi.com/en/57476/2024/01/07/education-in-yemen-the-futures-gunpowder-barrel/>. Acesso em: 20 out. 2025.

AL-JAZEERA. Houthis launch multiple strikes on Saudi sites. Al Jazeera, 20 mar. 2022. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2022/3/20/houthis-launch-attacks-on-saudi-energy-desalination-facilities>. Acesso em: 10 jun. 2025.

AL-JAZEERA. Yemenis protest against immunity for Saleh. Al-Jazeera, 22 jan. 2012. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2012/1/22/yemenis-protest-against-immunity-for-saleh>. Acesso em: 07 jun. 2025.

ALOMAISI, Najeeb. Political Instability and Economic Growth in the State of Yemen: Analysis Study. **Journal of Public Administration and Governance**, v. 10, n. 2, p. 233-260, 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/341881129_Political_Instability_and_Economic_Growth_in_the_State_of_Yemen_Analysis_Study. Acesso em: 09 nov. 2025.

ALSABRI, Mohammed; ALHADHERI, Ayman; ALSAKKAF, Luai M.; COLE, Jennifer. Conflict and COVID-19 in Yemen: beyond the humanitarian crisis. **Globalization and**

Health, v. 17, n. 83, p. 1-3, 2021. Disponível em:

<https://globalizationandhealth.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12992-021-00732-1>.

Acesso em: 13 jun. 2025.

AL-SAIDI, Mohammad. Legacies of state-building and political fragility in conflict-ridden Yemen: Understanding civil service change and contemporary challenges. **Cogent Social Sciences**, v. 6, n. 1, p. 1-23, 2020. Disponível em:

<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/23311886.2020.1831767#d1e173>. Acesso em:

26 jul. 2024.

AL-SUBARI, Ali Ahmed Mused. Despairing era and harsh suffering of Yemeni people in pre-independence depicting in Dammaj's novel "The Hostage". **European Academic Research**, v. 4, n. 12, p. 10.262-10.270, mar. 2017. Disponível em:

<https://euacademic.org/UploadArticle/3080.pdf>. Acesso em: 23 out. 2025.

AL-TAYEB, Bilal. **Zaraniq....a revolução completa**. Yemen-press.com, 26 fev. 2020.

Disponível em: <https://yemen-press.net/article13854.html>. Acesso em: 15 out. 2025.

ALVISO-MARINO, Anahi. Contentious dynamics for sociopolitical change? The case of the Islah

Party in the Republic of Yemen. **Chroniques Yéménites**, v. 16, p. 57-90, 1 jan. 2010.

Disponível em: <https://journals.openedition.org/cy/1768>. Acesso em: 22 mai. 2025.

ALWAZIR, Atiaf Z. Yemen's enduring resistance: youth between politics and informal mobilization. **Mediterranean Politics**, v. 21, n. 1, p. 170-199, 2015. Disponível em:

<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13629395.2015.1081446#abstract>. Acesso em:

08 jun. 2025.

ALWAZIR, Atiaf Z. Yemen's independent youth and their role in the National Dialogue Conference: Triggering a change in political culture. In: **Stiftung Wissenschaft und Politik (SWP)**. Berlin: German Institute for International and Security Affairs, 2013. v. 23.

Disponível em: <https://www.econstor.eu/bitstream/10419/256250/1/2013C23.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2025.

AL-YAZIDI, Sumaia A. **The disappearing state: The triumph of customary law in post-unification Yemen**. Manara - Qatar Research Repository. Tese (Master of Arts) - Faculty of College of Humanities and Social Sciences, Hamad Bin Khalifa University, 2020. Disponível em:

https://manara.qnl.qa/articles/thesis/The_Disappearing_State_The_Triumph_of_Customary_Law_in_Post-Unification_Yemen/28007627/1?file=51100985. Acesso em: 30 jul. 2025.

AMARAL, Rodrigo Augusto Duarte. Considerações sobre a violência pela ótica de Johan Galtung: alguns aspectos do terrorismo e o advento da intolerância. **Cadernos de Campo**:

Revista de Ciências Sociais, n. 19, 2015. p. 101-116. Disponível em:

<https://periodicos.fclar.unesp.br/cadernos/article/view/7661/5530>. Acesso em: 22 mar. 2023.

AMARAL, Rodrigo Augusto Duarte. Violência cultural: xenofobia, terrorismo e o advento da intolerância nas relações internacionais. In: **Semanas de Relações Internacionais - O Sul Global: De Bandung ao Século XXI**, 1, 2016, São Bernardo do Campo. **Anais Semana RI**,

São Bernardo do Campo, 2016, p.449-465. Disponível em: <https://semanari.wordpress.com/2016/03/16/publicacao-dos-anais-da-semana-de-ri/>. Acesso em: 17 fev. 2023.

AMBER, Salwa Mobarak. **Agricultural and rural development in the people's Democratic Republic of the Yemon**. 1982. Dissertação (Master of Arts). University of Durham, Department of Geography, England, 1982. Disponível em: <https://etheses.dur.ac.uk/7820/>. Acesso em: 21 abr. 2025.

AMBER, Salwa Murbarak. **The political and economic transformation of Yemen, 1968-1998**. 1999. 368f. Tese (Doctor of Philosophy). University of Durham, Centre for Middle Eastern and Islamic Studies, England, 1999. Disponível em: <https://etheses.dur.ac.uk/4861/>. Acesso em: 13 mar. 2025.

AMIN, Samir. 2011: Primavera Árabe? **Temporalis**, Brasília, v. 10, n. 20, p. 221-252, jul./dez. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/3454>. Acesso em: 28 mai. 2025.

ANAND, Rupal. **Understanding the Syrian Civil War through Galtung's Conflict Theory**. The Peninsula Foundation, 14 out. 2020. Disponível em: <https://www.thepeninsula.org.in/2020/10/14/understanding-the-syrian-civil-war-through-galtungs-conflict-theory/>. Acesso em: 29 jul. 2024.

ANSCOMBE, Frederick F. Islam and the Age of Ottoman Reform. **Past & Present**, v. 208, n. 1, p. 159-189, ago. 2010. Disponível em: <https://academic.oup.com/past/article-abstract/208/1/159/1455550>. Acesso em: 30 set. 2025.

ANTHONY, John Duke. The Communist Party of the People's Democratic Republic of Yemen: an Analysis of its Strengths and Weaknesses. In: PRIDHAM, B.R. **Contemporary Yemen: politics and historical background**. 1 ed. Sydney: Croom Helm, 1984, cap. 15, p. 232-239.

ARDEMAGNI, Eleonora. **Framing Yemen's Zaydi Shi'a**. Fondazione Oasis, 28 jul. 2019. Disponível em: <https://www.oasiscenter.eu/en/framing-yemen-s-zaydi-shi-a>. Acesso em: 10 jun. 2025.

ASSIS, Wendell Ficher Teixeira. Do Colonialismo à Colonialidade: expropriação territorial na periferia do capitalismo. **Caderno CRH**, Salvador, v. 27, n. 72, p. 613-627, set./dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/mT3sC6wQ46rf4M9W7dYcwSj/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 03 ago. 2024.

AZZOLINI, Marco Antonio Paulino. **O acordo de paz entre a Colômbia e as Farc: análise dos seis pontos do acordo com base nos conceitos de violência e paz de Johan Galtung**. 2022. p. 9-68. Trabalho de Conclusão de Curso - Faculdade de Filosofia e Ciência da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2022.

BÂLI, Asli. Sykes-Picot and "Artificial" States. **Symposium on the Many Lives and Legacies of Sykes-Picot**. AJIL Unbound, v. 110, p. 115-119, 2016. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/american-journal-of-international-law/article/>

[sykespicot-and-artificial-states/535345E5393DD5D17EF33F0D616FA365](https://www.jstor.org/stable/resrep23345.6?seq=1). Acesso em: 1 jul. 2025.

BARANY, Zoltan. **Yemen's armies from Ottoman Rule to Unification**. The Challenges of Building a National Army in Yemen. Center for Strategic and International Studies, 2016. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/resrep23345.6?seq=1>. Acesso em: 13 jul. 2025.

BARNS, William Flemming. **Conflict and Commitment: the case of the Yemens**. 1980. 170f. Tese (Master of Arts in National Security Affairs), Naval Postgraduate School, Monterrey, 1980. Disponível em: <https://apps.dtic.mil/sti/tr/pdf/ADA084904.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2025.

BATSTONE, Jade. The Use of Strategic Nonviolent Action in the Arab Spring. **Peace Review: A Journal of Social Justice**, v. 26, n. 1, p. 28-37, 2014. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/10402659.2014.876308>. Acesso em: 22 set. 2023.

BAYAT, Asef. Plebeians of the Arab Spring. **Current Anthropology**, v. 56, n. 11, p. 33-43, out. 2015. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/full/10.1086/681523>. Acesso em: 02 jun. 2025.

BHATTARAI, Dinesh; BHATTARAI, Keshav. History of Yemen's Crisis and its Global Implications. **NCWA, Annual Journal**, v. 55, n. 1, p. 17-27, fev. 2024. Disponível em: <https://www.nepjol.info/index.php/newaj/article/view/62960/47523>. Acesso em: 15 out. 2025.

BENNETT, Christina. The Importance of Regional Cooperation: The GCC Initiative in Yemen. Planning Ahead for a Postconflict Syria: Lessons from Iraq, Lebanon, and Yemen, **International Peace Institute**, p. 10-12, 1 dez. 2013. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/resrep09598.7?seq=1>. Acesso em: 08 jun. 2025.

BENNETT, Huw. 'Detainees Are Always One's Achilles Hell': The Struggle over the Scrutiny of Detention and Interrogation in Aden, 1963-1967. **War in History**, v. 23, n. 4, p. 457-488, 2016. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0968344515592910>. Acesso em: 09 ago. 2025.

BIJL, Nick Van Der. **British military operations in Aden & Radfan: 100 years of British colonial rule**. 1 ed. Barnsley: Pen and Sword Military, 2014

BLUMI, Isa. Thwarting the Ottoman Empire: smuggling through the Empire's new frontiers in Yemen and Albania, 1878-1910. **International Journal of Turkish Studies**, v. 9, n. 1-2, p. 251-270, 2003. Disponível em: https://www.academia.edu/1566876/Thwarting_the_Ottoman_Empire_Smuggling_through_the_Empires_New_Frontiers_in_Yemen_and_Albania_1878_1910. Acesso em: 5 set. 2024.

BLYTH, Robert J. 'He Who Pays the Piper Calls the Tune: Aden and Somaliland, c. 1896-1914. In: BLYTH, Robert J. **The Empire of the Raj: India, Eastern Africa and the Middle East, 1858-1947**. 1 ed. New York: Palgrave Macmillan, p. 65-90.

BONNEFOY, Laurent. **Revolution, War and Transformations in Yemeni Studies**. Middle East Report, 15 dez. 2021. Disponível em: <https://www.merip.org/2021/12/revolution-war-and-transformations-in-yemeni-studies/>. Acesso em: 02 nov. 2025.

BOSTAN, Hümeýra. **Institutionalizing justice in a distant province: Ottoman judicial reform in Yemen (1872-1918)**. Dissertação (Mestrado em História) - Istanbul Şehir University, [s.l.], set. 2013. Disponível em: <https://avesis.marmara.edu.tr/yonetilen-tez/92f3b111-da83-48a0-ac01-43d5a8871249/institutionalizing-justice-in-a-distant-province-ottoman-judicial-reform-in-yemen-1872-1918>. Acesso em: 5 set. 2024.

BOULDING, Kenneth E. Future Directions in Conflict and Peace Studies. **Journal of Conflict Resolution**, v. 22, n. 2, p. 342-354, 1978. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/002200277802200208>. Acesso em: 08 ago. 2023.

BOULDING, Kenneth E. Twelve Friendly Quarrels with Johan Galtung. **Journal of Peace Research**, v. 14, n. 1, p. 76-86, 1977. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/002234337701400105>. Acesso em: 01 ago. 2023.

BRANDT, Marieke. Tribes and Rulers, 3.0—Dominance and the “Subaltern” in Huthi Yemen. In: HAMIDADDIN, Abdullah. **The Huthi Movement in Yemen: Ideology, Ambition, and Security in the Arab Gulf**. 1 ed. London: I. B. Tauris, 2022, p. 77-91

BRYJKA, Filip. North and South Yemen as a theatre of a proxy war during the Cold War. **Journal of Science of the Military Academy of Land Forces**, v. 28, n. 2, p. 20-34, 2016. Disponível em: <https://zeszyty-naukowe.awl.edu.pl/article/94385/en>. Acesso em: 20 mai. 2025.

BROWERS, Michaëlle. Origins and architects of Yemen’s Joint Meeting Parties. **International Journal of Middle East Studies**, v. 39, n. 4, p. 565-586, nov. 2007. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/30069488>. Acesso em: 22 mai. 2025.

BUJRA, A. S. Urban Elites and Colonialism: The Nationalist Elites of Aden and South Arabia. **Middle Eastern Studies**, v. 6, n. 2, p. 189-211, mai. 1970. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/4282324>. Acesso em: 13 out. 2025.

BURROWES, Robert D. Prelude to unification: the Yemen Arab Republic, 1962-1990. **International Journal of Middle East Studies**, v. 23, p. 483-506, 1991. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/163881>. Acesso em: 20 out. 2024.

BURROWES, Robert D. The Yemen Arab Republic’s legacy and Yemeni unification. **Arab Studies Quarterly**, v. 14, n. 4, p. 41-68, 1992. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/41858029?seq=5>. Acesso em: 16 set. 2025.

BUZETTO, Marcelo. As lutas sociais e políticas no Grande Oriente Médio: entre as guerras imperialistas e a resistência popular. **Lutas Sociais**, v. 20, n. 37, p. 168-182, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/33126>. Acesso em: 13 ago. 2024.

CABEZUDO, Alicia; HAAVELSRUD, Magnus. Rethinking Peace Education. **Journal of Conflictology**, v. 4, n. 1, p. 3-13, mai. 2013. Disponível em: <http://journal-of->

conflictology.uoc.edu/joc/en/index.php/journal-of-conflictology/article/view/vol4iss1-cabezudo-haavelsrud.html. Acesso em: 28 abr. 2024.

CARAPICO, Sheila. Pluralism, Polarization, and Popular Politics in Yemen. In: BRYNEN, Rex; KORANY, Bahgat; NOBLE, Paul (Orgs.). **Political Liberalization & Democratization in the Arab World**: Volume 1, Theoretical Perspectives. 1 ed. Boulder: Lynne Reinner, 1998, p. 241-266.

CARAPICO, Sheila; YADAV, Stacey Philbrick. The Breakdown of the GCC Initiative. *In*: MIDDLE EAST RESEARCH AND INFORMATION PROJECT. **Yemen's Times of Turmoil**, n. 273, 2014. Disponível em: <https://merip.org/2014/12/the-breakdown-of-the-gcc-initiative/>. Acesso em: 08 jun. 2025.

CENTER FOR PREVENTIVE ACTION. **Conflict in Yemen and the Red Sea**. Global Conflict Tracker, s.d. Disponível em: <https://www.cfr.org/global-conflict-tracker/conflict/war-yemen>. Acesso em: 20 set. 2025.

CÉSAIRE, Aimé. **Discourse on Colonialism**. New York: Monthly Review Press, [s.d.].

CHIRKIN, V. E. Lenin's Theory of Revolutionary Democratic Power and the Contemporary World. **Soviet Law and Government**, v. 21, n. 4, p. 3-28, 1983. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.2753/RUP1061-194021043>. Acesso em: 25 abr. 2025.

CHOUERI, Youssef M. The Middle East: Colonialism, Islam and the Nation State. **Journal of Contemporary History**, v. 37, n. 4, p. 649-663, 2002. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/00220094020370040901?journalCode=jcha>. Acesso em: 05 ago. 2024.

CIVIL FORUM FOR ASSET RECOVERY E.V. (CIFAR). **Yemen's stolen assets: past and future**. Berlin: CIFAR, 2020. Disponível em: <https://cifar.eu/wp-content/uploads/2020/05/Yemen-Assets-EN.pdf>. Acesso em: 25 set. 2025.

COSTA, Renatho. A construção ocidental do Oriente Médio como instrumentalização das Relações Internacionais. **Revista Esboços**, Florianópolis, v. 21, n. 32, p. 159-181, out. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2014v21n32p159>. Acesso em: 13 ago. 2024.

CRAVO, Teresa Almeida. JOHAN GALTUNG E OS ESTUDOS PARA A PAZ. *In*: TOMÉ, Luis; PINTO, Luís Valença; BRITO, Brígida (org.). **Em torno do Pensamento de Luís Moita**: Humanismo e Relações Internacionais. Lisboa: OBSERVARE. Universidade Autónoma de Lisboa, 2023. p. 455-465. Disponível em: <https://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/6481/3/Em%20Torno%20do%20Pensamento%20de%20Luis%CC%81s%20Moita%20-%20Humanismo%20e%20Relac%CC%A7o%CC%83es%20Internacionais%20%E2%80%93%20OBSERVARE%20%281%29.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2023.

DA COSTA, António Firmino. Desigualdades Globais. **Sociologia, Problemas e Práticas**, v. 68, p. 9-32, 2012. Disponível em: <https://journals.openedition.org/spp/650>. Acesso em: 19 mai. 2024.

DA FONSECA, Angela Fleury. **A Morte Ética em Heráclito de Éfeso: o morto-vivo contemporâneo**. 2021. 128 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

DAVISON, Derek. **Today in Middle Eastern history: the Sykes-Picot Agreement is ratified (1916)**. Foreign Exchanges, 19 de maio de 2019. Disponível em: <https://www.foreignexchanges.news/p/today-in-middle-eastern-history-sykes>. Acesso em: 15 ago. 2024.

DAY, Stephen W. **Regionalism and Rebellion in Yemen: A Troubled National Union**. 1 ed. New York: Cambridge University Press, 2012.

DEL ARENAL, Celestino. **LA INVESTIGACIÓN PARA LA PAZ**. 1986. Disponível em: <https://www.ehu.eus/es/web/cursosderechointernacionalvitoria/-/la-investigacion-para-la-paz>. Acesso em: 15 ago. 2023.

DE OLIVEIRA, Gilberto Carvalho. Estudos da paz: origens, desenvolvimentos e desafios críticos atuais. **Revista Carta Internacional**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148-172, 2017. Disponível em: <https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/611>. Acesso em: 10 jun. 2023.

DE REGT, Marina. **Migration To and Through Yemen: The Case of Migrant Domestic Workers**. Migration and Refugee Movements in the Middle East and North Africa, p. 1-21, out. 2007. Disponível em: https://fount.aucegypt.edu/faculty_journal_articles/5034/. Acesso em: 4 jun. 2025.

DERINGIL, Selim. **The Well-Protected Domains: Ideology and the Legitimation of Power in the Ottoman Empire 1876-1909**. Londres, Nova York: I.B. Tauris Publishers, 2004.

DERINGIL, Selim. “They Live in a State of Nomadism and Savagery”: The Late Ottoman Empire and the Post-Colonial Debate. **Comparative Studies in Society and History**, v. 45, n. 2, abr. 2003, p. 311-342. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3879318>. Acesso em: 16 ago. 2024.

DINGLI, Sophia; KENNEDY, Caroline. The Aden Pivot? British Counter-Insurgency after Aden. **Civil Wars**, v. 16, n. 1, p. 86-104, 2014. Disponível em: <https://hull-repository.worktribe.com/output/439635/the-aden-pivot-british-counter-insurgency-after-aden>. Acesso em: 04 out. 2024.

DINGLI, Sophia. The Politics of (Re)Unification: Lessons from Yemen for Cyprus. **The Cyprus Review**, v. 24, n. 2, p. 29-46, 2012. Disponível em: <https://cyprusreview.org/index.php/cr/article/view/133>. Acesso em: 04 out. 2024.

DOSTAL, Jörg Michael. From Fragile to Collapsed Statehood: The Case of the Republic of Yemen (1990-2020). **The Korean Journal of Policy Studies**, v. 36, n. 1, p. 69-84, 2021. Disponível em: <https://www.ssoar.info/ssoar/bitstream/handle/document/72262/ssoar->

[koreapolst-2021-1-dostal-From_Fragile_to_Collapsed_Statehood.pdf?sequence=1&isAllowed=y&lnkname=ssoar-koreapolst-2021-1-dostal-From_Fragile_to_Collapsed_Statehood.pdf](#). Acesso em: 20 mai. 2025.

DRESCH, Paul. **A history of modern Yemen**. 2 ed. New York: Cambridge University Press, 2002.

DRESCH, Paul. **Tribes, Government, and History in Yemen**. Oxford: Clarendon Press, 1993.

DRESCH, Paul K. The Tribal Factor in the Yemeni Crisis. In: AL-SUWAIDI, Jamal S. *et al.* **The Yemeni War of 1994: Causes and Consequences**. 1 ed. Abu Dhabi: Saqi Books, 1995, p. 33-56.

DUNGEN, Peter van den; WITTNER, Lawrence S. Peace History: An Introduction. **Journal of Peace Research**, v.40, n. 4, p. 363-375, 2003. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/00223433030404001?icid=int.sj-abstract.citing-articles.2>. Acesso em: 12 ago. 2023.

DURAC, Vincent. Authoritarian Practice and Fragmented Sovereignty in Post-uprising Yemen. In: TOPAK, Özgün E.; MEKOUAR, Merouan; CAVATORTA, Francesco. **New authoritarian practices in the Middle East and North Africa**. 1 ed. Edinburgh: Edinburgh University Press Ltd, 2022, p. 340-357.

DURAC, Vincent. Yemen's Arab Spring - Democratic Opening or Regime Maintenance? **Mediterranean Politics**, v. 17, n. 2, p. 161-178, jul. 2012. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13629395.2012.694042>. Acesso em: 05 jul 2025.

DURAN, Felipe Pessoa. O Triângulo da Violência de Johan Galtung: uma análise acerca do conflito civil do Iêmen. **Revista Ensaios**, v. 18, jan-jun, 2021, p. 6-28. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/ensaios/article/view/48722>. Acesso em: 25 mai. 2021.

DURAN, Felipe Pessoa. **Violência política pós-Primavera Árabe no Iêmen: uma aproximação a partir dos estudos da paz**. Orientador: Marcial Alécio Garcia Suarez. 2022. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência Política, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2022.

EDWARDS, Aaron. 'A graveyard for the British?' Tactics, military operations, and the paucity of strategy in Aden, 1964-1967. In: JOHNSON, Robert; CLACK, Timothy (Orgs.). **At the End of Military Intervention: Historical, Theoretical, and Applied Approaches to Transition, Handover, and Withdrawal**. 1 ed. Oxford: Oxford University Press, 2015, p. 137-150.

ELLIE, Serge D. State and Politics in Yemen: Antinomies of Nation and State. **Global Journal of Anthropology Research**, v. 5, p. 1-25, 2018. Disponível em: https://www.academia.edu/37067891/State_Politics_in_Yemen_Antinomies_of_Nation_and_State. Acesso em: 23 mai. 2025.

ELLWANGER, Aléxia da Silva. **Uma análise sobre a guerra civil no Iêmen**. 2020. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Relações Internacionais) - Universidade de Santa Cruz do Sul, 2008.

ERCOŞKUN, Burak. On Galtung's Approach to Peace Studies. **Lectio Socialis**, v. 5, n. 1, p. 1-7, jan. 2021. Disponível em: <https://dergipark.org.tr/en/pub/lectio/issue/59808/792847>. Acesso em: 20 ago. 2023.

EUROPEAN COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS. **Mapping the Yemen Conflict**. [Special]. 19 out. 2015. Disponível em: <https://ecfr.eu/special/yemen/>. Acesso em: 20 ago. 2024.

FANON, Frantz. **Pele Negra máscaras brancas**. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2008.

FANON, Frantz. Sobre a violência. In: FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2022. p. 31-89.

FARAH, Caesar E. **The Sultan's Yemen: Nineteenth-Century Challenges to Ottoman Rule**. London, New York: I. B. Tauris, 2002. E-book. Disponível em: <https://www.bloomsbury.com/uk/sultans-yemen-9781860647673/>. Acesso em: 17 ago. 2024.

FATTAH, Khaled. A political history of civil-military relations in Yemen. **Alternative Politics**, Special Issue 1, p. 25-47, nov. 2010. Disponível em: <https://alternatifpolitika.com/site/dosyalar/arsiv/Kasim2010-OzelSayi/2.khaled-fattah-a-political-history-of-civil-military.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2023.

FATTAH, Khaled. **Yemen: a slogan and six wars**. Conflicts Forum, 28 out. 2009. Disponível em: <https://www.conflictsforum.org/2009/yemen-a-slogan-and-six-wars/>. Acesso em: 09 jun. 2025.

FEIERSTEIN, Gerald M. **Yemen: The 60- Year War**. Policy paper. Middle East Institute, fev. 2019. Disponível em: <https://mei.edu/publication/yemen-60-year-war/>. Acesso em: 10 ago. 2025.

FRAIHAT, Ibrahim; YASEEN, Taha. Evolving Trends in the Post-Arab Spring Era: Implications for Peace and Stability in the MENA Region. **Journal of Peacebuilding & Development**, v. 15, n. 3, p. 331-347, 2020. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/1542316620934365>. Acesso em: 08 jun. 2025.

GALTUNG, Johan. An Editorial. **Journal of Peace Research**. v. 1, n. 1, p. 1-4, 1964. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/epdf/10.1177/002234336400100101>. Acesso em: 11 jun. 2023.

GALTUNG, Johan. A Structural Theory of Imperialism, **Journal of Peace Research**, v. 8, n. 2, p. 82-117, 1971. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/002234337100800201>. Acesso em: 20 ago. 2023.

GALTUNG, Johan. Conflict as a Way of Life. Survival: **Global Politics and Strategy**, v. 12, n. 1, p. 13-16, 1970. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00396337008441052>. Acesso em: 10 jun. 2023.

GALTUNG, Johan. Cultural Violence. **Journal of Peace Research**, v. 27, n. 3, 1990, p. 291-305. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0022343390027003005>. Acesso em: 7 fev. 2023.

GALTUNG, Johan; FISCHER, Dietrich. **Johan Galtung Pioneer of Peace Research**. SpringerBriefs on Pioneers in Science and Practice, Heidelberg, New York, Dordrecht, London: Springer, v. 5. 2013.

GALTUNG, Johan. **Peace by peaceful means: Peace and Conflict, Development and Civilization**. Londres; Thousand Oaks; Nova Delhi: PRIO; SAGE, 1996.

GALTUNG, Johan. Peace Studies and Conflict Resolution: The Need for Transdisciplinarity. **Transcultural Psychiatry**, v. 47, n. 1, p. 20-32, 2010. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1363461510362041>. Acesso em: 20 jul. 2023.

GALTUNG, Johan. Social Cosmology and the Concept of Peace. **Journal of Peace Research**, v. 18, n. 2, p. 184-199, 1981. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/002234338101800207>. Acesso em: 30 out. 2023.

GALTUNG, Johan; HÖIVIK, Tord. Structural and Direct Violence: A Note on Operationalization. **Journal of Peace Research**, v. 8, n. 73, p. 74-76, jan. 1971. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/002234337100800108>. Acesso em: 26 dez. 2023.

GALTUNG, Johan. **Trainers' Manual Conflict Transformation by Peaceful Means (the Transcend Method)**. Organização das Nações Unidas: 2000.

GALTUNG, Johan. **Theories of conflict: Definitions, Dimensions, Negations, Formations**. s.d. Manuscrito Inédito. Transcend International, [s.d].

GALTUNG, Johan. **Theories of Peace: A Synthetic Approach to Peace Thinking**. Oslo: International Peace Research Institute, 1967.

GALTUNG, Johan. **Tras la violencia, 3R: reconstrucción, reconciliación, resolución**. Coleção Red Gernika, 1998.

GALTUNG, Johan. Twenty-Five Years of Peace Research: Ten Challenges and Some Responses. **Journal of Peace Research**, v. 22, n. 2, p. 141-158, 1985. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/002234338502200205>. Acesso em: 10 jun. 2023.

GALTUNG, Johan. Violence, Peace and Peace Research. **Journal of Peace Research**, v. 6, n. 3, 1969, p. 167-191. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/422690>. Acesso em: 22 mar. 2023.

GAMAGE, S.; JAYATHILAKA, A. The Impact of Glories and Traumas on the Sinhalese-Tamil Relationship in Sri Lanka: A Study Based on ABC Triangle. *Sri Lanka Journal of Social Sciences and Humanities*, v. 3, n. 2, p. 63-77, 2023. Disponível em: <https://sljssh.sljol.info/articles/10.4038/sljssh.v3i2.101>. Acesso em: 28 jul. 2024.

GASTON, Erica; al-Dawsari, Nadwa. **Dispute Resolution and Justice Provision in Yemen's Transition**. Special Report 345, United States Institute of Peace, 2014. Disponível em: https://www.usip.org/sites/default/files/SR345_Dispute-Resolution-and-Justice-Provision-in-Yemen%E2%80%99s-Transition.pdf. Acesso em: 02 ago. 2025.

GENERAL ASSEMBLY OF THE UNITED NATIONS. **Resolução 1514 (XV)**: Declaration on the Granting of Independence to Colonial Countries and Peoples. Nova York: United Nations, 1961. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/206145?v=pdf#files>. Acesso em: 20 set. 2024.

GHUNTA, Juleus. Critics of Liberal Peace: Are Hybridity & Local Turn Approaches More Effective? *E-International Relations*, 13 dez. 2018. Disponível: <https://www.e-ir.info/2018/12/13/critics-of-liberal-peace-are-hybridity-local-turn-approaches-more-effective/>. Acesso em: 20 jul. 2023.

GLEDITSCH, Nils Petter; NORDKVELLE, Jonas; STRAND, Håvard. Peace research - Just the study of war? *Journal of Peace Research*, v. 51, n. 2, p. 145-158, 2014. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/0022343313514074>. Acesso em: 06 ago. 2023.

GULF COUNCIL COOPERATION. **Agreement on the implementation mechanism for the transition in Yemen pursuant to the GCC Initiative**, 21 nov. 2011. Disponível em: https://constitutionnet.org/sites/default/files/yemen_agreement_on_the_implementation_mechanism_for_the_transition_process_in_yemen_in_accordance_with_the_initiative_of_the_gulf_cooperation_council_2011-present.pdf. Acesso em: 18 jun. 2025.

GUPTA, Malvika; PADEL, Felix. Confronting a pedagogy of assimilation: the evolution of large-scale schools for tribal children in India. *Journal of the Anthropological Society of Oxford*, v. 10, n. 1, p. 22-47, mai. 2018. Disponível em: https://www.anthro.ox.ac.uk/sites/default/files/anthro/documents/media/jaso10_1_2018.pdf?time=1550157378663. Acesso em: 2 nov. 2025.

HALLIDAY, Fred. **Revolution and Foreign Policy The Case of South Yemen 1967-1987**. 1 ed. New York, Port Chester, Melbourne, Sydney: Cambridge University Press, 1990.

HALLIDAY, Fred. Soviet Relations with South Yemen. In: PRIDHAM, B.R. **Contemporary Yemen: politics and historical background**. 1 ed. Sydney: Croom Helm, 1984, cap. 14, p. 208-231.

HAMIDI, Ayman. Inscriptions of Violence in Northern Yemen: Haunting Histories, Unstable Moral Spaces. *Middle Eastern Studies*, v. 45, n. 2, p. 165-187, 2009. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00263200802697084>. Acesso em: 15 mai. 2025.

HAMZAH, Saba. The trauma of the key beyond dominant narratives: navigating epistemic and structural violence in Yemen's historical landscape. In: APARNA, Kolar; KRIVONOS,

Daria; PASCUCCI, Elisa (Orgs.). **Europeanisation as violence: Souths and Easts as method**. 1 ed. Manchester: Manchester University Press, 2025, p. 163-183.

HANIOĞLU, M. Şükrü. Contract or Treaty? The Da'an Agreement of 1911 and the limits on Imam Yahya's authority. **Journal of Arabian Studies**, v. 8, n. 1, p.25-46, 2018. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/21534764.2018.1529223>. Acesso em: 12 set. 2024.

HASHIM, Hashim Talib *et al.* Yemen's triple emergency: Food crisis amid a civil war and COVID-19 pandemic. **Public Health in Practice**, v. 2, p. 1-2, nov. 2021. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2666535221000070?ref=pdf_download&fr=RR-2&rr=94e13670a918fbbe. Acesso em: 09 jun. 2025.

HAYKEL, Bernard. Introduction. **Journal of Arabian Studies**, v. 8, n. 1, p. 1-4, 2018. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/21534764.2018.1529225>. Acesso em: 30 out. 2024.

HAZEA, Saddam *et al.* Corruption and Supreme Audit Institutions in the Yemeni public sector: an empirical investigation. **Public Administrations Issues**, Special Issue I, p. 87-109, 2022. Disponível em: <https://nchr.elsevierpure.com/en/publications/corruption-and-supreme-audit-institutions-in-the-yemeni-public-se/>. Acesso em: 20 out. 2025.

HERATH, Oshadhi. A critical analysis of Positive and Negative Peace. **Felicitacion Volume of Senior Professor Prema Podimenike**, Department of Economics, University of Kelaniya, Kelaniya, pp 104-107, 2016. Disponível em: <http://repository.kln.ac.lk/handle/123456789/12056>. Acesso em: 23 abr. 2024.

HIGGINS, Joseph. **Empire and Federation in South Arabia, 1952-1967**. 2022. 229 f. Tese (Doctor of Philosophy) - Faculty of Arts and Humanities, University of Southampton, 2022. Disponível em: https://eprints.soton.ac.uk/457256/1/Final_Thesis_Joseph_Higgins.pdf. Acesso em: 26 mai. 2025.

HOLDO, Markus. Cooptation and non-cooptation: elite strategies in response to social protest. **Social Movement Studies**, v. 18, n. 4, p. 444-462, 2019. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/14742837.2019.1577133#abstract>. Acesso em: 12 out. 2025.

HOLT, Maria. Memories of Arabia and empire: an oral history of the British in Aden. **Contemporary British History**, v. 18, n. 4, p. 93-112, 2004. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13619460412331296928>. Acesso em: 24 set. 2024.

HORTON, Michael. The Tribes of Yemen: An Asset or Impediment to Stability? Part One. **The Jamestown Foundation**, v. IX, n. 1, p. 1-10, 6 jan. 2011. Disponível em: <https://jamestown.org/program/the-tribes-of-yemen-an-asset-or-impediment-to-stability-part-one/>. Acesso em: 30 jul. 2025.

HOURANI, Albert. **Uma história dos povos árabes**. s.l.: Companhia de Bolso, 2006.

HYKEL, Bernard. Revisiting Yemen's Political History: From the Late Ottoman Era to the End of the Hamid al-Din Imamate. **Journal of Arabian Studies**, v. 8, n. 1, p. 1-4, jun. 2018.

Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/21534764.2018.1529225>. Acesso em: 16 nov. 2024.

INDAR, Gayitri Kavita; BARROW, Christine Sharon; WHITAKER, Warren E. A Convergence of Violence: Structural Violences Experiences of K-12, Black, Disabled Males across Multiple Systems. *Laws*, v. 12, n. 80, p. 2-21, set. 2023. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2075-471X/12/5/80>. Acesso em: 12 jan. 2024.

INTERNATIONAL CRISIS GROUP. **Yemen:** defusing the Saada time bomb. Middle East Report N° 86. International Crisis Group, 27 mai. 2009. Disponível em: <https://www.crisisgroup.org/middle-east-north-africa/gulf-and-arabian-peninsula/yemen/yemen-defusing-saada-time-bomb>. Acesso em: 10 jun. 2025.

INTERNATIONAL FOUNDATION FOR ELECTORAL SYSTEMS. **Election Guide:** Yemeni Presidency 1999 General. Disponível em: <https://www.electionguide.org/elections/id/1783/>. Acesso em: 15 jun. 2025.

ISHIYAMA, John. The sickle and the minaret: communist successor parties in Yemen and Afghanistan after the Cold War. *Middle East Review of International Affairs*, v. 9, n. 1, p. 7-29, mar. 2005. Disponível em: https://ciaotest.cc.columbia.edu/olj/meria/meria_mar05/meria05_isj01.pdf. Acesso em: 15 abr. 2025.

ISMAEL, Tareq Y.; ISMAEL, Jacqueline S. **The People's Democratic Republic of Yemen, Politics, Economics and Society:** The Politics of Socialist Transformation. 1 ed. Boulder, London: Frances Pinter, Lynne Rienner, 1986.

İZOL, Ramazan; CİNGÖZ, Murat. Iran-Saudi Rivalry and the Yemen Crisis. *Gazi Akademik Bakış*, v. 16, n. 31, p. 345-360, 2022. Disponível em: <https://dergipark.org.tr/en/download/article-file/2824268>. Acesso em: 09 jun. 2025.

JABRI, Vivienne. Peacebuilding, the local and the international: a colonial or a postcolonial rationality? *Peacebuilding*, v. 1, n. 1, p. 3-16, 2013. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/21647259.2013.756253>. Acesso em: 14 ago. 2023.

JAKOPOVIC, Mladen. **Class-based Structural Violence in Britain.** Blackburn, Robert M. Dissertação (Doctor of Philosophy) - Wolfson College, University of Cambridge, 2018. Disponível em: <https://www.repository.cam.ac.uk/items/530809dc-e11c-4344-a937-3917b7f10693>. Acesso em: 12 out. 2025.

JALAL, Ibrahim. **Century-old grievances continue to fester in Yemen's Tihama region.** Middle East Institute, 14 out. 2021. Disponível em: <https://www.mei.edu/publications/century-old-grievances-continue-fester-yemens-tihama-region>. Acesso em: 23 out. 2025.

JOHNSON, Rob. Out of Arabia: British Strategy and the Fate of Local Forces in South Yemen, and Oman, 1967-76. In: ANDERSON, David M.; BRANCH, Daniel. **Allies at the End of Empire:** Loyalists, Nationalists and the Cold War, 1945-76. 1 ed. London: Routledge, 2017.

JOSHI, Madhav; YONG LEE, Sung; MAC GINTY Roger. Just How Liberal Is the Liberal Peace? **International Peacekeeping**, v. 21, n. 3, p. 364-389, 2014. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13533312.2014.932065>. Acesso em: 26 jun. 2023.

JUNEAU, Thomas. Yemen and the Arab Spring: Elite Struggles, State Collapse and Regional Security. **Orbis**, v. 57, n. 3, p. 408-423, 2013. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0030438713000276?casa_token=gqgI6tdfWXsAAAAA:mWgHbBqYoJ8TLJ6GUfoB5PG_C3YEt4Urmu0TnvIwyc_Z9Sd_1Zw2LQI9ORApR8ZeLIg3EFOZ. Acesso em: 12 jun. 2025.

JUTILA, Matti; PEHKONEN, Samu; VÄYRYNEN. Resuscitating a Discipline: An Agenda for Critical Peace Research. **Millennium: Journal of International Studies**, v. 36, n. 3, p. 623-640, 2008. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/03058298080360031201>. Acesso em: 21 set. 2023.

KALDOR, Mary. **New and Old Wars: organized violence in a global era**. 3 ed. Cambridge: Polity Press, 1999.

KENDALL, Elisabeth. Iran's Fingerprints in Yemen. Real or Imagined? Washington: **Atlantic Council**, 19 out. 2017. Disponível em: <https://www.atlanticcouncil.org/in-depth-research-reports/issue-brief/iran-s-fingerprints-in-yemen-real-or-imagined/>. Acesso em: 09 jun. 2025.

KENDALL, Elisabeth. ISIS in Yemen: Caught in a Regional Power Game. New Lines Institute, 21 jul. 2020. Disponível em: <https://newlinesinstitute.org/nonstate-actors/terrorism-and-counterterrorism/isis-in-yemen-caught-in-a-regional-power-game-2/>. Acesso em: 09 jun. 2025.

KHAN, Mehmood Ul Hassan. Operation Golden Victory. **Defence Journal**, 10 ago. 2018. Disponível em: <https://defencejournal.com/2018/08/10/operation-golden-victory/>. Acesso em: 09 jun. 2025.

KLAPPRODT, Hannah. Summer camps and civil war: deconstructing the Huthi rebellion in Yemen. **The Cornell International Affairs Review**, v. 12, n. 2, p. 44-93, 2019. Disponível em: <https://ecommons.cornell.edu/entities/publication/af04686a-eac2-4115-afe3-ed689ba8979b>. Acesso em: 26 jul. 2025.

KNIGHTS, Michael. The Military Role in Yemen's Protests: Civil-Military Relations in the Tribal Republic. **Journal of Strategic Studies**, v. 36, n. 2, p. 261-288, 2013. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/01402390.2012.740660?casa_token=koy2_5RkKcAAAAA%3AIQFjT106QyKhyepOYI-0TtvUuC10Umm1g02DiKzlpVvUwkVHkfwH-DFEB1arWCoh4csdQtCk2aUM#d1e238. Acesso em: 07 jun. 2025.

KOŁODZIEJCZYK, Dariusz. Between Universalistic Claims and Reality: Ottoman frontiers in the early modern period. In: WOODHEAD, Christine (Org.). **The Ottoman World**. 1 ed. London: Routledge, 2011.

KOSTINER, Joseph. Arab radical politics: Al-Qawmiyyun al-Arab and the marxists in the turmoil of South Yemen, 1963-1967. **Middle Eastern Studies**, v. 17, n. 4, p. 454-476, out.

1981. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00263208108700485>. Acesso em: 08 out. 2024.

KOSTINER, Joseph. **The struggle for South Yemen**. 1 ed. Austrália: Croom Helm Ltd, 1984.

KOSZINOWSKI, Thomas. The Yemen Arab Republic and the People's Democratic Republic of Yemen. **Lo Spettatore Internazionale**, v. 15, n. 4, p. 285-302, 1980. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/03932728008459155>. Acesso em: 06 nov. 2025.

KRIPPENDORFF, Ekkehart. Peace Research and the Industrial Revolution. **Journal of Peace Research**, v. 10, n. 3, p. 186-201, 1973. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/002234337301000303>. Acesso em: 08 ago. 2023.

KRONENFELD, Sami; GUZANSKY, Yoel. Yemen: A Mirror to the Future of the Arab Spring. **Military and Strategic Affairs**, v. 6, n. 3, p. 79-99, dez. 2014. Disponível em: <https://www.inss.org.il/publication/yemen-a-mirror-to-the-future-of-the-arab-spring/>. Acesso em: 5 jun. 2025.

KUEHN, Thomas. Bringing the imperial back in: Reconsidering governance in the late Ottoman Empire, 1839-1929 (Part I). **History Compass**, v. 19, n. 8, p. 1-10, 2021. Disponível em: <https://compass.onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/hic3.12680>. Acesso em: 10 nov. 2025.

KUEHN, Thomas. **Empire, Islam and Politics of Difference: Ottoman Rule in Yemen, 1849-1919**. Boston, Leiden: Brill, 2011. E-book. Disponível em: <https://brill.com/display/title/15657#:~:text='Empire%2C%20Islam%2C%20and%20Politics.beginning%20of%20the%20twentieth%20centuries>. Acesso em: 12 set. 2024.

KÜEHN, Thomas. "We Know Nothing About Yemen!" Ottoman Imperial Governance in Southwest Arabia and Politics of Knowledge Production, 1871-1914. **Journal of Arabian Studies**, v. 8, n. 1, 2018, p. 5-24. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/21534764.2018.1529222>. Acesso em: 16 ago. 2024.

KÜHN, Thomas. Ordering the past of Ottoman Yemen, 1872-1914. **Turcica**, v. 34, p. 189-220, 2002. Disponível em: <https://poj.peeters-leuven.be/content.php?url=article&id=882>. Acesso em: 7 ago. 2024.

KÜHN, Thomas. Shaping and Reshaping Colonial Ottomanism: Contesting Boundaries of Difference and Integration in Ottoman Yemen, 1872-1919. **Comparative Studies of South Asia, Africa and the Middle East**, v. 27, n. 2, 2007, p. 315-331. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/article/220768>. Acesso em: 7 ago. 2024.

LACKNER, Helen. **P.D.R. Yemen Outpost of Socialist Development in Arabia**. 1 ed. London: Ithaca Press, 1985.

LACKER, Helen. The People's Democratic Republic of Yemen: Unique socialist experiment in the Arab world at a time of world revolutionary fervour. **Interventions International**

Journal of Postcolonial Studies, v. 19, n. 5, p. 1-15, jun. 2017. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/1369801X.2017.1336465?scroll=top&needAccess=true>. Acesso em: 3 abr. 2025.

LEE, Kang-Kook. Globalization, Income Inequality and Poverty: Theory and Empirics. **社会システム研究 (Pesquisa sobre Sistemas Sociais)**, n. 28, p. 109-134, mar. 2014. Disponível em: <https://www.ritsumei.ac.jp/acd/re/ssrc/result/memoirs/kiyou28/28-05.pdf>. Acesso em: 07 mai. 2024.

LEWIS, Alexandra. Violence in Yemen: Thinking About Violence in Fragile States Beyond the Confines of Conflict and Terrorism. **Stability: International Journal of Security & Development**, v. 2, n. 1, p. 1-22, 2013. Disponível em: <https://stabilityjournal.org/articles/sta.az>. Acesso em: 02 nov. 2025.

LOPES, Felipe Tavares Paes. Os conceitos de paz e violência cultural: Contribuições e limites da obra de Johan Galtung para a análise de conflitos violentos. **Athenea Digital**, v. 13, n. 2, 2013, p. 169-177. Disponível em: <https://atheneadigital.net/article/view/v13-n2-tavares>. Acesso em: 16 fev. 2023.

LORD, Cliff; BIRTLES, David. **The military and police force of the Gulf States**: volume 3: the Aden Protectorate 1839-1967. 1 ed. Berkshire: Helion & Company, 2021.

LUBIESQUE. **Aden Colony**. 26 fev. 2013. Fotografia. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Aden_Colony.jpg. Acesso em: 09 ago. 2024.

MAC GINTY, Roger. Indigenous peace-making versus the liberal peace. **Cooperation and Conflict: Journal of the Nordic International Studies Association**, v. 43, n. 2, p. 139-163, 2008. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0010836708089080?journalCode=caca>. Acesso em: 20 ago. 2023.

MAC GINTY, Roger; SANGHERA, Gurchathen. HYBRIDITY IN PEACEBUILDING AND DEVELOPMENT: AN INTRODUCTION. **Journal of Peacebuilding and Development**, v. 7, n. 2, p. 3-8, 2012. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1080/15423166.2012.742800>. Acesso em: 20 ago. 2023.

MAC GINTY, Roger. Hybrid Peace: The Interaction Between Top-Down and Bottom-Up Peace. **Security Dialogue**, v. 41, n. 4, p. 392-412, ago. 2010. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0967010610374312>. Acesso em: 20 ago. 2023.

MAC GINTY, Roger; RICHMOND, Oliver P. The Local Turn in Peace Building: a critical agenda for peace. **Third World Quarterly**, v. 34, n. 5, p. 763-783, 2013. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/42002156>. Acesso em: 20 ago. 2023.

MACHARIAS, Dimitrios. The strategic and political consequences of the June 1967 war. **Cogent Social Sciences**, v. 3, 2017, p. 1-9. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/epdf/10.1080/23311886.2017.1299555?needAccess=true>. Acesso em: 16 abr. 2025.

MACHRY, Patrícia Graeff. **Afeganistão e Iêmen**: condicionantes e características da crise dos Estados. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais).

Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

MAHLI, Bilal. **Yemen's path to stability: evaluating the Presidential Leadership Council's role and impact**. [Policy Paper]. Policy Center for the New South: out. 2024. Disponível em: <https://www.policycenter.ma/publications/yemens-path-stability-evaluating-presidential-leadership-councils-role-and-impact>. Acesso em: 10 jun. 2025.

MALIK, Adeel; AWADALLAH, Bassem. The Economics of the Arab Spring. **World Development**, v. 45, p. 296-313, mai. 2013. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0305750X1300003X>. Acesso em: 9 nov. 2024.

MAMDANI, Mahmood. **Define and Rule: Native as Political Identity**. 1 ed. Cambridge, London: Harvard University Press, 2012.

MANDEVILLE, Jon. Memduh Pasha and Aziz Bey: Ottoman Experience in Yemen. In: PRIDHAM, B.R. **Contemporary Yemen: politics and historical background**. Sydney: Croom Helm, 1984.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5 ed. São Paulo: Editora Atlas S. A., 2003.

MARTÍNEZ, Jorge Comins. Yemen en el contexto de las Revueltas Árabes: de la crisis del sistema al diálogo nacional. Instituto Español de Estudios Estratégicos, 2013. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7531272>. Acesso em: 06 jun. 2025.

MASHHUR, Huriya; AL-KAMIM, Abd al-Aziz Muhammad; AL-MIKHLAFI, Mohammad Ahmad. **Building Democracy in Yemen: Women's Political Participation, Political Party Life and Democratic Elections**. Report. Stockholm: Trydells Tryckeri AB, 2005, p. 1-126. Disponível em: <https://www.idea.int/publications/catalogue/building-democracy-yemen-womens-political-participation-political-party-life>. Acesso em: 25 jul. 2025.

MASTERS, Bruce. **The Arabs of the Ottoman Empire, 1516-1918: A Social and Cultural History**. 1 ed. Nova York: Cambridge University Press, 2013.

MATOI, Ecaterina; PRICOPE, Irina-Elena. Yemen at the beginning of 21st century: a very poor and still an "attractive" country for the interests of relevant powers in the region. **Research and Science Today**, v. 2, n. 18, p. 176-190, 2019. Disponível em: <https://www.rstjournal.com/mdocs-posts/16-ecaterina-matoi-irina-elena-pricope-yemen-at-the-beginning-of-21st-century-a-very-poor-and-still-an-attractive-country-for-the-interests-of-relevant-powers-in-the-region/>. Acesso em: 12 jun. 2025.

MATSUMOTO, Hiroshi. **Yemen between Democratization and Prolonged Power**. The Japan Institute of International Affairs, Working Paper [Archive], 2002. Disponível em: <https://www2.jiia.or.jp/report/j-report/>. Acesso em: 15 mai. 2025.

MAWBY, Spencer. Britain's last imperial frontier: The Aden protectorates, 1952-59. **The Journal of Imperial and Commonwealth History**, v. 29, n. 2, p. 75-100, 2001. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/03086530108583120>. Acesso em: 10 out. 2025.

MAWBY, Spencer. **British Policy in Aden and the Protectorates 1955-67: Last outpost of a Middle East empire.** 1 ed. New York: Routledge, 2005.

MAWBY, Spencer. The clandestine defence of empire: British special operations in Yemen 1951-64. **Intelligence and National Security**, v. 17, n. 3, p. 105-130, 2002. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/02684520412331306570>. Acesso em: 09 out. 2025.

MAYSTADT, Jean-François; TAN, Jean-François Trinh; BREISINGER, Clemens. Does food security matter for transition in Arab Countries? **Food Policy**, v. 46, p. 106-115, jun. 2014. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0306919214000074?casa_token=MK4YeYzi61oAAAAA:61ejBI9sMRfFCaqTKvnoIWAU0Ru4MoDzEh34_Vu9DqU6K7PWnyECT1v4BGiw8iK6XJoC6uG5. Acesso em: 02 jun. 2025.

MAZUCATO, Thiago. Métodos. In: ZAMBELLO, Aline Vanessa *et al.* **Metodologia da pesquisa e do trabalho científico.** 1 ed. Penápolis: Editora Funepe, 2018, p. 54-58.

MBEMBE, Achille. **On the Postcolony (Studies on the History of Society and Culture).** 1 ed. California: University of California Press, 2001.

MEHRA, R.N. **Aden and Yemen (1905-1919).** 1 ed. New Delhi: Agam Prakashan, 1988.

MEHRA, R.N. Democratic Yemen (South Yemen) under Marxist rule (1968-1978) - a case study. **Proceedings of the Indian History Congress**, v. 39, p. 895-901, 1978. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/44139436>. Acesso em: 02 jun. 2025.

MEMMI, Albert. **The Colonizer and the Colonized.** [s.l.]: Souvenir Press (Educational & Academic) Ltd., 1974.

MERRIAM-WEBSTER. **Kaimakam.** Merriam-Webster Dictionary. Disponível em: <https://www.merriam-webster.com/dictionary/kaimakam>. Acesso em: 16 set. 2024.

MIAL, Hugh, RAMSBOTHAM, Oliver; WOODHOUSE, Tom. **Contemporary Conflict Resolution: The prevention, management and transformation of deadly conflicts.** 1 ed. Cambridge: Polity Press, 1999.

MOHAMMED, Abdulla Mohammed. **The Houthi Movement from a Local Perspective: A Resurgence of Political Zaidism.** Sana'a Center for Strategic Studies, 18 novembro 2020. Disponível em: <https://sanaacenter.org/publications/analysis/11925>. Acesso em: 30 out. 2024.

MOHAMMADPOUR, Ahmad; SOLEIMANI, Kamal. Interrogating the tribal: the aporia of 'tribalism' in the sociological study of the Middle East. **The British Journal of Sociology**, v. 0, n. 0, p. 1-26, 2019. Disponível em: <https://www.peaceinkurdistancampaign.com/wp-content/uploads/2020/10/Interrogating-the-tribal-the-aporia-of-tribalism-in-the-sociological-study-of-the-Middle-East.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2025.

MOLYNEUX, Maxine. The Law, the State and Socialist Policies with Regard to Women: the Case of the People's Democratic Republic of Yemen 1967-1990. In: KANDIYOTI, Deniz (Org.). **Women, Islam and the State.** 1 ed. London: Macmillan, 1991, p. 237-271.

- MUGAHED, Rim. **Tribes and the State in Yemen**. Sana'a Center for Strategic Studies, 21 jan. 2022. Disponível em: https://sanaacenter.org/publications/main-publications/16156#The_Long_History_of_Yemens_Tribes. Acesso em: 30 jul. 2025.
- MÜLLER, Miriam M. **A Spectre is Haunting Arabia: How the Germans Brought Their Communism to Yemen**. Bielefeld: Transcript Verlag, 2015.
- NAIDU, M.V. Dimensions of peace. **Peace Research**, v. 18, n. 2, p. 3-14, 91-98, mai. 1986. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/23609744>. Acesso em: 9 mar. 2024.
- NEUFELD, Beverly. The Marginalisation of Peace Research in International Relations. **Millennium: Journal of International Studies**, v. 22, n. 2, p. 165-184, 1993. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/03058298930220020701>. Acesso em: 07 ago. 2023.
- NGUIRANE, Cheikh. Stories behind the western-led humanitarian intervention in Libya: A critical analysis. **African Journal of Political Science and International Relations**, v. 7, n. 3, p. 154-163, 2013. Disponível em: <https://univ-antilles.hal.science/hal-02903336v1/document>. Acesso em: 13 jun. 2025.
- NONNEMAN, Gerd. Yemeni Unification: The End of Marxism in Arabia. In: JAWAD, Haifaa A. **The Middle East in the New World Order**. 1 ed. Hampshire: Macmillan Press Ltd, 1994, p. 53-70.
- OCHSENWALD, William. **Religion, Economy and State in Ottoman-Arab History**. New Jersey: Gorgias Press, 2011.
- OKAZAKI, Sumie; DAVID, E. J. R.; ABELMANN, Nancy. Colonialism and Psychology of Culture. **Social and Personality Psychology Compass**, v. 2, n. 1, p. 90-106, 2008. Disponível em: <https://compass.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1751-9004.2007.00046.x>. Acesso em: 03 ago. 2024.
- ORKABY, Asher. The North Yemen civil war and the failure of the Federation of South Arabia. **Middle Eastern Studies**, v. 53, n. 1, p. 69-83, 2017. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/00263206.2016.1198330>. Acesso em: 09 out. 2024.
- ORKABY, Asher. The Yemeni Civil War: The Final British-Egyptian Imperial Battleground. **Middle Eastern Studies**, v. 51, n. 2, p. 195-207, mar. 2015. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/24583530>. Acesso em: 09 out. 2024.
- PAFFENHOLZ, Thania; ROSS, Nick. Inclusive Political Settlements: New Insights from Yemen's National Dialogue. **PRISM**, v. 6, n. 1, p. 198-210, 2016. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/26470441?seq=4>. Acesso em: 08 jun. 2025.
- PATÖMAKI, Heikki. The Challenge of Critical Theories: Peace Research at the Start of the New Century. **Journal of Peace Research**, v. 38, n. 6, p. 723-737, 2001. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0022343301038006005>. Acesso em: 02 set. 2023.
- PEOPLE'S DEMOCRATIC REPUBLIC OF YEMEN. **Constitution of the People's Democratic Republic of Yemen, 1971 as Amended October 31, 1978**. [S.l.]: [s.n.], 1978,

25 f. Disponível em: <https://www.worldstatesmen.org/YemenPDR1978.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2024.

PETERSON, John. Nation-building and Political Development in the Two Yemens. In: PRIDHAM, B.R. **Contemporary Yemen: politics and historical background**. 1 ed. Sydney: Croom Helm, 1984, cap. 7, p. 85-101.

PETERSON, J. E. The Yemen Arab republic and the politics of balance. **Asian Affairs**, v. 12, n. 3, p. 254-266, 1981. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/03068378108730038>. Acesso em: 12 out. 2025.

PETERSON, J.E. **Yemen: the Search for a Modern State**. 1 ed. London: Routledge, 1982.

PETERSSON, Catherine. **Freedom of expression and the downfall of a regime: The Tunisian revolution and the transition to democracy**. Lund University, 2012. Disponível em: <https://www.lunduniversity.lu.se/lup/publication/2371802>. Acesso em: 13 jun. 2025.

PHILLIPS, Sarah. **Yemen's Democracy Experiment in Regional Perspective: Patronage and Pluralized Authoritarianism**. 1 ed. New York: Palgrave Macmillan, 2008.

PIERAGOSTINI, Karl. **Britain, Aden and South Arabia: Abandoning Empire**. 1 ed. New York: Palgrave Macmillan, 1991.

POIRIER, Marine. Performing Political Domination in Yemen. Narratives and Practices of Power in the General People's Congress. In: HARTFORD SEMINARY. **The Muslim World**, v. 101, n. 2. Oxford: Blackwell Publishing Ltd. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1478-1913.2011.01353.x>. Acesso em: 20 mai. 2025.

PUGWASH CONFERENCES ON SCIENCE AND WORLD AFFAIRS. About Pugwash. Disponível em: <https://pugwash.org/about-pugwash/>. Acesso em: 25 ago. 2022.

PUREZA, José Manuel; CRAVO, Teresa. Margem crítica e legitimação nos estudos para a paz. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 71, p. 5-19, jun. 2005. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/1011>. Acesso em: 26 jun. 2023.

PUREZA, José Manuel. **OS ESTUDOS PARA A PAZ COMO DESAFIO CRÍTICO À TRADIÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**. Coimbra, 2009. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/13063?mode=full>. Acesso em: 25 jun. 2023.

PUREZA, José Manuel; MOURA, Tatiana. VIOLÊNCIA (S) E GUERRA (S): DO TRIÂNGULO AO CONTINUUM. **Revista Portuguesa de História**, n. 37, 2005, p. 45-63. Disponível em: <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/13040>. Acesso em: 22 mar. 2023.

QUATAERT, Donald. **O Império Otomano: Das origens ao século XX**. 1. ed. s.l.: Edições 70, 2008.

QUIJANO, Aníbal. Coloniality of Power and Eurocentrism in Latin America. **International Sociology**, v. 15, n. 2, p. 215-232, jun. 2000. Disponível em:

<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0268580900015002005>. Acesso em: 27 jan. 2026.

RADMAN, Hussam. **The Riyadh Agreement One Year On**. Sana'a Center for Strategic Studies, 13 nov. 2020. Disponível em: <https://sanaacenter.org/publications/analysis/11905>. Acesso em: 10 jun. 2025.

REID, Herbert G.; YANARELLA, Ernest J. Toward a Critical Theory of Peace Research in the United States: the Search for an 'Intelligible Core'. **Journal of Peace Research**, v. 13, n. 4, p. 316-341, 1976. Disponível em:

<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/002234337601300404?icid=int.sj-abstract.similar-articles.3>. Acesso em: 01 ago. 2023.

RETSÖ, Jan. Where and what was Arabia Felix?. **Proceedings of the Seminar for Arabian Studies**, v. 30, p. 189-192, 2000. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/41223709>. Acesso em: 12 jun. 2025.

RICHMOND, Oliver P. Para Além da Paz Liberal? Respostas ao "Retrocesso". **Contexto Internacional**, v. 32, n. 2, p. 297-332, jul./dez. 2010. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/cint/a/ny8RXVTwJhjt563ttDFZnqm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 26 jun. 2023.

ROBBINS, Robert R. The Legal Status of Aden Colony and the Aden Protectorate. **The American Journal of International Law**, v. 33, n. 4, out. 1939, p. 700-715. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/2192881?read-now=1&seq=15#page_scan_tab_contents. Acesso em: 23 set. 2024.

ROBINSON, Kali; MERROW, Will. The Arab Spring at Ten Years: What's the Legacy of the Uprisings?. **Council on Foreign Relations**, 3 dez. 2020. Disponível em:

<https://www.cfr.org/article/arab-spring-ten-years-whats-legacy-uprisings>. Acesso em: 9 nov. 2024.

ROBINSON, Kali. **Yemen's Tragedy: War, Stalemate, and Suffering**. Council on Foreign Relations, 1 mai. 2023. Disponível em: <https://www.cfr.org/background/yemen-crisis>. Acesso em: 10 jun. 2025.

ROULEAU, Eric. Revolutionary Southern Yemen. **Monthly Review: an independent socialist magazine**, v. 25, n. 1, p. 25-42, mai. 1973. Disponível em:

https://monthlyreviewarchives.org/mr/article/view/MR-025-01-1973-05_3. Acesso em: 23 set. 2024.

SALIH, M. A. Mohamed. The Two Yemens: Ideology and Variations in Socioeconomic Development. In: RAFFER, Kunibert; SALIH, M. A. Mohamed (Orgs.). **The Least Developed and the Oil-Rich Arab Countries**. 1 ed. New York: St. Martin's Press, 1992, cap. 13, p. 203-215.

SALISBURY, Peter. **A multidimensional approach to restoring state legitimacy in Yemen**. International Growth Center, 20 aug. 2018. Disponível em:

<https://www.theigc.org/publications/multidimensional-approach-restoring-state-legitimacy-yemen>. Acesso em: 18 abr. 2025.

SALISBURY, Peter. **Yemen: National Chaos, Local Order**. Chatham House, 20 dez. 2017. Disponível em: <https://www.chathamhouse.org/2017/12/yemen-national-chaos-local-order>. Acesso em: 09 jun. 2025.

SALISBURY, Peter. **Yemen's Economy: Oil, Imports and Elites**. Middle East and North Africa Programme Paper MENA PP 2011/02, Chatham House, out. 2011. Disponível em: https://www.chathamhouse.org/sites/default/files/1011pp_yemeneconomy.pdf. Acesso em: 15 jun. 2025.

SANA'A CENTER FOR STRATEGIC STUDIES. **The Yemen Review: A grave road ahead**. [Relatório]. Mai. 2020. Disponível em: <https://sanaacenter.org/publications/the-yemen-review/10047>. Acesso em: 10 jun. 2025.

SANA'A CENTER FOR STRATEGIC STUDIES. **The Yemen Review: Battle for Marib**. [Relatório]. Set. 2020. Disponível em: <https://sanaacenter.org/publications/the-yemen-review/11678#The-Battle-for-Marib>. Acesso em: 10 jun. 2025.

SCHIOCCHET, Leonardo. Extremo Oriente Médio, Admirável Mundo Novo: A construção do Oriente Médio e a Primavera Árabe. **Revista Tempo do Mundo**, v. 3, n. 2, p. 38-82, p. 2011. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/revistas/index.php/rtm/article/view/98>. Acesso em: 13 ago. 2024.

SCHMID, Herman. PEACE RESEARCH AND POLITICS. **Journal of Peace Research**, v. 5, n. 3, p. 218-232, 1968. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/002234336800500301>. Acesso em: 22 jul. 2023.

SCHMITZ, Charles. **Understanding the Role of Tribes in Yemen**. Combating Terrorism Center at West Point, v. 4, n. 10, out. 2011. Disponível em: <https://ctc.westpoint.edu/understanding-the-role-of-tribes-in-yemen/>. Acesso em: 30 jul. 2025.

SEITZ, Adam C. **Ties that bind and divide: the 'Arab Spring' and Yemeni civil-military relations**. In: LACKNER, Helen (Org.). **Why Yemen matters: a society in transition**. 1 ed. London: Saqi Books, 2014. p. 50-67.

SELZNICK, Philip. **Foundations of the Theory of Organization**. **American Sociological Review**, v. 13, n. 1, p. 25-35, fev. 1948. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2086752?origin=crossref>. Acesso em: 12 out. 2025.

SERJEANT, R. B. **The two Yemens: Historical perspectives and present attitudes**. **Asian Affairs**, v. 4, n. 1, p. 3-16, 1973. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/03068377308729647>. Acesso em: 12 nov. 2025.

SERT, Serap. **Yemen'de islahat ve çözüm: Osmanli meclis-i mebusa'ında tartışmalar (1908-1911)**. **Tarih İncelemeleri Dergisi**, v. 37, n. 2, p. 631-656, 2022. Disponível em: <https://dergipark.org.tr/tr/pub/egetid/article/1226577>. Acesso em: 1 set. 2025.

SHETH, Vanaraj S. Growth of British influence in South Yemen, 1839-1959. **International Studies**, v. 19, n. 3, p. 440-474, jun. 1980. Disponível em:

<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/002088178001900302>. Acesso em: 23 set. 2024.

SINGH, R. Raj. Gandhi and the Fundamentals of World Peace. **Peace Research**, v. 30, n. 3, p. 96-102, ago. 1998. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/23607625>. Acesso em: 09 mar. 2024.

SIYECH, Mohammed Sinan. A Comparative Analysis of 'Islamic State' & Al Qaeda in Yemen. **Counter Terrorist Trends and Analyses**, v. 8, n. 8, p. 12-16, 2016. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/26351443?seq=1>. Acesso em 09 jun. 2025.

SMITSON, Scott. The Road to Good Intentions: British Nation-building in Aden. In: GUTTIERI, Karen; FRANKE, Volker; CIVIC, Melanne A. (Orgs.). **Understanding Complex Military Operations: A case study approach**. 1 ed. London: Routledge, 2014, p. 21-46.

SOFFIANTINI, Giulia. Food insecurity and political instability during the Arab Spring. **Global Food Security**, v. 26, p. 1-8, 2020. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2211912420300547>. Acesso em: 9 nov. 2024.

SPRINGS, Jason A. Structural and Cultural Violence in Religion and Peacebuilding. In: OMER, Atalia; APPLEBY, R. Scott; LITTLE, David (Orgs.). **Religion, Conflict, and Peacebuilding**. 1 ed. Oxford: Oxford University Press, 2015, p. 146-179.

SQUEFF, Tatiana de A. F. R. Cardoso; PATRIOTA, Beatriz. Crise iemenita: da atuação de mercenários contratados à jurisdição do tribunal penal internacional frente às violações de direito humanitário. **Campos Neutrais - Revista Latino-Americana de Relações Internacionais**, v. 2, n. 3, p. 46-71, set./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/cn/article/view/12317>. Acesso em: 18 abr. 2024.

STOOKEY, Robert W. Social Structure and Politics in the Yemen Arab Republic. **Middle East Journal**, v. 28, n. 4, p. 409-418, 1974. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/4325252>>. Acesso em: 6 out. 2025.

STOOKEY, Robert W. **South Yemen A Marxist Republic in Arabia**. 1 ed. Colorado, London: Westview Press, Croom Helm, 1982.

THAKUR, Ramesh; SCHNABEL, Albrecht. **United Nations peacekeeping operations: ad hoc missions, permanent engagement**. Tokyo: United Nations University Press, 2001.

THEE, Marek. Scope and Priorities in Peace Research. **Bulletin of Peace Proposals**, v. 14, n. 2, 1983. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/096701068301400216>. Acesso em: 20 jul. 2023.

THIEL, Tobias. **Citizen Revolt for a Modern State: Yemen's Revolutionary Moment, Collective Memory and Contentious Politics *sur la longue durée***. Orientador: Kirsten Schulze, 2015. Tese (Doctor of Philosophy of International History) - London School of

Economics, London, 2015. Disponível em: <https://etheses.lse.ac.uk/3213/>. Acesso em: 9 abr. 2025.

TRIPODI, Christian. 'A Bed of Procrustes': The Aden Protectorate and the Forward Policy 1934-44. **The Journal of Imperial and Commonwealth History**, v. 4, n. 1, p. 95-120, jan. 2016. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/03086534.2015.1123976>. Acesso em: 24 set. 2024.

TROMP, Hylke. Introduction: Changing Perspectives in Peace Research. *In*: UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. **UNESCO Yearbook of Peace and Conflict Studies 1980**. Westport: Greenwood Press, 1981, p. 292-297.

TÜRESAY, Özgür. The Ottoman Empire Seen through the Lens of Postcolonial Studies: A Recent Historiographical Turn. **Revue D'Histoire Moderne & Contemporaine**, n. 60-2, p. 127-145, 2013-2. Disponível em: <https://shs.cairn.info/journal-revue-d-histoire-moderne-et-contemporaine-2013-2-page-127?lang=en>. Acesso em: 10 nov. 2025.

TYTKO, Anna *et al.* Nepotism, favoritism and cronyism as a source of conflict interest: corruption or not? **Amazonia Investiga**, v. 9, n. 29, p. 163-169, mai. 2020. Disponível em: <https://amazoniainvestiga.info/index.php/amazonia/article/view/1382>. Acesso em: 24 ago. 2025.

TZIARRAS, Zenonas. Liberal Peace and Peace Building: Another Critique. **The Gw Post Research Paper**, p. 1-13, jun. 2012. Disponível em: https://www.academia.edu/1252223/Liberal_Peace_and_Peace_Building_Another_Critique. Acesso em: 26 jun. 2023.

UTTERWULGHE, Steve; KHOUJA, Asma Bouraoui. Ten Years since the Jasmine Revolution: it's time for the Tunisian garden to bloom again. **United Nations Development Program**, 14 jan. 2021. Disponível em: <https://www.undp.org/arab-states/blog/ten-years-jasmine-revolution-its-time-tunisian-garden-bloom-again>. Acesso em: 2 jun. 2025.

VAN GOETHEM, Geert. On the wings of a bird: The anti-colonial struggle in Aden from the perspective of the Arab women's movement, 1955-1967. **Workers of the World**, v. 1, p. 20-29. Disponível em: <https://biblio.ugent.be/publication/01HPKZ0DRPXCYNKYKBCMRCMWSZ>. Acesso em: 15 out. 2024.

VOM BRUCK, Gabriele. The Zaydi Elite during the Twentieth-Century Imamate. *In*: VOM BRUCK, Gabriele. **Islam, Memory, and Morality in Yemen: ruling families in transition**. 1 ed. New York: Palgrave Macmillan, 2005, p. 44-63.

VOROBEJ, Mark. Structural Violence. **The Canadian Journal of Peace and Conflict Studies**, v. 40, n. 2, p. 84-98, 2008. Disponível em: <https://www.peaceresearch.ca/issues/40-2/>. Acesso em: 17 ago. 2025.

WEBER, Thomas. The impact of Gandhi on the development of Johan Galtung's peace research. **Global Change, Peace & Security**, v. 16, n. 1, p. 31-43, fev. 2004. Disponível em:

<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/1478115042000176166>. Acesso em: 01 ago. 2024.

WEIGEL, Sascha. **Galtung's triangle of violence** - a model for understanding social conflicts. Inkovema, 18 set. 2015. Disponível em: <https://inkovema.de/en/blog/violence-triangle/>. Acesso em: 6 out. 2025.

WENNER, Manfred. South Yemen since Independence: an Arab Political Maverick: *In: PRIDHAM, B.R. Contemporary Yemen: politics and historical background*. 1 ed. Sydney: Croom Helm, 1984, cap. 9, p. 125-146.

WEIR, Shelagh. **A tribal order: politics and law in the mountains of Yemen**. 1 ed. Texas: University of Texas Press, 2007.

WIBERG, Håkan. Investigação para a Paz: Passado, presente e futuro. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 71, p. 21-42, jun. 2005. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/1013>. Acesso em: 01 ago. 2023.

WILHITE, Vincent. **Guerrilla War, Counterinsurgency, and State Formation in Ottoman Yemen, 1872-1911**. 1 ed. Boston, Leiden: Brill, 2024.

WILLIS, John M. Making Yemen Indian: rewriting the boundaries of Imperial Arabia. **International Journal of Middle East Studies**, v. 41, n. 1, p. 23-38, fev. 2009. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/40206055>. Acesso em: 8 out. 2024.

WORLD BANK. Current Economic Position and Prospects of the People's Democratic Republic of Yemen. Document of International Bank for Reconstruction and Development, Report No. 189a.- YDR Washington, D.C.: World Bank Group, 07 nov. 1973. Disponível em: <https://documents.worldbank.org/en/publication/documents-reports/documentdetail/785111468170366522>. Acesso em: 15 mai. 2025.

WORLD BANK. People's Democratic Republic of Yemen Current Economic Position and Prospects. Report No. 2151a-YDR. Washington, D.C.: World Bank Group, 28 dez. 1978. Disponível em: <https://documents.worldbank.org/en/publication/documents-reports/documentdetail/204941468335057860>. Acesso em: 15 mai. 2025.

WORLD BANK. People's Democratic Republic of Yemen - Special economic report: mid-term review of the second Five-Year Plan (1981-85). Report No. 4726-YDR. Washington, D.C.: World Bank Group, 4 jun. 1984. Disponível em: <https://documents.worldbank.org/en/publication/documents-reports/documentdetail/142781468168253892>. Acesso em: 15 mai. 2025.

WORLD BANK. People's Democratic Republic of Yemen Special Economic Report The Second Five Year Plan (1979-83). Report No. 2683-YDR. Washington, D.C.: World Bank Group, 25 jan. 1980. Disponível em: <https://documents.worldbank.org/en/publication/documents-reports/documentdetail/462951468183880311>. Acesso em: 15 mai. 2025.

XAVIER, Ana Isabel. Dos Estudos Para a Paz e da Guerra como expressão de interesses renovados nas Relações Internacionais. *In*: PINTO, Luís Valença; BRITO, Brígida (org.). **Em torno do Pensamento de Luís Moita: Humanismo e Relações Internacionais**. Lisboa: OBSERVARE. Universidade Autónoma de Lisboa, 2023. p. 39-51. Disponível em: <https://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/6481/3/Em%20Torno%20do%20Pensamento%20de%20Luis%CC%81s%20Moita%20-%20Humanismo%20e%20Relac%CC%A7o%CC%83es%20Internacionais%20%E2%80%93%20OBSERVARE%20%281%29.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2023.

YACCOB, Abdol Rauh. Yemeni opposition to Ottoman rule: an overview. *In*: **Forty-fifth meeting of the Seminar for Arabian Studies**, v. 42, jul. 2011. Londres. Proceedings of the Seminar for Arabian Studies. Londres: 2012, p. 411-419. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/41623653?read-now=1&seq=5#page_scan_tab_contents. Acesso em: 30 ago. 2024.

YAGHI, Mohammad. **The United Arab Emirates in Yemen: From Direct to Indirect Engagement and Back**. Konrad Adenauer Stiftung, Policy Report n. 63, fev. 2022. Disponível em: <https://www.kas.de/documents/286298/8668222/Policy+Report+No+Policy+Report+No+63+-The+UAE+in+Yemen.+From+Direct+to+Indirect+Engagement+and+Back.pdf>. Acesso em: 09 jun. 2025.

YEH, Theresa Der-Ian. The way to peace: a buddhist perspective. **International Journal of Peace Studies**, v. 11, n. 1, p. 91-112, 2006. Disponível em: https://www3.gmu.edu/programs/icar/ijps/vol11_1/11n1Yeh.pdf. Acesso em: 09 mar. 2024.

YPI, Lea. What's Wrong with Colonialism. **Philosophy & Public Affairs**, v. 41, n. 2, p. 158-191, 2013. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/42703849>. Acesso em: 03 ago. 2024.

ZAROGIANNI, Foteini. **The Internal Social Composition of the Target State as a Driver of Proxy Relationships: The Case of the North Yemen Civil War (1962-1970)**. Tese (Master of Advanced International Studies) - Vienna School of International Studies, Universität Wien, 2022. Disponível em: <https://phaidra.univie.ac.at/detail/o:1539170>. Acesso em: 10 nov. 2024.

ANEXO A – INDICADORES MACROECONÔMICOS

ANNEX I: SELECTED MACROECONOMIC INDICATORS

	2008	2009	2010	pr e.l. 2011	proj. 2012	proj. 2013
National income and prices						
Nominal GDP, market prices (billions of US\$)	26.9	25.1	31.0	33.8	34.9	37.8
Real GDP growth (in %)	3.6	3.9	7.7	-10.5	-1.9	2.9
Hydrocarbon	-8.1	1.6	46.9	-14.5	-4.8	7.0
Non-Hydrocarbon sectors	4.8	4.1	4.4	-10.0	-1.6	3.0
CPI (period average) Hydrocarbon production (In thousand barrels per day):	19.0	3.7	11.2	19.5	15.2	13.1
Crude Oil	284	274	264	197	179	191
LNG (oil equivalent)		16	162	167	167	167
Average oil export price (US\$ per barrel)	96	60	77	103	90	93
Central government finances						
	(In percent of GDP)					
Revenue	36.7	25.0	26.0	24.6	29.4	24.0
Of which oil:	27.8	14.6	16.4	16.0	12.5	13.6
Of which grants	0.3	0.4	1.2	1.3	6.9	1.4
Expenditure	41.2	35.2	30.1	28.9	35.2	30.5
Current, of which:	34.5	28.7	25.4	27.0	30.8	25.9
wages and salaries	10.0	11.0	8.7	9.7	11.5	10.9
s ubs idie s	14.0	8.2	8.7	7.9	6.5	4.6
Capital	5.9	6.5	4.6	1.9	4.4	4.8
Overall fiscal balance (incl. grants)	-3.2	-10.2	-4.0	-4.3	-5.8	-6.5
Overall fiscal balance (excl. grants)	-3.5	-10.6	-5.2	-5.6	-12.7	-7.9
Primary non-oil fiscal balance (cash)	-28.6	-22.3	-18.1	-16.2	-13.9	-17.9
External sector						
	(InmillionsofU.S.dollars, unlessotherwiseindicated)					
Exports, f.o.b.	8,977	5,855	7,650	8,662	7,668	8,207
Of which: hydrocarbon (oil and gas)	7,728	4,432	6,281	7,850	6,612	6,853
Of which: nonhydrocarbon	1,249	1,423	1,369	812	1,056	1,354
Imports, f.o.b.	-9,334	-7,868	-8,701	-8,248	-10,262	-8,739
Current account (in percent of GDP)	-4.6	-10.2	-4.4	-3.0	-3.3	-5.9
Reserves Central Bank own gross reserves (billions U.S.-end period) Central Bank own gross reserves (in months of imports)						
	7.3	6.2	5.1	4.0	5.1	4.6
	9.5	7.1	6.0	3.9	5.0	4.4
External Debt						
External debt (in billion of U.S. dollars)	5.9	6.0	6.1	6.1	6.5	6.8
External debt (in percent of GDP) Exchange rates	21.9	24.6	19.3	18.0	17.8	17.4
Exchange rate (per US\$, period average)						
Memo Items						
GDP in billion Rial	199. 8	202. 8	219. 6	213. 8	217. 4	231. 9
GDP in billion US\$						
Population (in millions)	5,376	5,098	6,817	7,217	7,582	8,941
Crude birth rate (per 1,000)	26.9	25.1	31.0	33.8	34.9	37.8
Immunization, DPT (% of children under 12 months)	23.1	23.7	24.4	25.1	25.9	26.7
Incidence of tuberculosis (per 100,000 people)
Surface area (sq. km)
Population density (people per sq. km of land area)
	527,970	527,970	527,970	527,970	527,970	527,970
	43.7	45.0	46.2	47.5	49.1	50.6

Source: GOY, IMF staff, and staff calculations.

Note: c.i.f. = cost, insurance and freight; f.o.b. = Free on Board ; DPT = diphtheria, pertussis, and tetanus;

ANEXO B – ÍNDICES DA REPÚBLICA DO IÊMEN

ANNEX II

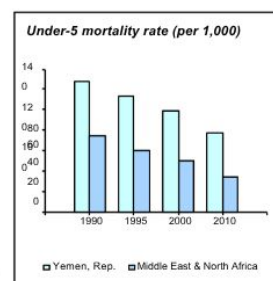
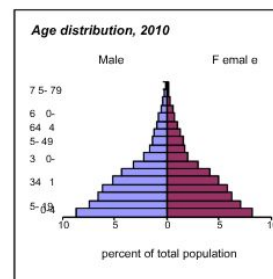
Yemen, Rep. at a glance

4/5/12

Key Development Indicators

(2010)

	Yemen	M. East & North Africa	Lower middle income
Population, mid-year (millions)	24.1	331	2,519
Surface area (thousand sq. km)	528	8,775	23,579
Population growth (%)	3.1	1.7	1.5
Urban population (% of total population)	32	58	39
GNI (Atlas method, US\$ billions)	28.1	1,283	4,078
GNI per capita (Atlas method, US\$)	1,170	3,874	1,619
GNI per capita (PPP, international \$)	2,500	8,068	3,632
GDP growth (%)	8.	4.	6.
GDP per capita growth (%)	0	3	9
<i>(most recent estimate, 2004–2010)</i>	8	5	3
Poverty headcount ratio at \$1.25 a day (PPP, %)	18	3	..
Poverty headcount ratio at \$2.00 a day (PPP, %)	47	14	..
Life expectancy at birth (years)	65	72	65
Infant mortality (per 1,000 live births)	57	27	50
Child malnutrition (% of children under 5)	..	8	25
Adult literacy, male (% of ages 15 and older)	80	82	80
Adult literacy, female (% of ages 15 and older)	45	66	62
Gross primary enrollment, male (% of age group)	96	106	110
Gross primary enrollment, female (% of age group)	78	98	104
Access to an improved water source (% of population)	55	89	87
Access to improved sanitation facilities (% of population)	53	88	47

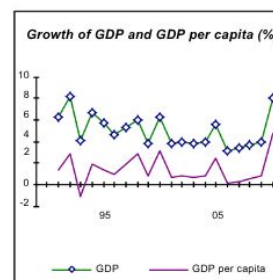


Net Aid Flows

	1980	1990	2000	2010
<i>(US\$ millions)</i>				
Net ODA and official aid	574	450	311	666
Top 3 donors (in 2010):				
Germany	20	38	32	82
United Kingdom	9	10	5	64
United States	15	41	57	45
Aid (% of GNI)	..	8.0	3.5	2.3
Aid per capita (US\$)	72	38	18	28

Long-Term Economic Trends

Consumer prices (annual % change)	..	44.9	8.1	-44.5
GDP implicit deflator (annual % change)	..	12.0	23.3	24.7
Exchange rate (annual average, local per US\$)	4.6	26.2	161.7	219.6
Terms of trade index (2000 = 100)	..	80	100	160



	1980–90	1990–2000	2000–10	
Population, mid-year (millions)	7.9	11.9	17.7	24.1
GDP (US\$ millions)	..	5,647	9,636	31,270
		(% of GDP)		
Agriculture	..	24.4	13.8	7.6
Industry	..	34.3	46.4	29.2
Manufacturing	..	19.0	5.7	6.0
Services	..	41.3	39.8	63.1
Household final consumption expenditure	..	77.0	60.1	80.7
General gov't final consumption expenditure	..	15.5	13.6	11.7
Gross capital formation	..	12.4	18.9	11.6
Exports of goods and services	..	12.2	41.4	30.3
Imports of goods and services	..	17.2	34.0	34.3
Gross savings	..	38.6	32.8	9.1

1980–90 1990–2000 2000–10
(average annual growth %)

	4.1	3.9	3.1
	..	5.6	4.1
	..	5.1	2.
	..	5.2	7
	..	1.8	5.1
	..	6.1	8.0
	..	2.8	7.1
	..	3.8	3.6
	..	10.0	-0.6
	..	22.9	1.8
	..	11.9	5.4

Note: Figures in italics are for years other than those specified. .. indicates data are not available.

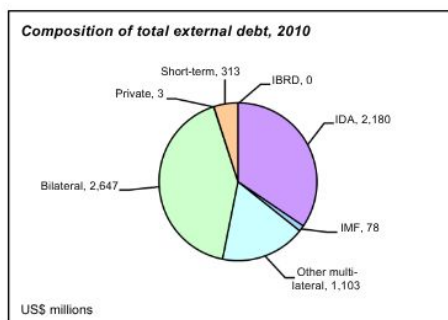
Development Economics, Development Data Group (DECDG).

Yemen, Rep.

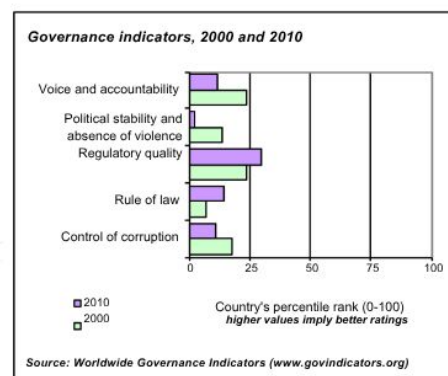
Balance of Payments and Trade	2000	2010
<i>(US\$ millions)</i>		
Total merchandise exports (fob)	3,797	7,718
Total merchandise imports (cif)	2,484	8,701
Net trade in goods and services	714	-1,688
Current account balance	1,337	-1,209
as a % of GDP	13.9	-3.9
Workers' remittances and compensation of employees (receipts)	1,288	1,240
Reserves, including gold	2,822	6,198

Central Government Finance		
<i>(% of GDP)</i>		
Current revenue (including grants)	37.8	25.8
Tax revenue	7.1	6.5
Current expenditure	24.5	25.2
Overall surplus/deficit	-1.3	-11.6
Highest marginal tax rate (%)		
Individual
Corporate	..	35

External Debt and Resource Flows		
<i>(US\$ millions)</i>		
Total debt outstanding and disbursed	5,125	6,324
Total debt service	243	259
Debt relief (HIPC, MDRI)	-	-
Total debt (% of GDP)	53.2	20.2
Total debt service (% of exports)	4.5	2.4
Foreign direct investment (net inflows)	6	-329
Portfolio equity (net inflows)	0	0



Private Sector Development	2000	2011
Time required to start a business (days)	-	12
Cost to start a business (% of GNI per capita)	-	83.8
Time required to register property (days)	-	19
Ranked as a major constraint to business (% of managers surveyed who agreed)	2000	2010
n.a
n.a
Stock market capitalization (% of GDP)
Bank capital to asset ratio (%)



Technology and Infrastructure	2000	2010
Paved roads (% of total)	..	8.7
Fixed line and mobile phone subscribers (per 100 people)	2	50
High technology exports (% of manufactured exports)	0.0	0.4

Environment		
Agricultural land (% of land area)	45	44
Forest area (% of land area)	1.0	1.0
Terrestrial protected areas (% of land area)	0.5	0.5
Freshwater resources per capita (cu. meters)	112	90
Freshwater withdrawal (% of internal resources)	16 1. 4	168.6
CO2 emissions per capita (mt)	0.83	1.0
GDP per unit of energy use (2005 PPP \$ per kg of oil equivalent)	7.9	7.0
Energy use per capita (kg of oil equivalent)	267	324

World Bank Group portfolio	2000	2010
<i>(US\$ millions)</i>		
IBRD		
Total debt outstanding and disbursed	0	0
Disbursements	0	0
Principal repayments	0	0
Interest payments	0	0
IDA		
Total debt outstanding and disbursed	1, 2 16	2,180
Disbursements	65	73
Total debt service	23	61
IFC (fiscal year)		
Total disbursed and outstanding portfolio of which IFC own account	12	149
Disbursements for IFC own account	8	22
Portfolio sales, prepayments and repayments for IFC own account	0	4
MIGA		
Gross exposure	-	-
New guarantees	-	-

Note: Figures in italics are for years other than those specified.
.. indicates data are not available. - indicates observation is not applicable.

4/5/12

Development Economics, Development Data Group (DECDG).

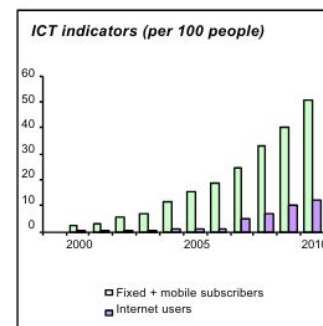
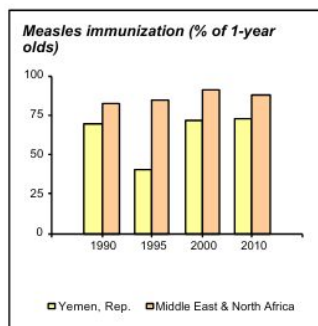
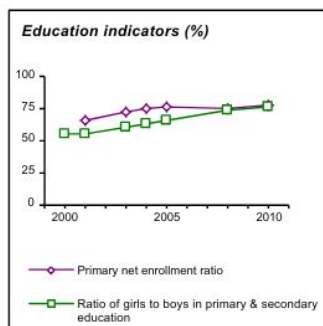
ANEXO C – OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO

Millennium Development Goals

Yemen, Rep.

With selected targets to achieve between 1990 and 2015*(estimate closest to dates shown, +/- 2 years)*

	Yemen, Rep.			
	1990	1995	2000	2010
Goal 1: halve the rates for extreme poverty and malnutrition				
Poverty headcount ratio at \$1.25 a day (PPP, % of population)	12.9	17.5
Poverty headcount ratio at national poverty line (% of population)	40.1	34.8
Share of income or consumption to the poorest quintile (%)	7.4	7.2
Prevalence of malnutrition (% of children under 5)	29.6	34.2
Goal 2: ensure that children are able to complete primary schooling				
Primary school enrollment (net, %)	66	78
Primary completion rate (% of relevant age group)	56	63
Secondary school enrollment (gross, %)	43	44
Youth literacy rate (% of people ages 15-24)	..	60	..	84
Goal 3: eliminate gender disparity in education and empower women				
Ratio of girls to boys in primary and secondary education (%)	55	75
Women employed in the nonagricultural sector (% of nonagricultural employment)	..	6	7	6
Proportion of seats held by women in national parliament (%)	4	1	1	0
Goal 4: reduce under-5 mortality by two-thirds				
Under-5 mortality rate (per 1,000)	128	113	100	77
Infant mortality rate (per 1,000 live births)	90	80	72	57
Measles immunization (proportion of one-year olds immunized, %)	69	40	71	73
Goal 5: reduce maternal mortality by three-fourths				
Maternal mortality ratio (modeled estimate, per 100,000 live births)	540	460	340	210
Births attended by skilled health staff (% of total)	1	22	..	36
Contraceptive prevalence (% of women ages 15-49)	6	21	..	28
Goal 6: halt and begin to reverse the spread of HIV/AIDS and other major diseases				
Prevalence of HIV (% of population ages 15-49)
Incidence of tuberculosis (per 100,000 people)	137	137	116	49
Tuberculosis case detection rate (% , all forms)	28	69	67	76
Goal 7: halve the proportion of people without sustainable access to basic needs				
Access to an improved water source (% of population)	67	63	60	55
Access to improved sanitation facilities (% of population)	24	32	39	53
Forest area (% of total land area)	1.0	..	1.0	1.0
Terrestrial protected areas (% of land area)	..	0.0	0.5	0.5
CO2 emissions (metric tons per capita)	0.8	0.7	0.8	1.0
GDP per unit of energy use (constant 2005 PPP \$ per kg of oil equivalent)	8.6	8.5	7.9	7.0
Goal 8: develop a global partnership for development				
Telephone mainlines (per 100 people)	1.0	1.2	2	4.3
Mobile phone subscribers (per 100 people)	0.0	0.1	0	46
Internet users (per 100 people)	0.0	0.0	0.1	1
Computer users (per 100 people)	2	12
				3..



Note: Figures in italics are for years other than those specified. .. indicates data are not available.

4/5/12

Development Economics, Development Data Group (DECDG).